



Superior Tribunal Militar

N.º 39 236

Estado da Guanabara

Relator: Sr. Ministro

Dr. P. Salgado

Revisor: Sr. Ministro

Alm. J. Mantuano

RELANTE: A PROCURADORIA MILITAR DA 2ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM

PELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 19 de janeiro de 1971, que, desclassificando o crime atribuído a ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA, AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO, BENEDITO DE CARVALHO, FRANCISCO ALVES DA COSTA, FRANCISCO GOMES FILHO, FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA, GLAUCO DA ROCHA FROTA, HUMBERTO ALVES CAMPELO, JOSÉ ALBUQUERQUE SALES, LUIZ GUILHARDINE, MARIA SEGOVIA JACOBSEN, MIGUEL BATISTA/DOS SANTOS, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISIER, SALOMÃO MALINA e WALDIR GOMES DOS SANTOS para o artigo 36 do DL 314/67, inta a nulabili-

AUTUAÇÃO

Em 10 dias do mês de abril de 1972

nesto Superior Tribunal Militar, fez a presente autuação.

Selo Sr. Diretor Geral

TRIBUNAL MILITAR
ROD. VO
171 7174

M. Braga
Oficial Judiciário

135

19 69

Fl. 1

279A
W

JUSTIÇA MILITAR

2ª AUDITORIA DA 1ª REGIÃO MILITAR

N.º 7735

AUDITOR

ESCRIVÃO

Dr. MILTON FIUZA

MILTON GOMES GUIMARÃES

Acusados: ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA e outros

Incursors nas sanções previstas no art. 21 do Dec. Lei 314, de 13.3.67.

PROTÓCOLO

- 7 ABR 11 36 72 - 01556

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA

AUTUAÇÃO

Aos vinte e seis (26) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, autuo o presente processo que adiante se segue; do que, para constar, lavro este termo.

Milton Gomes Guimarães
Escrivão

FORGUEMOS

a

Unidade E do

PARTIDO

00293
10

*
—
7
L

00294
H. G. G. G.



seminario
latinoamericano
sobre **REFORMA Y**
DEMOCRATIZACION
de la
enseñanza
superior

BELEM, BRASIL, MARZO 30 A ABRIL 5 DE 1964

TONY ÉVORA

ORGANIZADO POR LA UNEB EN COOPERACION CON LA UIE

U. P. - 1964
002950
1964

PROTESTES

PROTESTES



ditadura
fecha une
protestem





CUBA
NAO
ESTA
SO

POVOS DE
CHILE
ARGENTINA
CANADA
VENEZUELA
GUATEMALA
NICARAGUA
MEXICO
COLOMBIA
URUGUAI
EE UU
PARAGUAI
BRASIL

SOLIDARIEDADE A CUBA



ENCONTRO NACIONAL - 26 E 27

CONGRESSO CONTINENTAL
28, 29 E 30

289
w

Rio de Janeiro, Gb. - março de 1963

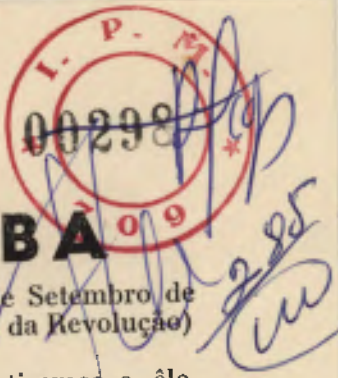
Temário

- I - AUTODETERMINAÇÃO E NÃO INTERVENÇÃO
- II - SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO. DEFESA DA LIBERDADE DOS POVOS LATINO AMERICANOS
- III - SOBERANIA E EMANCIPAÇÃO NACIONAL
- VI - A PAZ E A POLÍTICA DE DOMINAÇÃO MUNDIAL DO IMPERIALISMO

(a) Comissão Organizadora

ENDERÊÇO: Rua São José 50, sala 502

160



A LINHA DE CUBA

(Do discurso pronunciado por Fidel Castro no dia 28 de Setembro de 1963 por ocasião do 3.º Aniversário dos Comitês de Defesa da Revolução)

Ainda estamos sob o bloqueio imperialista e resistiremos a êle, porque nossa bandeira revolucionária jamais se submeterá. Enfrentaremos os riscos que sejam necessários tanto tempo quanto seja necessário, porque assumimos plena responsabilidade por nossa conduta, nossa história e nossa Revolução.

Enquanto as tensões em outras partes do mundo se relaxam, os imperialistas ianques se empenham em estreitar o cerco contra Cuba e fazer mais implacável o bloqueio. Nos últimos meses acentuaram essa política. Esta situação determina nossa conduta: não podemos aceitar tranquilamente uma situação em que as tensões diminuam no mundo ao mesmo tempo que aumentam para nós. Alegramo-nos de que diminuam em outros lugares mas não nos podemos considerar em paz com o imperialismo, empenhado que está em estranguiar-nos cada vez mais. Esta situação determina nossa conduta internacional, que não é uma política de guerra e sim uma política de paz, mas não temos culpa da guerra que nos fazem.

Como país agredido, ou contra o qual se pratica uma política de guerra não declarada e ataques piratas, infiltração de sabotadores para matar-nos, não é possível pretender de nós que tenhamos um sorriso beatífico para êsses inimigos imperialistas. São nossos inimigos e sabemos ser inimigos dêles, e essa situação determinará nossa política internacional na ONU e em tôda parte, assim como determinará nossa atitude com respeito ao pacto nuclear e às proposições de desnuclearização.

A posição de Cuba se define, antes que tudo, pelo anti-imperialismo. Nossa linha é a do anti-imperialismo conseqüente, do anti-imperialismo *ianque* fundamentalmente. Nossa linha é de luta contra êsse inimigo que nos acossa, bloqueia e ameaça, empenhado em destruir-nos; linha que corresponde às condições concretas em que surge a Revolução Cubana e a condições específicas do lugar do mundo em que surge: a vizinhança com o imperialismo ianque e a irmandade com um continente explorado por êsse imperialismo. É a linha de nosso Partido e de nosso povo; e com êste povo nosso, digno e grande, bem podemos fazer frente a qualquer situação, por difícil que seja, venceremos sempre. Esta é a hora dos povos, da rebeldia, quando os povos em todos os continentes sacodem o jugo dos impérios e cavam a sepultura dos exploradores.

FIDEL CASTRO RUZ
Primeiro Ministro do Governo Revolucionário
e Secretário Geral do Partido Unificado da
Revolução Socialista de Cuba

Editado pela Embaixada de Cuba

CORTEZIA DE
A CLASSE OPERÁRIA

161

紅滿園
一九六〇年
夏
畫人
武佐

286
W
I. P. 00299



Cambrón chino

Pintura contemporánea al estilo tradicional chino por Wu Tso-yen

JULIO

D	L	M	M	J	V	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

D	L	M	M	J	V	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

CHINA RECONSTRUYE

CHINA RECONSTRUYE

Revista mensual en español

Editada por el Instituto de Bienestar de China
Presidido por la Sra. Saong Ching Ling (Mme. Sun Yat-sen)

- Información sobre la construcción socialista en la economía y la cultura de la Nueva China.
- Portada, contraportada e ilustraciones a todo color, 44 páginas y vivas fotografías.
- Varios suplementos por año adjuntos a la revista.

Pedidos y suscripciones:

Todos los pedidos y suscripciones pueden hacerse a cualquiera de nuestros distribuidores en América Latina, o escribir directamente a:

CHINA RECONSTRUYE,

Edificio Wai Wen, Pekín (37), China.

AGENTES EN AMERICA LATINA

ARGENTINA

- La Casa de las Revistas, Sr. Bienvenido Gómez, Alsina 184, Bahía Blanca
- R. Norberto, O. Martínez, Av. Olivera 1556, Buenos Aires

BOLIVIA

- Librería Altiplano Ltda. Casilla No. 1.208, Cochabamba

BRASIL

- Distribuidora Nova Cultura, Ed. Sulacap 2, S 215, Salvador
- Editorial Vitoria Ltda., Rua Juan Pablo Duarte, 50-sobrado, Rio de Janeiro
- Livraria das Bandeiras Ltda., Rua Riachuelo, 342-Loja, 2, São Paulo
- Livraria Farrapilha Ltda., Rua Andrade Neves 155, Ed Itapiru-Sala 32, Porto Alegre, Rio Grande do Sul
- Jose Sobreira de Franca, Rua Floriano Peixotom 85, 3º. Andar Sala 326, Caixa Postal 2282, Recife, Pernambuco
- Edicoes Futuro, Rua Senador Dantas, 117-18º And. S/1.809, Rio de Janeiro - Est. Guanabara
- A. Arroio, Rua Visconde Laguna, 40 Mooca, São Paulo - Est. São Paulo
- Arnaldo Campos, Rua Dos Andradas 1.117, Porto Alegre - R. G. Sul

COLOMBIA

- Ediciones Suramérica Ltda., Apartados: aéreo 8971, no. 3248, Calle 12 No. 6-67-of. 3, Bogotá D.E.

CUBA

- Imprenta Nacional de Cuba, Distribuidora Nacional de Publicaciones, Unidad 3000

"Rolando Gonzales", Apartado 1356, Consulado No. 252, La Habana, Cuba

CHILE

- Empresa Editora "Austral", San Francisco 36, Casilla 13201, Santiago
- Sr. Galvarino Gimenez Vega, Sindicato Industrial Obrero, Oficina Salitrera Pedro de Valdivia, Antofagosta

ECUADOR

- Librería Totaluz S.A., 1310 y Velez, Guayaquil

MEXICO

- Distribuidora de Libros y Revistas, Francisco L. Moreno, Apartado Postal No. 2022, México 1, D. F.
- Fondo de Cultura Popular S. de R. L., Avenida Hidalgo 75-107, Apartado Postal 2352, México 1, D. F.
- Universidad Obrera de México, Avenida Morelos No. 91, México, D. F.

PERU

- Librería Hora del Hombre, Camana (Amargura) 924, Casilla de Correo No. 2378, Lima
- Librería "La Universidad", Sr. Nicolás Ojeda Fierro, Av. Nicolás de Piérola 639, Lima

URUGUAY

- Ediciones Pueblos Unidos, S. A. Casilla Correo 589, Montevideo

VENEZUELA

- Distribuidora Magrifa, S. A., Apartado 6705, Caracas
- Carlos A. Benítez, Urbanización Santo Cecilia, Calle 2 No. 10, Estado Miranda

Lea

CHINA RECONSTRUYE

Revista mensual en español

Editada por el Instituto de Bienestar de China
Presidido por la Sra. Soong Ching Ling (Mme. Sun Yat-sen)

- Información sobre la construcción socialista en la economía y la cultura de la Nueva China.
- Portada, contraportada e ilustraciones a todo color, 44 páginas y vivas fotografías.
- Varios suplementos por año adjuntos a la revista.

Pedidos y subscripciones:

Todos los pedidos y subscripciones pueden hacerse a cualquiera de nuestros distribuidores en América Latina, o escribir directamente a:

CHINA RECONSTRUYE,

Edificio Wai Wen, Pekín (37), China.

AGENTES EN AMERICA LATINA

ARGENTINA

- La Casa de las Revistas, Sr. Bienvenido Cómez, Alsina 184, Bahía Blanca
- R. Norberto, O. Martínez Olivera 1556, Buenos Aires

BOLIVIA

- Librería Altiplano Ltda. Casilla No. 1.208, Cochabamba

BRASIL

- Distribuidora Nova Cultura, Ed. Sulacap 2, S 215, Salvador
- Editorial Vitoria Ltda., Rua Juan Pablo Duarte, 50-sobrado, Rio de Janeiro
- Livraria das Bandeiras Ltda. Rua Riachuelo, 342-Loja, 2, São Paulo
- Livraria Farroupilha Ltda., Rua Andrade Neves 155, Ed. Itapiru-Sala 32, Porto Alegre, Grande do Sul
- Jose Sobreira de Franca, Rua Floriano Peixotom 85, 3. Andar Sala 326, Caixa Postal 2282, Recife, Pernambuco

COLOMBIA

- Ediciones Suramérica Ltda., Apartados: aéreo 8971, nal. 3248, Calle 12 No. 6-67-of. 3, Bogotá D.E.

CUBA

- Imprenta Nacional de Cuba, Distribuidora Nacional de Publicaciones, Unidad 3000

"Rolanda Gonzales", Apartado 1356, Consulado No. 252, La Habana, Cuba

CHILE

- Empresa Editora "Austral", Cas. 13201, Santiago
- Sr. Galvarino Gimenez Vega, Sindicato Industrial Obrero, Oficina Salitrera Pedro de Valdivia, Antofagasta

ECUADOR

- Librería Totaluz S.A., 1310 y Velez, Guayaquil

MEXICO

- Fondo de Cultura Popular S. de R. L., Avenida Hidalgo 75-107, Apartado Postal 2352, México 1, D. F.
- Universidad Obrera de México, Avenida Morelos No. 91, México, D. F.

PERU

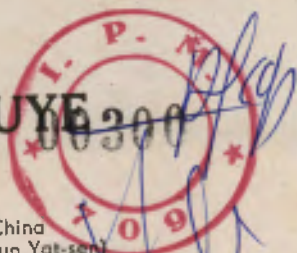
- Librería "La Universidad", Sr. Nicolás Ojeda Fierro, Av Nicolás de Piérola 639 Lima

URUGUAY

- Ediciones Pueblos Unidos, S. A. Casilla Correo 589, Montevideo

VENEZUELA

- Distribuidora Magrija, S. A., Apartado 6705, Caracas
- Carlos A. Benítez, Urbanización Santo Cecilia, Calle 2 No. 10. Estado Miranda





Narcisos

Pintura tradicional de Pan Tien-shou

ENERO

D	L	M	M	J	V	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

FEBRERO

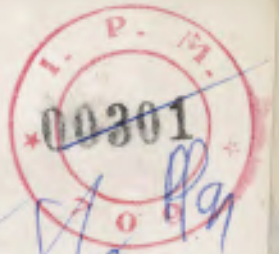
D	L	M	M	J	V	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

CHINA RECONSTRUYE

SPN 1

SITUAÇÃO POLITICA DO NORDESTE

288
W



comite 367
unidade de
Luzo Lagostiano

SPN 1

O seu significado é, por si só, de grande importância política, pois indica a linha de atuação estratégica, com as características de questões em massa e das que não peculiarizam a cada Estado.

O Nordeste abrange 11,3% do território nacional, com 969.736 km². A Conferência atingiu também 44% os Estados de Sergipe, Bahia e norte de Minas, perfazendo assim, 18,8% do território brasileiro ou 1.612.567 km² nos nove (9) Estados considerados e parte do de Pernambuco.

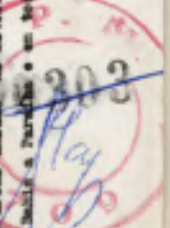
Grande rios também são a Bahia, sendo o São Francisco, e Paraíba, e a maioria de mais importantes, tanto pelo volume de suas águas como pelo desenvolvimento econômico já atingido nas suas bacias hidrográficas. Outras hidroviárias algumas estão sendo construídas nos seus vales, algumas já produzindo como as de Paulo Afonso e Três Marias, e outras - de recursos minerais da região são grandes e variadas, embora ainda não se tenha feito prospecções de vasto porte conhecidas profundamente. Há jazidas de ferro na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, todavia não exploradas. Inúmeras reservas de fosfatos nas costas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que apenas se inicia a sua exploração, constituem matérias primas para a indústria química e de fertilizantes.

As reservas de sal de Sergipe são conhecidas, porém igualmente não foram ainda exploradas. Salinas naturais ornamentam extensas áreas do litoral do Nordeste e constituem o meio de vida de milhares de trabalhadores.

O Petróleo já está sendo explorado na Bahia e existe também no Ceará.

Os minerais raros são encontrados em várias partes do Nordeste. As reservas péssimas são das mais raras conhecidas, sem no entanto, haver uma utilização racional desses recursos para abastecer as populações das capitais nordestinas. Há derrubada de fauna péssima, peixes e outros organismos usados pelas companhias de pescas, principalmente as estrangeiras.

Os solos da Região Nordeste são pobres e há poucas culturas dos últimos quentes e temperados. Existem áreas férteis no litoral, mas fazem de outros de 1.000 km² de largura de modo a Paraíba e em todo o Nordeste.



SPN 1

O PARTIDO E A SITUAÇÃO POLITICA E ECONOMICA DO NORDESTE

Companhias

Em cumprimento a uma das decisões decisivas do V Congresso do Partido, estamos realizando esta Conferência convocada naquela cidade, já com atraso de cerca de quatro meses.

Tivemos dificuldades e incômodos a vencer, porém, tivemos a satisfação de reunir, aqui em Pernambuco, as delegações de todos os Estados da Federação, para discutir as questões comuns a todos. Não, no referir: à aplicação da linha política, aprovada no Congresso de 1960.

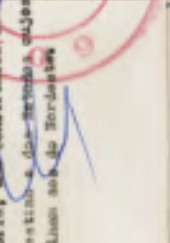
Estamos debatendo os nossos problemas numa situação internacional, em que as forças da paz, do movimento de emancipação nacional dos povos coloniais, do movimento socialista da classe operária, conquistas vitórias e derrotas as forças da guerra, dos colonizadores imperialistas e da reação, em toda parte.

É sob o signo da proclamação da primeira República Socialista na América, Cuba, que tremamos as experiências de nosso trabalho. Haveria de supor há 3 anos passados, que fosse acontecimento tão importante tivesse lugar no Continente de Colombo?

Não esqueçamos num instante que estamos na época de uma revolução do capitalismo, em que existe a possibilidade real de ocorrer guerras, em que o sistema colonial de imperialismo se desmorona, golpes do movimento de libertação nacional dos povos oprimidos, enfim, o sistema socialista não somente está consolidado, mas que vitória em toda parte.

Hoje, as idéias do socialismo, seu sistema econômico e científico, suas conquistas científicas, seu modo de vida, constituem a base de todos os explorados, como nenhuma outra para as questões que o sistema capitalista é incapaz de resolver.

Tudo que vem do modo socialista é objeto de mais simpatia e respeito, em nossa terra. Há um movimento de libertação, real e concreto, pela primeira vez, em nossa história, nos movimentos de organização partidária de regiões nordestinas e dos Estados e das organizações básicas em Pernambuco nos do Nordeste.



CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

Quirino G. S.

405

506

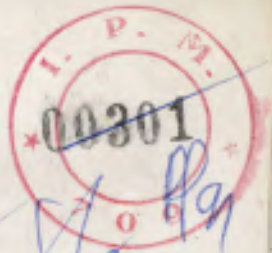
SPM 1

Documento 207

Apresentado por
D. Carlos Travenço

SITUAÇÃO POLITICA DO NORDESTE

288
W



2. FACTOS E A SITUAÇÃO POLITICA E ECONOMICA DO NORDESTE

Conquistáveis

Em cumprimento a uma das históricas decisões do V Congresso do nosso Partido, estamos realizando esta Conferência convocada naquela ocasião, já com atraso de cerca de quatro meses.

Tivemos dificuldades e incompreensões a vencer, porém, nos sentimos satisfeitos de reunir, aqui em Pernambuco, as delegações de 9 (nove) Estados da Federação, para discutir as questões comuns a nossa Região, no referent: a aplicação da linha politica, aprovada no Congresso de 1960.

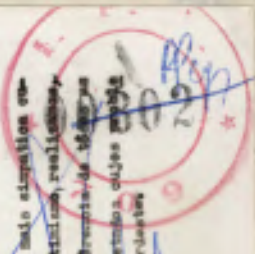
Estamos debatendo os no nos problemas numa situação internacional, em que as forças da paz, do movimento de emancipação nacional das povos coloniais, do movimento socialista da classe operária, conquistam vitórias e derrotam as forças da guerra, das colonizações imperialistas e da reação, em toda parte.

É sob o signo da proclamação da primeira República Socialista na América, Cuba, que tivemos as experiências de nosso trabalho. Quem / haveria de superá-lo anos passados, que hoje acontecimento tão premioso tivesse lugar no Continente de Colombo?

Não esqueçamos nem um instante que estamos na época de uma revolução do capitalismo, em que existe a possibilidade real de evitar as guerras, em que o sistema colonial de imperialismo se demorou, sob os golpes do movimento de libertação nacional dos povos oprimidos, em que enfim, o sistema socialista não somente está consolidado, mas que avança vitoriosamente em toda parte.

Hoje, as idéias do socialismo, seu sistema econômico e político, suas conquistas científicas, seu modo de vida, constituem a esperança de todos os explorados, como nenhuma outra para as questões sociais que o sistema capitalista é incapaz de resolver.

Tudo que vem do modo socialista é objeto de, não somente em rionidade, em nossa Região. Há de passar o nível de estímulos, realizações, pela primeira vez, em nossa história, uma conferência de delegações organizadas partidárias do Nordeste e das regiões do Brasil, sob o signo da unidade e características básicas se estabelecem nos do Nordeste



SPN

das as culturas que exigem abundância de água e de humidade por onde se possa sara. A zona de aquar é a mais difundida plantando um regime de culturas. No Maranhão é o arroz. As terras no interior do sertão, são / áreas, devido a irregularidade das chuvas e as solos ramos e porosos, / os vales dos rios e nas chapinas ou solos são produtivos e férteis, / aproveitados para café e qualquer agricultura. Os recursos florestais / do Nordeste estão desaparecendo, devido ao desmatamento, porém a região / é, entre partes ricas em plantas oleaginosas nativas, como babacu, alvém / e cana-de-açúcar e outras, em de fibras de valor para a indústria, como / algodão, agave, etc.

Mais de um terço da população do país vive no Nordeste, mais de / da, sendo que as faixas litorâneas, onde as terras são mais férteis e / mais férteis, a densidade demográfica é elevada, em relação aos estados / brasileiros. Há localidades que dentro de um raio de 100 quilômetros / de largura, a partir da costa atlântica, desde a divisa da Bahia com o / Espírito Santo até a divisa do Maranhão com o Pará, se encontram 546 / de população e tem origem 75 a 80 por cento de produtos agrícolas, ex- / trativa vegetal, mineral e industrial do Nordeste - Primeiro Plano de / desenvolvimento do Nordeste, pag. 40 -

Paranápolis, Bahia e Ceará são os estados mais desenvolvidos do / região, mas quis a indústria de transformação é maior e onde há trans- / formação do capitalismo na agricultura (zona de aquar, zona, algodão, / e classe operária das indústrias de transformação, têxtil, / dos transportes alcança a cifra de 650.000 trabalhadores, correspon- / te a 3% da população. É um proletariado combativo que em diversas ve- / zes já empolgou a região com as suas lutas.

No tempo vive 73% da população da zona de aquar. Os indivíduos / de 10 anos e mais que vivem e trabalham na agricultura ocidentais, no ces / de 1950, 4.028.000. / A população inativa, urbana, suburbana e rural, segundo o censo / de 1950, atinge a 1.156.000 de 10 anos e mais! As zonas de 10 anos / e mais que exercem atividades domésticas e atividades não remuneradas, / também, de acordo com o censo de 1950, somam a 3.000.000.



289

SPN

A zona principal do estado do Nordeste é o município de terra, / nas mãos de uns poucos latifundiários. Este município é mais extensivo / na faixa litorânea de terra, da monocultura de cana-de-açúcar, nos vales / dos rios, nas baixas das águas, precisamente, onde a densidade demográfica / se é maior.

O município de terra nas zonas semi-áridas, no chamado polígono / dos solos, cuja superfície alcança a 945.600km², sendo que do Pico a Pico / também, a área desses solos atinge a 30%, é também a zona mais fértil / funda do estado da região e do povoamento de seus habitantes.

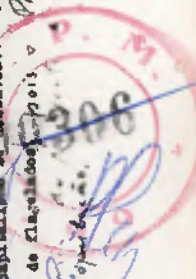
As áreas férteis que as áreas do Nordeste, além de colheitas / previas na sua economia agropecuária, fertilizam o sistema de grande pro- / duto territorial, porque as pequenas propriedades são férteis pelas / circunstâncias a vender as suas terras ao latifundiário, a fim de não ser / submissões, outros estados.

A grande propriedade (de acordo com a lei) porque as reservas / de terras naturais são sempre mais abundantes que nos pequenos e, fun- / damentalmente, porque os "marchantes" jogam a renda da terra, em as de- / rrações de suas plantações (milho, algodão, feijão, etc.)

As áreas constituem uma realidade social para as massas traba- / lhadoras e para as pequenas e médias propriedades, restituindo que metade / da população em idade de trabalhar é submetida a exploração na época da colheita, / porém tem sido até agora, um sustentáculo do latifúndio e um incentivo de / terial coletivo, ao desenvolvimento do capitalismo no Nordeste, prevendo / pela política assistencial do governo federal, criando serviços (serviços e / estradas de rodagem) para atender aos flagelados, que somam legiões de / centenas de milhares de pessoas flageladas.

Os flagelados formam assim um grande mercado consumidor, que / abastece os produtores ligados às obras públicas federais de a- / margem nas zonas assoladas. As massas de flagelados são expulsadas pa- / ra os "formadores". Das nove cidades do Nordeste, surge com a / "Indústria das águas", água, o capitalismo se desenvolve e cresce com o / povoamento abundante de milhares de flagelados.

Os flagelados formam assim um grande mercado consumidor, que / abastece os produtores ligados às obras públicas federais de a- / margem nas zonas assoladas. As massas de flagelados são expulsadas pa- / ra os "formadores". Das nove cidades do Nordeste, surge com a / "Indústria das águas", água, o capitalismo se desenvolve e cresce com o / povoamento abundante de milhares de flagelados.



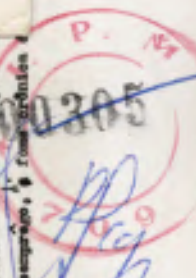
SPN

Os dados acima mencionados nos dizem que a es- / trutura econômica e social do Nordeste é muito diferente da do / Nordeste brasileiro e de uma economia pouco desenvolvida / 1950 a 1960, não houve no Nordeste um surto industrial e / uma estrutura social e econômica? A participação da regi- / ão, em decorrência, era de 17,15 em 1960, baixou para / após relativo ao regime de desenvolvimento do Nordeste / de 1950 e do Centro-Sul e explica a diminuição de / na renda nacional. A renda per-capita do nordestino, em / comparação, enquanto que no Centro-Sul, era de 22.279 cru- / zados, isto é, um habitante do Centro-Sul recebe / 3 vezes mais, isto é, um habitante do Nordeste / nos. A terceira parte da população do país, a que vive e / está acompanhando o desenvolvimento da economia nacional / do Centro-Sul, por isto se aprofunda, dia a dia, um / caráter regional, que, se persistir, poderá afetar a pro- / ducção.

O economista Odeco Furtado afirma que a popula- / ção é de 31,1% contra 33,9% do Centro-Sul; que a popul- / da na agricultura é de 71,7%, contra 51,3% do Centro-Sul / (que nos trabalhos agrícolas no Nordeste 2,3 hectares / era de 5.300,00 por hectare, contra de 27.300,00 no Cen- / tro-Sul) que a inversão de capital agrícola na agricultura / que a cada hectare nordestino correspondia 1,55 de in- / versões, contra 2,34 no Centro-Sul.

A estrutura da economia nordestina é, desde a / que a do Centro-Sul e as consequências desastrosas, afet- / as massas trabalhadoras e agravam todos os problemas so- / ciais da região.

A diferença de produtividade do setor agrícola / do Centro-Sul, e a do setor industrial, alcança a 110%. / A tendência natural da economia nordestina, de / de sua atual estrutura, é o agravamento das condições de / trabalhadoras, o aumento do desemprego, e consequentemente / da população.



CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.

Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, 30 de Set de 1964

Quarantim

Escrivão do IPM

404

1007

SPN 1

Tôdas as culturas que exigem abundância de água e de humidade porquê em zonas úmidas. A zona de aquar é a mais desenvolvida plantando as regas no Nordeste. No Maranhão é o arroz. As terras do interior do Nordeste, não / são, devido a irregularidade das chuvas e os solos rasos e pobres. / Nos vales dos rios e nas chapadas os solos são férteis, e fertilis, / apresentam-se para a agricultura. Os recursos florestais / do Nordeste estão desaparecendo, como o do Maranhão, por a região / é, entre outras coisas, em plantas oleaginosas nativas, como babaco, acaçá / e outras, e outras, de fibras de valor para a indústria, algodão, / carvão, açúcar, etc.

Mais de um terço da população do país vive na região Nordeste / de, sendo que na faixa litorânea, onde as terras são mais férteis e / mais férteis, a densidade demográfica é elevada em relação aos interiores / brasileiros. Já, localizam-se as principais cidades e o parque indus- / trial. "Estimamos que dentro de uma faixa litorânea de 100 quilômetros / de largura, a partir da costa atlântica, desde a divisa da Bahia com o / Espírito Santo até a divisa do Maranhão com o Pará, se encontram 546 / da população e tem origem 75 a 80 por cento da produção agrícola, in- / dustriativa vegetal, mineral e industrial do Nordeste" - Primeiro Plano / desenvolvimental do Nordeste, pag. 40 -

Paranápolis, Bahia e Ceará são as cidades mais desenvolvidas da / Região, nas quais a indústria de transformação é maior e onde há / atração do capitalismo na agricultura (uma de apucarana, outra, algodão.) / A classe operária da indústria de transformação, / dos transportes começa a obra de 690.000 trabalhadores, corresponden- / te a 3% da população. É um proletariado combativo que em diversas ve- / zes já empolgou a nação com as suas lutas.

No campo vive 73% da população da zona em apuro. Os indivíduos / de 10 anos a mais que vivem e trabalham na agricultura ociosa, no ano / de 1950, 4.000.000.

A população inativa, urbana, suburbana e rural, segundo o censo / de 1950, atingia a 1.156.000 de 10 anos e mais! As zonas de 10 anos / a mais que exerciam atividades domésticas e atividades não remuneradas, / também, de acordo com o censo de 1950, somava a 7040.000.



289
w

SPN 2

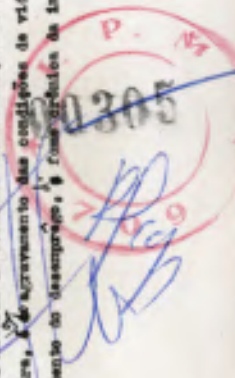
- 4 -
Os dados acima mencionados nos indicam que a estrutura social do / Nordeste corresponde a de uma economia pouco desenvolvida. No período de / 1950 a 1960, não houve no Nordeste um surto industrial que modificasse a / sua estrutura social e econômica. A participação da região na renda nacional / mal, em desrespeito, era de 17,1% em 1950, baixou para 14,5% em 1955. O / apuro relativo ao Nordeste desenvolvimento do Nordeste é aproximadamen- / te de 1/3 em relação ao Centro-Sul e explica a diminuição de sua participação / na renda nacional. A renda per-capita do Nordeste, em 1955, era de 7.400 / cruzeiros, enquanto que no Centro-Sul, era de 22.779 cruzeiros, ou seja / 3 vezes mais, isto é, os habitantes do Centro-Sul ganham por 3 nordesti- / nos. A maioria da população do país, a que vive no Nordeste, não / está acompanhando o desenvolvimento da economia nacional no mesmo ritmo / do Centro-Sul, por isto se aprofunda, dia a dia, um desigualdade de / caráter regional, que, se persistir, poderá afetar a própria unidade na- / cional.

O economista Celso Furtado afirma que a população ativa do Nor- / deste é de 31,1% contra 11,5% do Centro-Sul; que a população ativa ocupa- / da na agricultura é de 71,7% contra 51,1% no Centro-Sul; que um homem ocu- / pa nos trabalhos agrícolas no Nordeste 1,1 hectares contra 2,4 no Cen- / tro-Sul; que a inversão de capital fixado na agricultura nordestina / era de 6.300,00 por hectare, contra de 27.000,00 no Centro-Sul e ainda / que a cada unidade nordestina correspondia 1,55 unidades instaladas nas indús- / trias, contra 2,4 no Centro-Sul.

A estrutura da economia nordestina é, de fato, mais estagnada / que a do Centro-Sul e as consequências são: fome, brutalmente, / as massas trabalhadoras e agravam todos os problemas sociais das grandes / cidades da Região.

A diferença de produtividade do setor agrícola é de 52% a favor / do Centro-Sul, e a do setor industrial, começa a 115%.

A tendência natural da economia nordestina, dentro dos limites / de sua atual estrutura, é o agravamento das condições de vida das massas / trabalhadoras, o aumento do desemprego, a concentração da riqueza na maioria / da população.



SPN 2

Paraná, são poucos anos, era a maior, sua produção é a metade da de São Paulo. Pernambuco domina a produção açucareira do Estado. Sem modernizar a agricultura caudalícia, este tradicional ramo da economia nordestina manter-se em fase de estagnação. O Centro-Oeste de emprego e renda, o setor açucareiro deixa de ser o complexo econômico nordestino. O Nordeste político desenvolvimentista em benefício do Nordeste econômico, fortalecendo a economia e sua estrutura atual e a alimentação dos restos de...

A cultura algodoeira é tradicional na área que os agricultores arriados, recebem alugar as necessidades mais urgentes, nas regiões de São Paulo, e, durante as colheitas com a venda de algodão é ainda retinente, com processos arcaicos e infelizes e a seleção de sementes expurgadas, por hecetar é pequena em comparação com a do Paraná, São Paulo e Minas e colheitas 670, 633 respectivamente; no Ceará, Rio Grande do Norte, rendimento por hectare é de 300, 260, 310 e 290. As razões dessa desigualdade são: a falta de sementes primitivas, a terra não é, em geral, arada, as condições culturais são diferentes, estando em terras produtivas vários anos, mas que não possuem terras extensivas, por isso de latifúndios, no entanto, do capitalismo na agricultura algodoeira.

A Bahia, Pernambuco e Ceará são os maiores do país, segundo São Paulo. Pernambuco produz 600 toneladas respectivamente, de 1.241, 506, 637 e é muito grande entre Bahia e São Paulo, de um lado do outro.

290
W

13

SPN 2

A extração de minérios do Estado do Nordeste é a exploração imperialista de minérios. Minas Gerais, como a energia elétrica, servem aos interesses das subsidiárias de Ford and Chase, que dominam a distribuição nos consumidores e sofrem fabulosos lucros. A SAREMA e a SAREMA têm condições e condições de algodão. As companhias estrangeiras distribuidoras de derivados de petróleo exercem a realidade de monopólio.

Causas de menor incidência, no Estado do Nordeste, mas de importância para o desenvolvimento da região que se não deve deixar de mencionar, é a transferência de recursos acumulados pelas indústrias e universidades para serem investidos no sul do país. A soma desses recursos é desconsiderável, porém elevada e se tratassem em alguns bilhões de cruzeiros. Isto nos mostra o caráter expulso do capitalismo, que é a negação das afirmativas de que há progresso da região e o bom estar da sua população. O desenvolvimento que os capitalistas do Nordeste procuram, não vai além de seus interesses, dos lucros que esperam auferir. O problema social não é considerado digno de solução.

O capitalismo no Nordeste, e seu surgimento, se deve a acumulação das latifúndios e, por isso, na sua maioria, populações e latifúndios, são organicamente ligados. O senhor de engenho, e fazendeiro, são também industriais e comerciantes.

Os ramos agrícolas mais desenvolvidos da região são os de cana-de-açúcar e exportação. Os comerciantes mais fortes, trabalham principalmente com feijão, algodão, cacau, amendoim e fumo. As melhores terras são utilizadas para cultivar produtos para exportação em detrimento da produção açucareira, insuficiente para alimentar a população nordestina, porque isto interessa aos grandes proprietários de terras. A monocultura de cana-de-açúcar impede no litoral, de São Paulo ao Rio de Janeiro, de terras férteis, onde não há abono e a concentração de propriedade territorial é a maior da região. A cultura canieira do Nordeste é muito atrelada aos feudos rurais, por hecetar, é dos mais baixos do país. Enquanto em São Paulo, a produção alcança de 70 a 80 toneladas por hectare, no Nordeste não passa, em média, de 30.

290
W

SPN 2

A Bahia cultivava o café de quarenta e mil hectares de cana. É o maior produtor de café e o maior exportador. A agricultura canieira é monocultura, baseada no latifúndio, com todos os instrumentos necessários para a economia da região e para as massas trabalhadoras.

A cultura do fumo ocupa um lugar de destaque, na agricultura baiana, como terceiro produtor, depois do Rio Grande do Sul e de Minas.

A chamada agricultura de subsistência, a cana-de-açúcar, é bem difundida em toda a Região Nordeste, porém devido ao monopólio da terra pelos latifundiários e a monocultura da cana-de-açúcar, nas terras melhores e onde não há abono, não se cultivam cereais suficientes para abastecer as populações dos centros industriais da região. O Nordeste importa cereais e produtos da pecuária para alimentar os seus habitantes.

O Ceará é o maior produtor de feijão e milho, e o Nordeste de arroz do Nordeste. A qualidade dos produtos, no entanto, não é boa porque a seleção de sementes não se faz, nem há instituições governamentais, como há para a cana-de-açúcar, o cacau, e fumo, que orientam, ajuda e selecionam e fornecem sementes para os agricultores.

Por isso, o custo de vida no Nordeste, é dos mais elevados do país. Hoje é de 25,6%, mais alto que no Rio de Janeiro, segundo afirma o economista Celso Furtado.

A pecuária é explorada com métodos extensivos, devido à falta de assistência técnica, e seu rendimento é pequeno e insuficiente para suprir as necessidades da população, em carne e laticínios. Acresce que nas épocas das secas perigosas a situação se agrava, entropionária. Os rebanhos são diminuídos pela falta de forragem.

As relações de produção semi-feudais impõem nas fazendas, onde o vaqueiro, e pessoal que se ocupa da manutenção dos rebanhos, recebem salários baixíssimos. Como "corredores" que são das terras da fazenda, essas culturas são transformadas em pastagens, depois das colheitas. Desta forma o latifundiário percebe a venda da terra em forragem e assegura a obra barata para tratar os rebanhos.

Essa forma de exploração da população só pode subsistir sob o latifúndio e sob o atrelado da economia da região. Pretender "racionalizar" a criação no Nordeste, com o desalojamento compulsivo das populações, não solucionará alguns econômicos, não obstante a irracionalidade, como que é secundário e antieconômico.

290
W

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.

Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, CB, 30 de Set de 1964

[Handwritten signature]

Escritório do I.P.M.

117

117

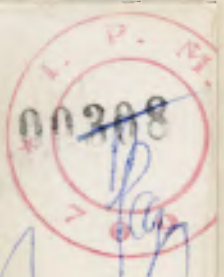
SPM/8

Pernambuco, até poucos anos, era o maior produtor de açúcar, e sua produção é a metade da de São Paulo. Decessaria famílias em Recife dominam a produção açucareira do Estado.

Com o declínio da agricultura açucareira e a produção açucareira, este tradicional ramo da economia nordestina, não tem condições de manter-se em face da concorrência do Centro-Sul. Já em alguns, como fiação de algodão e têxtil, o setor açucareiro deixou de existir um fator limitador no complexo econômico nordestino (Caleo Furtado). Porém, uma justa política desenvolvimentista em benefício das massas trabalhadoras, só terá efeito, fortalecendo a economia açucareira, com a modificação de sua estrutura atual e a eliminação dos restos feudais mais antigos existentes.

A cultura algodoeira é tradicional na Região, tem sido através dela que os agricultores sertanejos, recebem algum dinheiro, para atender as necessidades mais prementes, nas vilas das serras com a venda de algodão, e, durante as colheitas com a venda do produto. O cultivo de algodão é ainda rotineiro, com processos arcaicos, pouco se usa as máquinas e a seleção de sementes esmeralhadas. Por isso a produtividade, por hectare é pequena em comparação com a do Centro-Sul. Enquanto, no Paraná, São Paulo e Minas se colhem 676, 633 e 475 quilos por hectare, respectivamente; no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, o rendimento por hectare é de 362, 268, 110 e 288 quilos, respectivamente. As razões dessa diferença são várias: a primeira é que os processos agrícolas são primitivos. A terra não é, em geral, arada e de que as variedades de algodão cultivadas são diferentes, estando em voga as de longa duração, que produzem vários anos, mas que dão pouco rendimento. O método de culturas extensivas, próprio de latifundiários, mostra a incapacidade em larga escala, do capitalismo na agricultura algodoeira.

A Bahia, Pernambuco e Ceará são os maiores produtores de algodão do país, seguindo-lhes São Paulo. Rendimento por hectare/ano nos quatro Estados é respectivamente, de 1.242, 306, 637 e 946 quilos/ano. Disparidade é muito grande entre Bahia e São Paulo, de um lado, e Pernambuco e Ceará, do outro.



SPM/2

A extra enorme massa do açúcar do Nordeste é a exploração imperialista da massa econômica. Em São Paulo, com a migração de famílias, com seu interesse das subsidiárias da Ford and Iliars, que dominam a sua distribuição nos comércios e afluem fábricas lucrativas. A BARRA e a SERRA têm controle a produção e o comércio de algodão. As companhias estrangeiras distribuidoras de derivados de petróleo, exercem, na realidade, monopólio.

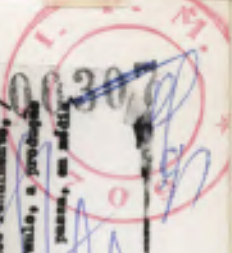
Causas de menor incidência, no açúcar do Nordeste, mas de importância para o desenvolvimento da região que se não deve deixar de mencionar, é a transferência de recursos acumulados pelas indústrias e unidades para serem investidos no sul do país. A soma desses recursos é descomunal, porém elevada e se traduzem em alguns bilhões de cruzeiros.

Isto nos mostra e carter explorador do capitalismo, que é a origem das atividades de que a região e o progresso da Região e o bem estar de sua população. O desenvolvimento que os capitalistas do Nordeste possuem, não vai além de seus interesses, dos lucros que esperam auferir. O problema social não o consideram digno de solução.

O capitalismo no Nordeste, o seu surgimento, de deve a acumulação dos latifundiários, por isto, na sua maioria, capitalistas e latifundiários, são organizadamente ligados. O senhor de engenho, e fazendeiro, são também industrial e comerciantes.

Os ramos agrícolas mais desenvolvidos da região são os do café, óleo de exportação. Os comerciantes mais fortes, trabalham precisamente com esses gêneros: açúcar, algodão, cacau, amendoim e fumo.

As melhores terras são utilizadas para cultivar produtos para exportação em benefício da produção açucareira, insuficiente para alimentar a população nordestina, porque isto interessa aos grandes proprietários de terras. A monocultura de cana-de-açúcar impede no literal, de surgir no da Paraíba, na faixa úmida, de terras férteis, onde não há áreas e a concentração de propriedade territorial é a maior da Região. A agricultura açucareira do Nordeste é muito atrasada, seu baixo rendimento, por hectare, é dos mais baixos do país. Enquanto em São Paulo, a produção alcança de 70 a 80 toneladas por hectare, no Nordeste não passa, em média, de 20.



290

SPNA 10

e a indústria não há um monopólio que industrialize as matérias-primas.

As plantas oleaginosas nativas são abundantes e variadas na Região Nordeste, mas a exploração estrutural do rendimento, por causa da distância do porto, além do que, constitui uma das formas de realização do território, na estrutura latifundiária vigente nas zonas semi-áridas, e portanto, um dos pilares da manutenção do monopólio.

Os habituais, as oficinas, os curtiúcos, são nativos. Há ainda, diante dos elevados preços, no mercado internacional, é que se /

Na zona semi-árida, o cultivo de fibras, como o algodão, o sisal e /

As que não gozam dos favores dos governos para os fornecedores de /

As fibras de algodão, bem assim, as oleaginosas e a fibra de carabuba, não /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

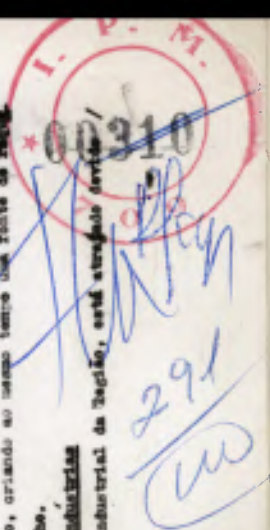
Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /

Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De /



no município da terra e no domínio do imperialismo na economia nacional. Não /

As indústrias existentes, e estas poucas, com uma técnica /

É o caso da indústria têxtil, que, com raras exceções, não modernizou e nem /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

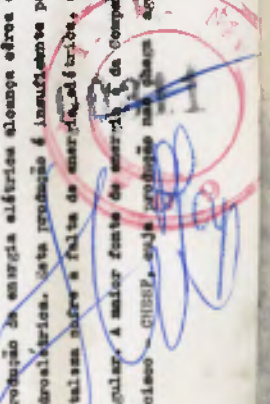
As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /

As indústrias têxteis, em consequência de diversas razões foram /



SPNA 11

o consumo. Com a ampliação de sua capacidade na primeira etapa de ex /

A energia termo elétrica também é pouco além da obra e da /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

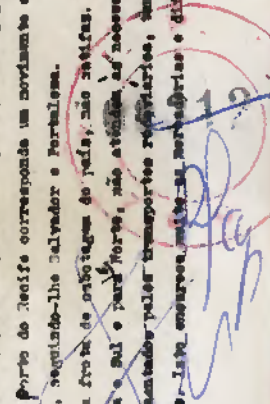
A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /

A distribuição de energia elétrica em Recife, Manaus, Belém /



CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

Adina de S. G.

Ess. 1920 do I P M

413

SPNA 10

Na sede a produção não só as indústrias que industrializam os produtos das indústrias.

As plantas oleaginosas nativas são abundantes e variadas na região. Sua exploração extensiva do rendimento, porque as despesas são pequenas para colhar, além do que, constitui uma das formas de realimentação da renda territorial, na estrutura latifundiária vigente nas zonas semi-áridas do Nordeste, e portanto, um dos pilares da manutenção do monopólio da terra.

Os bacabaís, as officinas, os curatubás, são nativos. São altamente, diante dos elevados preços, no mercado internacional, e que se cultivam, curatubás e officinas, com vistas à exportação.

Na zona semi-árida, o cultivo de fibras, como o carof, o sisal e o agave produzem bem e é uma fonte de recursos para os produtores do sertão, mas que não gozam dos favores dos governos para desenvolver suas culturas, industrializando matéria-prima e exportando. Por isto, as fibras vegetais do Nordeste, bem assim, as oleosinas e a obra de carnaúba, não têm mercado fixo consumidor interno, sendo ao saber das exigências complexas dos mercados internacionais. São culturas instáveis, e um estável visto semi-estável, em que se não pode apoiar com firmeza, a economia da região.

Tudo isto, para o Nordeste
Os recursos minerais do Nordeste são abundantes e variados. De extração fácil no Piauí, Ceará e R. N. do Norte em grandes quantidades. O chumbo, urânio, mangandê, talco de Malé, o mármore, xelita do Rio G. do Norte. Há incidências de minérios de ferro em vários Estados.

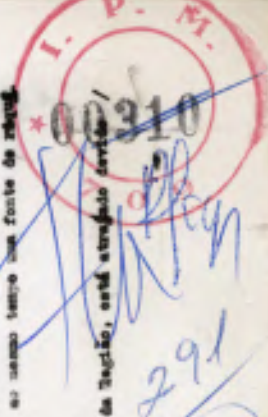
No entanto, como não são industrializados na região, os minérios aproveitados, pelos produtores internacionais, flocos cada vez mais pobres, apenas com os benefícios deixados pelas companhias mineradoras.

O petróleo se dá com a exploração do petróleo, na Bahia, com a extração de petróleo no Rio G. Norte e em outros Estados, e com a exploração de fosfatos em Pernambuco, onde são beneficiados esses produtos para o consumo interno e para a exportação, criando ao mesmo tempo uma fonte de renda, de acumulação e de trabalho.

Indústrias

O desenvolvimento industrial da região, está atrelado ao desenvolvimento

291
CW



413

comum. Com a exploração de sua capacidade na primeira etapa de construção será atender a demanda de economia no seu estágio atual. (10 de 11/1968)

A energia termo elétrica também é pouco além de obra e de investimento fornecimento.

A distribuição de energia elétrica em Recife, Macoé, Salgueiro, é feita pelas subestações da Bond and Shars do Nordeste, fornecida pela CHESF a preços baratos e entregue aos consumidores por 4 ou 6 vezes mais caro. Converte a Pernambuco Transm. em de lucro, anualmente, obra de quinhentos milhões de cruzeiros em Pernambuco, segundo o relatório da Comissão de Investimento, nomeada para averiguar a situação da companhia. As subestações da Bond and Shars não produzem mais energia termoeletrônica e deixaram ao mesmo tempo que os serviços bondes das capitais do Nordeste. Desajustadas, apesar das concessões monopolistas de que gozavam abundante, proteção que era pelos governos de vários Estados, onde exploravam os serviços públicos de fornecimento de energia e bondes. Circulam bondes e a energia elétrica é de fonte térmica, somente nos Estados que na energia vem diretamente.

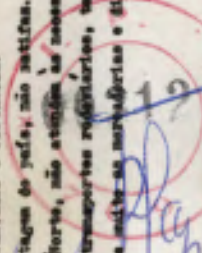
Isso demonstra, sobejamente, o caráter, repete, expoliado, de impropriedade em todos os ramos da economia de qualquer região.

Os transportes do Nordeste são deficientes, não atendem às necessidades da economia local. Sendo como é a falta literária e mais desenvolvida e onde se concentra de 75 a 80 por cento da produção, é lógico que a manutenção seja o sistema de transporte mais importante para a região.

O movimento anual dos portos da região atinge a ordem de seis milhões de toneladas, correspondendo cerca de 25 milhões a importação e 3,5 milhões de toneladas, representada esta pelas seguintes produtos principais, em ordem decrescente de toneladas: petróleo e derivados, sal, açúcar, babaçu (óleo, charadas e torta) algodão (óleo, fibra, torta e tecidos) couros, algodão, amendoim, arroz, tabaco, couros e peles, cereais, papéis, fósforos e cimentos. O porto de Recife corresponde um movimento anual de 2 milhões de toneladas, seguindo-lhe Salvador e Fortaleza.

No entanto, a falta de abastecimento de petróleo, não nativos. Os transportes marítimos para o Sul e para o Norte, não atendem às necessidades da região, sendo complementados pelos transportes regionais, tanto para o Sul como para o Norte. Isto acarreta muita dificuldade e prejuízo e /

SPNA 12



14

SPM 15

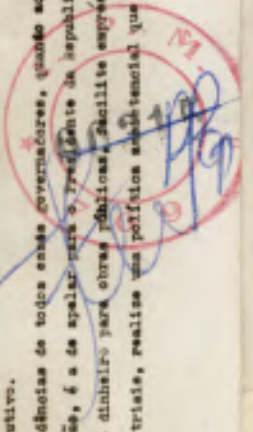
pela burguesia, as custas dos sacrifícios das massas trabalhadoras. Os comunistas, como a parte mais combativa e consequente dessas forças, não podem emprestar e seu apoio e cooperação política deve ser a de crítica, objetivamente, apresentando outra saída, com a industrialização estatal ou mista, com a produção dos capitais do Estado.

Os métodos mais "bucalísticos" da burguesia desenvolvimentista do Nordeste, ao levantar a questão agrária, o faz de acordo com os interesses de classes, sem levantar tocar, nos "segredos princípios" da propriedade privada. Para eles não é preciso a reestruturação de sistema de latifúndio.

Advogam unificando a racionalização da agricultura, entendendo-se por esse conceito a integração da racionalização, créditos abundantes, máquinas e a longo prazo a agricultura; assistência técnica e garantia de preços compensadores aos produtores agrícolas. Como se pode observar tal política combaterá o fortalecimento do monopólio da terra, a concentração da propriedade do capital e a concentração do campo - desenvolvimento de um sistema de produção - e não no de uma reforma agrária radical, como exigem as massas trabalhadoras, de distribuição das terras das latifundiárias aos camponeses sem terra ou com pouca terra. (11/6 41473)

A luta que se trava para fazer prevalecer os interesses das classes e camadas sociais, no âmbito da burguesia desenvolvimentista, que se avultou depois do Congresso de Salvagem do Nordeste, em 1955, e foi vitoriosa, na pugna / eleitorais de 1956. Os partidos políticos que a sustentaram, que culpavam o governo federal pelo atraso do Nordeste, ganharam influência nas massas e conquistaram posições-chave na administração de vários Estados: no Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A UDN ganhou as eleições, eligeu seus governadores. No Ceará o governador udnista perdeu para a coligação PTB - PSD. No Piauí e no Maranhão a coligação PSD-PTB venceu e o Executivo.

As tendências de todos os governadores, quando aos problemas de industrialização, é a de apoiar mais o presidente da República para que se solva tudo: dê dinheiro para obras públicas, facilite empréstimos, financia projeto industrial, realize uma política aduaneira que compense os de



receita por no Centro-Sul do país, onde a tributação excede de muito pouca a federal (mais 7 por cento deste representa quase o dobro (mais de 85 por cento) da receita total e agravar-se com a correctiva 204, devido os impostos de consumo e de venda e o ineficaz, sobre quase todas as transações, nos da população de rendas reduzidas.

A política orçamentária de Jamil Quadros, deparou de União, veio criar dificuldades para o sistema federal para realizarem quase todas as regiões da Instrução 204, para a política desenvolvimentista, sendo, veio desenvolver de muito as esperanças da região federal no Nordeste. Embora, afirmou o governador de 204 na Região, sem tal compensação, não a equalar as suas consequências.

Uma forma as adaptações desenvolvimentistas da burguesia do Nordeste, deparou, agora, com as suas dificuldades. Como admitiram que o governo facilitou diversas nos projetos industriais da SUDAM, com 50 por cento do capital, não serão criadas para que essas indústrias criadas, concorram em condições imobilizadas, custuras proporcionais mais baratas. Isso, se adiciona mais um motivo, a diferença existente entre a burguesia do Centro-Sul e a do Nordeste, a favor da burguesia do Centro-Sul e a favor do processo de desenvolvimento do capitalismo - confirma a lei da desigualdade de desenvolvimento. Essa desigualdade, se de uma parte, alimenta e fortalece a burguesia do Centro-Sul, da outra parte, acentua a burguesia e faz surgir as divergências, entre o Nordeste e o Centro-Sul, com respeito à política econômica do governo da União.

As forças nacionalistas e progressistas do Nordeste, contra as causas básicas do atraso da região da terra e a dominação imperialista, como a economia para imprimir um caráter diferente no desenvolvimento

15

intercâmbio comercial do Nordeste com o país.

Devido ao péssimo sistema ferroviário do Nordeste, estas possibilidades não são aproveitadas, (como há pouco tempo a R.F. do Nordeste foi ligada com a R.V. Guararapes), e não vem cumprindo o seu papel de cooperar a produção para os centros consumidores e para os portos. As rotas viárias foram conquistando primazia. Hoje, as rodovias ocupam a função de via de penetração melhor e mais economicamente que as estradas de ferro. De fato, sendo como não, de custos elevados, as companhias não construíram em zonas de grande produção agrícola, indústria ou industrial.

Quando se fala em desenvolvimento, não se pode esquecer o problema das áreas periféricas, e o sistema constitui um sistema de rodovias relativamente baratas, concorrentes das ferrovias. Portanto, antes de atender as exigências da Região.

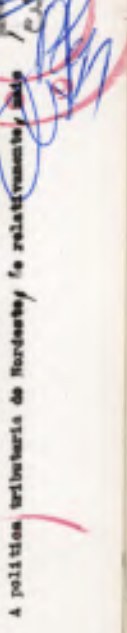
No entanto, a modernização do sistema ferroviário se impõe, dentro do quadro de uma política desenvolvimentista verdadeiramente progressista, com a modificação da estrutura agrária, e a descentralização, que aumentará a produção agrícola, exigirá um volume de transportes eficientes e baratos, que somente as boas ferrovias podem proporcionar no interior.

No Nordeste não tem nenhuma empresa de navegação marítima de importância e que demonstra a sua dependência da empresa do sul. Também não se refere às empresas aéreas, todas têm suas bases no Centro-Sul, apesar de o movimento de passageiros do Nordeste para o resto do país ser considerável.

Os estabelecimentos de crédito da Região, trabalham com taxas muito altas de juro, o que dificulta o financiamento da pequena e média indústria e das explorações agrícolas extensivas. O Banco do Brasil, faz empréstimos que o pequeno produtor não pode aceitar.

O Banco do Nordeste trabalha, provavelmente, com grandes empréstimos e não facilita aos pequenos produtores. De modo que, os bancos do governo para financiar as grandes indústrias e fazendas rurais.

As agências bancárias do Nordeste, dos estabelecimentos de crédito com sede no Centro-Sul, funcionam aqui como administradores de fundos, para financiar investimentos de lá. (11/6 41473)



SPM 15

292

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB 30 de Set de 1964

[Handwritten signature]

Escritório do I.P.M.

415

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou té

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

Edna Cruz de Aguiar

Est. 1420 de 1964

410
1420

desagilidade e os desenvolvimentos sociais, precedidos pela região de
 Leticia, da monocultura e pela exploração econômica do café, etc. etc.
 Não formam sequer uma política local, fundamentada nas possibilidades /
 reais existentes, de ensinar e estimular a produção de alguns produtos /
 referentes às terras devolutas, que devam ser entregues aos camponeses; /
 e não a nacionalização de empresas imperialistas, sobre a utilização das /
 atividades dinâmicas públicas, visando atender as necessidades sociais, que
 no Nordeste não existem que as do Centro-Sul.

Em resumo, os governadores mineiros estão administrando para as
 massas trabalhadoras da mesma forma que seus predecessores positivistas, /
 apesar da junta crítica que fizeram, contra a corrupção e os desmandos /
 administrativos, durante as campanhas eleitorais, *quando não estavam /
 administrando. Não há um plano, não há um programa político.*

Mas comunistas, em geral espantados com as críticas vindas do
 pensamento no Nordeste, porque elas se confundem com a reação desorganizada /
 da, contra o mesmo partido, em vários Estados, particularmente em Pernambuco.

→ *que é o resultado de um erro de avaliação, malizar do ponto /
 de vista da classe, os partidos políticos de maior influência na região; /
 suas ligações com os latifundiários e os mineiros imperialistas. Não se /
 sentiu, tanto o PSD como a UDF, tão apegados entre os latifundiários, os /
 industriais e os comerciantes, por isso como a UDF não era governada na maioria /
 dos Estados do Nordeste, como força de oposição, opôs-se ao governo na maioria /
 da burguesia e das massas trabalhadoras descontentes com a situação reagan /
 ta. Os comunistas apertados, em geral, essa atitude da UDF, mais do que /
 isto, formularam um político desenvolvimentista no Congresso de Belém /
 do Nordeste, que serviu de bandeira mobilizadora das massas, bandeira essa /
 que vem sendo desvirtuada pela burguesia mineira no poder, ao pretender um /
 desenvolvimento evolutivo para satisfazer os seus interesses de classe, em /
 detrimento das massas laboristas.*

No que se refere à política municipalista, não se vêem nos pro-
 gramas pré-eleitorais, dos candidatos a postos eletivos, de prefeito, de
 os governos dos Estados e da própria União, feito nada de valor fora da es-
 nias rotinas burocráticas administrativas, apesar do grilo que se ouve, no
 terior de todos os Estados do Nordeste.



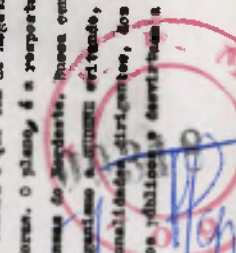
por quais, de uma ou outra forma, se procura estimular a produção de
 assuntos palpáveis.

Os diversos movimentos de opinião existentes no Nordeste e no
 país tiveram, nas estruturas governamentais, *em geral, /
 que foi organizada a UDF, tendo sido elaborada o Plano Diretor de /
 Desenvolvimento do Nordeste, plano que corresponde plenamente aos /
 interesses da burguesia. O plano em si mesmo apresenta um desenvolvimento /
 do Nordeste, tomando esta apenas, mas suas possibilidades, como sendo /
 de caráter econômico-social do Nordeste, em seu todo, porque o plano se /
 sua assidua objetiva fortalecer o capitalismo na região, de outras /
 das vantagens que a região pode oferecer.*

O Plano não apresenta um desenvolvimento de caráter estatal,
 porém tem por fim, ajudar a fortalecer as indústrias da região. O pla-
 no não formula nem prevê a modificação da estrutura agrária da região,
 e não ser desleixar a fronteira agrícola do Nordeste para o Norte, com
 e movimento da estrutura de entrada existente, com os habitantes das
 zonas semi-óreas, objetivando, assim criar novas, grandes fazendas /
 pecuárias com ajuda financeira e técnica do governo da União.

O plano estabelece a criação de um sistema de transportes, /
 ferroviário, ferroviário e marítimo, superior e em desarmonia com as /
 possibilidades reais de produção da região. Ao não considerar a neces-
 sidade de uma reforma agrária local, por mais limitada que seja, e, ao
 não combater, concretamente, a monocultura de cana-de-açúcar e do álamo
 não formulou as condições indispensáveis para o rápido aumento do volu-
 me de exportações e seu transporte pelo sistema de transportes plane-
 jado.

Apesar de tudo o Plano Diretor, embora apresente pontos /
 que as forças progressistas e, particularmente, os comunistas não po-
 dem deixar de apoiar, embora lutem contra o que tem de negativo, re-
 tra não servir às massas trabalhadoras. O plano, é a resposta burgue-
 se aos anseios de progresso das massas do Nordeste. Inconscientemente /
 nas várias as obras federais em se organizando a *uma comissão, debru /
 forma, que se diversos grupos e personalidades dirigentes, dos Estados /
 e os municípios, também se dirigiram, também se desvirtuam a sua /*



SPM / 18

440

293

CU

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.

Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

Quadrini

Escritório do IPM

424

hzh

SPN 80

organizações sindicais das operarias são tradicionais, algumas têm um hierarquia de luta pelos direitos da classe operária significativos, no entanto, é comum em todas elas, a ausência de um quadro de associados.

O movimento sindical, em geral, tem sempre em sua organização e unidade, um dirigente quando luta reivindicatória vitórias, mas não se pode negar que as conquistas reivindicatórias no sindicalismo /

ideologia burguesa, o apoliticismo, visando atuar o movimento / socialista, Partido, dos sindicatos, tem fortes raízes no movimento / sindical do Nordeste. Concorre para isto, em certa medida, a situação / de precária previdência social, uma região subdesenvolvida do país, com

no é o Nordeste, deficiente em quase todos os aspectos, com as condições das suas condições financeiras para atender aos seus beneficiários /

além e com uma situação normal, provinda pelo excesso de fugas / elementares, políticas insurrecionais e consequentemente a situação /

trabalho, o trabalho político e ideológico entre os trabalhadores, a situação de dependência econômica e política, a situação /

A classe operária não possui um só dia de luta / reivindicações sindicais e para melhorar e moralizar a previdência social. Tem várias vezes luta permanente. Numerosos Congressos /

sindicais nos estados, realizados, quase que anualmente, nos quais são debatidos os objetivos a conquistar e as formas de lutar, mas sem resolver a questão da terra para quem a trabalha e sem acabar com a exploração imperialista, a classe operária não poderá vencer no sentido de suas conquistas econômicas, políticas e sociais.

Em alguns estados do Nordeste, como Pernambuco, Ceará, Paraíba e Alagoas, o movimento sindical tem tradição e possui uma história nos anos, as organizações sindicais do Nordeste, as "ligas" têm estado sempre no campo no país. Isto se deve a que as condições objetivas são muito favoráveis, como de resto em todo o Brasil, porém, fundamentalmente, a situação dos empregados, que são sempre uma preocupação constante da direção estadual, que tem procurado sistematicamente as condições para fazer o movimento crescer e localizar os erros / condições, muitas das quais, nos últimos séculos revêem nas organizações do campo.

A principal experiência dos empregados do Nordeste, nos últimos do tempo, é a de que as lutas as manifestações políticas, nos

Handwritten signatures and stamps in red ink, including a circular stamp with the number 19319.

aplicação para satisfazer os interesses da população no interior. O plano Diretor, iniciado e estudado e o planejamento de questões importantes do Nordeste, e, por isto, as ligas progressistas se mobilizam para pressionar o parlamento para aprová-lo, considerando os interesses específicos de grupos e de alianças de latifundiários.

A situação de miséria das massas trabalhadoras do Nordeste, como decorrência da exploração das camadas pelos grandes proprietários da terra, da exploração imperialista do país, da desigualdade de desenvolvimento do capitalismo no país, do fechamento das portas /

classe, tudo isto cria condições objetivas favoráveis para a atividade de do partido junto aos trabalhadores das cidades e dos campos, junto aos camponeses, junto à pequena burguesia em processo de proletarianização permanente, junto enfim as camadas populares.

Seu levantamento e o mesmo Partido a luta contra o desemprego na região, apresentando como solução a reforma agrária e o comércio, a emancipação das camadas das trocas imperialistas.

A situação de dependência econômica e política, a situação de luta / para combater o analfabetismo, pois no pouco de vida legal de que gozam nos em Pernambuco, organizações, mesmo no Recife, há escolas sob a /

responsabilidade das organizações de base do Partido. A luta pela melhoria das condições sanitárias do povo e pela resistência sindical-dominária à população, sempre tem sido uma preocupação de massas criadoras, em todas as organizações políticas de que participam.

A classe operária do Nordeste embora menos ativa, como no Nordeste de vanguarda, em defesa de seus interesses, de suas reivindicações salariais.

No povo do Nordeste, o mesmo Partido sempre apresentou como perspectiva de luta por um governo diferente, governo nacionalista e democrático, capaz de encaminhar a solução de todos os problemas do povo e das massas trabalhadoras. Porém o nível insatisfação organizacional dos trabalhadores, reflete, em certa medida, a insatisfação econômica e a grande oferta de mão de obra no mercado de trabalho.

Handwritten number 294 and initials.

Handwritten signatures and stamps in red ink, including a circular stamp with the number 19319.

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, 30 de Set de 1964
Alma and' cap

428

428

A organização dos socialistas de campo deve ser em condições rurais, porque as relações entre o socialista e o país, são relações entre o capital e o trabalho, e não entre o capital e o trabalho. A organização trabalhista. No entanto, a resistência do Ministério do Trabalho para reconhecer os sindicatos rurais, tem sido insuperável, porque não existe um movimento de solidariedade dos estudantes de indústria devido às incompreensões no referente à filiação dos trabalhadores rurais ao IAT, ou a que instituições?

Se a solidariedade aos trabalhadores de campo e em definir a que instituições irão, não logramos organizar a massa de milhões de trabalhadores rurais, dentro dos marcos constitucionais vigentes.

O movimento estudantil tem muita influência no Nordeste e atuação política de vanguarda, nas causas democráticas e progressistas, principalmente nas capitais. A formação sempre se manifesta a favor das lutas nacionalistas e das causas populares, porém a organização dos estudantes deve ser em função de tarefas concretas, objetivos, meios de mobilização.

O partido deve ter próprias organizações dentro os estudantes. A forma não imposta, que talvez realizar como política de propaganda e agitação das ideias do socialismo, de nossa linha política, que sejam suficientemente perfeitas, para manter a sua independência política, em qualquer situação, jamais diluir-se no meio corrente a fim de ter de conservar a sua doutrina mais revolucionária, abstratamente e involuntariamente que diluir no movimento estudantil, apoiado nos próprios líderes de colégios. A experiência nos mostra que é necessário que as organizações estudantis não se desvinculem das faculdades secundárias e formem um corrente no movimento secundário e universitário, para defender as liberdades democráticas, as organizações nacionalistas e as reivindicações dos estudantes, e, também para não se diluírem no meio das correntes reacionárias.

Entre os nacionalistas a situação deve ser vista, segundo o pensamento, levando em conta que a maioria dos colégios são escolas-igrejas. O trabalho tem que ser mais cuidadoso, pois alguns são ligados ao trabalho, e se começa com uma equipe de jovens que são dedicados, disciplinados e que podem aprender.

SPN 23

A tarefa é, pois, preparar ideologicamente e politicamente, os quadros do movimento estudantil, para trabalhar em um ambiente em que vivem, sob o domínio do capitalismo, ambiente em que prevalece a ideologia da burguesia e da grande burguesia, das latifundiárias e do clero.

A luta das forças nacionalistas em defesa das riquezas do solo, da petrobrás, das minérios nacionais, pela melhoria do salário / Brasil-Indústria Unidos, pela decomposição da burguesia, pela revogação dos ajustes de Hobart, sempre encontrou entusiasmo após em todo o Nordeste, não somente da parte dos trabalhadores, dos camponeses e dos estudantes, mas sobretudo da classe média e de setores da burguesia não vinculada aos setores norte-sudestinos.

O movimento nacionalista tem profundidade e se lidaram empresas de massas nas cidades de Recife, Campinas, Curitiba e São Paulo, porque mobilizou camadas da burguesia intervencionista na luta contra o imperialismo. As conquistas das empresas nacionalistas, do ponto de vista técnico, imediato, beneficiou mais a burguesia que o proletariado. Não, se tomarmos do ponto de vista geral, de sua perspectiva histórica, se ligarmos a ação do imperialismo, especificamente a revolução socialista.

Dai a importância do movimento nacionalista para a classe operária.

No Nordeste, as organizações econômicas dos setores imperialistas de maior força é que mais entraram e desenvolveram no Rio Grande, e desenvolveram com maior velocidade, são: as subsidiárias da Shell, a empresa em Salvador, Macaé e Recife. Nesta cidade, as lutas em defesa da Petrobrás / os Transportes Alagoas e Alagoas, a fábrica para Pernambuco, de quinquenta / milhares de cruzados, em troca dos últimos serviços que presta a população. A SERRA e a Indústria Clayton que trabalham na produção, na industrialização, no comércio de algodão, óleo de semente de algodão, terra e fibras vegetais, tem sido e continua sendo um fator de atraso da cultura e de desenvolvimento no seu progresso; as companhias distribuidoras de derivados de petróleo; Os molinos de Bahia e Pernambuco.

Todas essas organizações econômicas são setores imperialistas, as ações dos grandes bancos de Pernambuco, e as grandes indústrias e fazendas do Nordeste, concorrem para o empobrecimento da região e / serviram para o desenvolvimento, os recursos para o Nordeste, os grandes, os fazendeiros rurais que estão nas suas empresas.

295



(...IFI...) que a... a cópia
fotostática está... ao original que
me foi...
Ceteri... Dou fe
Rio de Janeiro, 03, 30 de Set de 19 64

Est. 1930 do I.P.M.

431
16h

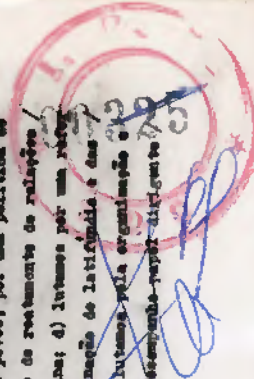
mobilização das forças interessadas na frente única.

A independência política, ideológica e orgânica do nosso Partido na frente única, é um princípio do qual não se pode fazer nenhuma concessão. Devemos ter sempre a liberdade de crítica, dentro da própria frente única com os seus componentes, para não ficarmos a rebato da incerteza e vacilação da burguesia. "O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realimentação de acordos com partidos políticos, diretores, alas e personalidades desses partidos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais". (na resolução política do V Congresso do PCB, toco 27).

As diversas oportunidades que temos tido de formar frentes únicas por objetivos limitados e a fidelidade com que estas frentes, nos lidamos que a frente única com a burguesia só terá consistência e duração, quando a classe operária forjar a aliança operária - camponesa e tiver a liderança na frente única. Somente a luta pela reforma agrária e a organização dos camponeses na luta pela conquista da terra, nos levará à aliança operária-camponesa. A terra, nas países subdesenvolvidos, é a base do Poder que os latifundiários e a burguesia exploram, em nome do povo, para enganá-lo e secundar o caráter de sua exploração e de sua dominação política.

O Partido

Os objetivos centrais do nosso Partido em plano nacional, podem ser resumidos da seguinte forma: a) lutas por um governo nacionalista e democrático, capaz de acabar com a dominação econômica das monopolistas estrangeiras e de realizar a reforma agrária; b) lutas pela emancipação econômica do país e pela industrialização das regiões mais atrasadas do país; c) lutas por uma política exterior independente de unidade e cooperação com todos os povos, por uma política diplomática com a União Soviética e a China; d) lutas por uma reforma agrária que tenha como objetivo a eliminação da latifúndia e das formas de exploração pré-capitalistas; e) lutas pela organização e unidade da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente



296

antiar e nas condições de trabalho. Isto não quer dizer que existamos o fortalecimento das organizações de base que não sejam de empresas, mas simplesmente que o seu fortalecimento depende mais das OCM e das OCM que de outras organizações que se possam ter distribuídas.

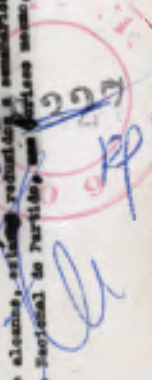
As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido. A luta pela constituição de um grande partido de massas, especialmente nos setores subdesenvolvidos da economia da região da mineração, indústria têxtil, ferroviária, metalúrgica de aço, associações agrícolas, indústria petrolífera, etc., e as condições operárias atuais nos setores subdesenvolvidos da produção de ferro.

No entanto, sendo como é o Nordeste uma região subdesenvolvida onde a influência da pequena burguesia é muito grande, o Partido deve dedicar particular atenção à integração das camadas populares, aos estudantes, profissionais liberais, jornalistas, artistas, etc. para estabelecer as suas filiais. Procurar as formas adequadas para o trabalho com os intelectuais, inclusive nas organizações partidárias. Deve emitir, a um partido de características populares, como no caso, no Nordeste, não se pode standardizar as formas de organização, sob pena de limitarmos o âmbito de sua atividade.

No campo desse relatório temos salido sobre os mais diversos assuntos da vida política da linha política do Partido nas condições concretas do meio onde militamos, porém não devemos nos esquecer, em qualquer caso, de levar em conta a nova orientação do nosso governo estadual e de como vamos fazer propaganda de socialismo e como vamos lutar pela constituição do país.

A forma de propaganda e de ação que estamos utilizando com mais intensidade e eficiência é a oral, em comícios, palestras, etc. As inscrições nos cursos, as reuniões, as feiras, etc. que estamos, estão sendo pouco utilizadas, fora das campanhas políticas.

A imprensa que é o veículo mais importante de propaganda e de educação nos setores populares, deve ser desenvolvida, como vimos, em um espírito de unidade e de luta, para que ela seja um instrumento de unidade e de luta, para que ela seja um instrumento de unidade e de luta.



DC 12 -

... não responder as questões colocadas que claramente exigem a
 alguma resposta é... corporações nacionalistas e demagógicas. Os comunistas
 de Portugal e de Alentejo, nunca deixaram de circular, dada a sua prova de
 que se pode tirar um jornalinho em qualquer Estado, que ainda de mais
 se para levar ao Partido e as massas de cada Estado, a orientação local
 da organização, sua opinião sobre todos os problemas políticos.

Estados como Pernambuco, Bahia, Ceará, onde sempre o Partido /
 manteve um jornal diário, nas condições políticas mais difíceis, tendo /
 como veículo o U.P.M., desses Estados, equipamente gráfico para edição um
 jornal, não podem se privar por mais tempo de jornal, simplesmente
 que seja semáforo, sob o pretexto de que não comproua máquina e publico
 que sempre é possível, ou de que não se pode manter, que é possível o re-
 pedir as nossas possibilidades. Outros argumentos dessa ordem, como por
 exemplo não adianta um jornal que não esteja em condições de competir as
 condições da imprensa local, logo argumento é um absurdo, porque nas con-
 condições do regime capitalista, a classe operária nunca poderá ter um
 imprensa que se equivale a da burguesia, é um argumento para impedir que
 a classe operária tenha a sua imprensa própria, pelo que, por isso, por isso
 va e valente, visando que levará a orientação do Partido, diariamente as
 massas e responderá as dúvidas das petrechas da região.

Não podemos continuar sem imprensa em Bahia, Pernambuco e Ceará,
 como o meio mais eficiente de levar a linha do Partido às massas, já que
 o rádio e a T.V. nem sequer visualizamos adquirir, por enquanto, porque
 nossas possibilidades são muito pequenas.

Na exposição desse relatório se conclui que as tarefas prin-
 cipais que a nossa Conferência deve resolver, para levar a todo o Partido,
 depois de serem retificadas pelo Comitê Central, são as seguintes:

1. P. M.
 0328
 297
 CW

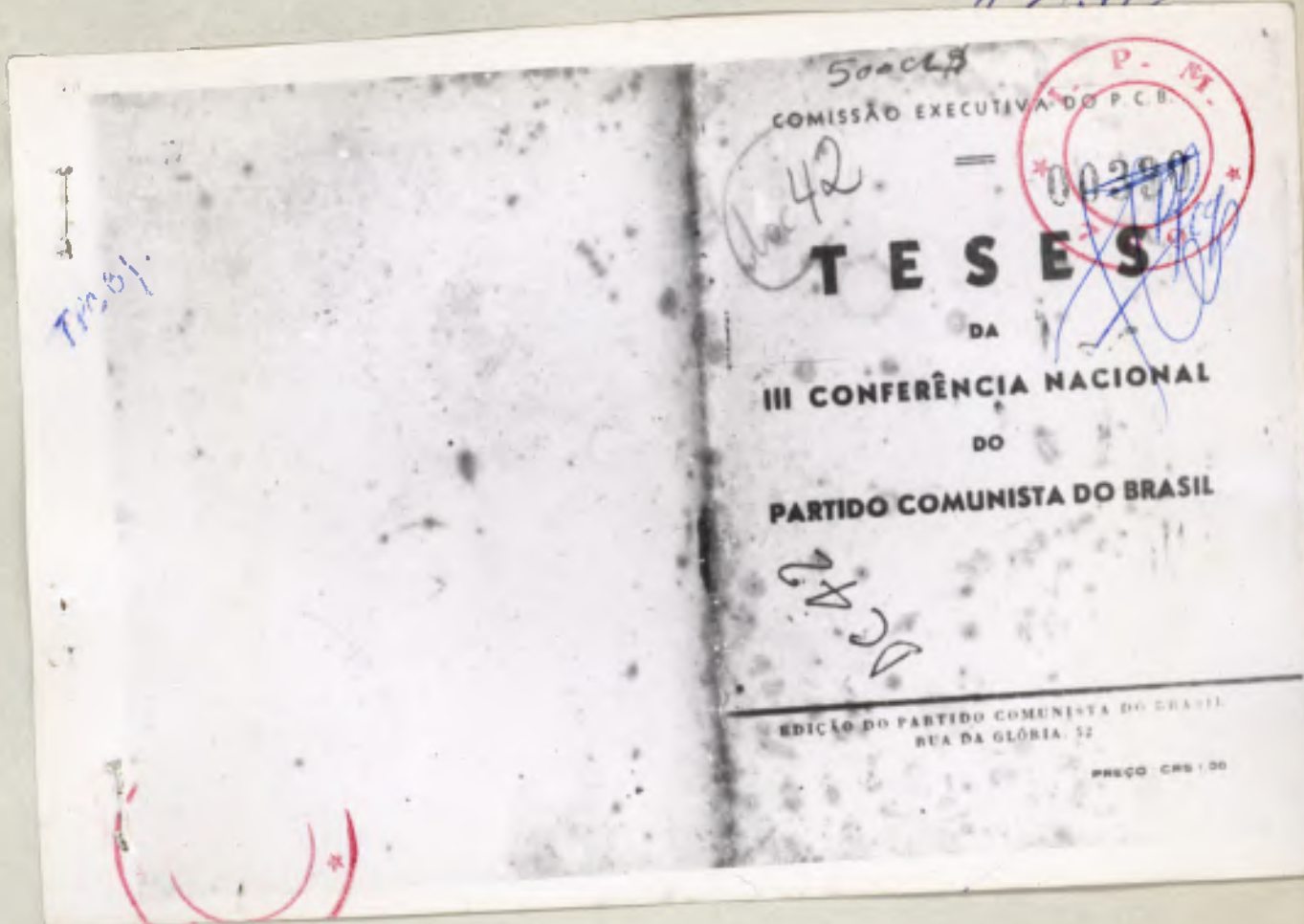
SPM

- 1º) Apoiar (2 votos) BB para Federal
- 2º) Não ter cand. Fed. próprios (4 votos por ter)
- 3º) ~~Apoiar WLA na área própria (3 votos)~~
~~Apoiar Partida na área própria (2 votos)~~
- 3º) Apoiar WLA na área própria (3 votos)
 Apoiar Partida na área própria (2 votos)
- 4º) Tentar quebra art. 58 (1 voto contra)
- 5º) Manter Cardoso em sua área (autuim)
- 6º) Lançar mais três a estadual estadual
 Davi para quebra o 58º
- 7º) Apoiar Davi (unanimis) Torpim
 (contra 2 votos) Filbert (unanimis)
- 8º) Negar apoio a Claudio contra da
 pernoia
- 9º) Autorizar Executiva a discutir suplente
 segundo item 1 - duas candid
- 10º) - Criar de candidatos segundo por esse artigo
 o artigo de 58º -

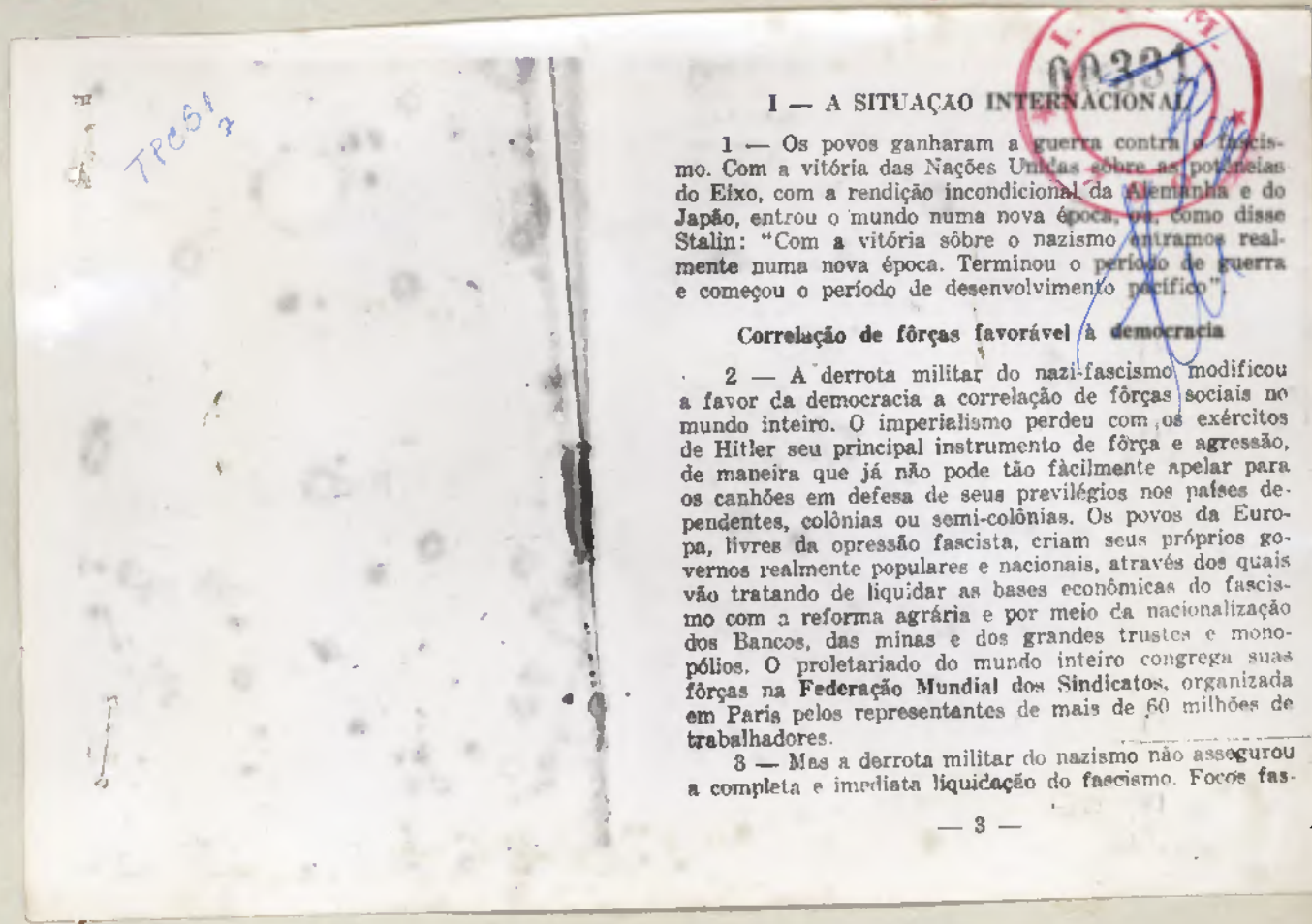
1. P. M.
 0320

Teses da III - Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil - (16 ps)

298



209



299
m

77661

cistas resistem ainda e recebem o apoio dos elementos mais reacionários do capital financeiro inglês e norte-americano, assim como dos governos a eles submetidos. Entre os focos fascistas mais perigosos à paz estão a Espanha de Franco, Portugal salazarista, o Exército fascista polonês no Norte da Itália, as forças alemãs ainda organizadas e armadas na parte da Alemanha ocupada pelos ingleses, as forças japonesas conservadas ainda na Ásia por ingleses e norte-americanos. A conservação da paz exige a luta intransigente pela imediata liquidação de todos esses restos do fascismo — focos de agressão e bases iniciais para novas guerras.

O Socialismo saiu vitorioso da guerra contra o nazismo

4 — De outro lado, é certo no entanto, que o socialismo saiu incontestavelmente vitorioso da guerra contra o nazismo. Apesar dos terríveis golpes sofridos durante os anos de avanço e retrocesso das hostes nazistas em terras soviéticas, apesar do sacrifício de milhões de vidas, apesar do esforço gigantesco despendido na guerra de libertação, o certo é que a Nação Soviética, devido ao seu regime socialista, retorna rapidamente ao ritmo anterior do seu desenvolvimento econômico, enfrenta sem receio o problema da desmobilização de seus exércitos e já se prepara para a execução de um novo plano quinquenal de proporções inéditas.

5 — Enquanto isso, no mundo capitalista, a começar juntamente pelos grandes países imperialistas, surgem com a vitória problemas sociais e econômicos cada vez mais graves e complexos, entre os quais o da reconversão industrial e seu correlato da falta de trabalho para milhões de operários. A crise se torna ainda mais ameaçadora porque cessam com o fim da guerra as horas de trabalho extraordinário e só isto significa uma queda de 80% no total pago de salários.

Enquanto os elementos progressistas lutam por uma elevação de salários, ampliação do mercado interno e pela ajuda financeira aos povos mais atrasados para que desenvolvam rapidamente suas economias nacionais e se tornem maiores consumidores dos produtos industriais dos países mais avançados em crise de super-produção, os elementos mais reacionários do capital financeiro lutam pela solução oposta, pretendendo descarregar sobre as grandes massas trabalhadoras todo o peso da crise. Daí as greves que se sucedem, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá, e em proporções ainda não tão grandes na própria Grã-Bretanha.

O capital financeiro procura uma saída guerreira

6 — Torna-se assim cada dia mais claro que o capital financeiro mais reacionário busca no mundo inteiro uma saída guerreira para a crise econômica que o ameaça. A linguagem de seus estadistas é de um atrevimento crescente e cada vez mais clara. Tanto Churchill, como Hoover ou Vanderberg, tanto Byrnes como Bevin, e seus acólitos no mundo inteiro, por mais que salem em paz, o que de fato fazem é preparar as condições para uma nova guerra e, daí a uniformidade com que todos se voltam contra a U. R. S. S. — campeã da luta pela paz, — a uniformidade com que todos defendem Franco e demais governos reacionários e fascistas.

7 — A colaboração das Nações Unidas, especialmente das três grandes, é tão necessária à paz, quanto o foi para a guerra. A Carta das Nações Unidas assinada em São Francisco pelos representantes de 50 nações amantes da paz e da democracia constituiu um passo sem dúvida importante na organização da paz. No mesmo espírito realizaram-se as Conferências de Potsdam e Moscou que de-

77662

cidiram a respeito do destino da Alemanha e da paz na Europa. A recente Conferência de Paris, como já sucedeu anteriormente em Londres, revelou, no entanto, o quanto é ainda precária a colaboração dos três grandes em benefício da manutenção da paz. Byrnes e Bevin são cada vez mais os porta-vozes, não de seus povos, mas dos elementos mais reacionários do imperialismo, e tudo fazem para romper a unidade mundial, criar blocos sob a influência de um ou outro imperialismo, aumentar a exploração dos povos coloniais, impedir a marcha para o progresso e a democracia dos povos europeus livres do fascismo e reforçar a posição dos tiranos fascistas como Franco, Salazar, etc.

8 — Mas a correlação de forças sociais no mundo inteiro é ainda tão favorável à democracia que toda a agressividade imperialista esbarra impotente diante da força dos povos que lutam pela paz e pelo progresso. E' assim que as provocações sobre o caso do Iraã foram rapidamente desmascaradas e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas já não será fácil continuar a proteger a Franco. As provocações imperialistas da Conferência de Paris foram suficientemente desmascaradas pela palavra de Molotov (ver "Tribuna Popular", 30-5-46) de maneira tão vigorosa que Bevin já se sentiu na obrigação de defender o "espírito" das decisões de Potsdam contra a "letra" a que se agarram, em sua opinião, os representantes soviéticos ao declararem que os grandes trustes e monopólios alemães e suas fábricas de armamento não foram desmanteladas até agora por ingleses e americanos, e que na zona de ocupação britânica ainda existem forças nazistas armadas e organizadas, tudo contra a letra e o espírito das decisões de Potsdam.

Política de blocos

9 — O capital financeiro mais reacionário inglês e americano persiste, no entanto, em suas manobras contra

a paz e a democracia. O bloco ocidental na Europa, o bloco pan-americano visam romper a unidade mundial em paz e são dirigidos principalmente contra a ONU e seu maior sustentáculo a União Soviética. Ambos a formação de tais blocos o que pretendem os imperialistas é delimitar suas zonas de influência, estabelecer bases militares, subjugar por completo povos inteiros e aumentar a exploração que já sofrem as colônias e semi-colônias.

10 — Nessa luta, acentua-se, no entanto, as próprias contradições entre os diversos bandos imperialistas, especialmente no Continente Americano onde ainda são grandes os interesses do imperialismo britânico e cada vez mais evidentes as tendências hegemônicas e monopolísticas do imperialismo ianque.

A luta inter-imperialista na América Latina O Pacto do Hemisfério

Esse choque inter-imperialista tem seu foco principal em nosso Continente justamente na Argentina, o que explica em parte a agressividade da política de Braden e do Departamento de Estado frente ao governo argentino de Farrell-Peron. Este, por sua vez, acaba de estabelecer relações com a U. R. S. S. e, assim, se reforça para poder continuar resistindo à pressão do imperialismo ianque e, no caso de assegurar a marcha para a democracia no país, para conseguir algum avanço na emancipação do povo argentino.

11 — O proposto pacto hemisférico é, sem dúvida, a grande ameaça do imperialismo ianque que pesa no momento sobre todos os povos do Continente. A pretexto de defesa Continental o que se pretende é submeter por completo nossos povos à exploração do capital financeiro mais reacionário, é colocar nossas forças armadas sob o comando total e total controle dos generais e oficiais norte-americanos, é conseguir pretextos e formas diplomáticas

300
m

TP284

que justifiquem a ocupação militar de nosso solo por forças armadas do imperialismo e a cessão de bases militares permanentes em todo o Continente.

A luta pela paz

12 — Com tais objetivos de guerra, de opressão e exploração crescente dos países economicamente mais atrasados, é que o imperialismo apóia e estimula por toda a parte aos elementos mais reacionários das classes dominantes, ajudando-os na luta contra a democracia e orientando-os, senão dirigindo-os, nas perseguições e nas medidas policiais tomadas contra os democratas, contra as organizações operárias e, especialmente, contra os Partidos Comunistas de todo o Continente. A guerra, agora mais do que nunca, exige, para ser deflagrada, a prévia liquidação da democracia e é, sem dúvida, nesse sentido que se orienta cada vez mais claramente o capital financeiro colonizador — centro dirigente e principal motor dos grupos fascistas que lutam contra a consolidação da democracia em todos os países latino-americanos.

13 — E é por isso que no mundo inteiro os povos coloniais e semi-coloniais em luta pelo progresso e pela emancipação política e econômica de suas pátrias, são nos dias de hoje os mais enérgicos e conscientes lutadores pela paz, pela colaboração das Nações Unidas, contra as guerras imperialistas e de conquista, defensores intransigentes da democracia e da União Soviética em que sabem ver o futuro por todos desejado de um mundo livre da miséria, da opressão imperialista.

14 — No mundo inteiro a correlação de forças ainda é favorável à democracia. A paz, portanto, é ainda possível se todos os povos souberem por ela lutar sem desfalecimento, defendendo com energia e denodo as conquistas democráticas contra os arrancos desesperados dos restos fascistas ainda sobreviventes no mundo.

II — A SITUAÇÃO NACIONAL

15 — Com a vitória militar sobre o nazismo conquistava nosso povo os direitos civis de que se via privado desde a derrota de 1935 e mais decentemente a partir do golpe reacionário de 10-11-1937. Desde então, durante o ano decorrido, muito avançamos, sem dúvida no caminho da democracia, pois, malgrado a resistência oposta pelos restos do fascismo, malgrado os retrocessos a registrar, foi e continua sendo no sentido predominante de novas conquistas democráticas o caminho em que avança neste pós-guerra o nosso povo.

Os remanescentes fascistas

16 — Os fascistas e quinta-colunistas, apesar da importância das posições que ocupam ainda no aparelho estatal e da resistência que oferecem a marcha da democracia no país continuam a sofrer derrotas sobre derrotas e daí o descapô de seus gestos e atitudes e a desorientação cada vez mais evidente da atividade prática de suas agrupações mais características.

17 — Para que assim fosse, muito concorreu sem dúvida o nosso Partido que soube aproveitar a legalidade conquistada para, sem deixar de lutar intransigentemente contra o fascismo, alertar as grandes massas contra a atividade provocadora dos demagogos e "salvadores", contra a desordem e a guerra civil, contra os golpes militares, insistindo na necessidade de ordem e tranquilidade e fazendo esforços pela união de todos os brasileiros patriotas e anti-fascistas.

A Campanha pela Constituinte

18 — Depois da conquista da anistia para os presos políticos e da legalidade para o nosso Partido, foi, sem dúvida, a campanha por nós iniciada contra o Ato Adicional n.º 9, por sua modificação e conseqüente convocação

TP284

da Assembléa Constituinte a que conseguiu interessar as mais amplas camadas de nossa população. A luta pela Constituinte foi uma luta realmente popular que obrigou a todos a tomar posição, servindo por isso para esclarecer toda a Nação a respeito das verdadeiras intenções das correntes políticas e de seus dirigentes, a começar pelos dois candidatos militares à Presidência da República que se revelaram o que realmente eram, candidatos ambos das classes dominantes e em nada diferentes quanto à composição das forças políticas que os apoiaram.

O Golpe Militar de 29 de Outubro de 1945

19 — Para evitar a vitória popular mobilizaram-se reacionários e fascistas que, com o apoio ostensivo do embaixador Berle, prepararam e desfecharam o golpe militar que deflagrou na noite de 29 para 30 de outubro. Perdera o Sr. Getúlio Vargas a confiança das Classes dominantes e dos agentes do capital estrangeiro em nossa terra e, mesmo de se apoiar no povo, preferiu capitular, traíndo mais uma vez as grandes massas iludidas que nele confiavam.

20 — É certo que o golpe militar aparentemente dirigido contra o Sr. Getúlio Vargas e seu governo foi de fato desfechado contra o povo e a democracia, contra o proletariado e suas organizações e antes de tudo contra o Partido da classe operária e seus dirigentes. Este o verdadeiro e mais profundo sentido do referido pronunciamento militar.

21 — O nosso Partido soube no momento cumprir o seu dever revolucionário, desmascarando os falsos democratas e orientando as grandes massas trabalhadoras que, graças a isso, conseguiram defender-se com firmeza e serenidade dos provocadores que pretendiam criar as condições necessárias ao banho de sangue desejado pelos fascistas e à implantação da ditadura militar projetada.

70375

22 — A legalidade do nosso Partido, intransigentemente defendida, teve de ser respeitada pelo novo governo, que, logo a seguir, para desembaraçar-se em parte da pressão sobre ele exerciam os generais fascistas, tratou de atender à reivindicação popular mais imediata, modificando o Ato Adicional n.º 9 para assegurar poderes constituintes ao futuro Parlamento. A convocação da Assembléa Constituinte foi, sem dúvida, mais uma grande vitória do proletariado e do povo, bem como de nosso Partido.

A Campanha Eleitoral

23 — Participamos da campanha eleitoral com candidatos próprios, inclusive para a Presidência da República. Afirmamos então que o dilema Brigadeiro-Dutra não interessava ao povo por nenhuma de suas pontas, já que ambas as candidaturas eram reacionárias e não asseguravam de forma alguma a tranquilidade e a atmosfera de confiança que almeja a Nação, e os 600 mil votos alcançados pelo nosso candidato vieram sem dúvida confirmar nossas palavras. A campanha eleitoral pela candidatura Yeddo Fiuza possibilitou a mobilização e esclarecimento de grandes massas populares, além de acentuar a linha política independente de nosso Partido.

Erros do Partido na Campanha Eleitoral

24 — Muitos foram, no entanto, nossos erros durante a campanha eleitoral e na próxima Conferência Nacional precisa ser feito seu balanço aprofundado, especialmente no que toca ao alistamento eleitoral, a justa escolha de candidatos, ao necessário conhecimento por todos os membros do Partido da legislação eleitoral, do preparo de quadros especializados, à conveniente distribuição sem sectarismo dos candidatos preferenciais, à mobilização de recursos financeiros, ao emprego de todos os elementos

TPC61

possíveis de propaganda, à mobilização de massas, à completa e perfeita fiscalização do pleito.

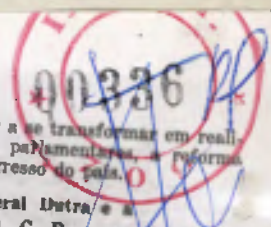
25 — Torna-se necessário examinar ainda com cuidado tanto as causas do relativo sucesso eleitoral em Estados como São Paulo e Pernambuco ou em cidades como Santos, Recife, Natal e Aracajú, quanto as do insucesso noutros Estados como Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul.

26 — O lançamento de candidaturas senatoriais independentes, a não ser nos casos de provável vitória como no Distrito Federal, foi, sem dúvida, um erro, consequência ainda de nossa pouca flexibilidade política, e precisa ser corrigido. Nesse sentido o caso de Mato Grosso, onde o voto dos comunistas, contrariando decisão da C. E., evitou a eleição de um fascista, merece atenção e deve ajudar a todo o Partido a melhor compreender a necessidade de flexibilidade tática e política a fim de evitar por parte dos outros Partidos políticos o lançamento de candidaturas de pessoas por demais reacionárias ou conhecidas como fascistas.

27 — Os resultados do pleito de 2 de dezembro indicam o quanto são fortes ainda as raízes do fascismo em nossa terra, bem como a predominância que ainda exercem na vida política nacional as velhas oligarquias estaduais e municipais reforçadas nos últimos dez anos pela reação vitoriosa do estado-novismo de 10 de novembro. O pleito confirmou também a nossa fraqueza no interior do país e serviu para acentuar o quanto precisamos ainda fazer no terreno de nossas ligações com as grandes massas camponesas.

28 — A democracia é sem dúvida impossível em nossa terra enquanto não forem dados golpes decisivos no regime latifundiário semi-feudal, no monopólio da terra, base econômica da reação e do fascismo mas, por sua vez, é indispensável aumentar desde já nossas ligações com o

301
TU



campo para que possa começar a se transformar em realidade, pelos meios pacíficos e parlamentares, a reforma agrária tão necessária ao progresso do país.

A vitória do General Dutra e a posição do P. C. B.

29 — Proclamada a vitória do Gen. Dutra nas eleições de 2 de dezembro, foi o nosso Partido o primeiro a tornar bem clara sua posição política, declarando o C. N. em sua reunião plenária de janeiro último que "frente ao futuro governo nossa orientação política deve ser a mesma já por nós assumida durante todo o ano de 1946, de apoio franco e decidido nos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso reacionário".

30 — Certamente já prevíamos naquela época que todos os reacionários e os remanescentes do fascismo em nossa terra muito esperassem do novo governo, mas lembrávamos então os compromissos já assumidos pelo Sr. General Dutra diante de nosso povo e das correntes menos reacionárias que apoiaram sua candidatura, correntes que por estarem mais ligadas às massas não poderiam ser desprezadas, desde que o futuro governo quisesse fazer algo de útil pelo nosso povo e pelo progresso do Brasil.

31 — E alertávamos ainda o futuro governo contra qualquer tentativa de retrocesso reacionário, afirmando que encontraria resistência vigorosa de milhões de brasileiros, porque contra a violência dos dominadores será inevitável a violência popular que nas condições de miséria cada vez mais graves em que se debate o nosso povo, poderá ser o rastilho de uma comoção profunda capaz de precipitar, ao contrário do que se deseja, a evolução histórica que os reacionários pretendem barrar.

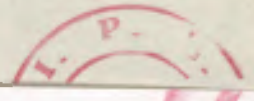
TPC61

32 — Essa continua sendo a posição de nosso Partido frente ao novo governo, consistentemente reafirmada em diversos documentos da C. E., como por exemplo, no de 2-3-46, em que se disse: "A Comissão Executiva aconselha, mais uma vez, o acatamento à decisão das autoridades constituídas, a fim de que não seja dado nenhum pretexto, aos que querem arrastar o país ao caos e à guerra civil. Contra as medidas anti-democráticas de autoridades arbitrárias, tão repetidas nos últimos dias, devemos protestar de maneira enérgica e insistente, mas fria e serenamente, e fazendo uso exclusivo dos meios e recursos legais ao nosso alcance".

A camarilha fascista enquistada no governo

33 — Já então, como nos governos anteriores, distinguimos os homens honestos do governo da camarilha reacionária e fascista que o compromete cada vez mais e que não vacilamos em desmascarar, como foi feito em documento de 6 de maio último, após as provocações inauditas contra a legalidade do Partido e que culminaram com as medidas policiais de 1.º de maio. Afirmou então a C. E.: "Trata-se de um pequeno grupo de militares fascistas como Alcio Souto, Filinto Müller, Imbassaí e poucos mais que ainda ocupam postos importantes na tropa e no aparelho estatal e tudo fazem em seu desespero de vencidos por impedir ou barrar a marcha da democracia em nossa terra. A esses militares juntam-se os políticos reacionários e policiais de profissão, como J. C. de Macedo Soares, Negrão de Lima, Pereira Lira, Oliveira Sobrinho e poucos mais".

34 — O que é certo, no entanto, é que se acentuam cada vez mais as tendências reacionárias do atual governo que, incapaz de encontrar qualquer solução para os graves problemas econômicos e sociais da hora que atravessamos, compromete-se cada vez mais com os restos



do fascismo e perde rapidamente o limitado apoio popular com que poderia contar.

35 — O atrevimento e a audácia do pequeno grupo fascista cresce ainda no atual momento, apesar das derrotas sucessivas a que têm sido sujeitos graças principalmente à firmeza, coragem e decisão com que o nosso Partido, a frente do proletariado e do povo, tem sabido lutar em defesa da democracia, contra os arrogantes do fascismo e dos provocadores de guerra, agentes do capitalismo financeiro mais reacionário em nossa terra.

36 — Nessa luta tivemos ocasião de desmascarar a atuação diretora dos agentes do imperialismo, especialmente do imperialismo lanque, bem clara durante a campanha desencadeada contra a legalidade de nosso Partido a pretexto de sua posição firme contra as guerras imperialistas, como consta da nota da C. E. de 25-3-46.

Os choques imperialistas na América Latina e a política externa do governo

37 — É certo que se acentua no Continente a luta imperialista entre ingleses e norte-americanos com o foco principal no Uruguai ou, mais precisamente, na Argentina. O governo Dutra parece persistir na política externa feita durante os últimos anos da ditadura de apoio à ditadura argentina de Farrell-Peron contra a pressão norte-americana que teve a Braden por porta-voz. Essa política contrária a exclusão da Argentina das Conferências pan-americanas, é sem dúvida, a que mais convém aos interesses da paz no Continente e, portanto, do Brasil e por isso merece o apoio decidido do nosso Partido que não poupou aplausos à posição do Sr. João Neves diante do Livro Azul do Departamento de Estado, por nós apreciado como evidente provocação de guerra imperialista no Continente.

TPEBA

As bases, o pacto do Hemisfério e a posição do Partido

38 — A pressão do imperialismo ianque sobre o nosso governo manifesta-se ainda pela permanência de seus soldados e oficiais nas bases militares, conforme vem de confirmar o Comandante da 2.ª Zona Aérea Brigadeiro Ajalmar Mascarenhas na "Folha Carioca" de 6-5-46, e pela tentativa já tornada pública de um pacto hemisférico de "defesa", que significará o completo controle de nossas forças armadas pelo comando norte-americano, além de bases permanentes e, portanto, de forças militares do imperialismo a ocupar definitivamente o solo de nossa Pátria.

39 — Nosso Partido não pode deixar de ser radicalmente contrário a quaisquer tentativas dessa natureza. A defesa nacional exige o estudo prévio dos prováveis inimigos da integridade da Pátria, e é bem claro que são os grandes banqueiros ingleses e norte-americanos, por contarem com as forças armadas das duas potências imperialistas, os que de fato nos ameaçam. E dos dois, é justamente o imperialismo ianque o mais perigoso no momento, não só pela sua crescente atividade, como também por sua maior proximidade. Qualquer pacto hemisférico, nestas condições, significaria na verdade a entrega do Brasil ao completo domínio do imperialismo ianque de que passará a ser colônia e instrumento de agressão em suas aventuras nos países vizinhos.

A luta contra a existência legal do Partido

40 — A firme posição anti-imperialista do nosso Partido, sua luta consequente pela emancipação política e econômica de nosso povo, sua persistência na luta pela paz e pela democracia, tem como consequência mais imediata e visível a tentativa desesperada de todos os fascistas e reacionários no sentido de unificar o maior número possível de homens e correntes políticas em "união sagrada" con-

302
m

00338

tra e comunismo e mais diretamente contra a legalidade do Partido que é constante e cada vez mais ameaçada. A Igreja Católica, pelos seus elementos mais reacionários, participa ativamente dessa campanha que tem sem dúvida como seu mais destacado corifeu o conhecido fascista José Carlos de Macedo Soares.

As tentativas da "união sagrada" contra o comunismo

41 — Os elementos fascistas do governo tudo fazem igualmente no sentido de conseguir a "união sagrada" anti-comunista, cujos resultados mais imediatos teimam, no entanto, em ser pouco alentadores para a reação, já que, ao contrário da união almejada, revelam divisão ainda maior das correntes políticas, instabilidade e desagregação dos grandes Partidos que parecem entrar em uma fase de recomposição, segundo as velhas linhas de Partido do governo e Partido da oposição.

42 — O P. S. D. protesta por algumas das suas frações estaduais contra as prefeituras municipais e outros postos cedidos a elementos da U. D. N. enquanto dentro desta se trava a luta entre os adesistas ao governo (Mangabeira, Jurael, etc.) e os elementos mais esquerdistas que temem perder a reduzida base popular que ainda têm no Brigadeiro e em seu Partido. O processo de recomposição prossegue ainda e é impossível prever em que forma se dará a próxima cristalização, que dependerá em grande parte da pressão imperialista ianque sobre o governo e daquilo que ao mesmo possa oferecer o imperialismo inglês através da palavra de Samuel Hoare.

43 — Quanto ao P. T. B., após rápido processo de desmoralização que culminou com a atividade reacionária de seu representante no seio do governo (Negrão de Lima), manobra ainda indecisa, sempre disposto a apoiar o governo, mas receoso de perder sua base de massas quan-

TPEBA

do das brutalidades fascistas da Polícia e do Ministério do Trabalho contra os trabalhadores e suas organizações.

As Vacilações da Reação e a Atuação do Partido na Assembléia Constituinte

44 — Todas essas vacilações entre a reação e a democracia manifestam-se principalmente na Assembléia Constituinte que justamente por isso perde cada vez mais a confiança das grandes massas. A representação de nosso Partido tem sabido aplicar a tática aconselhada por Lenin de utilizar as vacilações do adversário visando sempre isolar os reacionários e atrair para o nosso campo os melhores elementos da democracia burguesa, os mais dignos e fiéis representantes do povo.

45 — É assim agindo que, apesar do regimento interno reacionário, que eliminou praticamente a soberania da Assembléia, e da decisão impopular da maioria rechaçando as propostas do P. C. B. e da U. D. N. solicitando a revogação da Carta de 10-11-37, vem nossa fração parlamentar impedindo na prática a adoção de medidas reacionárias e aproveitando a Assembléia Constituinte para conseguir grandes manifestações pró-democracia por todas as correntes políticas. A tribuna parlamentar tem sido utilizada pelos comunistas com vantagem — em defesa da democracia.

46 — Os esforços de nossa fração parlamentar devem agora ser orientados no sentido de alcançar modificações efetivamente democráticas no projeto de Constituição já aprovado em primeira discussão contra o voto dos comunistas. Deverão lutar os representantes comunistas pela vitória do programa mínimo com que foram eleitos ou por alcançar ao menos transações naquele sentido com os representantes menos reacionários dos outros partidos políticos.

47 — Graças à atividade da fração comunista tiveram repercussão na Assembléia Constituinte todos os

D.

00339

acontecimentos importantes nacionais e internacionais obrigando os parlamentares a se definirem frente aos mesmos e acelerando assim o processo de polarização de forças, contra e a favor da democracia.

O Governo Mostra-se Incapaz de Resolver os Grandes Problemas Econômicos e Financeiros do Brasil

48 — A incapacidade do governo para resolver de maneira prática os graves e complexos problemas econômicos e financeiros do momento torna-se cada vez mais clara. A carestia e a inflação prosseguem e se acentuam cada vez mais com as consequências conhecidas de miséria e da fome de massas cada dia mais numerosas, além da especulação, do câmbio negro, das dificuldades de abastecimento dos grandes centros consumidores, das filas, etc. Os paliativos nada mais resolvem, e o governo, incapaz de enfrentar com decisão e energia tão graves problemas, separa-se cada vez mais do povo, deixando-se arrastar pelos aventureiros fascistas que prometem anular pela força as manifestações de descontentamento popular.

As Violências Contra o Povo e a Posição Firme e Enérgica do P. C. B.

49 — As violências contra o povo, contra o movimento operário e particularmente contra o nosso Partido aumentam e cada vez mais ameaçam as conquistas democráticas de 1945. São principalmente dignas de nota a ocupação militar do porto de Santos e as violências contra os heróicos estivadores que se negaram a trabalhar nos barcos falangistas; as brutalidades contra o proletariado e as espetaculares demonstrações de força em quase todo o país no dia 1.º de maio; a chacina premeditada pela Polícia de Lira-Imbassai contra o povo carioca em 23-5-46; as violências inauditas contra os trabalhadores da Light ao se declararem em greve pacífica; o assassinio de Pau d'Alho, em Pernambuco; as violências e arbitrariedades da

303
me

72004

Polícia paulista contra os grevistas da Sorocabana; etc. Tudo isso traduz o desespero de derrotados e a desorientação de um governo que teme ao povo e ao proletariado. Nosso Partido frente a essas desastinas, coloca-se corajosamente ao lado do povo e luta com ele na defesa da democracia, apelando insistentemente para a união de todos contra a reação e os arreganhos dos grupos fascistas em reorganização.

Não é Capitulando que se Defende a Democracia

50 — Enquanto isso, os dirigentes da U. D. N. e do P. T. B. aproveitam a chacina policial de 23 de maio para dirigir novos ataques ao nosso Partido, pretendendo defender a tese da capitulação diante da reação, sob pretexto de evitar provocações, mas na verdade insistindo no velho erro de uma tática desmoralizada que já levou aqui em nossa terra à vitória da reação em 10-11-37. Não é capitulando que se defende a democracia e o nosso Partido agiu sem dúvida com acerto ao insistir em esgotar todos os recursos no sentido de exigir da Polícia carioca a revogação da decisão arbitrária e irrisória com que pretendia impedir o comício de 23 de maio. Com a nossa firmeza e energia foi desmascarada a intenção criminosa da Polícia e suficientemente demonstrada a grande vontade de luta do povo carioca. As massas não querem de fato ceder no caminho da democracia e nosso Partido não se deixa fiar para trás, mas junto a elas, coloca-se à frente delas e as dirige. E foi por isso que em 23 de maio mais uma vez, defendemos com sucesso a legalidade do Partido, seriamente ameaçada com a premeditação pela Polícia a serviço da reação e do imperialismo.

A Reação Tenta Impedir a Unificação das Organizações Operárias

Torna-se necessário ainda ressaltar a direção principal dos golpes da reação que visam fundamentalmente as

00340

organizações operárias e, mais particularmente, querem evitar de qualquer maneira a unificação do movimento operário.

O MUT, desde a data de sua fundação e malgrado todas as debilidades de que possa ser acusado, exerceu um grande papel na luta pela liberdade e aditamento sindical, assim como na luta pela unificação regional e nacional da organização sindical e pelo estreitamento de suas relações com o movimento sindical do Continente e Mundial. Esse o motivo da fúria policial contra o MUT e as Unões sindicais que iam sendo por ele fundadas e através das quais se chegará a grande C. G. T. B., aspiração máxima do proletariado nacional. A defesa do MUT e a luta pela C. G. T. B. só serão bem sucedidas na medida em que for sendo revigorado o movimento sindical e que os comunistas soberem através de seus organismos de base mobilizar a todo o proletariado em defesa de suas organizações e na luta simultânea por suas reivindicações econômicas e em defesa da democracia.

As Deficiências das Medidas Governamentais em face à Crise Econômico-Financeira

52 — As conseqüências cada dia mais evidentes da crise econômico-financeira demonstram na prática o completo malogro de todas as medidas até agora adotadas malgrado os decretos-leis que se sucedem, as comissões que vão mudando de nomes e as arbitrariedades espalhafatosas das autoridades encarregadas de zelar pelo abastecimento e o problema da carestia da vida e da falta dos produtos mais necessários à alimentação popular exige medidas muito mais profundas do que meras tentativas deflacionárias que estão na verdade agravando a situação e ampliando o campo das conseqüências desastrosas da crise. Nosso Partido insiste na necessidade de medidas doutra natureza e reitera que o essencial está em esti-

72004

mular a produção e em ampliar de maneira rápida o mercado interno pela elevação decisiva do nível de vida das grandes massas trabalhadoras.

Continuam de pé as medidas apontadas pelo Partido para combater a crise

53 — Devemos insistir como programa para saída da crise nas onze medidas apresentadas pelo C. N. em sua reunião plenária de agosto de 1945, especialmente no que toca à entrega gratuita de terras junto aos grandes centros de consumo aos camponeses sem terra que as querem trabalhar. Será essa a única maneira de garantir o abastecimento dos grandes centros consumidores, pois a crise já vai atingindo rapidamente o interior do país e tem por conseqüência o abandono da terra pelas grandes massas camponesas que pagam preços cada vez mais altos pelo que necessitam e quase nada conseguem pelo que produzem, dadas as dificuldades nos transportes e na exploração crescente dos açambarcadores, intermediários e usurários. Em tal situação, são os próprios fazendeiros, donos das grandes propriedades, que por toda a parte vão também transformando as plantações em pastagens e expulsando da terra milhares de famílias camponesas, além de tornar cada vez mais duros e vexatórios os contratos de arrendamento e de trabalho.

O Partido Aconselha o Proletariado a lutar por Melhores Salários

54 — A luta por melhores salários é, no momento, a forma mais eficiente de que dispõe o proletariado para exigir do governo medidas práticas e imediatas contra a carestia e a inflação. O proletariado não pode morrer de fome e, na verdade, na medida que lutar com energia por melhores salários está de fato buscando uma saída pacífica para o descontentamento popular e desarmando os

P.

00341

reacionários e fascistas que desejam o caos e a guerra civil na esperança de liquidar o movimento operário e impedir a consolidação da democracia.

O Partido aponta medidas energicas para enfrentar a crise

55 — É certo, no entanto, que outras medidas mais energicas já se vão agora tornando necessárias para resolver praticamente a crise que atravessamos. Nosso Partido que oferece seu apoio ao governo para ajudá-lo a encontrar uma saída progressista para a crise, indica desde abril último a necessidade de organizar a produção e a distribuição, além de pedir a liquidação completa do comércio comercial a fim de controlar os lucros extraordinários e mostrar a necessidade de nacionalizar os bancos, isto é, de entregar ao Banco do Estado o monopólio do negócio bancário no país.

56 — O nosso Partido ao assinalar a gravidade da crise econômica que atravessa o país e ao acentuar os males da inflação que ainda não pôde ser barrada, não deixa, no entanto, de afirmar que a própria inflação não passa por sua vez de uma conseqüência, ou sintoma alarmante de um organismo econômico já caduco incapaz de sobreviver sem reformas de estrutura num mundo que progride a ritmo acelerado. São cada vez mais claras as contradicções econômicas que impedem o progresso do país e que resultam de sua própria estrutura de país semi-feudal e semi-colonial.

Exigem solução urgente os problemas da revolução democrático-burguesa

57 — Os problemas da revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista, já estão a exigir solução urgente e inadiável porque do contrário será impossível a consolidação do regime democrático no país. Sem

304
W

P. M.

72887

a liquidação das formas semi-feudais de propriedade e de exploração no campo, sem o desenvolvimento harmônico da indústria e agricultura, sem um melhoramento substancial nas condições de vida e de trabalho da classe operária e das grandes massas camponesas impossível será o progresso do país e o desenvolvimento de sua economia.

58 — Trata-se de assegurar a independência nacional, pela liquidação das bases econômicas da reação e do fascismo — o monopólio da terra e os grandes trustes e monopólios nacionais ou estrangeiros, superiores em força aos governos e que anulam na prática todas as garantias e direitos teoricamente assegurados ao povo, que submetem assim aos interesses e à exploração da finança internacional. A solução desses problemas da revolução democrático-burguesa é cada vez mais urgente e inevitável, queiram ou não os senhores da classe dominante e os agentes do capital estrangeiro colonizador. Quanto ao processo, será pacífico ou não, na medida em que as forças democráticas influírem no governo e conseguirem mais rapidamente bater os restos da reação e do fascismo.

III — NOSSO PARTIDO

59 — A luta de nosso povo pela paz, pela consolidação da democracia, pelo progresso do Brasil, e especialmente pela solução dos grandes problemas da revolução democrático-burguesa exige cada vez mais o reforçamento político, ideológico e orgânico de nosso Partido. Sem Partido, vanguarda organizada da classe operária, impossível será não só a vitória da Revolução como, desde logo, a derrota dos reacionários, dos inimigos internos e externos de nosso povo, a realização da União Nacional, a aplicação do programa imediato que reclamam os interesses nacionais.

Os êxitos do Partido

60 — Grandes foram as vitórias do nosso Partido durante esse ano de vida legal e evidente a confiança que nele depositam as grandes massas trabalhadoras. Graças principalmente à justeza de nossa linha política conseguimos despertar, organizar e atrair à vida política ativa as grandes massas até então desorganizadas e passivas. Nosso Partido manteve-se firme e audaz à frente das grandes massas trabalhadoras e soube, sem dúvida, dirigi-las sem vacilações, alcançando vitórias sucessivas no caminho da paz, da consolidação da democracia e da liquidação dos restos do fascismo no Brasil.

Partido de novo tipo

61 — Por quase todo o país foi, sem dúvida, notável o crescimento quantitativo do Partido. Seus efetivos já são hoje muitas vezes superiores aos daquele pequeno Partido da ilegalidade e já não pode haver dúvida que marchamos sem retrocessos no caminho do grande Partido de massas reclamado pelo C. N. desde sua reunião plenária de agosto de 1945. Não quer isto dizer, no entanto, que já tenham sido liquidados os restos de sectarismo em nossas fileiras nem que já tenhamos conseguido fazer de nossos quadros dirigentes comunistas realmente na altura do Partido grande e legal, do Partido de novo tipo reclamado pelas mais altas interesses de nosso povo e do progresso do Brasil.

Debilidades orgânicas

62 — As debilidades orgânicas do Partido, já acentuadas pelo C. N. em sua reunião de janeiro de 1946, ainda estão longe de ser liquidadas na maioria dos Estados e Territórios. É evidente que a estruturação orgânica do Partido não acompanha o ritmo do crescimento de seus efetivos. A vida celular, com raras exceções, ainda deixa

72887

muito a desejar, o que dificulta sobremaneira qualquer trabalho de massas e torna praticamente impossível a direção dos movimentos grevistas, votadas assim ao malogro, como se tem verificado ultimamente.

63 — Nossos Comitês, dos Distritais até os Estaduais e Territoriais, inclusive o Metropolitano, não estão em geral na altura das tarefas que deles exigem o Partido, o movimento operário e o nosso povo. Falta em geral capacidade de comando à maioria dos quadros mais velhos no Partido que não sabem também planificar o trabalho e organizar as secretarias além de revelarem pouca audácia na promoção de novos quadros e falta de confiança na base do Partido. A própria estrutura orgânica do Partido não é muitas vezes conhecida, as circulares de organização não são realmente aplicadas, as comissões de organização dos estaduais têm em geral vida precária e pouco ou nada ajudam, assim, às secretarias de organização na tarefa de estruturar o Partido, de controlar a execução das tarefas, de selecionar os quadros e orientar sua formação e de assegurar as finanças indispensáveis à vida do Partido.

Debilidades do Partido no trabalho de massa

64 — As grandes debilidades já assinaladas na vida celular, se manifestam em todos os trabalhos de massa, mas especialmente na atividade sindical que continua muito aquém das necessidades do proletariado na hora que atravessamos, constituindo já no momento o ponto talvez mais fraco e perigoso de toda a atividade de nosso Partido. Nossas células não dirigem ainda a atividade sindical de seus membros e nos Comitês do Partido não se dá ainda ao trabalho sindical a importância que merece — erro dos mais graves que poderá arrastar o proletariado às mais sérias derrotas e que precisa ser corrigido com urgência a bem da consolidação da democracia e

00343

efetiva liquidação do fascismo em nossa terra. Se uma sólida organização sindical do proletariado poderá garantir a defesa da democracia e impedir a volta da reação fascista.

O crescimento do Partido no campo

65 — Cresce, sem dúvida, a influência de nosso Partido nos meios rurais e para eles se voltam em busca de apoio e orientação as grandes massas camponesas que sofrem cada vez mais com a agravação da crise. O ritmo de crescimento do Partido no campo não é pequeno, no entanto, essa rápida evolução das condições objetivas e são poucos os CC. EE. que dedicam real atenção ao problema da construção do Partido nas zonas rurais, assim como ao da organização das grandes massas camponesas que constituem o aliado principal do proletariado na Revolução. Essa subestimação do trabalho no campo necessita ser vencida com rapidez e para isso será de grande importância tornar o quanto antes conhecida a experiência sobre trabalho realizado em S. Paulo, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais (Triângulo) onde já se fez algo de prático nesse terreno.

Falta de vida celular

66 — São grandes ainda as debilidades de todo o Partido em outros setores de seu trabalho de massas. Isso se deve, sem dúvida, como já ficou assinalado, à pouca vida e atividade das células do Partido, à maneira burocrática, mecânica ou esquemática com que as bases aplicam a linha política, ao sectarismo, à falta de iniciativa e à incapacidade de organização dos comunistas, especialmente dos responsáveis pela direção das células. Não cresce, como seria de desejar, o número de Comitês Populares e, estes, mesmo quando numerosos, em raras exceções, são realmente organismos amplos de massa e de

305
W

P. M.

00344

TPCBT

luta pelas reivindicações econômicas e políticas do bairro ou do local de trabalho. As mesmas debilidades se fazem sentir no trabalho de massas feminino e juvenil, malgrado o afluxo notável de mulheres e de jovens às fileiras do Partido. Ao que parece os jovens se fazem velhos ao entrar no Partido e as mulheres pouco ou nada se interessam no sentido de estudar as reivindicações mais sensíveis das mulheres não-comunistas e organizá-las para a luta.

As tarefas de Divulgação

67 — Entre as grandes tarefas do nosso Partido estão as da educação política de nosso povo e do proletariado, a da divulgação eficiente de nossa linha política, a da elevação do nível ideológico e político de todo o Partido, a da formação e educação de quadros dirigentes na altura das necessidades crescentes do Partido. Foi grande, sem dúvida, durante esse ano de vida legal, o crescimento de nossa imprensa, mas seu nível político ainda se conserva muito baixo, além de faltar-lhe, com raras exceções, a necessária vivacidade e o indispensável conhecimento dos problemas locais ou regionais que não são em geral apreciados segundo uma justa aplicação de nossa linha política. A própria "Tribuna Popular" ainda não vive suficientemente os problemas de nosso povo e desconhece quase por completo os específicos do povo carioca. A atividade de nossas editoras precisa ainda ser melhor planejada e orientada segundo as reais necessidades de cada momento segundo a linha política do Partido. E por parte de todos os organismos do Partido, dos CC. EE. às células, é indispensável encarar com mais seriedade o problema da indenização do material de divulgação que fôr sendo vendido.

A formação e educação de novos quadros

68 — Quanto à formação e educação de novos quadros é tarefa das mais importantes no momento e cujo atraso precisa ser vencido com energia, decisão e audácia. O crescimento numérico do Partido exige cada vez mais novos quadros dirigentes e a própria situação objetiva, com o evidente aprofundamento dos choques de classes no país, está também a reclamar à frente de todo o Partido, de seus Comitês estaduais e municipais, de suas células mais importantes, homens firmes, comunistas conscientes, capazes de se orientar sozinho, de isolados aplicarem a linha do Partido, em condições, enfim, de sentir, compreender ou resistir a qualquer vitagem.

69 — Escolas do Partido, junto aos CC. EE., já se vão tornando necessárias, a exemplo do que vem fazendo a Comissão Executiva, e grande atenção precisa ser dada por todo o Partido a uma programação séria de cursos rápidos e práticos por meio de palestras e conferências. A formação e educação de dirigentes estaduais exige a maior atenção da Comissão Executiva e sua Secretaria especializada.

70 — As condições objetivas exigem, enfim, que melhore com rapidez o nível político e ideológico de todo o Partido. O próprio crescimento do Partido vai depender cada vez mais da justa aplicação pelos organismos de base da linha política, condição primeira de todo trabalho de massas, assim como da capacidade de organização dos comunistas.

A necessidade de fortes Comitês estaduais

71 — Especialmente a frente dos CC. EE. TT. e Metropolitanos são cada vez mais necessárias direções firmes e enérgicas que compreendam com nitidez o caráter da Revolução no Brasil, conhecedoras de todos os problemas

TPCBT

00345

econômicos, sociais e políticos da respectiva circunscrição, politicamente experientes, capazes enfim de dirigir o Partido sozinho, sem vacilações, e de fazerem com os diversos Partidos e correntes políticas os necessários entendimentos em todos os terrenos, particularmente no eleitoral, nas eleições que se avizinham.

O Partido e a União Nacional

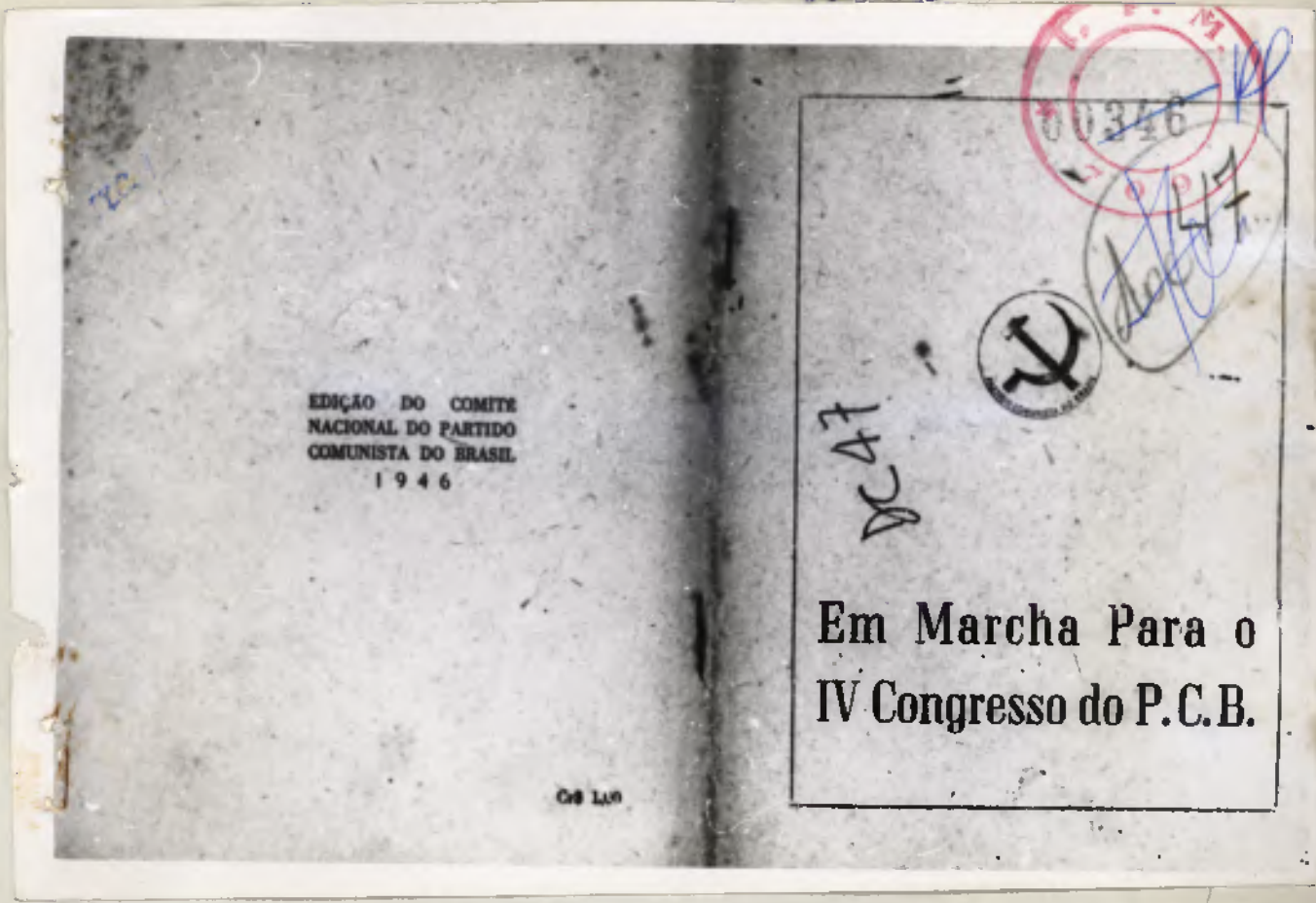
72 — Precisamos, enfim, de um Partido capaz de lutar conscientemente pela União Nacional, a mais ampla e sólida, a união nacional que reclamam os reais interesses de nosso povo, união para o progresso, contra a reação e o fascismo, união sob a hegemonia do proletariado e não a falsa união dos oportunistas e liquidacionistas que desejam colocar o proletariado a reboque da burguesia e a serviço dos demagogos "salvadores" e dos generais golpistas. Contra os manejos dos reacionários, só a ação unida de todos os patriotas poderá assegurar a marcha para o progresso e a consolidação da democracia. União Nacional sob a hegemonia do proletariado, capaz de lutar pela solução pacífica dos grandes problemas nacionais, mas firme e enérgica em defesa da democracia.

Discutir e apreciar as presentes teses

73 — Estas teses devem servir de base a uma profunda discussão crítica e auto-crítica por parte dos CC. EE. TT. e Metropolitanos a respeito da linha política do Partido e de sua aplicação nas respectivas circunscrições, de maneira que os delegados à Conferência Nacional tragam sobre elas a opinião segura de todo o Partido. Enviadas ainda às bases do Partido, devem estas teses ser lidas e discutidas em todas as células para que estas compreendam a importância da Conferência Nacional e possam assim melhor acompanhar seu desenvolvimento e mais fácil e rapidamente pôr em prática as decisões que venham a ser tomadas.

706

(15/6)

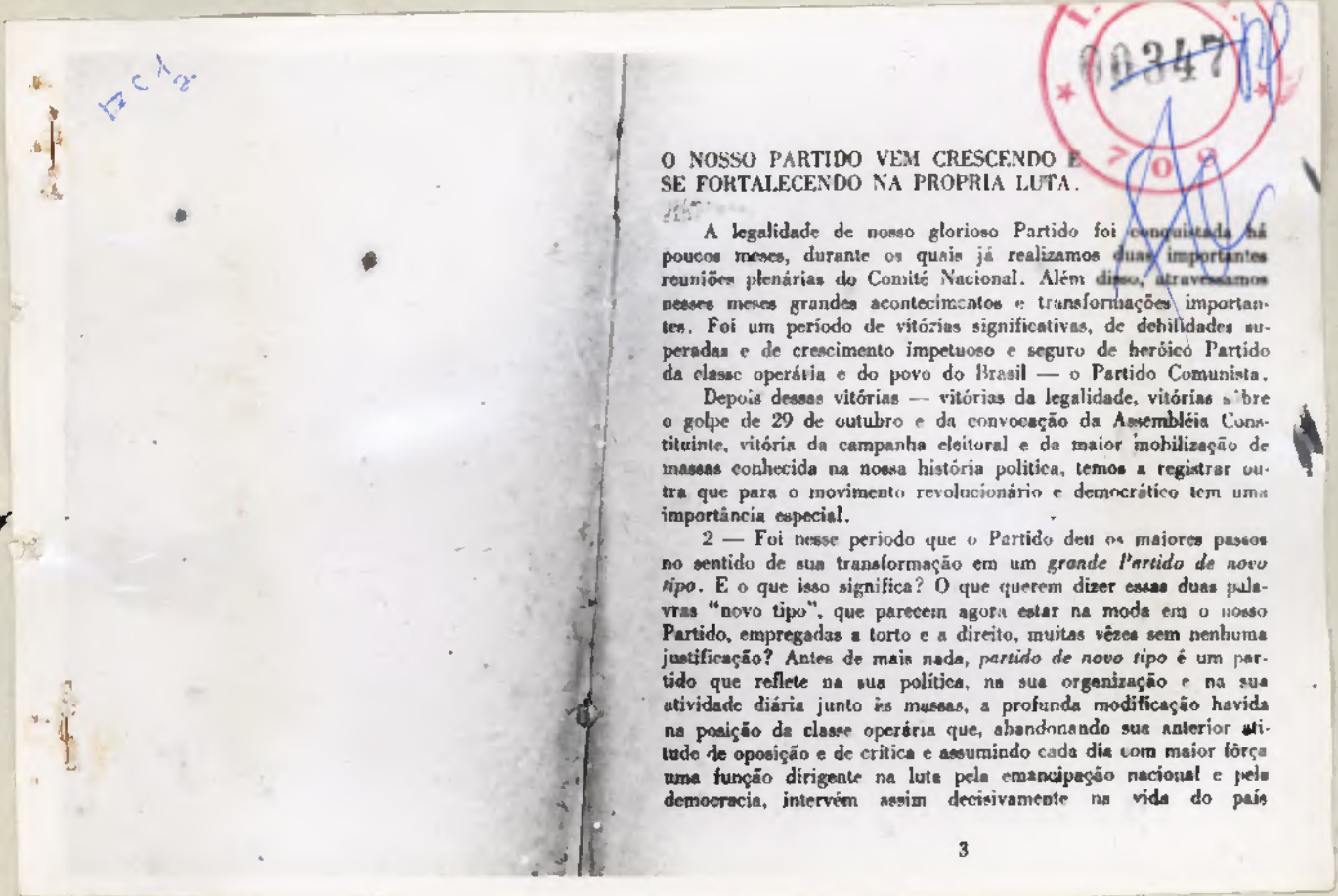


EDIÇÃO DO COMITÊ
NACIONAL DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL
1946

Em Marcha Para o
IV Congresso do P.C.B.



08 L.00



O NOSSO PARTIDO VEM CRESCENDO E SE FORTALECENDO NA PRÓPRIA LUTA.

A legalidade de nosso glorioso Partido foi conquistada há poucos meses, durante os quais já realizamos duas importantes reuniões plenárias do Comitê Nacional. Além disso, atravessamos nesses meses grandes acontecimentos e transformações importantes. Foi um período de vitórias significativas, de debilidades superadas e de crescimento impetuoso e seguro de heróico Partido da classe operária e do povo do Brasil — o Partido Comunista.

Depois dessas vitórias — vitórias da legalidade, vitórias sobre o golpe de 29 de outubro e da convocação da Assembléia Constituinte, vitória da campanha eleitoral e da maior mobilização de massas conhecida na nossa história política, temos a registrar outra que para o movimento revolucionário e democrático tem uma importância especial.

2 — Foi nesse período que o Partido deu os maiores passos no sentido de sua transformação em um grande Partido de novo tipo. E o que isso significa? O que querem dizer essas duas palavras "novo tipo", que parecem agora estar na moda em o nosso Partido, empregadas a torto e a direito, muitas vezes sem nenhuma justificação? Antes de mais nada, partido de novo tipo é um partido que reflete na sua política, na sua organização e na sua atividade diária junto às massas, a profunda modificação havida na posição da classe operária que, abandonando sua anterior atitude de oposição e de crítica e assumindo cada dia com maior força uma função dirigente na luta pela emancipação nacional e pela democracia, intervém assim decisivamente na vida do país

307
CW

00348

com uma ação construtiva, que vai da célula de empresa ou de bairro, até chegar ao Comitê Nacional e aos homens que fizemos eleger para representar o proletariado e o Partido na Assembleia Constituinte.

É isto o que significa um partido de novo tipo. E foi se forjando como partido de novo tipo que o nosso Partido passou por duras e pesadas provas nestes últimos quatro meses, saindo-se satisfatoriamente de todas elas.

UMA GRANDE INICIATIVA: A CONVOCAÇÃO DO IV CONGRESSO.

Os nossos sucessos, entretanto, determinam novas tarefas que o nosso Partido tem de enfrentar com responsabilidade e sempre com maior audácia. Por isso mesmo, transcorrido tão pouco tempo de luta na legalidade, lança-se o nosso Partido a uma grande iniciativa, a uma iniciativa digna dos empreendimentos revolucionários do nosso passado, digna do papel de vanguarda que estamos desempenhando na vida política nacional como partido independente da classe operária, para assegurar uma democracia de verdade em nossa terra. Essa iniciativa é a convocação do IV Congresso Nacional do nosso Partido.

A convocação do IV Congresso, quando, em apenas 3 meses, e número de membros do Partido cresceu de alguns poucos mil para dezenas de milhares, quando mal saímos de uma campanha eleitoral duríssima constituindo realmente uma grande, audaciosa e justa iniciativa. Se o número de membros do Partido tivesse aumentado como aumentou, sem que ao mesmo tempo as direções estivessem dominando esse crescimento, isto é, se o centralismo democrático não tivesse sido respeitado, se a disciplina estivesse ameaçada, se a aplicação dos princípios básicos de organização estivesse relaxada, em tal hipótese seria correr grandes riscos convocar um Congresso, seria convidar o inimigo da classe a se infiltrar pelas falhas da organização para desagregá-la, seria acalentar o carreirismo, seria expor o Partido ao perigo das cisões, seria

meio caminho andado para a liquidação do Partido. Mas como acontece justamente o contrário, a convocação do IV Congresso indica que o Partido, com todo o seu impetuoso crescimento, sente-se reforçado em quantidade e qualidade, demonstrando que trata-se um Partido AMPLIO, SÓLIDO, flexível e firme como quer. E, por isso mesmo, apesar de todas as debilidades, as direções de uma maneira geral não perderam o pulso, não fraquejaram, não se desorientaram, reforçando as linhas do Partido com as mesmas garantiram a aplicação da justa linha política do nosso Partido, conquistando vitórias que infundiram renovadas energias no nosso povo e nos militantes do Partido.

A convocação do IV Congresso é realmente uma grande iniciativa — porque ele vem oportunamente coroar toda uma fase da vida do nosso glorioso Partido, encerrando definitivamente todo o período de pequeno Partido de algumas centenas de militantes, inaugurando o novo período do grande Partido cada vez mais forte e disciplinado que precisamos ser, a fim de cumprirmos a nossa missão histórica de elevar o proletariado ao poder através das diversas etapas do desenvolvimento de nossa pátria.

BREVE VISÃO HISTÓRICA DOS TRÊS CONGRESSOS ANTERIORES DO NOSSO PARTIDO.

A grande significação do IV Congresso ressaltará ainda mais claramente para todos nós dirigentes e militantes comunistas, principalmente depois que estivermos de posse de uma rápida visão histórica dos três Congressos anteriores, observando como o nosso Partido, através destes 23 anos de luta, foi lentamente se formando e consolidando.

O partido do proletariado revolucionário do Brasil vinha se gerando lentamente através das lutas da classe operária, das greves e das lutas pela jornada de 8 horas e outras reivindicações sentidas das amplas massas. Realmente, já em 1896 o proletariado dava mostras de que estava despertando e adquirindo consciência de

3024

00349

classe, e as grandes greves de 1917/18/19 aceleraram ainda mais todo este processo.

Sómente em 1920 a 1921, iniciou-se verdadeiramente o processo de formação de um partido revolucionário de vanguarda. E assim é que, após cerca de 6 meses de trabalhos preparatórios e com o amadurecimento das condições necessárias à criação de um Partido Comunista, fundou-se o nosso querido Partido, através do seu I Congresso, realizado na Capital Federal a 25, 26 e 27 de março de 1922.

Com o desenvolvimento do Partido e pela orientação justa que recebeu da I.C., já nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925, tinha lugar o II Congresso do Partido. Este desempenhou papel de certo relevo, porque deu oportunidade para o Partido tratar de tópicos importantes sobre o trabalho sindical, sobre as tarefas de agitação e propaganda, sobre a organização da juventude, e, principalmente, sobre a reforma dos Estatutos, onde ficou estabelecido que "a célula de empresa era a base da organização partidária". Por outro lado, naquele mesmo ano começou a circular o órgão central do Partido, "A CLASSE OPERÁRIA", que tantos serviços prestou ao Partido e à causa do proletariado e do povo. Porém a realidade e o nosso Partido ainda era organicamente fraco e muito instável.

Mas o III Congresso, realizado nos últimos dias de dezembro de 1928 e primeiros dias de janeiro de 1929, teve maior importância, porque marcou o início da proletarianização do nosso Partido, acentuada principalmente no Pleno Ampliado da direção nacional em fim de 29. Foi no III Congresso que o Partido começou a romper os laços que prendiam a sua liberdade de movimentos, e o impediam de se transformar num partido independente da classe operária, por estar muito ligado à pequena-burguesia e ao artesanato, além de se ressentir de todos os defeitos de sua origem anarquista. Com todas as debilidades e erros resultantes do III Congresso, com todo o decurso no trabalho prático verificando após a depuração feita nas absorventes influências pequeno-burguesas, o III Congresso e Pleno Ampliado de 29, prepararam o terreno

para o fortalecimento posterior do nosso Partido, iniciando-se desde então a sua maior ligação com as massas, com a elevação aos postos de direção de militantes vindos diretamente do proletariado, permitindo que fosse compreendida pelos novos e futuros militantes do Partido a necessidade de caráter proletário e independente do nosso Partido.

Claro está que o III Congresso não fez "milagres" nem transformou o Partido da noite para o dia. Apesar de já então contarmos com inúmeros exemplos de fidelidade e dedicação à causa do proletariado e do povo, por muito tempo ainda se ficaram refletindo em nossa linha política e na política de organização as influências da mentalidade artesã e pequeno-burguesa, a teoria e a prática do anarquismo. Mas, apesar de tudo, a partir do III Congresso o Partido foi pouco a pouco crescendo e aprendendo a trabalhar com a massa. Dirigiu inúmeras greves, liderou inúmeras campanhas. Entretanto, ele era ainda, tal como o descreve o camarada Prestes, "um pequeno Partido, pouco ligado às massas, infiltrado de ideologias estranhas, que utilizava os mais íntimos métodos de organização". Isto se deu principalmente com a constituição das chamadas células de setores profissionais que tantos prejuízos causaram ao nosso Partido.

A IMPORTANCIA DO IV CONGRESSO DO PARTIDO.

Tendo realizado três Congressos em seus primeiros 7 anos de vida, o nosso Partido viu decorrer em seguida um longo período de 16 anos, até que agora se decide realizar o seu IV Congresso. É um longo período cheio de novos acontecimentos, de grandes e ricas lições.

O panorama internacional sofreu enormes mutações. Assistimos a ascensão do fascismo e ao mesmo tempo pudemos contemplar com orgulho, a consolidação do poder soviético. Vimos desencadear-se a segunda guerra mundial, a grande guerra de libertação dos povos, e assistimos o nascimento, no curso dela, da

308
W
P.

1021

aliança entre as duas grandes democracias capitais e a invenção da democracia socialista, para o esmagamento do nazi-fascismo e o estabelecimento de uma paz duradoura.

Nacionalmente é fácil ver as tremendas modificações havidas em nossa terra nos últimos 16 anos. Depois das campanhas da Aliança Nacional Libertadora e da derrota da insurreição de 1935, o nosso pequeno Partido que éramos, cheios de debilidades, não fomos inteiramente capazes de resistir, com força decisiva, à brutalidade da reação que, por vezes, quase nos levou ao completo esfacelamento. Mas, como diz o camarada Prestes, "apesar das terríveis consequências que teve para o nosso Partido a derrota de 1935, apesar de tudo quanto foi feito naqueles anos de reação visando o esmagamento do nosso Partido, ele sempre conseguiu sobreviver a todos os golpes e, vencendo dificuldades mil, jamais deixou de estar junto ao povo". E daquela fase negra, onde o Partido sofreu duros golpes do inimigo de classe, o Partido prosseguiu, aproveitando as experiências adquiridas, batalhando sem cessar até alcançar as grandes vitórias registradas nos últimos anos, até chegar a ser o grande Partido Comunista de hoje.

Vai reunir-se o IV Congresso do nosso Partido quando ainda não decorreu um ano da derrota militar do nazi-fascismo e do militarismo nipônico esmagados pelo poderio das Nações Unidas, que, sob a liderança da União Soviética, dos Estados Unidos e da Inglaterra despojaram assim o imperialismo de suas mais afiadas armas de conquista e opressão. Só serviria para dar ao IV Congresso o maior realce e importância.

Isto significa que os seus trabalhos desenvolver-se-ão num momento em que todos os povos são mobilizados para a luta em prol da liquidação dos restos do fascismo, contra a miséria e a opressão que lhes entrava o progresso, contribuindo de mais ampla medida para o surto de desenvolvimento pacífico da humanidade. Na heróica Espanha e nos outros países que ainda vivem esmagados pela mais negra reação, na Indonésia, na Indo-China e na China e em outros países dependentes, luta o povo de armas na

00350
P.

não contra as investidas sanguentas do capital colonizador aliado aos romanceros do fascismo. Em tal panorama internacional avulta a importância do IV Congresso, destinado a atmar o nosso Partido e o nosso povo com os melhores e mais poderosos recursos para a luta pacífica pela união nacional e pela democracia mundial.

A importância do IV Congresso ainda se tornará mais evidente ao examinarmos a ordem-do-dia proposta para o mesmo na última reunião do Comitê Nacional. Compõe-se a ordem-do-dia de três pontos fundamentais:

- 1) — Caráter da Revolução no Brasil
- 2) — O Partido Comunista do Brasil (História — Crítica e auto-crítica — organização — Divulgação-sindical — Campo — Massas — Estatutos — Programa).
- 3) — Eleição dos novos membros do Comitê Nacional.

O primeiro ponto tratado do estudo de caráter da Revolução no Brasil. Será uma análise das características da revolução democrático-burguesa, que deverá completar e extirpar os restos feudais predominantes em nossa terra. Porque, como afirma o camarada Prestes, nas condições atuais do Brasil "não pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo". Isto implicará numa discussão detalhada da reforma agrária e da sua importância decisiva para eliminar as raízes sociais do fascismo, e consolidar a democracia. A discussão sobre este ponto será uma grande contribuição para o esclarecimento do proletariado e do povo acerca dos problemas fundamentais do progresso no Brasil.

Conforme vemos pelo segundo ponto da ordem-do-dia, o IV Congresso tem enorme importância porque realizará um profundo e responsável balanço auto-crítico da vida do Partido no período compreendido desde o III Congresso aos dias de hoje. Teremos oportunidade de examinar a insurreição de 1935 para dar uma opinião definitiva sobre a importância histórica daquele movimento e as causas da derrota sofrida, assim como dos revesses e

1022

éxito através de um longo e agitado período de nossa vida. Esclareceremos as novas tarefas orgânicas surgidas para o Partido com o seu enorme crescimento e na medida do possível a vida e atuação de nossos militantes. Além disso debateremos outros problemas ligados à atividade do Partido, como os de divulgação e trabalho de massa, bem como o trabalho sindical. Finalmente examinaremos toda a situação das atuais direções com o maior espírito auto-crítico.

O terceiro ponto da ordem-do-dia nos indica que neste IV Congresso iremos eleger os responsáveis pela direção do nosso Partido por um período de pelo menos dois anos. É esta sem dúvida uma tarefa de grande responsabilidade e que faz ressaltar a importância do IV Congresso. Trata-se de colocar à frente do Partido aqueles que se mostraram mais capazes como dirigentes e substituir os que foram superados pelos acontecimentos. Trata-se de dar ao nosso Partido uma direção cada vez mais proletária e capaz de conduzi-lo com firmeza e de legá-lo sólidamente às massas.

O QUE DEVE SER O IV CONGRESSO DO NOSSO PARTIDO.

O IV Congresso Nacional do nosso Partido vai dentro de pouco iniciar os seus trabalhos em todo o país. O que deve ser o IV Congresso? O que representa ele para o nosso movimento comunista, para a classe operária e para o povo brasileiro?

O nosso Congresso deve expressar o pensamento e as aspirações de milhões de trabalhadores. O nosso Congresso não deve ser um Congresso dos comunistas para os comunistas. Deve ser um Congresso de toda a classe operária e todo o povo. Não devemos nos fechar em nós mesmos. Ainda que o nosso Congresso não conte com a participação de operários sem partido, nem de outras organizações, o IV Congresso não se deve limitar a falar aos co-

P.
00351
P.

munistas, e sim dirigir-se a toda a classe operária e ao povo, expressando os sentimentos de milhões de seres.

O IV Congresso do nosso Partido deve ser o Congresso de Luta Por Uma Paz Duradoura. Nas novas condições de desenvolvimento pacífico, quando os dentes do imperialismo estão quebrados, a paz interessa aos povos, e, em particular aos povos americanos e ao povo brasileiro.

O IV Congresso do Partido deve ser o Congresso da unidade. Nela devemos lutar pela União Nacional, esclarecer o seu conteúdo político de aliança de todas as forças interessadas na revolução democrático-burguesa. Nela devemos lutar também pela unidade da classe operária pela sua unidade sindical. Mas para que o IV Congresso do Partido possa representar realmente a vontade de luta do proletariado, para que possa apontar o verdadeiro caminho das justas tarefas, é necessário que se realize ao calor de grandes movimentos reivindicatórios de massa pelos seus direitos, pela liberdade e unidade sindicais. O proletariado confia e espera do IV Congresso do Partido uma orientação segura e clara que o arme dos meios mais eficazes para conduzir vigorosamente as suas lutas no terreno sindical em marcha para a C.G.T.B.

Lutando pela União e pela unidade sindical o nosso Congresso lutará com maior energia e de um modo irreconciliável pela unidade interna de nosso Partido, pois em nossas fileiras não pode haver lugar para divisionistas e desagregadores.

Abrindo debate sobre os assuntos partidários, praticando a mais sã e necessária democracia interna, devemos ao mesmo tempo estar vigilantes para não deixar que tentativas fracionistas possam causar dano ao Partido, por menores que sejam, e também para que, terminado o Congresso, encerrados os debates, a unidade interna do Partido saia ainda mais fortalecida. E que em todo o decorrer dos trabalhos do IV Congresso tenhamos sempre presentes em nossas cabeças a advertência stalinista que nos ensina que para vencermos, para enfrentarmos com êxito todas as dificuldades, precisamos ter o Partido forte e coeso, e por isso deve-

37

309
W

P.

1221
12
não cuidar da unidade do Partido como cuidamos das maninas de nossos olhos.

O IV Congresso deve ser o Congresso da auto-crítica bolchevique. Nós, os comunistas, pertencemos a um partido revolucionário de vanguarda que só pode crescer e cumprir suas tarefas na medida em que sabe utilizar acertadamente a poderosa arma da crítica e da auto-crítica. O grande Lenin afirmava que "a atitude de um partido político diante de seus erros é uma das provas mais importantes e mais fiéis da seriedade de um partido e do cumprimento efetivo dos seus deveres para com a sua classe e as massas trabalhadoras. Reconhecer abertamente os seus erros, descobrir-lhes as causas, analisar minuciosamente a situação que os geram e examinar atentamente os meios de corrigi-los: isto é o que caracteriza um partido sério, isto é que consiste o cumprimento dos seus deveres, isto é educar e instruir, em primeiro lugar, a classe e depois as massas".

O IV Congresso deverá saber situar a crítica e a auto-crítica em um terreno tal de seriedade e retidão que nenhuma dúvida possa continuar sobre a sua utilidade, do seu valor incalculável como instrumento de correção dos erros e educação política dos quadros. E também o Congresso deve compreender bem quais são os pontos que mais necessitam do fogo de sua crítica. Deve ela ser concentrada na luta implacável contra o esquematismo e o sectarismo, na crítica impiedosa ao liberalismo e ao oportunismo, contra a tendência a aplicar mecanicamente as resoluções e contra os falsos métodos empregados no trabalho de massas e no trabalho de direção do Partido. Deve lutar contra o dogmatismo e o espírito burocrático. Deve o IV Congresso liquidar terminantemente com a falsa idéia que alguns companheiros ainda têm da auto-crítica, temendo-a, negando-se a reconhecer os seus erros, por não quererem "sacrificar", seu amor-próprio e sua vaidade pessoal. A história do nosso Partido está cheia de nomes de heróicos militantes que deram sua vida pela mais nobre das causas, a causa da emancipação da humanidade, e que nós, os comunistas, defen-

10352
demos: nada mais ridículo, portanto do que não querer sacrificar à mesma causa as conveniências pessoais. Por outro lado é preciso também desmascarar a falsa elegância de que a crítica e a auto-crítica, principalmente entre os dirigentes, costumam deixar a nu os erros e debilidades, porque isso "seria uma desmoralização para o Partido". Esta suspeita moneta de que a auto-crítica do Partido não se baseia na vida prática, porque o que a moneta é justamente o contrário. Nosso prestígio cresce quando fazemos nossa auto-crítica, ao passo que os outros partidos se desmoralizam quando procuram dissimular suas mancadas, negar os seus erros e silenciar sobre as traições de seus membros. Mas a experiência mostra que até hoje somente fracassaram os quadros e partidos que se recusaram a reconhecer abertamente os seus erros e que portanto não puderam aprender as lições que deveriam ser tiradas das falhas e debilidades cometidas. O IV Congresso deverá fornecer, nesse sentido, todo o material para a devida compreensão da crítica e da auto-crítica como meio de educar todo o Partido e fazê-lo progredir. Será assim sem dúvida uma das maiores contribuições do Congresso ao nosso Partido, aos seus quadros e a desenvolvimento político das mais amplas massas.

O IV Congresso deve ser o Congresso de fortalecimento do nosso Partido. Porque, se por um lado o IV Congresso vai elaborar a linha política do nosso Partido, vai armar o Partido, o proletariado e o povo com as diretrizes políticas para a solução dos mais graves problemas políticos, econômicos e sociais de nossa pátria, por outro lado é preciso não esquecer os ensinamentos do grande Stalin quando nos diz que não é suficiente elaborar uma linha acertada, divulgá-la ao máximo, torná-la conhecida sob a forma de teses ou resoluções gerais, votá-la por unanimidade. Sim, porque, depois de traçada uma linha política justa é o trabalho de organização quem decide tudo, inclusive, a sorte da própria linha política, sua aplicação ou seu fracasso.

Por isso os trabalhos do IV Congresso devem ter como consequência direta uma elevação da qualidade da organização do Par-

1222
tido, um aperfeiçoamento da mentalidade organizativa dos nossos militantes. Ele deve fortalecer o Partido pela magnífica prova de democracia interna que vão ser as discussões e as eleições de baixo para cima em todos os organismos do que pela valorização ao máximo do centralismo democrático através da sucessão harmônica do debates que partindo da base, irão culminar no próprio Congresso.

Mais ainda: o IV Congresso deve ser o Congresso de fortalecimento do nosso Partido porque nestes dois meses de trabalho devemos recrutar com audácia, recrutar em massa, recrutar sem parar. Como resultado das últimas mobilizações de massas por nós efetuadas, centenas de milhares de pessoas dedicadas, homens e mulheres, jovens e adultos, nos seguem sem vacilações, com simpatia, carinho e entusiasmo. Além disso, o IV Congresso, estendendo-se ao seio das massas populares, irá entusiasmar-las, irá convencê-las da justiça da linha política do Partido, e torná-las conscientes de que o Partido é o único Partido que consequentemente defende seus interesses com dedicação e, o que é mais importante ainda, com triunfos sempre maiores e mais frequentes. Isto significa que milhares de pessoas podem ser rápidas e facilmente ganhas para o Partido no decorrer dos trabalhos do IV Congresso.

Porém neste recrutamento devemos adotar a política de concentração nos grandes centros e principalmente nas grandes empresas. Nenhuma ocasião melhor do que os dois meses de trabalho do IV Congresso para que todo o Partido, de cima a baixo, compreenda este aspecto de nossa política orgânica, e, mais que isso, para não só compreender, como também aplicá-la intensivamente, fazendo o maior trabalho, dentro das grandes empresas, ampliando as células de empresas onde já existem, criando-as onde ainda não existem, não deixando uma, só empresa sem uma poderosa organização do Partido.

Com a elevação do nível de organização, com a difusão da mais profunda mentalidade organizativa entre os nossos militantes, com uma justa compreensão da política orgânica do Partido atra-

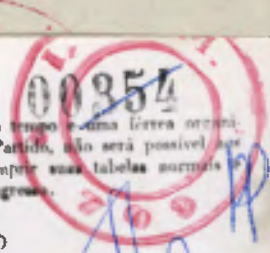
10353
vés de amplos debates, faremos realmente do IV Congresso o Congresso de fortalecimento do nosso Partido, conseguiremos realmente, ao fim da realização do IV Congresso, um trabalho de organização partidária, incomparavelmente mais forte, realmente capaz de decidir tudo, capaz de aplicar a linha política que o IV Congresso elaborar.

O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS PARA O IV CONGRESSO.

O IV Congresso não consiste na reunião pura e simples dos delegados para ele eleitos, durante alguns dias, a fim de discutir a ordem-do-dia que o Comitê Nacional do Partido propõe. A realidade é que o IV Congresso constitui um verdadeiro processo, que se inicia dois meses antes da sua instalação formal, através do "Manifesto de Convocação" do Comitê Nacional, da "Ordem do Dia" e das "Teses para Discussão" através de toda uma série de debates e resoluções preparatórias, auxiliares, que vão desde as bases à direção máxima, desde as assembleias de células, passando pelas conferências distritais, municipais e estaduais, territoriais e metropolitanas — até alcançar a reunião do Congresso propriamente dito. Como vemos, trata-se de uma operação em larga escala, uma operação que põe em movimento todo o Partido, todo um exército de dezenas e dezenas de milhares de membros. Uma operação de tal envergadura não pode apenas ser cuidadosamente planejada. Precisa ser rigorosamente executada, dentro dos planos de trabalho previstos, dentro das normas orgânicas aprovadas, sem nenhuma concessão às improvisações ou corte-corte de última hora.

Isto significa que os trabalhos do IV Congresso devem merecer de nossa parte, um cuidado todo especial. Tudo deve estar previsto com grande antecedência; orçamentos financeiros, dados para as assembleias de células e para as diversas conferências, a maneira de como fazer chegar os materiais de discussão a todos os

310
CW



1941

militantes do Partido. Só assim pode haver um bom rendimento nos trabalhos do IV Congresso.

Isto significa, que após a fixação das datas para realização das assembleias de células, estas devem ser levadas a efeito em todo o país, nos dias previstos. Nenhuma desculpa deverá ser aceita, como, por exemplo, a de que não houve comparecimento da maioria dos membros da célula. Acontecimento de tal importância como é uma assembleia de célula em pleno período de preparação de um Congresso Nacional do Partido, deve merecer de todos os militantes a mais elevada consideração e alertar-lhes o sentido de responsabilidade individual. Devem todos estar lembrados de que um organismo do Partido que marca uma Assembleia para tal dia e tal hora, não é nenhum organismo de massas que pode adiar sua reunião, que pode fazer segunda e terceira convocação, e que pode reunir em última convocação com qualquer número de membros presentes. E o que se diz aqui para as assembleias de células se aplica para as conferências das instâncias superiores.

A mais estreita obediência deve pois ser observada em relação às Normas Orgânicas para o IV Congresso. Nenhuma supressão ou ampliação das atividades nele previstas devem ser permitidas. Nenhuma restrição à liberdade de discussão dentro das teses apresentadas. Nenhuma coação na escolha dos delegados ou deformação dos encargos conferidos aos delegados. Respeito absoluto ao centralismo democrático, obedecendo ao escalonamento das assembleias de células, passando pelas conferências, até chegar ao Congresso. Disciplina de trabalho igual para todos os militantes e organismos. Direção única, submissão da minoria à maioria, das diferentes organizações aos organismos centrais, das organizações inferiores às superiores.

Isto não significa que o IV Congresso vá constituir uma interrupção na vida normal do Partido, e que pelo espaço de dois meses voltemos as costas às tarefas do dia a dia. Ao contrário; tudo indica que o Partido será chamado a intensificar sua participação na vida política do país, a a fazer crescer cada vez mais o volume de trabalhos exigidos pela sua própria vida orgânica.

Sem uma rígida distribuição do tempo e uma firme organização dos trabalhos solicitados ao Partido, não será possível fazer render os trabalhos do IV Congresso.

TRABALHO DE DIVULGAÇÃO DO IV CONGRESSO.

O IV Congresso do Partido, dada a sua importância para o desenvolvimento do Partido, como também para as mais amplas massas, deve ter um acontecimento sentido por todo o povo brasileiro, através de uma divulgação intensa e profunda de seus objetivos. É preciso que todos os membros do Partido, dirigentes ou não, velhos ou novos, tornem o IV Congresso, nestes próximos dois meses, o motivo central de sua atividade política através de amplos debates, fazendo o proletariado e o povo compreenderem a sua importância, que não se limita às fronteiras do Partido, significando, ao contrário, um novo e decisivo passo para a união de nosso povo, para a liquidação definitiva do fascismo e consolidação da democracia em nossa terra.

Para isso, cada comunista deve se capacitar da grande significação do IV Congresso e dar tudo pela boa divulgação do mesmo. Para se lançar à discussão dos problemas do IV Congresso o Partido necessita de materiais que permitam um proveitoso debate. Assim, é preciso desde já dar a máxima divulgação à ordem do dia aprovada pelo Comitê Nacional, às normas orgânicas do Congresso, às "Teses para Discussão", aos documentos que contribuíam para esclarecimento das questões ainda não debatidas desde o III Congresso, e os materiais políticos que vêm orientando a vida do Partido nos últimos anos.

Os principais materiais que devem servir como complemento às "Teses" são principalmente os seguintes:

- 1 — O IV CONGRESSO — boletim de discussão.
- 2 — União Nacional para a Democracia e o Progresso — de Luiz Carlos Prestes.
- 3 — Organizar o Povo para a Democracia — de Luiz Carlos Prestes.
- 4 — Os Comunistas na Luta pela Democracia — de Luiz Carlos Prestes.
- 5 — O P.C.B. na Luta pela Democracia e pela Paz — de Luiz Carlos Prestes.

Outros materiais de grande importância que o Comitê Nacional recomenda a leitura por todos:

- 1 — História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS
- 2 — Os fundamentos do Leninismo de Stalin
- 3 — Duas Tácticas de Lenin
- 4 — Extremismo, doença infantil do comunismo.

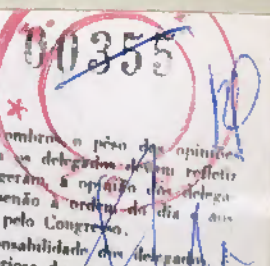
O Partido precisa, por fim, estar preparado também para divulgar os resultados do IV Congresso, dando imediatamente publicidade às resoluções, aos informes e a seus anexos, para que eles sejam rapidamente levados a todo o Partido e às massas, para detido estudo, assimilação e imediata aplicação prática.

O VALOR E A RESPONSABILIDADE DOS DELEGADOS AO IV CONGRESSO.

As decisões do Congresso do Partido são definitivas e não podem ser revogadas senão por outro Congresso. Todos os membros e organismos do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade das decisões do Congresso e o Comitê Nacional eleito por ele, como o órgão máximo do Partido no intervalo entre dois Congressos.

Essa o valor do nosso IV Congresso, já determinado nos Estatutos Provisórios do Partido.

A responsabilidade dos delegados está em que a elaboração dessas decisões vai depender do seu trabalho e capacidade.



Os delegados terão sobre seus ombros o peso das opiniões que emitirem no Congresso. Embora a opinião dos delegados seja livre e não está subordinada senão à ordem do dia e aos regulamentos da discussão aprovados pelo Congresso.

Por isso mesmo, diante da responsabilidade dos delegados, preciso que se faça uma escolha criteriosa dos mesmos, porque sua atuação representará um importante fator de fundamento dos trabalhos do Congresso.

Quem são então os homens e mulheres a quem os organismos do Partido vão conceder a honra de ser delegados aos trabalhos do IV Congresso?

Quanto mais estreita for a ligação de um militante com as massas, quanto mais capaz e sério no seu trabalho profissional, na sua vida de militante e na sua vida privada, tanto mais fortes são os motivos para que tenha preferência ao se tratar da escolha dos delegados. Sim, sendo o nosso Partido o Partido da classe operária e do povo, e principalmente do proletariado das grandes massas, cuidaremos tanto mais do Congresso quanto mais procurarmos atrair para o seio os homens mais conscientes, mais ativos, os melhores, os que são realmente os construtores do Partido e os que são íntimos e queridos das massas.

Os delegados ao IV Congresso devem ser, portanto, antes e acima de tudo, homens do Partido, com espírito do Partido, com confiança e amor pelo nosso Partido. Porque tais militantes são sempre camaradas senhores de sua responsabilidade, lutando na sã democracia interna, afeitos às normas do centralismo democrático, conscientes de que o que realmente os leva à instância partidária superior é o dever de armá-la com a maior contribuição possível da experiência de que são portadores, para maior eficiência e êxito dos trabalhos do Congresso.

A responsabilidade dos delegados no sentido de garantir o sucesso dos trabalhos do IV Congresso exige atitudes e procedimentos que contribuam para o melhor rendimento possível das

391
uu

00356

reunidos. Por exemplo: devem respeitar as normas orgânicas de reunião, tomando notas, não interrompendo com apartes os companheiros que falam, relando pela mais ampla liberdade de discussão e mais completa democracia interna. Exige a defesa intransigente da unidade do Partido, de luta contra qualquer tentativa de fracionismo, de respeito à lealdade máxima à causa do entusiasmo no trabalho, dedicação e lealdade máxima à causa do Partido. Exige seriedade no estudar e desenvolver as questões debatidas, e completa repulsa a quaisquer atitudes levianas e afirmações apressadas e sem base, que possam conduzir as conclusões do Congresso para caminhos falsos. Para o máximo de rendimento nas intervenções de cada delegado, estes não devem se alongar em detalhes, sendo no chamado "relatório" ou transformando-se em monótonos relatórios praticistas. Não devem se afastar do ponto de debate para entrar em outros assuntos, para cair nas generalidades, nos conceitos vagos. Ao contrário: devem ter clareza, concisão, vitalidade e precisão proletárias, e não a prolixidade varia própria do intelectualismo pequeno-burguês. As intervenções não devem ser esquemáticas ou conter transposições mecânicas, partindo de um modelo pré-estabelecido para espremer dentro dele a situação sobre a qual se quer tratar. As intervenções dos delegados de diferentes organismos do Partido devem apresentar características próprias, não apenas assemelhando em traços rápidos os pontos gerais, e sim transmitindo os exemplos retirados da experiência diária de cada organismo. Não devem as intervenções cair nas apreciações pessoais e estabelecer polémicas com outros camaradas, e sim, ao contrário, manter-se no terreno dos princípios e sempre orientando-se no sentido de construir, e aproveitando todas as contribuições feitas.

Nenhum camarada deve permanecer sem intervir quando do debate de assunto anteriormente discutido em sua própria assembleia de célula ou conferência. Todos os lados positivos e negativos de um determinado trabalho, devem ser trazidos à luz do dia para exame e assimilação.

As mesmas condições devem ser observadas em cada momento em debate. Vendo do que se trata, e pensando em conclusões práticas e úteis para cada situação, os delegados devem ir diretamente ao assunto, evitando os rodeios que prejudicam inutilmente as discussões. Os camaradas delegados devem compreender que a síntese é uma grande virtude comunista, mas que para fazer síntese, por si só, dizer em poucas palavras tudo o que há de essencial, importante e útil sobre determinado assunto, é preciso, antes de mais nada, conhecer e dominar bem o assunto. Isso é valioso para os camaradas que não se preocupam em estudar suas notas antes de intervir, porque só vão resumindo as ideias à medida que vão falando, e por isso muitas vezes marçham para a frente e para trás, se contradizem, perdem a visão de conjunto, perdem tempo, e portanto, fazem baixar o rendimento das discussões. Porém isso é igualmente valioso para os camaradas que pensam que fazer síntese é usar de poucas palavras, e que portanto, não tendo também se dado ao trabalho de estudar suas notas e coordenar as ideias antes de falar, dão intervenções próprias realmente, mas que ficam apenas nas generalidades ou apenas em detalhes, não passando da superfície, não construindo, perdendo tempo, e portanto também fazendo baixar o rendimento das discussões.

A responsabilidade dos delegados exige intervenções construtivas, espírito prático, conduzindo assim as resoluções práticas ligadas ao momento histórico que vivemos e às condições e particularidades de cada lugar e cada situação estudada. De tudo isso, depende em grande parte a eficiência do IV Congresso.

AS ELEIÇÕES PARA AS DIREÇÕES PARTIDARIAS DURANTE O IV CONGRESSO.

Um dos problemas mais importantes e mais sérios que o IV Congresso deve enfrentar é o da eleição das novas direções. Não basta chegar a conclusões práticas, aprovar resoluções que deem ao

1024

00357

Partido perspectivas para o seu trabalho futuro, que armem o Partido para a luta diária. Muito acertadamente diz o grande Stalin: "Ter uma linha política justa é, naturalmente, o primordial e essencial. Porém ainda não é o suficiente. Precisamos de uma linha política justa não para fazer declarações, e sim para levá-la à prática. Mas, para levar à prática uma linha política do Partido, que a conclamem como sua, que estejam dispostos a realizá-la na prática, que saibam fazer isso e que sejam capazes de tornar-se responsáveis por ela, de defendê-la e de lutar por ela. Sem isto, uma linha política justa corre o risco de ficar no papel". Portanto, nas eleições das direções partidárias durante o curso dos trabalhos do IV Congresso, devemos esforçar-nos para formar direções que, por convicção profunda, e não por sentimento de disciplina, somente, não compreendam e estejam dispostas a levar firmemente à prática as Resoluções do IV Congresso do nosso Partido.

Isto é tanto mais importante quando sabemos que há alguns elementos de direção superados pelos acontecimentos, e que, não sabendo dominar o trabalho, foram por eles dominados. Se a verdade que os atuais dirigentes de um modo geral vieram dirigindo o Partido a alguns progrediram realmente, também é certo que surgiram muitos elementos de valor que precisam ser promovidos imediatamente, quadros novos de grande futuro como dirigentes. Assim, ao mesmo tempo em que comprovaremos o grau em que os dirigentes do Partido se desenvolveram, traremos à tona os novos dirigentes, forjados nas batalhas onde atuam milhares de homens, forjados nas condições novas da legalidade, e assim reajustaremos o Partido, armamos-o com centenas de novos dirigentes, aptos a prosseguir na luta com maior visão, ânimo e entusiasmo.

Qual o critério fundamental que nos deve guiar na escolha de novos dirigentes. As direções precisam:

- 1) Ter a mais profunda abnegação pela causa da classe operária e fidelidade ao Partido, abnegação e fidelidade com provadas na

luta, nas prisões, ante os tribunais, frente a frente com o inimigo da classe, e também abnegação e fidelidade no dia a dia, no trabalho legal de todos os dias, provadas no trabalho quotidiano, sem desfalco, nos sacrifícios contínuos, no contato constante com as massas, enfrentando resolutamente os provocadores e dissidentes, enfrentando o inimigo de classe encoberto sob o disfarce dos demagógicos, para esclarecer as massas, organizá-las, vinculá-las para a linha do Partido. Eis porque atribuímos tanta importância ao passado e ao presente da luta de cada companheiro.

2) Ter a mais estreita ligação com as massas. Devem ser elevados nos pontos de direção aqueles companheiros que sabem tomar o pulso da vida das massas, que sabem ouvir os sentimentos, conhecer sempre seu estado de espírito e suas necessidades mais sentidas, e ainda, que sejam capazes de modificar esse estado de espírito. Será tanto maior a autoridade dos nossos dirigentes quanto mais a massa enxergar neles seus verdadeiros líderes, comprovando-se da capacidade deles na base da experiência por ela própria adquirida; e assim capacitando-se da dedicação e abnegação de que eles são possuidores. Eis porque atribuímos tanta importância à origem e à função social dos camaradas.

3) Ter a capacidade de atuar-se por si mesmo em qualquer situação, e não temer a responsabilidade de decidir sobre qualquer questão. Realmente, não pode ser considerado dirigente quem teme assumir responsabilidades, quem não sabe demonstrar iniciativa e acha que deve se limitar a fazer somente aquilo que especificamente lhe deram para fazer. Só é verdadeiro dirigente aquele que não se deixa levar pela menor sombra de pânico quando as coisas se tornam perigosas ou qualquer surra negra surge no horizonte, aquele que não perde a cabeça na hora de derrota e que não se cavalga na hora do triunfo. Só é verdadeiro dirigente aquele que conserva a cabeça fria e demonstra uma firmeza insubstituível na aplicação das decisões tomadas. Os dirigentes se formam e se criam da melhor maneira quando se vêm forçados a resolver por sua própria conta os problemas concretos da luta, e sentem toda a responsabilidade que isto determina. Devem por-

312
W

00358
P.

14/13
tudo os dirigentes certos ser homens que não têm medo das dificuldades, que têm a sensibilidade e flexibilidade para conduzir o Partido através de todos os obstáculos, homens que não percam o rumo, desviando-se da nossa linha política, e que não percam o ritmo isolando-se da massa. Eis porque atribuímos tanta importância ao preparo dos companheiros, à sua autoridade, à sua coragem política e ao seu equilíbrio no trabalho prático.

4) Ter disciplina partidária e tempera bolchevique tanto na luta contra os nossos inimigos quanto na irreconciliabilidade para com todos os desvios da linha de conduta do nosso Partido. Eis porque atribuímos tanta importância à continuidade do desenvolvimento dos companheiros e à sua energia em defender o Partido.

5) Ter capacidade de trabalhar coletivamente e soldar as forças do Partido em uma unidade monolítica. Isso é da maior importância, porque quanto mais difíceis e complexos os problemas que se apresentam ante o nosso Partido, tal como ocorre no momento atual, maior necessidade temos de melhorar o trabalho coletivo, de intensificar o espírito de equipe. O individualismo pequeno-burguês, a centralização do trabalho em mão, de um determinado companheiro como consequência de métodos de trabalho errados, só podem ser altamente prejudiciais. Além do mais, por mais bem dotado que seja um determinado companheiro, por maiores que sejam suas qualidades, o trabalho de direção individual por ele executado só trará em seu bojo os germens do caudilismo, como também jamais poderá ser do mesmo alto nível de um trabalho de direção executado coletivamente, como fruto de discussões democráticas dentro de cada organismo. Por outro lado, o mesmo que se aplica aos indivíduos, também se aplica em parte aos organismos. E por isso mesmo, precisamos nas direções do Partido homens capazes de soldar as forças do Partido em unidade monolítica, que não permitam a hipertrofia de um determinado setor com prejuízo de outros, que congreguem todas as vontades numa vontade única férrea, determinada, de marchar até à vitória. Eis porque atribuímos tanta importância aos companheiros que sabem pôr todo o seu trabalho em movimento e que têm um grande espírito

rito de unidade, bem como uma natural modéstia, um verdadeiro espírito do Partido.

Sim, precisamos na direção do Partido de homens que tenham a mesma afinidade da massa trabalhadora, de suas lutas diárias, de sua firmeza de atitude combativa, que com suas cabeças e mãos levem à prática as Resoluções do IV Congresso. Sem quadros dessa natureza para revolucionária, sem dirigentes que sejam dignos do nome Camarada Prestes, não poderemos resolver os problemas vitais que se acham diante do nosso Partido, do proletariado e do povo do Brasil.

Finalmente, nas direções precisamos de homens que trabalhem com a bússola do marxismo-leninismo, sem a qual se desorienta para o mesquinho praticismo que não enxerga um palmo diante do nariz, que só sabe resolver os problemas de caso em caso, como o cego vai de bengala apenas seguro do passo imediato, sem a visão que dá uma perspectiva ampla de luta, que indica às massas e como, porque e para onde as conduzimos.

Devemos repetir incessantemente, sempre com energia, a necessidade destas condições para uma escolha acertada dos novos dirigentes. Ainda acontece com frequência o caso de ser preferido um camarada que sabe escrever com primor ou que fala bonito e com desembaraço, mas que não é um homem de ação, que não serve para a luta de massas, desprezando-se um outro camarada que talvez não escreva tão bem nem seja tão desembaraçado, mas que, ao contrário, é um homem firme, de iniciativa, ligado profundamente ao trabalho de massas, capaz de lutar e conduzir as massas para a luta.

Eis porque, com os olhos voltados para estas condições, voltamos para a magnitude das tarefas que temos pela frente, os camaradas delegados devem proceder, com espírito de responsabilidade e de plena consciência, à escolha das novas direções do nosso glorioso Partido.

14/14

RESOLUÇÕES CLARAS E ACESSÍVEIS AS GRANDES MASSAS.

Durante todo o curso dos trabalhos do IV Congresso, precisamos ter sempre em mente que devemos traçar Resoluções acessíveis às grandes massas. Isso é da maior importância porque nem sempre sabemos formular aquilo que desejamos dizer de uma maneira simples, concreta, usando conceitos comuns às massas e a elas compreensíveis. Com efeito, fizemos a atenção em certos manifestos, jornais ou discursos nossos e veremos que frequentemente estão redigidos de modo tão pesado, numa linguagem tão rebuscada, que sua compreensão se faz difícil até para militantes responsáveis do Partido, com evidente prejuízo na sua divulgação entre as massas. Muito pior será quando se tratar de uma Resolução: — construções de frases arcaicas, conceitos deslocados no texto apenas para mostrar uma pseudo-sabedoria literária, palavras que a massa não compreende e a maioria só entende depois de ver o Dicionário, tudo por isso prejudicando a aproximação do Partido com as massas.

Sim, em tudo que fizermos durante os trabalhos do IV Congresso devemos procurar refletir e sentir os desejos de milhões de operários e homens do povo. Porque muitos de nossos companheiros pensam que sua propaganda e sua agitação melhoram quanto mais empregam palavras altisonantes, fórmulas e tocas incompreensíveis para as massas, esquecendo que precisamente os maiores chefes e líderes da classe operária de nossa época, Lenin e Stalin, como também nosso camarada Prestes, falavam e falavam sempre na linguagem mais compreensível para as grandes massas. Assim é que, nos trabalhos do IV Congresso, cada um de nós, comunistas, dirigentes ou militantes, deve assimilar como uma lei, esta regra lementar: *Escrevendo ou falando, pensa sempre no operário não treinado politicamente que tem de te entender de crer em teus apelos e estar disposto a te seguir. Pensa naquele para quem escreves e para quem falas.*

00359
P.

Tudo isso é importante porque temos de converter as resoluções do IV Congresso, em condições de vida a nível operário e de todo o povo. Sim, não basta aprovar Resoluções por unanimidade. Não basta popularizar as Resoluções entre os dirigentes e militantes do Partido. Queremos que todos os operários e camponeses, intelectuais e artistas, velhos e jovens, homens e mulheres, discutam conjuntamente conosco as Resoluções do IV Congresso, que busquem com todos nós a melhor maneira de pô-las em prática, que as tomem como suas para converterem em realidade, conjuntamente, ombro a ombro, com todos os outros companheiros e companheiras.

TUDO PELA VITÓRIA DO IV CONGRESSO.

Marchando vitoriosamente na construção do nosso Partido, solidamente vinculado às massas, avançamos pela estrada que nos levará ao IV Congresso. Medimos o caminho com o grandioso esforço que a realização do IV Congresso exigirá do nosso Partido, de todos os seus militantes, e de cada um de nós, o de menor responsabilidade até chegar ao nosso camarada Prestes.

Apesar disso, não temos um instante de dúvida acerca da grande vitória que o IV Congresso irá alcançar. Isso porque a história de nossas últimas atividades tem sido a história da dedicação, abnegação, lealdade à causa do proletariado, por parte de nossos militantes. Dando o máximo de suas energias para superar, para corrigir as debilidades do trabalho, para vencer, para forjar o nosso Partido, realizaram verdadeiras epopeias de abnegação e sacrifício, num ambiente de alegria contagiante e entusiasmo sempre maior. Uma velhinha ofereceu suas jóias de casamento como contribuição espontânea. Um jovem de 14 anos queria ser membro do Partido e tornou-se um grande ativista. Chauffeurs que puseram seus carros a serviço do povo. Gráficos que trabalharam

313
[Handwritten signature]

estrito contato com as massas, em todos os pontos, para realizarmos todas as possibilidades para a conquista da vitória e para nossa missão histórica.

E jogando todo o Partido, com a nossa força e energia, para a frente, realizando suas tarefas diárias, que prepararemos e realizaremos o IV Congresso, e tudo daremos para a grande vitória. Avante, pois, com ânimo, entusiasmo, disciplina, espírito de unidade, para o IV Congresso Nacional do nosso Partido!

Tudo pela vitória do IV Congresso do Partido!

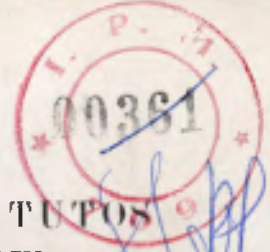
00380
[Red stamp and blue scribbles]

dias e noites imprimindo nossos materiais chegando alguns a desfilarem por esgotamento. Camponeses que andaram léguas e léguas, levando pequenas economias reunidas em anos de trabalho, para ouvir a palavra do Partido, para ouvir a voz do Camarada Proletário, o legendário Cavalheiro da Esperança, jovens e velhos que voluntariamente trabalharam noites inteiras, pintando as ruas e pregando cartazes. Homens e mulheres que venderam folhetos, livros e cartazes, recolhendo dinheiro de casa em casa, realizando festas e debates para o povo, trabalhando dia e noite como facões de torais, numa abnegação extrema. Com tamanha dedicação dos comunistas já não teríamos dúvidas da nossa vitória, porém mais importante ainda é que esta dedicação e entusiasmo dos militantes não é mais que o reflexo da dedicação e entusiasmo do proletariado e do povo, dos milhões simpatizantes e amigos do Partido, das massas populares que nos cercam com o seu carinho emocionante. E, mais uma vez, com a realização do IV Congresso, a contribuição criadora da massa virá nos ajudar. Com interesse e acompanhará o desenrolar dos nossos trabalhos. Com solicitude atenderá aos nossos delegados. Com fibra inventiva, com a firme determinação de um proletariado e um povo vilmente explorados, imerso na mais negra miséria pelos especuladores e lacaios do capital estrangeiro colonizador, certos de que só o nosso Partido poderá conduzir ao mundo melhor que desejam, irão ao trabalho de massa, ao trabalho de aplicação da linha do Partido, ao trabalho de construção de uma nova democracia para nossa Pátria, com o definitivo ajuizamento dos restos ainda vivos do fascismo.

Grandes trabalhos nos aguardam, grandes esforços nos são exigidos, grandes batalhas temos pela frente. Mas enquanto o nosso Partido, apoiado na sua teoria revolucionária de vanguarda, for reconhecido nas fábricas e nas oficinas, nas fazendas longínquas e nos vilarejos, entre os intelectuais ou entre as mulheres e os jovens, como o partido proletário, o Partido da democracia, da unidade e da paz, e por isso mesmo, como o Partido do povo brasileiro, enquanto conservarmos nossos pés na terra, mantendo

314
W

PCUS



ESTATUTOS
DEL
PARTIDO COMUNISTA
DE LA
UNION SOVIETICA

УСТАВ
КОММУНИСТИЧЕСКОЙ ПАРТИИ
СОВЕТСКОГО СОЮЗА
Принят XXII съездом КПСС
31 октября 1961 года

GA
28

45

Son ley inquebrantable de la vida del PCUS la unidad ideológica y orgánica, la cohesión monolítica de sus filas y la elevada disciplina consciente de todos los comunistas. Toda manifestación de fraccionismo y de espíritu de bando es incompatible con el partidismo marxista-leninista y con la permanencia en el Partido.

El PCUS se guía en toda su actividad por la doctrina marxista-leninista y por el Programa sobre su base trazado, que especifica las tareas principales del Partido en el período de edificación de la sociedad comunista.

Desarrollando con espíritu creador el marxismo-leninismo, el PCUS lucha resueltamente contra toda manifestación de revisionismo y dogmatismo, profundamente ajenos a la teoría revolucionaria.

El Partido Comunista de la Unión Soviética es una parte integrante e inalienable del movimiento comunista y obrero internacional. Se atiene firmemente a los probados principios marxistas-leninistas del internacionalismo proletario y contribuye de modo activo a robustecer la unidad de todo el movimiento comunista y obrero internacional y los lazos fraternales con el gran ejército de los comunistas de todos los países.

I. LOS MIEMBROS DEL PARTIDO,
SUS DEBERES Y DERECHOS

1. Puede ser miembro del PCUS cualquier ciudadano de la Unión Soviética que acepte el Programa y los Estatutos del Partido, participe activamente en la edificación del comunismo, actúe en una de las organizaciones del Partido, cumpla las decisiones del mismo y abone las cuotas establecidas.

2. El miembro del Partido tiene el deber de:

a) luchar por la creación de la base material y técnica del comunismo, ser ejemplo de activo comunista hacia el trabajo, elevar el rendimiento de éste, ser iniciador de todo lo nuevo, de todo lo progresivo, apoyar y difundir la experiencia de vanguardia, dominar la técnica, perfeccionar su calificación, salvaguardar y multiplicar

la propiedad social, socialista, como base del poderío y la prosperidad de la Patria soviética.

b) aplicar con firmeza y perseverancia las resoluciones del Partido, explicar a las masas de trabajadores el programa del Partido, contribuir al robustecimiento y la ampliación de sus lazos con el pueblo, ser solícito y atento con la gente y hacerse eco oportunamente de las demandas y necesidades de los trabajadores;

c) participar activamente en la vida política del país, en la gestión de los asuntos estatales y en la edificación económica y cultural, dar ejemplo en el cumplimiento de los deberes para con la sociedad y ayudar a desarrollarla y robustecer las relaciones sociales comunistas;

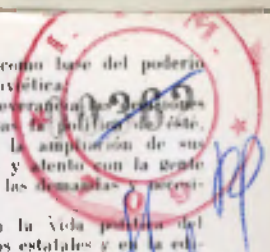
d) dominar la teoría marxista-leninista, elevar su nivel ideológico y contribuir a la formación y educación del hombre de la sociedad comunista, luchar con energía contra cualquier manifestación de la ideología burguesa, contra los vestigios de la psicología de propietario privado, contra los prejuicios religiosos y otras reminiscencias del pasado, observar los principios de la moral comunista y poner los intereses sociales por encima de los personales;

e) ser un activo portavoz de las ideas del internacionalismo socialista y del patriotismo soviético entre las masas trabajadoras, luchar contra los vestigios del nacionalismo y el chovinismo y contribuir de palabra y de hecho a fortalecer la amistad de los pueblos de la URSS y los lazos fraternales del pueblo soviético con los pueblos de los países del campo socialista y con los proletarios y trabajadores de todos los países;

f) fortalecer al máximo la unidad ideológica y orgánica del Partido, preservar a éste contra la penetración en sus filas de gente indigna del alto título de comunista, ser veraz y honrado con el Partido y el pueblo, manifestar vigilancia y guardar los secretos de Partido y de Estado;

g) desarrollar la crítica y la autocrítica, poner audazmente al desnudo los defectos y procurar que sean eliminados, luchar contra la tendencia a la apatía, contra el envanecimiento, la placidez y el localismo, combatir enérgicamente todo intento de amortazar la

PCUS



PCUS
crítica, luchar contra todo acto nocivo para el Partido y el Estado y dar cuenta de él a los organismos del Partido, incluido el Comité Central del PCUS;

h) aplicar estrictamente la línea del Partido en la selección de los cuadros según sus cualidades políticas y prácticas. Ser intransigente en todos los casos en que se infrinjan los principios leninistas de selección y educación de los cuadros;

i) observar la disciplina partidaria y estatal, igualmente obligatoria para todos los miembros del Partido. El Partido tiene una sola disciplina, una sola ley para todos los comunistas, independientemente de sus méritos y de los puestos que ocupen.

j) contribuir por todos los medios a fortalecer la capacidad de defensa de la URSS y luchar intsigablemente por la paz y la amistad entre los pueblos.

3. El miembro del Partido tiene derecho a:

a) elegir y ser elegido para los organismos del Partido;

b) discutir libremente en las asambleas, conferencias y congresos, así como en las reuniones de los comités del Partido y en la prensa de éste, las cuestiones de la política y la actividad práctica del Partido; presentar propuestas y expresar y defender abiertamente su opinión antes de que la organización haya tomado un acuerdo;

c) criticar en las reuniones, conferencias y congresos del Partido, así como en los plenos de los comités, a cualquier comunista, sea cual fuere el cargo que ocupe. Quienes amordacen la crítica o la persigan deberán ser rigurosamente sancionados por el Partido, llegandose incluso a expulsarlos de las filas del PCUS;

d) participar personalmente en las reuniones del Partido y de los burós y comités del mismo siempre que se discuta su actuación o conducta;

e) dirigir preguntas, declaraciones y propuestas a cualquier instancia del Partido comprendido el CC del PCUS, y exigir que se le dé una respuesta concreta.

4. La admisión de miembros del Partido se lleva a cabo exclusivamente en forma individual. Son admitidos como miembros del Partido obreros, campesinos

315
e intelectuales conscientes, activos y fieles a la causa del comunismo. Los nuevos miembros son admitidos entre los candidatos que hayan permanecido en el Partido durante el período establecido.

Se admite en el Partido a personas que hayan cumplido los dieciocho años. Los jóvenes, hasta de veinte años cumplidos, ingresan en el Partido únicamente a través de la Unión de la Juventud Comunista (Komsomol) de la URSS (Komsomol).

La forma de admisión de miembros del Partido, de entre los candidatos es la siguiente:

a) quienes ingresan como miembros del PCUS presentan avales de tres miembros del mismo que tengan, por lo menos, tres años de antigüedad en él y les comiencen por haber trabajado juntos en la producción y en labores sociales no menos de un año.

Primera observación. Al admitir como miembros del Partido a los militantes del Komsomol, el aval de un comité, distrital o urbano del Komsomol equivale al aval de un miembro del Partido.

Segunda observación. Los miembros efectivos y suplentes del CC del PCUS se abstienen de dar avales.

b) la asamblea general de la organización de base discute y decide sobre la admisión en el Partido; su decisión entra en vigor al ser ratificada por el Comité de distrito o, en las ciudades que no están divididas en distritos, por el Comité urbano del Partido.

Al examinarse la petición de ingreso en el Partido, no es obligatoria la presencia de quienes hayan dado los avales;

c) los ciudadanos de la URSS que hayan militado antes en partidos comunistas y obreros de otros países son admitidos en el Partido Comunista de la Unión Soviética según las normas establecidas por el CC del PCUS.

Quienes hayan militado antes en otros partidos son admitidos en el PCUS según las normas generales, pero con la ratificación obligatoria del Comité regional, del territorial o del CC del Partido Comunista de República federada.

PCUS
5. Quienes avalan responden ante las organizaciones del Partido de la objetividad de la característica de las cualidades políticas, prácticas y morales de los avalados.

6. La antigüedad de los admitidos como miembros del Partido se cuenta a partir del día en que la asamblea general de la correspondiente organización de base aprueba la admisión de dicho candidato como miembro del Partido.

7. El registro de los miembros y candidatos a miembro del Partido y su traslado de una organización a otra se efectúan de acuerdo con las correspondientes instrucciones del CC del PCUS.

8. La organización de base discutirá los casos en que los miembros o candidatos a miembro del Partido dejen de abonar sus cuotas durante tres meses sin causa justificada. Si durante la discusión se establece que el miembro o candidato a miembro ha perdido de hecho la ligazón con la organización partidaria, se le considerará excluido del Partido, para lo cual dicha organización adoptará el correspondiente acuerdo, que deberá ser ratificado por el Comité de distrito o por el Comité urbano del Partido.

9. Al miembro o candidato a miembro del Partido se le piden responsabilidades por el incumplimiento de los deberes fijados en los Estatutos y por otras faltas y le pueden ser aplicadas las sanciones: llamada de atención, amonestación (amonestación rigurosa) y amonestación (amonestación rigurosa) registrada en la ficha. La máxima sanción existente en el Partido es la expulsión.

En los casos necesarios, y a título de sanción, la organización partidaria puede pasar a un miembro del Partido a candidato por el plazo máximo de un año. Esta decisión debe ser ratificada por el Comité de distrito o por el Comité urbano del Partido. Al expirar el plazo señalado, el miembro pasado a candidato es readmitido como miembro del Partido de acuerdo con las normas generales de admisión, conservando la antigüedad que tenía antes.

Por faltas leves deben aplicarse medidas de carácter educativo y correctivo, como la crítica camaraderal, la reproducción, la advertencia y la indicación por el Partido.

Al decidir una exclusión del Partido debe asegurarse el máximo de atención y el más cuidadoso estudio del fundamento de las acusaciones presentadas al comunista.

10. La expulsión de un comunista de las filas del Partido se decide por la asamblea general de la organización partidaria de base. El acuerdo de esta se considera válido si votan por él dos tercios, por lo menos, de los miembros del Partido asistentes a la reunión y es ratificado por el Comité distrital o urbano. El acuerdo de expulsión adoptado por el Comité distrital o urbano entra en vigor después de su ratificación por el Comité regional o territorial del Partido o por el Comité Central del Partido Comunista de República federada.

En tanto que la decisión de expulsión del Partido no sea ratificada por el Comité regional, el Comité territorial o el CC del Partido Comunista de la República federada, el comunista conserva su carnet o tarjeta de candidato y tiene derecho a asistir a las reuniones internas del Partido.

Los expulsados del Partido tienen derecho a apelar, en el transcurso de dos meses, ante los organismos superiores del Partido, comprendido el Comité Central del PCUS.

11. La decisión de pedir responsabilidades a los miembros efectivos y suplentes del CC del Partido Comunista de República federada, así como a los de los Comités territoriales, regionales, comarcales, urbanos y distritales del Partido, lo mismo que a los miembros de las Comisiones revisoras, se discute en las organizaciones de base.

La decisión de las organizaciones partidarias de imponer sanciones a los miembros efectivos y suplentes de dichos Comités y a los miembros de las Comisiones revisoras se adopta según las normas corrientes.

Las propuestas de las organizaciones del Partido sobre la expulsión del PCUS se comunican al correspondiente Comité del Partido del que es miembro el comunista en cuestión. La decisión de expulsar del Partido a los miembros efectivos y suplentes del CC del Partido Comunista de República federada o de un Comité territorial, regional, comarcal, urbano o de distrito, así

PCUS?

como a los miembros de las Comisiones revisoras, es adoptada en el Pleno del Comité correspondiente por mayoría de dos tercios de los votos de sus miembros.

La expulsión del Partido de un miembro efectivo o suplente del Comité Central del PCUS y de un miembro de la Comisión Revisora Central la decide el Congreso del Partido y en los intervalos entre los Congresos, el Pleno del CC por mayoría de dos tercios partes de los miembros del Comité Central.

12. En los casos en que un miembro del Partido haya cometido actos castigados por el Código penal, es excluido del Partido y se le procesa de acuerdo con la Ley.

13. Las apelaciones de los expulsados del Partido, así como de los sancionados, y los acuerdos de expulsión del Partido adoptados por las organizaciones del mismo se examinan por los organismos partidarios correspondientes en el plazo máximo de un mes a partir del momento de su presentación.

II. CANDIDATOS A MIEMBRO DEL PARTIDO

14. Cuantos ingresan en el Partido serán candidatos durante cierto período, necesario para conocer más a fondo el Programa y los Estatutos del PCUS y prepararse a ser miembro del mismo. La organización del Partido tiene el deber de ayudar a los candidatos a prepararse para su ingreso como miembros del PCUS y comprobar sus cualidades personales.

Se fija en un año el período de candidato a miembro.

15. La forma de admisión como candidato (admisión individual, presentación de avales, decisión de la organización partidaria de base acerca de la admisión y la ratificación de ésta) es la misma que para la admisión como miembro del Partido.

16. Transcurrido el período de candidato a miembro, la organización de base examina y resuelve la admisión del candidato como miembro del Partido. Si en dicho plazo no ha demostrado valer y por sus cualidades personales no puede ser admitido como miembro del PCUS.

316
CW

la organización acuerda denegarle el ingreso en el Partido como miembro del mismo, y cuando dicha decisión ha sido ratificada por el Comité distrital o urbano, se considera excluido como candidato a miembro del PCUS.

17. Los candidatos a miembro del Partido participan en toda la labor de la organización partidaria y asisten a sus reuniones con derecho a voz, pero sin voto. Los candidatos a miembro no pueden ser elegidos para los organismos dirigentes del Partido ni delegados a las conferencias y congresos del mismo.

18. Los candidatos a miembro del PCUS abonan las mismas cuotas que, los miembros del Partido.

III. ESTRUCTURA ORGANICA DEL PARTIDO. DEMOCRACIA INTERNA DEL PARTIDO

19. El principio rector de la estructura orgánica del Partido es el centralismo democrático, que significa:

a) carácter electivo de todos los organismos de dirección del Partido de abajo arriba;

b) rendición periódica de cuentas por los organismos del Partido ante sus organizaciones y ante los organismos superiores;

c) disciplina rigurosa del Partido y subordinación de la minoría a la mayoría;

d) obligatoriedad absoluta de las decisiones de los organismos superiores para los inferiores.

20. El Partido se estructura según el principio territorial y de producción: las organizaciones de base se crean en el lugar de trabajo de los comunistas y se agrupan en organizaciones distritales, urbanas, etc., según el principio territorial. La organización actuante en una zona determinada es considerada superior respecto a cualquier organización del Partido que actúa en una parte de dicha zona.

21. Todas las organizaciones del Partido son autónomas en cuanto se refiere a la solución de las cuestiones locales, siempre que sus decisiones no estén en contradicción con la política del Partido.

PCUS?

22. El organismo superior de dirección de la organización del Partido es: la asamblea general (para las organizaciones de base), la Conferencia (para las organizaciones distritales, urbanas, comarcales, regionales y territoriales) y el Congreso (para los partidos comunistas de las repúblicas federadas y para el Partido Comunista de la Unión Soviética).

23. La asamblea general, la Conferencia o el Congreso eligen un Buró o Comité, que es su organismo ejecutivo y dirige toda la labor cotidiana de la organización partidaria.

24. Los organismos del Partido son elegidos por votación secreta. Todos los miembros del Partido gozan en las elecciones del derecho ilimitado de recusar a los candidatos y criticarlos. La votación se efectúa por candidaturas individuales. Se considera elegidos a los candidatos por los que vota más de la mitad de los asistentes a la reunión, Conferencia o Congreso.

25. En las elecciones de los organismos del Partido se observan el principio de la renovación sistemática de sus componentes y el de la continuidad de la dirección.

En cada elección ordinaria se renueva, por lo menos, una cuarta parte de la composición del Comité Central del PCUS y de su Presidium. Los miembros del Presidium no se eligen, como regla, más de tres veces seguidas. Unos u otros dirigentes del Partido, dado su gran prestigio, sus elevadas cualidades políticas, capacidad de organización, etc., pueden ser elegidos a los organismos dirigentes más veces consecutivas. En este caso, el candidato correspondiente se considera elegido si reúne en votación secreta no menos de tres cuartos de los votos.

En cada elección ordinaria, los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas y los comités territoriales y regionales se renuevan en una tercera parte de sus componentes, por lo menos, y los comités comarcales, urbanos y distritales, así como los comités o burós de las organizaciones partidarias de base, en no menos de la mitad. Además, los miembros de estos organismos dirigentes del Partido no pueden ser elegidos

más de tres veces consecutivas. Los secretarios de las organizaciones partidarias de base no pueden ser elegidos más de dos veces seguidas.

La asamblea, la Conferencia y el Congreso pueden, partiendo de las cualidades políticas y prácticas, elegir para los organismos dirigentes a uno u otro funcionario más veces consecutivas. En tal caso, para ser elegido es preciso reunir como mínimo, tres cuartos parte de los votos de los comunistas que toman parte en la votación.

Los miembros del Partido que hayan dejado de pertenecer a un organismo dirigente de éste, al expirar su mandato, pueden ser elegidos de nuevo en elecciones ulteriores.

26. Los miembros efectivos y suplentes del CC del PCUS deben justificar con toda su actividad la alta confianza que el Partido les ha otorgado. Si un miembro efectivo o suplente del CC del PCUS pierde su honor y su dignidad, no puede seguir perteneciendo al Comité Central. La cuestión de retirar del CC del PCUS a un miembro efectivo o suplente de este organismo la decide el Pleno del Comité Central mediante votación secreta. La decisión se considera válida si por ella se pronuncian no menos de dos tercios de todos los miembros del CC del PCUS.

La cuestión de retirar a un miembro efectivo o suplente del CC del Partido Comunista de una República federada o de un comité territorial, regional, comarcal, urbano o distrital del respectivo organismo la decide el Pleno del mismo. La decisión se considera válida si por ella se pronuncian, en votación secreta, como mínimo dos tercios de los miembros del comité.

Si un miembro de la Comisión Revisora Central no justifica la alta confianza que le ha otorgado el Partido, debe ser retirado de ella. La cuestión se resuelve en reunión de la Comisión Revisora Central. La decisión se considera válida si por la retirada de uno u otro de sus miembros se pronuncian, en votación secreta, como mínimo dos tercios de sus componentes.

La cuestión de retirar a los miembros de las comisiones revisoras de las organizaciones partidarias de las

PCUS 1

repúblicas, territorios, regiones, comarcas, ciudades y distritos se decide en reuniones de dichas comisiones con arreglo a las normas fijadas para los miembros efectivos y suplentes de los comités del Partido.

27. El examen libre y concreto de las cuestiones de la política del Partido en sus diversas organizaciones o en todo el Partido es un derecho inalienable de cada uno de sus miembros y un importante principio de su democracia interna. Únicamente sobre la base de esa democracia interna puede desplegarse la crítica y la autocrítica y fortalecerse la disciplina del Partido, que debe ser consciente y no mecánica.

En el seno de una u otra organización o en todo el Partido en su conjunto son posibles discusiones en torno a problemas en los que no haya unidad de criterio o estén poco claros.

La discusión general en todo el Partido es precisa: a) si esta necesidad es reconocida por varias organizaciones regionales o de República;

b) si en el seno del CC no existe una mayoría suficientemente firme en las cuestiones más importantes de la política del Partido;

c) si el CC del PCUS estima necesario tomar consejo de todo el Partido en unas u otras cuestiones políticas.

Una amplia discusión, especialmente la discusión en toda la URSS de cuestiones de la política del Partido, debe realizarse de modo que se asegure la libre manifestación de los puntos de vista de los miembros del Partido y quede excluida la posibilidad de todo intento de formar grupos fraccionales que rompan la unidad del Partido, de todo intento de cesación del Partido.

28. El principio supremo de dirección del Partido es la dirección colectiva, condición obligatoria para la actividad normal de sus organizaciones, la educación acertada de los cuadros y el desarrollo de la actividad y la iniciativa de los comunistas. El culto a la personalidad y las vulneraciones, a él vinculadas, de la democracia interna del Partido no pueden ser toleradas en esto, son incompatibles con los principios leninistas de vida del Partido.

317

La dirección colectiva no descarta la responsabilidad personal de los funcionarios por el cumplimiento de la misión que les ha sido encomendada.

29. En el periodo comprendido entre los congresos y conferencias, los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas y los comités territoriales, regionales, comarcales, urbanos y distritales del Partido informan sistemáticamente de su trabajo a las organizaciones del mismo.

30. Para discutir las decisiones más importantes del Partido y trazar medidas para su cumplimiento, así como para examinar cuestiones de la vida local, se convocan asambleas de los activistas de las organizaciones partidarias distritales, urbanas, comarcales, regionales y territoriales y de los partidos comunistas de las repúblicas federadas.

IV. ORGANISMOS SUPERIORES DEL PARTIDO

31. El organismo supremo del Partido Comunista de la Unión Soviética es el Congreso del Partido. Los congresos ordinarios son convocados por el Comité Central una vez cada cuatro años, como mínimo. La convocatoria del Congreso del Partido y su orden del día son anunciados con mes y medio de antelación, por lo menos. Los congresos extraordinarios los convoca el Comité Central del Partido por propia iniciativa o a petición de un tercio, por lo menos, del total de miembros representados en el último Congreso. Los congresos extraordinarios se convocan con dos meses de antelación. El Congreso se considera válido si está representada en él un menos de la mitad de los miembros del Partido.

Las normas de representación por el Comité Central del Partido son establecidas por el Comité Central.

32. En caso de que el Comité Central del Partido no convoque el Congreso extraordinario en el plazo indicado en el artículo 31, las organizaciones que hayan existido su convocatoria tienen derecho a constituir un Comité organizador, que gozará de las atribuciones del Comité

PCUS 1

Central del Partido para la convocatoria del Congreso extraordinario.

33. El Congreso:

a) discute y aprueba los informes del Comité Central del Partido, de la Comisión Revisora Central y de las demás organizaciones centrales;

b) revisa, modifica y aprueba el Programa y los Estatutos del Partido;

c) determina la línea del Partido en las cuestiones de política interior y exterior, examina y resuelve los problemas más importantes de la construcción del comunismo;

d) elige el Comité Central y la Comisión Revisora Central.

34. El número de miembros del Comité Central del Partido y de la Comisión Revisora Central a elegir es establecido por el Congreso. En caso de quedar vacante el puesto de algún miembro efectivo del Comité Central, éste se cubre con uno de los miembros suplentes del CC del PCUS elegidos por el Congreso.

35. En los intervalos entre los congresos, el Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética dirige toda la actividad del Partido y de sus organismos locales, selecciona y distribuye los cuadros dirigentes, orienta la labor de las organizaciones estatales y sociales centrales de los trabajadores a través de los grupos del Partido actuantes en ellas, crea distintos organismos, instituciones y empresas del Partido y dirige su actividad, designa las redacciones de los periódicos y las revistas centrales que trabajan bajo su control, distribuye los fondos del presupuesto del Partido y controla la ejecución del mismo.

El Comité Central representa al PCUS en las relaciones con otros partidos.

36. El CC del PCUS informa regularmente de su labor a las organizaciones del Partido.

37. La Comisión Revisora Central del PCUS comprueba la rapidez y el acierto con que se tramitan los asuntos en los organismos centrales del Partido, la caja y la actividad de las empresas del Comité Central del PCUS.

10388

38. El CC del PCUS celebra una sesión plenaria cada seis meses por lo menos; los miembros suplentes del CC asisten a las sesiones de los Plenos del CC con derecho a voz, pero sin voto.

39. El Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética elige: un Presidium, para la dirección de la labor del CC en los periodos comprendidos entre los Plenos; un Secretariado, para la dirección del trabajo cotidiano, principalmente en la selección de los cuadros y en la organización del control del cumplimiento de las decisiones; crea el Buró del CC del PCUS para la RSFSR.

40. El Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética organiza un Comité de Control del Partido anejo al Comité Central.

El Comité de Control del Partido anejo al Comité Central del PCUS:

a) comprueba la observancia de la disciplina del Partido por los miembros y candidatos a miembro del PCUS, exige responsabilidades a los comunistas que infrinjan el Programa y los Estatutos del Partido y la disciplina partidaria y estatal, así como a los infractores de la moral partidaria;

b) examina las apelaciones contra las decisiones de expulsión y otras sanciones adoptadas por los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas y los comités territoriales y regionales del Partido.

V. ORGANIZACIONES DEL PARTIDO DE REPUBLICA, TERRITORIALES, REGIONALES, COMARCALES, URBANAS Y DISTRIALES

41. En su actuación, las organizaciones del Partido de República, territoriales, regionales, comarcales, urbanas y distritales, así como sus comités, se guían por el Programa y los Estatutos del PCUS. Devan a cabo en su República, territorio, región, comarca, ciudad y distrito toda la labor encomendada a aplicar la política del

Partido y organizan el cumplimiento de las directrices del Comité Central de PCUS.

42. Los deberes fundamentales de las organizaciones del Partido de República, territoriales, regionales, comarcales, urbanas y distritales y de sus organismos dirigentes son:

a) efectuar la labor política y organizativa entre las masas, movilizar a éstas para cumplir las tareas que plantea la edificación comunista, fomentar al máximo la producción industrial y agrícola y cumplir y rebasar los planes del Estado; preocuparse de la elevación constante del bienestar material y del nivel cultural de los trabajadores;

b) organizar la labor ideológica, propagar el marxismo-leninismo, elevar la conciencia comunista de los trabajadores, dirigir la prensa, la radio y la televisión locales y controlar la actividad de las instituciones culturales y educativas;

c) dirigir la actividad de los Soviets, los sindicatos, el Komsomol, las cooperativas y otras organizaciones sociales a través de los grupos del Partido existentes en ellas; incorporar, en escala cada vez mayor, a los trabajadores a la labor de estas organizaciones, fomentar la iniciativa y la actividad de las masas, como condición necesaria para el tránsito gradual del sistema estatal socialista a la autogestión social comunista.

Las organizaciones del Partido no suplantán a los Soviets, los sindicatos, las cooperativas y otras organizaciones sociales de los trabajadores y no consenten que se mezclen las funciones de los organismos del Partido con las de otros, no consenten un paralelismo innecesario en el trabajo.

d) seleccionar y distribuir los cuadros dirigentes, educarlos en un espíritu de fidelidad a la ideología comunista, de honradez y veracidad, inculcándoles una alta noción de la responsabilidad ante el Partido y el pueblo por la misión que les incumben;

e) incorporar ampliamente a los comunistas a la labor del Partido como funcionarios no retribuidos, en plan de actividad social;

318
f) organizar distintas instituciones y empresas del Partido dentro de los límites de su respectiva República, territorio, región, comarca, ciudad o distrito y dirigir la actividad de las mismas; distribuir los cuadros del Partido en su organización; informar sistemáticamente al organismo superior del Partido y rendir cuentas de su actividad ante él.

ORGANISMOS DIRIGENTES DE LAS ORGANIZACIONES DEL PARTIDO DE REPÚBLICA, TERRITORIALES Y REGIONALES

43. El organismo superior de la organización partidaria regional, territorial o de República es la Conferencia regional y territorial o el Congreso del Partido Comunista de República federada, y en los intervalos entre ellos, el Comité regional, el Comité territorial o el CC del Partido Comunista de la República federada.

44. La Conferencia ordinaria de la región o del territorio o el Congreso ordinario del Partido Comunista de República federada son convocados por el Comité regional, territorial o el CC del Partido Comunista de República federada una vez cada dos años, y los extraordinarios, por acuerdo del Comité regional, territorial o del CC del Partido Comunista de República federada, o a petición de un tercio del total de miembros de las organizaciones que integran la organización partidaria regional, territorial o de República. Los congresos de los partidos comunistas de las repúblicas federadas divididas en regiones (Ucrania, Bielorrusia, Kazajistán y Uzbekistán) pueden celebrarse una vez cada cuatro años.

Las normas de representación para la Conferencia regional o territorial y para el Congreso del Partido Comunista de República federada son establecidas por el respectivo Comité del Partido.

La Conferencia regional o territorial y el Congreso del Partido Comunista de República federada discuten los

45. Los informes del Comité regional, del Comité territorial, del CC del Partido Comunista de la República federada, respectivamente, y los informes de la Comisión Revisora; examinan, de serlo necesario, otros problemas de la actividad del Partido y de la gestión económica y cultural y eligen el Comité regional o territorial y el CC del Partido Comunista de República federada, la Comisión Revisora y los delegados al Congreso del PCUS.

46. Los comités regionales, territoriales y los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas eligen los respectivos burós y los secretarios de cada comité. Para ser secretario se necesita tener como mínimo cinco años de antigüedad en el Partido. En los plenos de los comités se aprueban asimismo las candidaturas de los presidentes de las comisiones del Partido, los jefes de sección de estos comités y los directores de los periódicos y revistas del Partido.

En los comités regionales, territoriales y en los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas se pueden crear secretariados para examinar los problemas del trabajo cotidiano y comprobar el cumplimiento de las decisiones adoptadas.

47. El Pleno del Comité regional, territorial y del CC del Partido Comunista de República federada se convoca, por lo menos, una vez cada cuatro meses.

48. El Comité regional y territorial y el CC del Partido Comunista de República federada dirigen la labor de las organizaciones del Partido comarcales, urbanas y distritales, controlan su actividad y discuten sistemáticamente los informes de los comités comarcales, urbanos y distritales del Partido.

Las organizaciones del Partido de las repúblicas autónomas, así como de las regiones autónomas y otras que forman parte de los territorios y de las repúblicas federadas, actúan bajo la dirección de los comités territoriales o de los comités centrales de los partidos comunistas de las repúblicas federadas.

ORGANISMOS DIRIGENTES DE LAS ORGANIZACIONES DEL PARTIDO COMARCALES, URBANAS Y DISTRIALES (RURALES Y URBANAS)

49. El organismo superior de la organización comarcal, urbana o distrital del Partido es la Conferencia comarcal, urbana o distrital o la asamblea general de comunistas convocadas por el Comité comarcal, urbano o distrital una vez cada dos años como mínimo; las conferencias o asambleas extraordinarias se convocan por acuerdo del Comité o a petición de un tercio del total de miembros del Partido que integran la organización dada.

La Conferencia (asamblea) comarcal, urbana o distrital discute los informes del Comité y de la Comisión Revisora; discute, de considerarlo necesario, otros problemas de la vida del Partido y de la edificación económica y cultural; elige el Comité y la Comisión Revisora comarcales, urbanos o distritales y a los delegados a la Conferencia regional o territorial o al Congreso del Partido Comunista de República federada.

Las normas de representación en la Conferencia comarcal, urbana o distrital son establecidas por el correspondiente Comité del Partido.

50. El Comité comarcal, urbano o distrital elige un buró y los secretarios del Comité y aprueba las candidaturas de los jefes de sección del Comité y de los directores de los periódicos. Para los secretarios de los comités comarcal, urbano o distrital es obligatorio tener una antigüedad en el Partido de tres años, como mínimo. Los secretarios de los comités son ratificados por el Comité regional, territorial o por el CC del Partido Comunista de República federada.

51. El Comité comarcal, urbano o distrital organiza y ratifica la creación de las organizaciones de base del Partido, dirige su actividad, discute sistemáticamente informes sobre la labor de las organizaciones partidarias y lleva el registro de los comunistas.

52. El Pleno del Comité comarcal, urbano o distrital se convoca una vez cada tres meses por lo menos.

PCUS
52. El Comité comarcal, urbano o distrital tiene instructores no retribuidos, instituye comisiones permanentes o provisionales para los distintos problemas de la labor del Partido y recurre a otras formas de incorporación de los comunistas, en plan de labor social, a las actividades del Comité del Partido.

VI. ORGANIZACIONES DE BASE DEL PARTIDO

53. El fundamento del Partido lo constituyen sus organizaciones de base.

Las organizaciones de base se crean en los lugares de trabajo de los militantes del Partido: fábricas, sovjoses y otras empresas, koljoses, unidades del Ejército Soviético, instituciones, establecimientos docentes, etc., donde haya tres miembros del Partido, por lo menos. Pueden crearse, asimismo, organizaciones de base territoriales en el lugar de residencia de los comunistas en las aldeas y en los conjuntos de casas con una misma administración.

54. En las empresas, koljoses e instituciones donde haya más de 50 miembros y candidatos a miembro del Partido, dentro de la organización general de base pueden crearse organizaciones del Partido en las secciones, secciones, granjas, equipos, departamentos, etc., con la autorización del Comité distrital, urbano o comarcal.

Dentro de las organizaciones de sección, sector, etc., así como de las organizaciones de base que cuenten con menos de 50 miembros y candidatos a miembro, pueden crearse grupos del Partido por equipos y otros eslabones de la producción.

55. El organismo superior de la organización de base es la asamblea de los miembros del Partido, que se convoca una vez al mes, por lo menos.

En las grandes organizaciones partidarias con más de 300 comunistas, la asamblea general se convoca, siempre que sea necesario, cuando el Comité del Partido lo determine o a petición de varias organizaciones de sección.

319
w
00371

56. Para realizar la labor cotidiana, la organización de base o de sección del Partido elige por un año un buró formado por el número de personas que la asamblea del Partido decida. En las organizaciones de base y de sección con menos de 15 miembros del Partido no se elige un buró, sino un secretario de la organización del Partido y un vicesecretario.

Para los secretarios de las organizaciones de base y de sección del Partido es obligatoria una militancia de un año, como mínimo.

En las organizaciones de base con menos de 150 militantes no se establecen, como regla, puestos de funcionarios del Partido liberados del trabajo en la producción.

57. En las grandes empresas y en las instituciones donde haya más de 300 miembros y candidatos a miembros del Partido —y, en caso de necesidad, habida cuenta de las particularidades de la producción y la dispersión territorial, en las organizaciones que cuenten con más de 100 comunistas— pueden crearse comités del Partido, con autorización del Comité regional, territorial o del CC del Partido Comunista de República Federada, concediéndose a las organizaciones de sección de estas empresas e instituciones los derechos de organización de base del Partido.

En las organizaciones del Partido de los koljoses pueden crearse comités del Partido si hay 50 comunistas.

El Comité del Partido se elige por un año, y el número de sus componentes se determina en la asamblea general del Partido o en la Conferencia.

58. La organización de base del Partido se guía en su actividad por el Programa y los Estatutos del PCUS. Realiza su labor directamente entre los trabajadores, los agrupa en torno del Partido Comunista de la Unión Soviética y organiza las masas para llevar a la práctica la política del Partido, para luchar por la construcción del comunismo.

La organización de base del Partido:

- a) admite nuevos miembros en un espíritu de fidelidad
- b) educa a los comunistas en un espíritu de fidelidad a la causa del Partido, de firmeza ideológica y de moral comunista;

PCUS
c) organiza a los comunistas para el estudio de la teoría marxista-leninista en estrecha ligazón con la práctica de la edificación comunista y lucha contra todos los intentos de tergiversación revisionista del marxismo-leninismo y de su interpretación dogmática;

d) se preocupa de elevar el papel de vanguardia de los comunistas en el trabajo y en la vida económica y político-social de la empresa, koljós, institución, centro docente, etc.;

e) actúa como organizador de los trabajadores en el cumplimiento de las tareas inmediatas de la edificación comunista, encabeza la emulación socialista por el cumplimiento de los planes estatales y de los compromisos contraídos por los trabajadores, moviliza a las masas para poner al descubierto y utilizar mejor las posibilidades internas de las empresas y los koljoses, así como para aplicar ampliamente las realizaciones de la ciencia, la técnica y la experiencia de los trabajadores de vanguardia en la producción, se esfuerza por consolidar la disciplina laboral, elevar constantemente la productividad del trabajo y mejorar la calidad de la producción y se preocupa de salvaguardar y multiplicar la riqueza social en las empresas, los sovjoses y los koljoses;

f) lleva a cabo la labor de agitación y propaganda entre las masas, educa a éstas en el espíritu del comunismo y ayuda a los trabajadores a adquirir hábitos de gestión de los asuntos del Estado y de la sociedad;

g) libra, sobre la base del amplio despliegue de la crítica y la autocrítica, la lucha contra las manifestaciones de burocratismo y localismo y contra las infracciones de la disciplina estatal, pone coto a los intentos de engañar al Estado, adopta medidas contra la negligencia, la mala administración y los despilfarros en las empresas, en los koljoses y en las instituciones.

h) presta ayuda al Comité comarcal, urbano y distrital en toda su actividad y le rinde cuentas de su gestión.

La organización del Partido debe esforzarse por que cada comunista observe el mismo, en toda su vida, e inculque a los trabajadores los principios morales ex

P. M.
00372

puestos en el Programa del PCUS, en el código moral del constructor del comunismo:

— fidelidad a la causa del comunismo y amor a la Patria socialista y a los países socialistas;

— trabajo concienzudo en bien de la sociedad; quien no trabaja, no come;

— solicitud de cada individuo por la conservación y multiplicación del patrimonio público;

— alta conciencia del deber social, intolerancia para con las infracciones de los intereses sociales;

— colectivismo y ayuda mutua de camaradas; uno para todos y todos para uno;

— actitud humana y respeto recíproco entre los individuos; el hombre es amigo, camarada y hermano de sus semejantes;

— honradez y sinceridad, pureza moral, sencillez y modestia en la vida pública y privada;

— respeto recíproco en la familia y respeto por la educación de los hijos;

— intolerancia para con la injusticia, el parasitismo, la falta de honradez, el arribismo y el alán de lucro;

— amistad y fraternidad entre todos los pueblos de la URSS, intolerancia para con la enemistad nacional y racial;

— intolerancia para con los enemigos del comunismo, de la paz y de la libertad de los pueblos;

— solidaridad fraternal con los trabajadores de todos los países, con todos los pueblos.

59. Las organizaciones de base del Partido en las empresas productivas y comerciales y en los sovjoses y koljoses, así como en las oficinas de proyección y diseño y en los centros de investigación científica ligados directamente a la producción, gozan del derecho de control sobre la actividad de la administración.

Las organizaciones del Partido en los ministerios, comités estatales, consejos económicos y otras instituciones y departamentos centrales y locales económicos y de los Sovjets, que no tienen funciones de control de la actividad de la administración, deben influir activamente en el perfeccionamiento de la labor del aparato.

educar a los ~~funcionarios~~ en el espíritu de una alta responsabilidad por la misión encomendada, adoptar medidas para consolidar la disciplina estatal, mejorar los servicios para la población, mantener una lucha enérgica contra el burocratismo y el papeleo e informar oportunamente a los correspondientes organismos del Partido de los defectos en la actividad de las instituciones, así como en el trabajo de los funcionarios, independientemente del puesto que ocupen.

VII. EL PARTIDO Y EL KOMSOMOL

60. La Unión de la Juventud Comunista Leninista de la URSS (Komsomol) es una organización social juvenil autónoma, activa auxiliar y reserva del Partido. El Komsomol ayuda al Partido a educar a la juventud en el espíritu del comunismo y a incorporarla a la edificación práctica de la nueva sociedad, así como a preparar una generación de hombres desarrollados en todos los aspectos, que vivirán, trabajarán y administrarán los asuntos de la sociedad en el comunismo.

61. Las organizaciones del Komsomol gozan del derecho de amplia iniciativa en el examen y planteamiento, ante las correspondientes organizaciones del Partido, de los problemas del trabajo de su empresa, kolpis o institución. Deben ser en la práctica activos vehículos de las directrices del Partido en todas las esferas de la edificación comunista, sobre todo allí donde no existan organizaciones de base del mismo.

62. El Komsomol realiza su labor bajo la dirección del Partido Comunista de la Unión Soviética. La labor de las organizaciones locales del Komsomol es dirigida y controlada por las respectivas organizaciones del Partido de República, territoriales, regionales, comarcales, urbanas o distritales.

Los organismos locales del Partido y sus organizaciones de base se apoyan, para su labor de educación comunista de la juventud, en las organizaciones del Komsomol, respaldan y propagan sus iniciativas útiles.

des militares. Los secretarios de las organizaciones partidarias militares y los dirigentes de los organismos políticos de las Fuerzas Armadas toman parte en la labor de los comités locales del Partido.

IX. GRUPOS DEL PARTIDO EN LAS ORGANIZACIONES QUE NO PERTENECEN AL PARTIDO

67. En los congresos, conferencias y asambleas convocadas por los Soviets, sindicatos, cooperativas y otras organizaciones de masas de los trabajadores, así como en los organismos electivos de estas organizaciones donde haya, como mínimo, tres miembros del Partido, se organizan grupos del Partido. La misión de estos grupos es reforzar en todos los aspectos la influencia del Partido y aplicar su política entre los sin partido, consolidar la disciplina estatal y partidaria, luchar contra el burocratismo y comprobar el cumplimiento de las directrices del Partido y de los Soviets.

68. Los grupos del Partido se subordinan a los correspondientes organismos del mismo: al Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética, al CC del Partido Comunista de República Federada, al Comité territorial, regional, comarcal, urbano y distrital.

En todas las cuestiones, los grupos partidarios tienen el deber de guiarse estricta e invariablemente por las decisiones de los organismos dirigentes del Partido.

X. FONDOS DEL PARTIDO

69. Los fondos del Partido y de sus organizaciones se componen de las cuotas, de los beneficios proporcionados por las empresas del Partido y de otros ingresos.

70. Las cuotas mensuales de los miembros y candidatos a miembro del Partido se establecen en la proporción siguiente:

63. Al ser admitidos en el Partido, los afiliados al Komsomol dejan de pertenecer a éste desde el momento de su ingreso en el Partido, salvo en el caso de que ocupen cargos de dirección en las organizaciones del Komsomol.

VIII. ORGANIZACIONES DEL PARTIDO EN EL EJERCITO SOVIETICO

64. Las organizaciones del Partido en el Ejército Soviético se guían en su actuación por el Programa y los Estatutos del PCUS y funcionan sobre la base de instrucciones ratificadas por el Comité Central.

Las organizaciones del Partido en el Ejército Soviético aseguran la aplicación práctica de la política del Partido en las Fuerzas Armadas, aglutinan a éstas en torno del Partido Comunista y las educan en el espíritu de las ideas del marxismo-leninismo y de una fidelidad ilimitada a la Patria socialista, coadyuvan activamente a la consolidación de la unidad del Ejército y el pueblo, se preocupan por el fortalecimiento de la disciplina militar, movilizan a los hombres en filas para el cumplimiento de las tareas que plantea la preparación militar y política, así como para el dominio del nuevo material de guerra y las nuevas armas y el cumplimiento estricto del deber militar y las órdenes y disposiciones del mando.

65. La labor del Partido en las Fuerzas Armadas es dirigida por el Comité Central del PCUS a través de la Dirección Política Central del Ejército Soviético y de la Marina de Guerra, que tiene las atribuciones de sección del CC del PCUS.

Los jefes de las direcciones políticas de las regiones militares y de las escuadras, así como los jefes de las secciones políticas de los ejércitos, deben tener cinco años de antigüedad en el Partido, y los jefes de las secciones políticas de las grandes unidades, tres.

66. Las organizaciones del Partido y los organismos políticos del Ejército Soviético mantienen estrecho contacto con los comités locales del Partido y los informan sistemáticamente de la labor política en las unidades.

Las que tengan ingresos mensuales no superiores a 50 rublos abonan 10 kopeks		
de 51 a 100 rublos	abonan el	0,5%
de 101 a 150	" " "	1%
de 151 a 200	" " "	1,5%
de 201 a 250	" " "	2%
de 251 a 300	" " "	2,5%
más de 300	" " "	3% de los

ingresos mensuales.

71. Los admitidos como candidatos a miembro del Partido abonan una cuota de ingreso igual al 2% de sus ingresos mensuales.

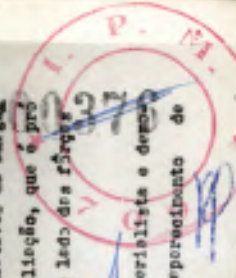
24
As empresas desampliadas em várias partes do País, inclusive os movimentos organizados para a ocupação das terras dos latifundiários e as greves de escolas e agências, têm contribuído vigorosamente para despertar a consciência dos masses do campo.

Torna-se sensível, também, o processo de radicalização de massa burguesa, sobretudo de intelectualidade e dos estudantes. As classes médias das cidades incorporam-se, cada vez mais ativamente, à luta antiimperialista, e setores poderosos inclinam-se para as posições de esquerda e as idéias socialistas. Particular importância vem adquirindo o movimento estudantil organizado, que constitui um dos setores mais esbrilhantes de frente nacionalista e democrática.

As posições antiimperialistas têm conquistado terreno, igualmente, no seio das Forças Armadas. As últimas crises políticas obrigaram aprofundar a polarização entre os militares e lançaram grande parte da oficialidade e dos sargentos em uma atividade política aberta. Fato novo no vida do País, o movimento dos sargentos e suboficiais está se convertendo em fator capaz de pesar decisivamente na situação das Forças Armadas. Pelo seu origem social, por suas condições de vida, os sargentos e suboficiais reforçam, no plano militar e político, o frente nacionalista e democrático, tendo como constituir ponto de apoio para as suas forças mais consequentes.

Setores do burguesia nacional epõem a exigência popular de reformas, como decorrência do crescimento late antiimperialista, do desprezo dos setores burgueses mais conciliadores e do crescimento combatividade das masses. Estes setores mais combativos de burguesia nacional, embora manifestem tendência à conciliação, que é própria desta classe, participam de luta política ao lado das forças populares.

Um índice de tomada de consciência antiimperialista e democrática por novas camadas da população é ainda o aparecimento de

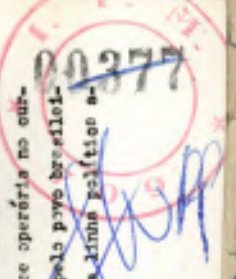


25
orientes aguçamentos progressistas de caráter religioso e a inatividade política de numerosas acções ligadas ao povo.

No plano político-partidário, o frente único das forças nacionalistas e democráticas, além do Partido Comunista, inclui (além de outras partidos). Seus representantes no Congresso reunem no Frente Parlamentar Nacionalista.

Deste modo, a experiência confirma a tese aprovada no V Congresso do Partido sobre o caráter e a amplitude do frente nacionalista e democrático. Em choque com as forças reacionárias e outras, desenvolve-se, em nosso País, ampla e poderosa frente única que abrangem forças bem diversas do ponto de vista social - o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Estas forças atuam unidas em torno dos objetivos da luta antiimperialista e democrática, embora a unidade não seja a existência de contradições entre elas. A frente única se amplia e se fortalece, à medida em que é golpeado e isolado o inimigo principal da ação - o imperialismo norte-americano e seus agentes internos.

Os acontecimentos dos últimos anos comprovam o importante papel desempenhado pelo Partido Comunista nas lutas do povo brasileiro. Em virtude de justa orientação aprovada no V Congresso, o partido pôde responder com as erros setoriais e dogmáticos do passado interpretar-se no vida política do País, cumprindo com sucesso sua missão de forças mobilizadoras, organizadoras e educadoras das grandes masses. Os comunistas tiveram destacada atuação nas crises políticas que abalaram o Brasil, constituindo fator de aglutinação do frente único e orientando a intervenção do classe operária no curso dos acontecimentos. As vitórias alcançadas pelo povo brasileiro são também vitórias de nosso Partido e do seu linha política acertada.



Brasil entrou nos últimos anos, sobretudo a partir da crise de agosto-outubro de 1964, em um período de crescente instabilidade política, que se manifesta em sucessivas crises de governo, demonstrações cada vez mais frequentes de descontentamento popular e em tentativas de golpes de Estado. A reação tem feito esforços desesperados para deter o processo democrático, mas vem sofrendo constantes derrotas. Torna-se cada vez mais agudas as contradições entre as classes dominantes e accentuam-se os sintomas de desagregação no aparelho de Estado, com as verificações pelos movimentos de rebelião no seio das Forças Armadas, pelos conflitos no alto escalão militar e pelas contínuas recombinações de governo.

Estes fenômenos indicam que readarce rapidamente e necessariamente de profundas mudanças na estrutura econômico-social e no sistema político do País.

A situação política caracterizou-se, nesse período, pelo agravamento de luta entre as forças nacionalistas e democráticas, de um lado, e as reacionárias e entreguistas de outro, o pelo fato de que, neste processo, as forças nacionalistas e democráticas foram fortalecidas suas posições e obtida importantes êxitos. O movimento de massas avança e ampliam-se, adquire nível mais elevado de organização e combatividade, obrigando-se diante de nosso povo perspectivas de luta vigorosas e de maiores vitórias.

Uma característica nova de vida brasileira é o crescimento da influência e do poder de decisão do proletariado organizado, não apenas no terreno das lutas econômicas, mas também no plano dos acontecimentos políticos. O movimento operário fortalece-se rapidamente em unidade e suas organizações, manifestam consciência de classe cada vez mais elevada e exerce influência crescente no seio do frente nacionalista e democrático.

Os últimos anos assinalar importantes avanços no terreno da organização, de unidade e das lutas das masses camponesas. A luta



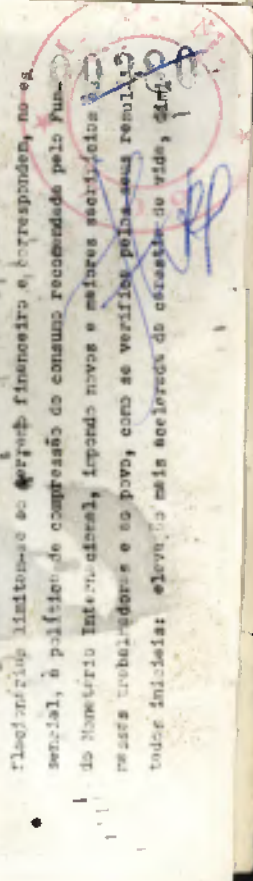
...do Brasil e do mundo, é inevitável e contra-produzida...
...de qualquer modo. Admite, por isso, a discussão...
...de certos aspectos de certos aspectos; desde que sejam superfi-
...ciais, não têm fundamentalmente seus privilégios e contribuem
...mesmo para consolidá-los. Este é a atitude que vem sendo tomada
...Parlamentares e no seio do Governo por grande parte dos grupos di-
...vigentes do PSD e outros setores conservadores.

...iniciando grupos do tipo LDP e liderada por homens como Cor-
...los Lacerda, de LOR e Armando Foleto, no PSD, outra parte dessas
...fórcas, que ocupa posição de ex-ecuto-direita, atua como brigada de
...ganha de reação e prego e golpe para a implantação de um regime
...ditatorial pró-imperialista.

...as forças reacionárias vêm sendo sucessivamente derrotadas
...dos últimos anos, em diversas posições importantes e as utilizadas
...para intensificar sua atividade antinacional. Baseiam-se em seu
...poder econômico e político para tentar impedir o avanço necessário
...para o progresso do país através de reformas estruturais necessárias
...para a eliminação do imperialismo como recurso para ten-
...tar dividir as forças nacionalistas e democráticas.

20. O atual governo expressa, por sua composição e por sua política,
...língua, o compromisso entre o setor burguês nacional no Poder,
...representado pelo Sr. João Goulart, o PSD e outros grupos
...que o cercam, e as forças reacionárias, pró-imperialistas, repre-
...sentadas principalmente pelos círculos de negócios do PSD.

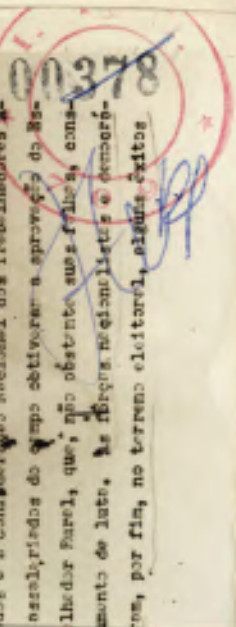
A política econômico-financeira não enfrenta os custos funda-
...mentais da inflação e do atraso do país; a especulação imperialista
...e a estrutura agrária retrógrada. As medidas para
...classificação limitadas ao serviço financeiro e, correspondem, no es-
...pecial, à política de compromisso do consumo recomendada pelo Fun-
...do Monetário Internacional, impedindo novas e maiores aquisições de
...recursos trabalhistas e ao povo, com a verificação pela sua realidade
...todas as medidas: elevação mais acelerada do salário de vida, etc.



...da luta travada ultimamente, as forças nacio-
...nais lograram êxitos mercedos, ao derrotar as
...forças retrógradas de implantar um governo abertamente
...e estrangeiro. No campo da política externa, o
...tanto de relações diplomáticas e comerciais com a
...outras países socialistas, e tomada de posição
...para o favor da paz e do desarmamento nas orga-
...nizações; bem como a defesa dos princípios de auto-
...determinação, particularmente no caso de Cuba.

...econômica, tornou-se vital para a reivindica-
...do trabalho de importação de petróleo e derivados.
...ações foram realizadas no terreno do movimento co-
...de estrutura sindical vigente, o proletariado ex-
...sua força em escala nacional, tendo criada uma
...inter-sindical como o Comando Geral dos Trabalhadores
...Unidade e Ação; alcançou sucessivos reajustamen-
...Arredou maior rebuço do seu nível de vida, utili-
...o caso de greve e assegurando a liberdade sindical -
...a nível de concessão e força, realizando, em
...de 1962, duas greves políticas nacionais, que de-
...aportante papel nos acontecimentos. O movimento

...a quadrante das vitórias, iniciando a sua
...realização do I Congresso Nacional dos Compo-
...res Agrícolas. Com o 'bênis' evento de sindicaliza-
...taram de milhares de trabalhadores agrícolas e agr
...grupos em cerca de 1.000 sindicatos, assim como em
...lgrs. Já foram fundadas numerosas federações nos
...do e a Confederação Nacional dos Trabalhadores A-
...assaliados do campo obtiveram a aprovação da Re-
...liberdade Parcel, que, não obstante suas falhas, consi-
...mento de luta. As forças nacionalistas e democrá-
...ras, por fim, no terreno eleitoral, alguns êxitos



322

21. O aguçamento das contradições da sociedade brasileira, o isolamento crescente das forças reacionárias e pró-imperialistas, o repúdio cada vez maior do povo à política de conciliação com o imperialismo e latifundiário, o fortalecimento do frente nacionalista e democrático e o papel ascendente, em seu seio, das massas trabalhadoras e populares, abrem perspectivas ainda mais favoráveis à formação de um governo nacionalista e democrático.

Resistência, assim, a novo e imparável processo a que chegam o povo e o Congresso da nossa Pátria: organizam-se condições cada dia mais propícias a que se forme um governo de coalizão, representativo das forças integrantes do frente nacionalista e democrático, de uma classe operária, os camponeses e as classes médias urbanas nacionais e a burguesia nacional. Os comunistas consideram que o objetivo principal das forças anti-imperialistas, no momento atual, é a conquista dos reformos do base e a formação de um governo nacionalista e democrático capaz de iniciá-las e levá-las adiante.

Este objetivo pode ser atingido dentro das quadras do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das forças da esquerda, do poderio do frente nacionalista e democrático e do papel que nela representarem as forças revolucionárias massacradas, so-

particularmente no caso de Cuba, criando dificuldades à agressão norte-americana. Adota nos organismos internacionais uma posição favorável ao desarmamento e à coexistência pacífica, aproximando-se dos países não-alinhados. No estreitamento das relações com os países socialistas, manifesta-se o interesse da burguesia nacional em conquistar novos mercados e fortalecer suas posições econômicas, sendo que os últimos acordos comerciais foram consideravelmente e interessante do Brasil com aqueles países. Estes aspectos positivos resultam da luta de massa povo por uma política externa independente e pacífica, além de expressarem o desejo da burguesia nacional de utilizar em favor dos seus interesses a nova situação do mundo.

Até mesmo tempo, o Governo permanece submisso ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e aos demais tratados político-militares que violam a soberania do País. Vota a favor do bloqueio de Cuba, na crise de outubro de 1962, apesar da resolução apresentada contra a intervenção militar direta. Manifesta-se reiteradamente contra a admisión da República Popular de China na ONU. Diante do colonialismo português, sua atitude é dúbia e vacilante. Mantém a dependência financeira do País em relação ao imperialismo. Permite a intervenção aberta e insolente do embaixador norte-americano nos assuntos internos do Brasil.

Tal orientação não modifica, portanto, no fundamental, a situação dependente que o Brasil ocupa no âmbito do sistema imperialista. Mas tanto conselheiro essa dependência com a defesa das intressões próprias da burguesia nacional, por vê-las em choque com as imposições dos círculos monopolistas estrangeiros.

A política de conciliação se realiza em detrimento das intressões nacionais e populares e cordas, inevitavelmente, a sair agravamento dos problemas que o País enfrenta. Esta política não implica o rompimento com as forças de massa e dependência de nos se país. No medida em que se realiza, o Brasil-Governo se despreza

dos industriais e comerciais, aumento do desemprego, etc., como se deu no caso do Plano Trienal, a fim de desenvolver o crescimento econômico e a redução do custo da manutenção das privilégios do capital imperialista latifundiário-exportador.

As concessões ao imperialismo norte-americano, as finanças do atual Governo são colocados no desenvolvimento de dívida externa, isto é, da obtenção de empréstimos de dívida externa, isto é, da obtenção de empréstimos, sobretudo nos Estados Unidos. O aumento de alguns créditos, o Governo do Sr. João Goulart, tais como o empréstimo do Banco do Brasil à Comissão de Energia Elétrica.

Assim como reformas de caráter limitado que atendam a burguesia nacional. Entretanto, cedendo à pressão dos Estados Unidos, não dá passos concretos para a realização de reformas, pelo contrário, encaminha projetos que não atendam às necessidades nacionais. No que se refere à reforma dos governamentais até agora apresentados contém em si os interesses da burguesia rural e estabelecem os contratos de arrendamento e parceria, porém o compromisso com o latifundiário, incluindo disposições de interesses dos latifundiários.

A política externa do Brasil reflete, de um lado, o alinhamento pelo liberalização nacional e pelo paz, assim como mundial e, de outro lado, expressa a dependência da burguesia nacional.

Brasilero assume algumas posições que se afastam dos quadros tradicionais da política externa do Brasil, no princípio de autodeterminação e não-intervenção,

323
CW

323
CW

323
CW

... junto às massas e não apenas para a atividade de cúpula. Também a utilização de diferentes formas de luta de massas - comícios, manifestações, assembleias, grupos de solidariedade, auto-defesa de massas, ocupação de terras do latifúndio pelos agricultores, etc. Estas formas de luta podem ser combinadas com a realização oportuna do greve geral política, cujo desenvolvimento exige cuidadoso preparo.

A fim de conseguir a formação de um governo nacionalista e democrático, as forças patrióticas e populares devem orientar sua atividade em três direções principais, que se entrelaçam em sua aplicação:

a) Lutar por reformas de estrutura, por reformas nacionalistas e democráticas que atinjam efetivamente o imperialismo e o latifúndio. Ao mesmo tempo que lutam pelas reformas de base, os comunistas exigem do Poder Executivo medidas imediatas e concretas para enfrentar as dificuldades mais agudas do momento, medidas que podem ser tomadas independentemente da aprovação legislativa, vindo a constituir um passo inicial no sentido de realizações de reformas estruturais.

b) Combater as concessões do atual Governo ao imperialismo e às forças reacionárias, as falsas reformas de base que vem propondo e a sua política de conciliação com os inimigos da Nação. Um poderoso movimento popular pode levar este político ao fracasso e, com isso, provocar choques no seio do próprio Governo. Com a intervenção das massas, estes choques conduzirão ao isolamento e à derrota dos grupos reacionários, abrindo caminho para a formação de um governo nacionalista e democrático.

c) Lutar para desenvolver os aspectos positivos de políticas realizadas pelo setor da burguesia nacional no Poder. As medidas em que se conseguir, através de pressão de massas, manter e desenvolver âstos aspectos positivos, é possível aprofundar os contrastes com as forças reacionárias, inclusive no seio do Governo, criar as condições para derrotá-las e impor novas condições no pro-

... do, devemos realizar uma justa política de frente única com o setor nacional, a fim de aprofundar seus choques com as forças reacionárias, fortalecer o campo nacionalista democrático, e não apenas as massas de setores reatros e vacilantes e golpear diretamente o inimigo.

Esta política não deve significar, porém, um simples apoio às forças da burguesia nacional, porque, está, ao mesmo tempo que lutamos com as forças reacionárias, tendo a entrar em conciliação com o inimigo, às custas do povo. Por isso, as forças mais firmes da frente única - principalmente a classe operária - devem, no curso do próprio luta contra o imperialismo e seus agentes internos, denunciar e combater a política de conciliação que a burguesia nacional realiza com o imperialismo e o latifúndio. Não é possível alijar do poder as forças pró-imperialistas e reacionárias e instituir um governo nacionalista e democrático sem combater e derrotar esta política de conciliação, que favorece o inimigo.

O sucesso da luta por um governo nacionalista e democrático depende da ação unida de todas as forças patrióticas e, fundamentalmente, do papel que exercem nesta ação as forças básicas, as operárias e consequentemente, da frente única - em particular, as operárias e camponeses. Def a necessidade de concentrar esforços, com maior força e energia, no tarefa de fortalecer a unidade e a organização da classe operária, forjar e alinhar operário-camponesa, mobilizar e organizar as massas do campo. Somente e unido mais estreito e ação mais decidida das massas trabalhadoras e populares - operários, camponeses, estudantes, militares patrióticos, intelectuais progressistas e outros setores da população - pode desfeitar de vitória do movimento nacionalista e democrático, isolando as forças reacionárias e derrotando as manobras dos setores conciliadores.

A elevação do nível do movimento de massas exige maior empenho no sentido de coordenação e unificação das forças patrióticas, populares, mediante formas adequadas de organização, sem perdermos de vista que o esforço fundamental deve estar voltado para o trabalho

... as operárias e os camponeses. ... do o papel crescente que os massatrabalhadores desempenham na vida da país e a política de conciliação da nacionalidade em relação ao imperialismo e as camponeses lutam para que o governo participe também da classe operária, assim como dos camponeses, das forças progressistas e de outros setores das camadas médias e baixas das aspirações do proletariado, os comunistas precisam sua participação em um governo com qualquer tendência nacionalista e democrática. A possibilidade de participação em tal governo depende, fundamentalmente, de desempenharem na frente única, de sua ligação com as massas e de corrolação de forças existentes. Os comunistas devem estar dispostos a apoiar firmemente um governo nacionalista e democrático, na medida em que realize uma política em favor dos interesses do povo brasileiro.

... de um governo nacionalista e democrático resulta da ligação de forças políticas, de uma interação entre as forças interessadas no progresso e na liberdade, e não de simples submissão de alguns membros que seja formado um governo desse tipo, é necessário um sistema de forças, que compõem o governo, e dentro deste sistema de forças com o imperialismo e o latifúndio. O nacionalista e democrático não pode ser formado tendo como base a burguesia nacional e as forças reacionárias no círculo PRB-FSD, que serve de fundamento ao governo de Sr. João Goulart.

... pela formação de um governo nacionalista e democrático, o setor nacionalista e democrático deve concentrar o esforço no imperialismo norte-americano e interno, com o objetivo de isolar e derrotar o poder reacionário e imperialista e o latifúndio. Este

324 CW

11. 31. 57 00284

00286

desde já, assegurem sua unidade, lutem pela democratização do processo eleitoral e lancem uma candidatura que seja fator de união do frente nacionalista e democrática, expressando claramente as aspirações do povo brasileiro no presente momento histórico.

00389

Se as forças patrióticas e populares estiverem unidas neste luta, se houver uma poderosa mobilização de massas e, particularmente, das forças mais firmes e consequentes de frente única - a vitória se abrirá e as compensações, a respeito do povo à reação golpista poderá levar a um avanço decisivo do processo democrático, à formação das forças nacionalistas e das massas conciliadoras, à formação de um governo nacionalista e democrático.

Apesar de que a possibilidade atualmente existente de um governo nacionalista e democrático, tentativas de formação de um governo nacionalista e democrático, devemos compreender desde já a articulação das forças patrióticas e populares, tendo em vista as eleições presidenciais de 1965.

A experiência do processo político brasileiro indica que, muito antes do pleito presidencial, já as forças partidárias entram em processo de recomposição e se movimentam no sentido de preparar o lançamento de seus candidatos. As correntes que representam legitimamente os interesses nacionais e populares não devem se manter à margem desse processo, sob pena de terem que optar entre candidaturas manipuladas longe do povo, apresentadas como fatos consumados pelas cúpulas reacionárias dos partidos das classes dominantes.

A frente nacionalista e democrática, inclusive suas forças mais firmes e consequentes, dispõem hoje de condições mais favoráveis para influir decisivamente no processo de escolha dos candidatos e, posteriormente, no desfecho do pleito. Estas condições decorrem da radicalização crescente de lutas políticas e da elevação de consciência das massas, do aprofundamento das contradições entre os agrupamentos políticos das classes dominantes e do papel cada vez mais relevante desempenhado no plano nacional pelas operárias e pelas camadas e por diversos setores de pequena burguesia urbana, pela frente nacionalista e democrática em geral.

Se desde as possibilidades de vitória das forças patrióticas e populares, no pleito de 1965, uma vez que elas se articularem

00387

um governo nacionalista e democrático pode resultar da ação das massas populares, unidas sob as forças armadas, do Parlamento e da pressão objetiva do rechaço pela força as tentativas de grupos reacionários e entreguistas.

A política em que vive o País pode conduzir a sério, no curso dos quais se produzem choques de entre as forças interessadas no progresso e na liberdade e na participação.

A experiência dos recentes crises, os esforços para tentar interromper o processo democrático e as forças democráticas e progressistas, através do governo diretista, abertamente antinacionalista.

Políticos podem ocorrer também sob a roupagem "trista", isto é, orientado simultaneamente "contra" e "contra a extrema-esquerda", mas objetivamente, dentro do processo de avanço democrático em direção do episódio de 4 de abril de 1963 e a ocasião do "estado de sítio".

Em qualquer situação o "estado de sítio". Em qualquer situação as democráticas devem unir suas fileiras e em defesa das liberdades democráticas, pela luta que o povo realiza, pelo afastamento das forças, contra o político de conciliação com o imperialismo, por um governo nacionalista e democrático.

O golpe das forças do direito, ao marcharem contra aqueles que estejam dispostos a defender as massas, inclusive setores das forças armadas, do governo, as forças populares devem objetivamente no correção de forças e avançar para uma política, que possibilite a formação de um governo nacionalista e democrático.

325

TC 2

AS TAREFAS, AS FORÇAS MOTRIZES E O

CAMINHO DA REVOLUÇÃO

00390
Kp

TC 2

AS TAREFAS, AS FORÇAS MOTRIZES E O CAMINHO DA REVOLUÇÃO

A revolução brasileira transcurre sob a influência de uma situação internacional, caracterizada pela terceira etapa da crise geral do capitalismo e pelas vitórias do sistema socialista e do movimento de libertação nacional. Esta nova situação internacional se faz sentir poderosamente dentro do nosso País, contribuindo para tornar mais variados e para agitar os processos que, também no Brasil, conduzem ao socialismo. Enquanto, no campo externo, a presença e a ação, cada vez mais influente, das forças socialistas, abre novas possibilidades à luta emancipadora dos povos dos países atrasados e dependentes, que podem enfrentar com êxito as agressões do imperialismo, no campo interno, as idéias do socialismo, fortalecidas pela sua comprovação triunfante em um quarto do globo terrestre, exercem atração crescente sobre os mais diversos setores sociais. Diante dos tormentos que o desenvolvimento capitalista impõe às massas populares, ganha as consciências a convicção de que o socialismo deve ser a meta de todas aquelas que desejam atingir o peuplismo, a fome crônica, os altos índices de mortalidade, o analfabetismo, a ignorância e o atraso cultural. Enfim, todos os males que atingem as grandes massas do povo brasileiro, e construir uma pátria soberana, próspera e alta, dirigida pelos trabalhadores em benefício dos próprios trabalhadores.

00391
Kp

TC 2

socialismo, nas condições do Brasil, impõe, por conseguinte, o cumprimento das tarefas essenciais da etapa antiperficialista e antifeudal. Com isto, precisamente, serão criadas as condições para passar à etapa das transformações socialistas.

Ao travar a luta pelo socialismo, dentro das condições específicas do nosso País, os comunistas consideram que a revolução brasileira, já na sua atual etapa, constitui parte integrante da revolução socialista mundial, constitui também o insuperável do processo universal de marcha da humanidade para o socialismo e contribui para incrementar suas forças.

Sob a influência da situação internacional e dos fatores internos, que amadurecem, a revolução antiperficialista e antifeudal, no Brasil, tem, desde o início, a possibilidade de adquirir um caráter popular, isto é, de ser orientada de acordo com os interesses das forças revolucionárias mais firmes e combativas. Participando da luta com objetivos próprios, as suas trabalhadoras, sob a direção do proletariado, poderão incluir à revolução a marcha das suas reivindicações, conduzindo-a pelo rumo mais consequente e acelerar o processo de transição ao socialismo.

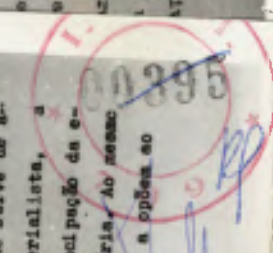
36. Entre as contradições fundamentais da sociedade brasileira, as seguintes devem ter sua solução radical na atual etapa da revolução: a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos; a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa essencialmente como contradição de classe entre os latifundiários e as massas camponesas.

00392
Kp

terra própria ou possuidores de pouca terra, os camponeses brancos são mobilizados, em crescente proporção, para a conquista do direito de acesso à terra. Em defesa de suas reivindicações, podem unir-se às mais diversas camadas camponesas, inclusive os camponeses ricos. Os camponeses pobres e os escalafonados rurais constituem, porém, as camadas mais interessadas nas soluções revolucionárias e revólutas, por isso mesmo, maior firmeza e combatividade. A direção da classe operária e a ajuda de outras forças da frente única conduzem o campesinato a adquirir consciência política e força organizada e a mobilizar seu leuano potencial revolucionário.

É de grande importância o papel da pequena burguesia urbana no processo da luta emancipadora. Força social muito numerosa no Brasil, a maioria da pequena burguesia urbana sofre com o estrago do País e vê o seu nível de vida rebaixado pela inflação, sentindo, assim, a constante ameaça de proletarianização. Sob a inspiração do movimento operário, cujas formas de luta passam a adotar, e sob influência das idéias de esquerda, sobretudo do marxismo, alguns setores da pequena burguesia urbana se radicalizam e tomam posições avançadas. Certos setores pequeno-burgueses mais acomodados possuem inclinação reacionária e chegam a servir de base para os agrupamentos diretistas. Entretanto, apesar de sua instabilidade, a pequena burguesia urbana dispõe de elevado potencial revolucionário, dando contribuição destacada à luta nacional-libertadora e democrática.

Distinguindo-se da burguesia entreguista, que serve de agente e de apoio social interno da dominação imperialista, a burguesia nacional tem interesse objetivo na emancipação da economia nacional e na realização da reforma agrária. Ao mesmo tempo, porém, é uma classe exploradora, cujos interesses a oposição ao



A hegemonia do proletariado só sequire existência e se impõe na frente única à medida em que se formam as condições operário-camponesas. Os camponeses, porém, não são a maior parte da população trabalhadora, sendo suas tarefas de revolução, particularmente na luta pela frente nacionalista e democrática, que abrangem o período operário-camponesa constitua a base principal da frente nacionalista e democrática.

Cada vez mais numeroso e já relativamente consciente não só na indústria e nos transportes como também na agricultura, fruto de ricas experiências históricas e contínuo período marxista-leninista e dia estritamente vinculado ao Partido Brasileiro dispõe das condições necessárias para a realização de uma ação independente na vida política e econômica. A hegemonia nacionalista e democrática, a hegemonia operário-camponesa e a realização da frente nacionalista e democrática, para a realização das tarefas da etapa anti-imperialista e anti-feudal da revolução brasileira, é indispensável que sua vanguarda saiba distinguir as posições revolucionárias mais avançadas, combata as posições reformistas e aplicando com tenacidade uma linha correta, que se transforme em força material de luta e no apoio das massas, no processo de sua prática revolucionária.

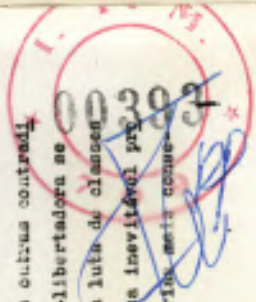
A frente de forças socialistas há que incumba o objetivo da conquista das tarefas da atual etapa revolucionária, e a frente nacionalista e democrática, que abrangem o período operário-camponesa constitua a base principal da frente nacionalista e democrática.

se realizar mediante a adaptação ao domínio imperialista a estrutura latifundiária. Em consequência, aquelas estruturas fundamentais não se atenuam, porém se tornam mais penetrantes e intoleráveis para o povo. Com a penetração do capital estrangeiro na economia nacional, a associação cada vez mais estreita entre os monopólios estrangeiros dos Estados Unidos, e importantes setores da burguesia brasileira, agravou-se a contradição entre o imperialismo norte-americano e os seus agentes locais, atual atua como contradição principal das forças revolucionárias. Por isso, contra o imperialismo norte-americano, seus agentes internos. O desenvolvimento capitalista, igualmente, em grau elevado, a contradição que o domina a maioria de latifundiários parasitas à esmagadora da nação, sobretudo às massas trabalhadoras do campo.

envolvimento capitalista aprofundou, também, outra contradição fundamental da sociedade brasileira: a contradição entre o proletariado e a burguesia. A solução desta contradição pertence à etapa socialista da revolução e ela já exerce, desde agora, influência essencial nos acontecimentos, particularmente no que se refere à luta pela hegemonia entre as forças nacionalistas e democráticas.

tradições fundamentais da sociedade brasileira se articulam entre si e com diversas outras contradições. Os choques de natureza nacional-libertadora se articulam com as lutas anti-feudais e com a luta de classes da sociedade brasileira, o que provoca inevitável aprofundamento das forças revolucionárias e suas combates.

327



13

oportuna de todas as demais formas de luta e exige que se chegue, em certas circunstâncias, a choques violentos com a reação. Para triunfar pelo caminho pacífico, a revolução necessita acumular forças superiores às da reação, necessita alcançar a mais vasta e ativa mobilização das massas e torná-las conscientes dos objetivos revolucionários através da própria experiência política. A tomada do Poder e a realização das transformações revolucionárias por meios pacíficos tornam-se indispensáveis o emprêgo de poderes meios coercitivos, destinados a submeter as forças reacionárias e a assegurar suas tentativas de evadir-se pelo caminho da contra-revolução armada.

A acumulação de forças e a transformação da possibilidade do caminho pacífico em realidade exigem que a luta de classes seja amplamente travada, assumindo formas através das quais adquira expressão a energia revolucionária das massas. Exigem a resposta intramargem e vigorosa às arbitrariedades e violências das autoridades reacionárias, o combate incansável às discriminações antidemocráticas, a vigilância e a luta contra as maquinções golpistas de setores direitistas ou conciliadores, que visam cercar e suprimir os direitos democráticos. A defesa e ampliação das liberdades democráticas é parte integrante da luta pela realização pacífica das transformações revolucionárias.

Nas condições brasileiras, em qualquer circunstância, vem sendo e continuará a ser indispensável espregar meios adequados para defender a causa do povo diante da violência com que o agride os seus opressores, o que pode engendrar, sobretudo no campo, choques armados localizados, como já ocorreu em diversas vezes.

13

sob firmeza da Frente Única, que se empenha em reorganizar, as forças populares - representativas do povo, do campesinato e da pequena burguesia urbana - e superam, no processo das lutas de massas, a orientação reacionária dos setores burgueses. Somentes a predominância das forças populares e a conquista de sua direção pelo povo podem imprimir à frente única uma orientação consistente.

seu V Congresso, afirmaram os comunistas brasileiros, em nosso País, a possibilidade real de que a revolução imperialista e antifederal atinja seus objetivos por um caminho pacífico. Esta possibilidade se relaciona com o desenvolvimento do campo imperialista e a influência decisiva do socialista na situação internacional e com os seguintes fatores internos: unidade e fortalecimento do movimento operário; planos políticos, orgânicos e ideológicos; organização, ação e combatividade cada vez maiores dos camponeses; existência de uma consciência antiimperialista e democrática em certos setores das forças armadas, particularmente entre os soldados; fortalecimento e amplitude da frente única; a existência de uma tendência à ampliação das liberdades democráticas, das tentativas golpistas e da resistência encarniçada dos setores retrógrados e pró-imperialistas.

Estes fatores conjugados podem atuar no sentido de isolar e derrotar o povo brasileiro e de impedir que recorram ao caminho pacífico da revolução. Isto permitiria assegurar o triunfo pacífico da revolução, ou seja, a tomada revolucionária do Poder estatal por meios pacíficos.

Excluindo, por definição, e insurreções armadas e a guerra civil, o caminho pacífico da revolução implica a utilização

13

de massas trabalhadoras em geral. Daí o caráter revolucionário da luta nacional, em que a tendência a tomar posições distintas e antitendências se opõe à tendência a confluências do imperialismo e do latifúndio. Particularmente a influência aumenta em detrimento do latifúndio, a burguesia nacional faz mais manifesto o seu caráter duplice, sobretudo em relação aos seus representantes no Governo. Ao mesmo tempo, as condições das massas, tomam algumas posições de interesse nacional, os representantes da burguesia no Governo praticam, no fundamental, uma política com o imperialismo e o latifúndio. Esta política, soluções profundas e efetivas dos problemas surgindo-se com as exigências crescentes da luta nacional e pelas reformas desordenadas, sobregira. A esta política se opõem as massas trabalhadoras da própria burguesia nacional, os setores da burguesia nacional, os camponeses e o seu caráter duplice e sem deixar de posições mais combativas, procurando, inclusive, conservar a liderança da frente nacionalista. Verifica-se, portanto, um processo de diferenciação no seio da burguesia nacional, processo que tem agravamento das contradições fundamentais como pela conjuntura internacional favorável ao imperialismo e da paz. Sendo uma classe social com tendência à conciliação, a participação da burguesia nacional é inconsequente e sujeita a flutuações, que se manifestam de modo desigual nas atividades dos setores nacionalistas burgueses.

40. Que venha a ser vitoriosa por um caminho pacífico ou por um caminho não pacífico, a revolução inclui no seu processo um período de acumulação de forças. Neste período, a tarefa central das forças revolucionárias consiste na luta pelas reformas de base e por um governo nacionalista e democrático, capazes de iniciá-las e levá-las adiante.

Na perspectiva dos comunistas, a luta pelas reformas de base constitui um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários. A este respeito, afirmou com justiça, a Resolução do V Congresso do Partido: "Ao lutar por soluções parciais de caráter imediato, a classe operária tem como objetivo golpear as posições do imperialismo e de seus agentes internos, acumular as forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica".

A luta pelas reformas de base permite aprofundar as condições objetivas e ganhar posições às forças antiregistas e revolucionárias, expondo, cada vez mais, o seu caráter de forças inimigas dos interesses nacionais e das reivindicações vitais das massas trabalhadoras. A luta pelas reformas de base facilita a conquista das massas para as posições revolucionárias, libertando-as, por sua própria experiência política, da influência dos setores conciliadores da frente única. Realizada com a perspectiva revolucionária, a luta pelas reformas de base é distinguida-se inteiramente do reformismo, que faz das reformas um fim em si mesmo, identificando-as com as próprias transformações revolucionárias. Lutando pelas reformas de base, podem as forças revolucionárias denunciar toda espécie de reformas e denunciar aqueles políticos das classes dominantes que

nar a violência generalizada entre as forças populares, a instituir no País um regime terrorista de extrema - . Na situação em que deva enfrentar a violência ar- roação pró-imperialista, as forças revolucionárias se ão diante da necessidade de responder com armas para a reação e tornar vitoriosa a causa da emancipação na da reforma agrária radical. A luta armada pode ser ig forças revolucionárias também após a conquista do Po- consequência de tentativas da reação interna, através a o imperialismo norte-americano procurará derrubar o or. Na tal situação, as forças antiimperialistas e an- s têm o direito e o dever de entregar a luta armada pa tar a violência de contra-revolução.

caminho da luta armada não deve ser compreendido co- da conspiração de pequenos grupos, porém como resulta perência política profundamente vivida pelas massas. rmeda, neste caso, surgirá como exigência da própria lu zas e se combinará a outras formas de luta na cidade po, sem desprezar as mínimas possibilidades de situação legal que ainda existam sob o domínio da reação.

experiência já demonstrou que, no Brasil, podem se cas reviróltes na situação política, que venhas a e- pidas mudanças de tática. Ao ter em vista a possibili- realização da revolução pelo caminho pacífico, a frente lista e democrática acumula forças, que precisam estar e ideologicamente preparadas a fim de mudar de tática ar a luta armada, se as circunstâncias impuserem a nega do caminho não pacífico para a conquista do Poder re- úrio.

pacífico da revolução brasileira impõe a mais ação das possibilidades de atuação legal, espe- cesso eleitoral e das lutas no Parlamento. Não circunscrever aos processos constitucionais e a efetivação do caminho pacífico impõe o conju idade eleitoral com o desenvolvimento de poteg zas na cidade e no campo, que consigam que - lia da reação entreguista e latifundiária e as alterações no plano institucional, permitin lo Poder pela frente nacionalista e democrati- lo da revolução pelo caminho pacífico se opõe te, por conseguinte, ao espontaneísmo e à pag ria de tática. Bem ao contrário, para que a ne vitoriosa pelo caminho pacífico, é necesá unde superioridade de forças, o que só se cog todo um processo de lutas encarniçadas, nas rras e em todos os terrenos.-

ecífico é uma possibilidade real, cuja trans- idade, pela atuação conjunta das forças revo- comunistas consideramos conveniente aos Interêz ilheiro.

tâncias do nosso País, não está afastada a se tornar necessário o caminho não pacífico Poder, caminho em que a luta armada constitui l de luta.

entreguistas e maciadores, muitas vezes esti tores conciliadores, pretendem suprimir as li- ticas existentes e podem tossar a iniciativa de

329

Handwritten signature and red stamp with the number 339.

Handwritten signature and red stamp with the number 340.

Handwritten signature and red stamp with the number 341.

As premissas materiais para a transição ao socialismo já se formam no próprio regime atual. A grande produção, de caráter social, domina hoje os ramos fundamentais da indústria brasileira e aumenta seu peso específico. Ao mesmo tempo, com o progresso da indústria pesada, elevou-se o grau de integração da economia nacional. Também em alguns setores da agropecuária, já existem grandes unidades econômicas com uma produção relativamente centralizada.

O setor estatal da economia se tornará, sob o Poder revolucionário, avanço para a transição ao socialismo. Com a nacionalização das empresas imperialistas, a revolução ampliará consideravelmente a área econômica dominada pelo poder estatal. Controlando os ramos fundamentais da indústria, dos transportes, do sistema bancário, do comércio exterior, do comércio interno por atacado e, em parte, da agricultura, dispõe o Poder revolucionário das condições materiais básicas para iniciar a planificação da economia nacional e orientá-la pelo caminho do desenvolvimento socialista.

A premissa política fundamental para a transição ao socialismo reside na hegemonia de proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponesa. O proletariado tomou a iniciativa que a revolução se desenvolva ininterruptamente, de maneira que a etapa nacional e democrática e a etapa socialista venham a constituir um processo revolucionário contínuo e único. Ao conquistar o papel dirigente principal no Poder revolucionário, o proletariado conduzirá as tarefas da revolução antiimperialista e antifeudal à sua realização completa, passando, dessa maneira, às transformações de caráter socialista.

O proletariado é a força, no Brasil, mais interessada na conquista do socialismo, a única que pode reunir as condições

na expressão num governo revolucionário, representada pelo frente antiimperialista e antifeudal e em cuja composição vão crescer as forças mais consequentes.

Após o novo Poder estatal, surgido da vitória das forças antiimperialistas e antifeudais, caberá dar cumprimento às tarefas fundamentais, decorrentes do conteúdo objetivo atual da revolução:

- a libertação completa do domínio imperialista na economia e na política do nosso País;
- a eliminação do latifúndio e das sobrevivências semifeudais, através da reforma agrária radical, com a liquidação dos latifundiários como classe;
- o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização desvinculada do imperialismo, a superação do atraso da agricultura, a expansão e o fortalecimento do setor estatal, a serviço exclusivo dos interesses do País;
- a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício das massas trabalhadoras da cidade e do campo, elevação do seu nível de vida material e cultural;
- a conquista dos mais amplos e efetivos direitos democráticos para as massas trabalhadoras;
- a realização de uma política externa independente, de defesa dos interesses da nação brasileira, do fortalecimento da paz mundial e de solidariedade com todos os povos que lutam contra o imperialismo.

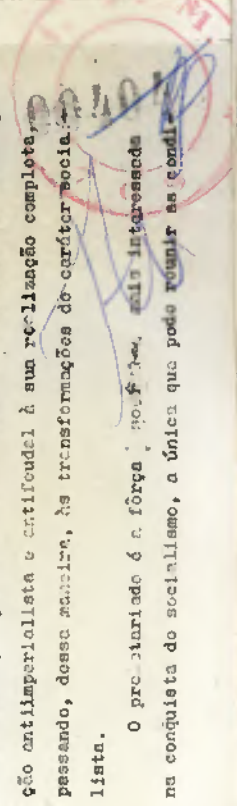
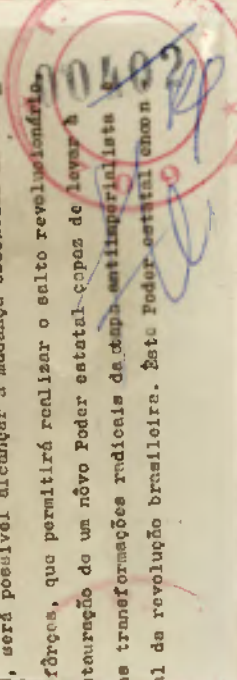
Uma vez realizadas, nos aspectos essenciais, as tarefas fundamentais da revolução brasileira antiimperialista e antifeudal, a revolução brasileira terá para a etapa das transformações socialistas.

luta por um governo nacionalista e democrático, e somente um governo desse tipo terá condições para enfrentar a prática, conduzindo o País por um novo caminho de desenvolvimento econômico e político.

Uma vez alcançada a libertação de um governo nacionalista e democrático, o regime atual, não significa ainda a solução dos problemas fundamentais da presente etapa da revolução. O caminho a seguir é instituir-se e iniciar um novo curso de desenvolvimento econômico e político, e o governo nacionalista e democrático deve ser mais encarniçada resistência do imperialismo, da burguesia entreguista e dos latifundiários, e o colocará diante do imperativo de avançar no campo da luta por medidas mais energéticas e profundas contra o imperialismo e a reação interna. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosseguir nas transformações exigidas pelo desenvolvimento do País, será necessário, portanto, um processo de radicalização da composição e da política do governo antiimperialista e democrático, o que conduzirá à perda de posição dos elementos conciliadores e vacilantes.

Uma vez alcançada a libertação de um governo nacionalista e democrático, o regime atual, não significa ainda a solução dos problemas fundamentais da presente etapa da revolução. O caminho a seguir é instituir-se e iniciar um novo curso de desenvolvimento econômico e político, e o governo nacionalista e democrático deve ser mais encarniçada resistência do imperialismo, da burguesia entreguista e dos latifundiários, e o colocará diante do imperativo de avançar no campo da luta por medidas mais energéticas e profundas contra o imperialismo e a reação interna. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosseguir nas transformações exigidas pelo desenvolvimento do País, será necessário, portanto, um processo de radicalização da composição e da política do governo antiimperialista e democrático, o que conduzirá à perda de posição dos elementos conciliadores e vacilantes.

330



ções objetivas e subjetivas para dirigir a sua construção. Mas o socialismo também corresponde, em grande medida, aos interesses objetivos de outras forças sociais, ou seja, dos camponeses e artesãos que vivem do seu trabalho, das mulheres e das camadas médias urbanas submetidas ao processo de pauperização inerente ao capitalismo, da intelectualidade avançada, que adquire a consciência da marcha histórica da humanidade. Os comunistas consideram que, dependendo das circunstâncias concretas, certos setores sociais interessados no socialismo poderão manifestar através de diferentes representações partidárias no processo da revolução, motivo porque admitem a possibilidade da estruturação pluripartidária do futuro regime político socialista da nossa Pátria.

O campo socialista, com o seu crescente poderio, constitui, no plano internacional, uma garantia política e econômica fundamental para os novos países que tomam o caminho da libertação nacional e do socialismo. Sustentada, basicamente, pelas suas forças internas, a revolução brasileira contará com o apoio eficiente dos países socialistas no que se refere à sua segurança diante das tentativas de agressão do imperialismo norte-americano e igualmente no que se refere à ajuda concreta para o desenvolvimento econômico e a construção das bases materiais do socialismo.

O socialismo é necessário para que o povo brasileiro conquiste não só a libertação nacional completa e definitiva, como também a libertação social. O socialismo permitirá uma expansão harmoniosa e muito mais rápida das forças produtivas, bem como a estruturação de um regime econômico-social inteiramente voltado para os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores da cidade e do campo. Construindo o socialismo, o povo brasileiro alcançará o bem estar econômico, o pleno florescimento de sua cultura e a realização de uma genuína vida democrática.

As promessas materiais para a transição ao socialismo já se foram no próprio regime atual. A grande produção, de caráter social, domina hoje os ramos fundamentais da indústria brasileira e aumenta seu consumo seu peso específico. Ao mesmo tempo, com o progresso da indústria pesada, elevou-se o grau de integração da economia nacional. Também em alguns setores da agropecuária, já existem grandes unidades econômicas com uma produção relativamente centralizada.

O setor estatal da economia se tornará, sob o Poder revolucionário, alavanca para a transição ao socialismo. Com a nacionalização das empresas imperialistas, a revolução ampliará consideravelmente a área econômica dominada pelo poder estatal. Controlando os ramos fundamentais da indústria, dos transportes, do sistema bancário, do comércio exterior, do comércio interno por atacado e, em parte, da agricultura, dirá o Poder revolucionário das condições materiais básicas para iniciar a planificação da economia nacional e orientá-la pelo caminho do desenvolvimento socialista.

A promessa política fundamental para a transição ao socialismo reside na hegemonia do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponesa. O proletariado tem interesse que a revolução se desenvolva ininterruptamente, de maneira que a etapa nacional e democrática e a etapa socialista venham a constituir um processo revolucionário contínuo e único. Ao conquistar o papel dirigente principal no Poder revolucionário, o proletariado conduzirá as tarefas da revolução ant imperialista e antifeudal à sua realização completa, passando, dessa maneira, às transformações de caráter socialista.

O proletariado é a força social mais interessada na conquista do socialismo, a única que pode reunir as condi-

331
W0405
12

VIII

transformará radicalmente a estrutura agrária, eliminará as latifundiárias como classe e entregará as terras aos camponeses. A revolução implantará a democracia efetiva para os grandes massas, elevará o nível de vida dos trabalhadores e abrirá para o Brasil o caminho de um futuro socialista.

-----00000-----

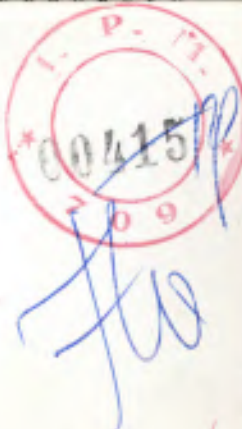
VIII

com pela via não pacífica. Se realizarmos essas tarefas, estaremos a tornar a revolução vitoriosa em qualquer circunstância. Devemos ter sempre em vista que a situação política atual apresenta a de agravamento. As soluções conciliatórias encontradas pelas dominantes para as recentes crises não solucionaram nem podem solucionar as contradições profundas que continuam a desenvolver-se. Mesmo assim, a posição do movimento operário e das forças populares não pode ser expectativa, há esperança de que se produzam novas crises de governos que as forças se encontrem que venham a ocorrer, as mesmas ou pr parecidas para enfrentá-las na medida em que se mobilizarem através das organizações operárias, camponesas, estudantis, por suas formas, e intensificarem a luta pelas reformas de estrutura, por uma nacionalista e democrática, pelas suas reivindicações imediatas e defesa e ampliação das liberdades, pelo isolamento e derrota das forças que representam o imperialismo e o latifundismo, contra a política de conciliação do Governo atual com os inimigos do povo e da Nação.

-X-X-X-X-X-

Camaguanes

Encontramos com otimismo e confiança as perspectivas de meses lutas e a agravamento das contradições fundamentais leva a que nos deurem a vitória de profundas transformações revolucionárias na sociedade brasileira. A palavra "revolução" que, até recentemente, fosse parte do vocabulário dos comunistas e de reducidos set res radicais, hoje vem com frequência cada vez maior em amplos círculos das massas trabalhadoras da cidade e do campo, da intelectualidade, da juventude e das forças políticas. É um sinal dos tempos. Semanas em marcha pela vitória da revolução de exemplo revolucionário de Cuba, cujo heróico exemplo nos inspira, que assinalam a agonia final do colonialismo e a construção de milhões de homens de jure imperialista. A União Soviética influencia decisiva no curso dos acontecimentos históricos. Hoje, estamos convictos de que a formação de um governo nacionalista democrático será o primeiro passo no caminho que nos conduzirá à profunda transformação revolucionária. Tais mudanças não de ser plenamente alcançadas com a passagem do poder efetivo às mãos das forças antipatrióticas e antifascistas - o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a classe ligada aos interesses nacionais, - com a formação de um governo revolucionário em que a classe operária deverá ter o papel preponderante. A revolução assegurará a completa emancipação do nosso povo da dependência econômica e política em relação ao imperialismo. A revolução

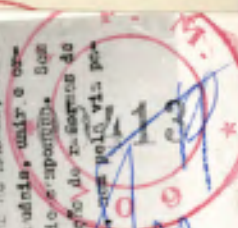


VIII

tr-se em realidade, dando que as forças antipatrióticas adquiriram grande superioridade sobre as forças populares para assegurar a vitória da revolução. Devemos ter em vista que o caminho pacífico significa a transformação revolucionária em o recurso à luta armada civil. De modo algum se pode identificar o pacifismo com o desinteresse, passividade das forças populares em face da possibilidade da nova crise política, no sentido da tentativa conciliatória utilizarmos meios de caráter pacífico, não se esquecerem nos tratamos de acordo estabelecido para a formação de um novo governo, não se deve interpretar o caminho pacífico como sendo a eleitoral, embora as eleições sejam um dos meios de luta pacífica do poder pelas forças populares. A vitória pacífica não pode ser considerado como fatal. É necessário que os inimigos do povo brasileiro possam, em certas circunstâncias, recorrer à violência armada para tentar deter o processo de luta político-militar do objeto de 1961 demonstraram que a vitória pacífica não obrigava a fazer face a mudanças revolucionárias por ser obrigadas a fazer face a mudanças revolucionárias. O golpe revolucionário levou o país a um estado de guerra. Daí a necessidade de estarmos preparados para a luta civil. Daí a necessidade de substituir a luta pacífica de luta e em condições de substituir a luta pacífica de luta. O primeiro lugar, esse propósito deve ser político e ideológico, combatendo-se na luta de que um processo ideológico, combatendo-se nos conflitos. Em consequência dominar a arte da revolução em 1961 a sua

luta, entretanto, compreender a arte da luta para o caminho a situação atual, como o abandono das lutas de massa e o caminho lógico de luta. De modo algum se pode identificar o caminho pacífico e a mobilização para a transformação e de organização que não correspondem, em si, a necessidade de organização da situação concreta. Daí a necessidade de organização revolucionária como as ações eventuais, as lutas revolucionárias ou não pacíficas, a revolução só poderá ser alcançada de um processo de luta de massa. As lutas que tenham de realizar agora, seja qual for o caminho que tomarem, não, portanto, impulsionar as lutas de massa, por parte das forças antipatrióticas e antifascistas. Deve-se organizar, consolidar a classe operária brasileira, de acordo com o programa de luta de massa, a revolução só poderá ser alcançada de um processo de luta de massa. As lutas que tenham de realizar agora, seja qual for o caminho que tomarem, não, portanto, impulsionar as lutas de massa, por parte das forças antipatrióticas e antifascistas. Deve-se organizar, consolidar a classe operária brasileira, de acordo com o programa de luta de massa, a revolução só poderá ser alcançada de um processo de luta de massa.

334



eficientemente poderão ser vencidas as numerosas dificuldades da luta...
isto se deve a fatores objetivos, mas também a fatores subjetivos,
à debilidade do nosso trabalho entre as massas, atividade que, embora
seus resultados tenham sido positivos, está ainda muito aquém das
necessidades e das possibilidades. Apesar da combatividade da maioria de
nossos militantes e da capacidade de iniciativa que já revelaram muitos de
seus quadros dirigentes, tanto em agosto de 1961 como em Junho e Setembro
de 1962, foi ainda de pequenas proporções o movimento de massas em setores
industriais importantes. Não sabemos também mobilizar para a luta por um
governo nacionalista e democrático outros setores da população, manter
para a atividade política no lado da classe operária as massas trabalhadoras
do campo e, com exceção dos estudantes universitários e de algumas cidades
e vilarejos, as camadas médias urbanas.

No verdade, ainda lutamos com dificuldades para mobilizar as massas
para a atividade política. Isto é particularmente sensível no movimento
operário e sindical. É, por exemplo, particularmente grave que não
tenhamos conseguido desenvolver ainda em nosso país um poderoso movimento
de massas em solidariedade e apoio à revolução cubana. Continua também
insatisfatório, muito inferior às grandes possibilidades existentes, o movimento
antimperialista e antifundacionista. Foi até agora muito pouco o trabalho
no trabalho que realizamos no sentido de contribuir para organizar a luta
de massas da Frente da Libertação Nacional. Outro sistema dessa debilidade,
em nossa atividade entre as massas, está nas dificuldades com que lutamos
para recolher as assinaturas necessárias ao registro eleitoral do
nosso Partido, particularmente em setores como Minas Gerais, Bahia e Ceará,
e que traduzem séria incompetência da liderança que terá de ser responsável
para facilitar nossa atividade entre as grandes massas trabalhadoras
e populares.

Devemos reconhecer as numerosas causas. Entre outras, as
condições ainda reduzidas do nosso Partido, o número ainda menor de verdadeiras
massas artísticas em nossa filial, o número muito pequeno de organizações
que do base efetivamente organizadas nos locais de trabalho, entre as
quais muito poucas dirigem politicamente as massas, mas devem ser reconhecidas
também a insuficiente associação da linha política do Partido ao trabalho
de suas militantes, as quais lutam por isto com séria dificuldade e
em uma situação com caráter, efetivo e a-matador.

...tão, sendo transitório ou ocasionalmente, não sabemos até agora dar
nenhuma atenção aos recursos de que dispomos para levar às grandes
massas a palavra orientadora do Partido. A pouca importância que temos
dada à atividade propagandística comitativa do Partido, que se torna
cada vez mais grave à medida que as classes dominantes empregam meios
para tratar de enganar as massas e desvirtuar as da luta revolucionária.
Mas foram os acontecimentos políticos relacionados com as crises
do Brasil, determinadas pela substituição dos Governos Tancredo Neves e
de Médice, assim como já aconteceu anteriormente com os acontecimentos
que se seguiram à renúncia do sr. João Goulart, pela importância
que revelaram, que passaram a ser a prova as qualidades do nosso Partido
mesmo tempo, muito contribuíram para revelar, em pontos fracos e
vitórias de que ainda podemos em sua atividade, como partido de ação política
e dirigente de massas.

Na crise política de agosto de 1961, as palavras-de-ordem levantadas
pelos comunistas contribuíram para a formação do amplo movimento de
liberdade que ganhou todo o país e derrotou os generais golpistas.
Muitas ocorreram aqueles acontecimentos um importante papel, contribuindo
decisivamente para a vitória da resistência democrática. Na
época os acontecimentos relacionados com a substituição do Gabinete
de Médice e do do Brochado da Rocha que se revelou com maior força
a atividade do nosso Partido na vida política e nos destaques
dação. Em torno das palavras-de-ordem que levantamos foi possível
trazer grandes massas que intervieram nos acontecimentos políticos, não
somente nos setores reacionários e entreguistas das classes dominantes
impuseram ao país o governo que desejavam. As greves políticas
nacionais, que ganharam o país inteiro, foram acontecimentos sem precedentes
e revelaram a capacidade de organização e comando político das
massas partidárias. Para o êxito das greves muito contribuiu o trabalho
político sindical unitário do nosso Partido e o esforço que nós
realizamos em nossa filial no sentido de estreitar suas relações
com os trabalhadores.

É certo, no entanto, que, assim já aconteceu em agosto de 1961,
João Goulart (renúncia do Tancredo Neves) e setembro (Fim da Bro-
chada) de 1962 não conseguimos desenvolver um movimento de massa

A. DISCURSO DE GRAYSON HENRIQUEZ
...ária do povo brasileiro pelas reformas da economia
e a conquista da emancipação nacional e ao pro-
prietário do Partido Grande e importantes tarefas.
pensável que reforça cada vez mais suas filiais,
entre as massas e mantenha sua unidade, com o
acompanhamento de sua capacidade de ação.

...ção da linha política adotada pela Convenção
1960 temos tido alguns êxitos de importância.
e com as massas, aumento nossa influência no mo-
do, nosso papel orientador entre as grandes massas
Forças efetivas continuam crescendo, embora que
rior às grandes possibilidades do momento que a-
tadas comemorativas do 10º aniversário da funda-
ção do Partido, pelo próprio vulto que tomaram, a importância
casos e novo entusiasmo que ganharam nossas fili-
ações, porém, as debilidades que se verificaram em
. Elas se devem, antes de tudo, às deficiências
al do Partido, que não se colocou ainda à altura
oimento que dirige. Não é outra a causa do atraso
a Conferência Nacional que, segundo os preceitos
a ter realizado desde fins do ano passado. Além
r que já começaram também a causar graves danos à
tividade partidária não termos conseguido até a-
do Partido para o trabalho entre a juventude,
para o trabalho feminino. Não nossem prejuízo
envolvimento de nossas atividades políticas e fal-
to, que orienta todo o trabalho partidário entre
massas do campo.

...o nosso trabalho de propaganda, de cima e abaixo,
no fazer importante que vem dificultando a at-
re as grandes massas. Além de não termos nos
satisfazem as condições de utilização e a luta

335
W

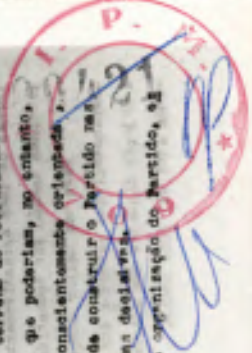
(IX)

Justa relação entre as reformas e a revolução, relação que não pode ser
 revista em todos os períodos do desenvolvimento capitalista e em todos os
 fases da luta política. Vivemos, hoje, na época da emulação entre o so-
 cialismo e o capitalismo, na época do avanço e da vitória do sistema so-
 cialista mundial. Nesta época as condições brasileiras atuais, as re-
 formas da estrutura determinam modificações na correlação de forças no
 sentido de desmoronar e do progresso, limites o poder dos monopólios im-
 perialistas, abrem novas vias ao desenvolvimento e ao progresso do país,
 desenvolvendo o que só pode enriquecer o sistema capitalista mundial.
 Não há, pois, uma oposição insuperável e decisiva entre a reforma, assim
 considerada, e a revolução. Ao contrário, as reformas da estrutura são,
 ou pelo menos podem ser, conquistas variáveis e positivas da revolução.

A luta pelas reformas da estrutura, como já vimos no capítulo an-
 terior, só poderá ter êxito na medida em que por elas lutarem as grandes
 massas. E é por isto que está justamente uma acertada compreensão da
 linha política do Partido o primeiro passo para que isto se volte efetiva-
 mente para as grandes massas. Esta também é condição mais importante pa-
 ra que os comunistas compreendam a necessidade de construir um grande par-
 tido de massas, um partido de ação política, um partido profundamente en-
 raizado nas grandes empresas e nas grandes concentrações empresariais e por
 palavras.

Nesta reunião devemos ainda discutir os importantes problemas re-
 lacionados com a política de organização do Partido e tomar decisões no
 sentido de sua eficiência, o que nos permitirá cobrir áreas locais que são
 vistas dificultando o trabalho de construção do Partido. Embora tenhamos
 alcançado alguns êxitos na realização do plano de construção, que teve
 como término a data de 25 de março último, a falta de um político de or-
 ganização claramente formulada não podia deixar de tomar-se cada vez /
 mais sensível e prejudicial. Foi em geral no terreno do recrutamento de
 novos militantes que obtivemos alguns êxitos, que poderiam, no entanto,
 ser muito maiores se toda a atividade fosse conscientemente orientada
 para as grandes empresas, e subordinada ao interesse de construir o Partido nas
 grandes empresas e nas concentrações empresariais destacadas.

Aprovada, nesta reunião, a política de organização do Partido, a



(IX)

toda palavra de ordem "revolucionária" não ligada a uma determinação
 viva não passa de algo vazio, de um grilo apático, um frasco
 sem conteúdo. É claro que a falta de um melhor conteúdo
 da concreta dificuldade a apresentação de fatos, soluções po-
 ssíveis.

Assim, não se compreendendo também a luta pelas reformas
 como um caminho possível da revolução brasileira, mas como
 tática, como uma política possível, ou possível, nas atuais
 condições de uma crise revolucionária. Dessa compreensão decor-
 re a abertura da possibilidade de fazer avançar o processo
 através das reformas da estrutura que limitam o poder dos
 monopólios de morte e latifúndio. De semelhante espírito de-
 correm as conclusões e possibilidades. É compreensível que quan-
 do a reforma para menores táticas ou uma política de progressi-
 vidade revolucionária trata de adaptar-se à situação, procura o-
 rre, combater apenas pelas reformas parciais ou pelas refor-
 mas da estrutura de forças existentes. Chegamos, assim, às
 condições de tendência socialistas e dogmáticas, à negação
 e que confundem a luta pelas reformas da estrutura com /
 qualquer outra coisa, como um processo idílico, sem choques e conflitos.

A atitude leva a reduzir a atividade dos comunistas e a
 falta, os entendimentos parlamentares e a frente única ex-
 clusa, a não fazer esforços no sentido da mobilização de
 construção da frente única de massas. Por sua vez, a
 greve a situação objetiva, que se massas se radicalizam,
 mesmo revolucionário e eleva-se a consciência nacional
 difíceis no Partido tendências socialistas e ao apoio a
 movimentos sites, incompatíveis com a situação e que
 se combatidas.



(IX)

Quando, neste ponto temos feito parte de... todo o Partido se
 limitando a profundidade de vitórias políticas, que realizamos a
 ação do 1950, quando adotamos a nova orientação política e
 "reforma política" daquela data, após sua revelação p.
 "reforma política" de 1950, compreendida na "Resolução
 de 1950, desde então, orientando toda a atividade do Partido,
 em todo o Brasil, de cima e baixo, as in-
 itativas são a respeito de novo linha política e que revelam
 tanto de direita, revisionistas e oportunistas, como de esquerda,
 a dogmáticos, socialistas e aventureiros, que muitas vezes opo-

Um grande ainda em todo o Partido a incompreensão a negati-
 vidade do caminho político. Na verdade, não temos expli-
 camente inatencional no que consiste o caminho político — a
 as transformações revolucionárias sem o recurso à insurreição
 nível. Ao afirmarmos que o caminho político é o mais adequa-
 do, devemos e, no entanto, não temos insistido com o movimento M
 vinda de uma possibilidade real que para ir-nos-formar-se em re-
 o, antes de tudo, que sabemos lutar contra a passividade,
 expõe de pôr em movimento as forças anti-imperialistas e su-
 e maneira que antes adquiridas através da revolução sobre as
 ação, não permitindo a entrada que usam o violação, contra as
 tendências.

Assim também explicar a todo o Partido um lugar, em todo
 o, a luta pela conquista de um governo revolucionário e democrá-
 tico através das massas pelas suas reivindicações imediatas.
 no que devemos saber ajudar as massas trabalhadoras e comas
 las reais, por insubstituíveis que sejam, devemos sempre agir
 um futuro pode ser firme e sério se não é apoiada pelas in-
 itativas da luta de massas. Outra debilidade nossa que vem
 a mobilização de massas está também na falta de formação
 es partidárias, de cima e baixo, das colunas políticas para
 e que se apresenta. Não basta desenvolver o trabalho
 ar apenas as palavras do ordenamento político. Como usual

336
 W

tem como a luta contra as tendências do direito e qualquer manifestação revidentista. A luta interna tem, assim, contribuição para o fortalecimento do Partido.

Enfrentamos novos problemas e deveres, portanto, vencer novas e maiores dificuldades. Mas que nossos irmãos não se iludam. Chegamos a uma nova etapa de nosso desenvolvimento e são novas e mais lúidas as perspectivas que se erguem diante de nós. O mundo socialista avança pelo caminho tomado pelo heróico povo irmão de Cuba que já avança no caminho da sociedade socialista.

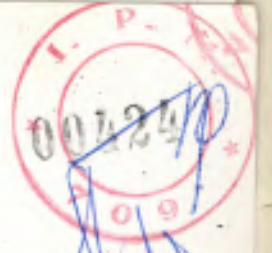
0000

mas, qu'assim e assim, conforme a possibilidade, devemos saber utilizar outros recursos, como os folhetos e volantes, as faixas e inscrições murais, os boletins mimeografados, etc. O que não é admitível é que continuemos por mais tempo privados dos elementos que nos permitam atingir a grande massa e incluir as bases do Partido, novas opiniões sobre os problemas que afligem as grandes massas, em âmbito nacional, regional e local.

Camareadas

Constituído um partido revolucionário, criado para a ação e para o combate, um partido que deve realizar tarefas sempre novas e cada vez mais exigias, é medida que o movimento se desenvolve. Precisamos por isso de uma organização eficiente e devemos garanti-la, dispondo de quadros revolucionários inteligentes e capazes. Das esferas, do campo e das escolas vêm as nossas filiais novas e novos militantes. Novos e velhos militantes, todos precisamos estudar cada vez mais, mas ao mesmo tempo trabalhar e combater com o povo e o frente do povo. A luta pela completa emancipação nacional, pela paz, pela democracia e pelo progresso social não será vitoriosa se não for dirigida por um partido ativo, democrático, um partido de trabalhadores e de verdadeiros combatentes, que reconheçam a importância da organização e da disciplina consciente e voluntária.

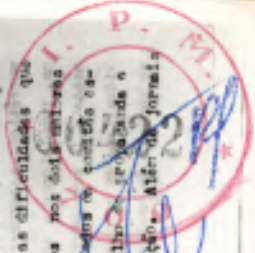
Após a realização da Convenção Nacional de setembro de 1969, alguns antigos membros do Partido que chegaram a exercer postos de direção e que defendiam posições errôneas que foram completamente bolidas na qual a Convenção, passou abertamente a uma atividade antipartidária e desorganizada. O Partido soube, porém, reagir e, com a expulsão dos membros do grupo revisionista, reforçou sua unidade e salubres considerações frente à militância de seus membros. De defesa da unidade de nossos filiais procuramos aplicar com firmeza os princípios do centralismo democrático, assegurar a direção coletiva, desenvolver a democracia interna, impulsionar a crítica e auto-crítica, assim como combater o revisionismo e a auto-suficiência e incorporar a luta contra a ideologia revisionista da pequena burguesia. A defesa da unidade do Partido implica no combate às manifestações de caráter doméstico e às posições errôneas.



as condições para investir, tomando também por base a atividade, nas diversas tarefas já levantadas no último ano, muito especialmente na importância que tem a planificação do trabalho e, concomitantemente, a realização de um plano. Não podemos deixar de aqui estudar o trabalho real das Comissões Municipais de Recife e da Capital do Estado de Bahia, que, tendo por base o estudo local e regional, respectivamente, já deram passo à elaboração da política dos comunistas nas circunstâncias atuais da realidade objetiva, regional ou local, e indicamos comunistas possam aplicar com acerto nas circunstâncias políticas do Partido, formulado pela direção central, de modo a levar naturalmente em conta as particularidades e as das mesmas e visíveis regiões do país, e indicar a justa formulação das soluções positivas para os problemas.

também dedicar maior atenção ao trabalho de educação. Com a difusão, impressão das aulas dos cursos básicos e seu desenvolvimento maior divulgação e mais rapidamente ao Partido, desde que cada organização dirigente cuide de seus professores, selecionados entre os próprios militantes do Partido, simultaneamente, é indispensável ao Partido a realização planejada de palestras e cursos e que sejam abordados os problemas mais importantes da evolução da situação mundial e nacional, com a aplicação e a construção do Partido.

Importante relacionar-se com a difusão da imprensa justa utilização como elemento indispensável à realização de entre as massas. Ao mesmo tempo em que a direção faz esforços no sentido de vencer as dificuldades que se apresentam no lançamento de jornais diários nos dois continentes e a política do país, é dever de todos nós fazer esforços para incrementar o trabalho realizado e as formas possíveis de sua realização. Além da imprensa



337

INFORME DE BALANÇO DO C. M. R. P.

- Pág. 2 -

pro subordinado nos imperialistas ferozes, que até, então, escravizavam ou exploravam aquele povo iraquiano. Fugiu ao Brasil e foi para os Estados Unidos. Lá, não mais disposto de que o país se aplicasse sua política imperialista, foi, em 1952, um dos dirigentes políticos dos últimos tempos em nossa história.

novos golpes vem de sofrer o imperialismo norte-americano e na América, onde, sob pressão de fortes e influentes das massas, foram derrubados aqueles países, ditos pelos imperialistas, como o México, a Argentina, o Chile e o Peru. A revolução cubana, foi, em 1959, um dos substitutos desses governos. A partir de então, o debate dos padrões americanos, já não é possível. A luta da crise geral em que se debate todo o sistema imperialista do mundo.

os acontecimentos do Japão representam sério revés ao imperialismo americano, e, evidentemente, que o imperialismo não é tão forte como parecia nos últimos anos. A luta política do campo socialista e das forças progressistas, que se opõem à sua política imperialista, tem se fortalecido. Com o cancelamento da visita do presidente do Japão, ficou claro, mais uma vez, que os imperialistas, sobretudo os E.U., voltada para a preparação da guerra.

o crucial da situação internacional de hoje, é o conflito das grandes forças políticas, como aconteceu em 1955. De um lado, a política do campo socialista e das forças progressistas, que se opõem à sua política imperialista, tem se fortalecido. Com o cancelamento da visita do presidente do Japão, ficou claro, mais uma vez, que os imperialistas, sobretudo os E.U., voltada para a preparação da guerra.

- Pág. 3 -

pelo que se deverá realizar em 1956 e 1957 de novo último. O fracasso de que Conferência, contudo, não significou a anulação da perspectiva de coexistência pacífica. Em sua nota enviada aos Três Grandes denunciando o ato de pirataria e de guerra dos E.U., Nikita Krushchev afirmou: "seria impossível, firmemente, no momento, se necessário de convívio pacífico, porque, por um lado, a fé na convívio pacífico seria condenar a humanidade à guerra, significaria aceitar e inevitavelmente de guerras e, nos atuais circunstâncias, sob quais desastros provocaria uma guerra para todos as nações do mundo planeta".

ASSIM, assistimos nos últimos meses, os atos de desobediência dos círculos bolchevistas norte-americanos, que não desejavam a realização da Conferência de Capala. Entretanto, o repúdio, as reações às provocações dos imperialistas ferozes, manifestadas em todo o mundo, deixaram evidente que a paz pode ser mantida.

Comaradas: A maioria absoluta do Partido em Pernambuco sempre se concentrou no Recife, como decorrência da aplicação de estabelecimentos industriais no Capital do Estado. Por outro lado, em virtude do próprio desenvolvimento histórico do Partido, que sempre se preocupou mais em construir sua organização entre os trabalhadores das cidades. O Partido do Recife sempre se caracterizou pela sua construção e estabelecimento nos bairros residenciais populares. No período da legalidade, chegou mesmo a ser um Partido de massas, com mais de 10.000 membros inscritos. Então, nesse Partido contava com forte organização em todas as expressões industriais mais importantes da cidade. Entretanto, a grande maioria dos nossos militantes estava, como ainda está hoje, nos bairros. São os trabalhadores brancos, artesãos, pequenos comerciantes e industriais, demais-de-casa, estudantes, intelectuais e artistas, homens de profissão liberal que constituem o grosso dos militantes do nosso Partido. Nos últimos quinze anos tivemos que lutar nas condições mais diversas para levar à prática nossa política geral. Nesse luta, conquistamos êxito, soframos derrotas, o que ocorreu com nossos militantes uma longa e valiosa experiência. Isto foi um período em que lutamos sob o fogo do inimigo do classe, perseguidos, massacrados, torturados e até assassinados, pela polícia. Mas, sem desalentarmos, sobrevivemos e lutamos e mantivemos a luta pela emancipação nacional, pela democracia, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo e pelo socialismo.

Uma das características do nosso Partido que nos deve ganhar é o do que, no geral, por nós sempre designamos como sendo a luta, nunca capitulamos frente ao inimigo. O Partido do Recife foi sempre...

indimo-nos nesta conferência para discutirmos e opinarmos sobre o PROJETO DE ESTATUTOS apresentamos a maioria do nosso Partido. Não será demasiado acentuarmos a importância de todos os economistas do Brasil inteiro, especialmente os do Recife, chamados a contribuir para elaboração de linha política básica do Partido. O nosso acervo de gloriosos experientes últimos quinze anos, permite a afirmação de que, se tivermos de examinar, com acurado espírito crítico e auto-crítico processo de luta por que passamos, nossa contribuição ao povo em todos os escalões do Partido é, pois, mesmo grande reunião que se inicia. Aqui estão os mais combativos militantes de melhor ou mais representativo em nosso Partido no Recife, portanto, um debate sério, responsável e com o intuito de melhorar o trabalho, a unidade e o fortalecimento do Partido do Brasil.

debate que ora se trava nas colunas do nosso jornal e nas páginas do Partido, é o coramento da luta ideológica iniciada em 1955 em nossos fileiros. Tal luta, teve sua origem nas ideias e fatos no XX CONGRESSO DO P. C. U. B. relativas ao culto ao trabalho. Desde então, faticosa e necessariamente uma justa análise da situação criada com o surgimento e o fortalecimento do sistema socialista e a definição era preciso as perspectivas para o comunismo internacional decorrentes desse fato.

do está evidente para todos, que o avanço das forças socialistas ocorre de maneira irresistível. Verifica-se então, frente ao avanço e o fortalecimento do sistema socialista o acontecimento, pela crise geral do capitalismo.

o avanço, por outro lado, em todos os continentes, e luta do imperialismo dos povos, criando maiores dificuldades nos sistemas imperialistas em geral e, em particular, no imperialismo norte-americano. Os povos dos países coloniais e subdesenvolvidos, que vivem sob o sistema imperialista, parecem, em sua luta, conquistarem a vitória da revolução socialista mundial. No Brasil, a luta é diária. Cabe, pois, de cerca de 6 milhões de habitantes, sistematicamente e poucos minutos de distância dos E.U., de América...

- CONTINUA -

- CONTINUA -

- CONTINUA -

O Burocratismo domina a Direção Regional do Partido, que a-

que todo o arquivo sobre a organização do Partido caiu nas mãos da poli-

analise documental, mas a burocracia burocrática, entretanto fracos e corruptos; tudo foi parar nas mãos da polícia, que assim se apoderou de todos os detalhes de organização do Partido no Estado.

O clima de irresponsabilidade e o poder unipessoal do 1º Secretário, criou um ambiente que sufocava qualquer espírito de vigilância, de modo que as reiteradas observações críticas feitas ao Secretariado do C.R., nunca encontraram guarida, quando não eram repelidas, violentamente. Asas falsas notícias de trabalho e direção, impediram, mais ou menos, em todos os escalões do Partido, estendendo-se até à U.J.C., e qual não pôde do sur, nunca, uma perfeita organização para abafar a juventude esta-

Entre eles salientamos os seguintes:

dentil, operário e camponês. A U.J.C. foi, sempre, um papel esbomo do Partido, refletindo suas virtudes e seus defeitos.

Portanto, sem maiores de determinar a responsável ou responsáveis individuais, devemos ver que as causas mais profundas dos nossos sofridos pelo nosso Partido em 1956, foram as falsas notícias de direção e organização, adotadas não apenas em Pernambuco, mas em todo o país.

1) - O clima de insegurança política por que passava o Brasil, em pleno vigência do estado de sítio decorrente do 11 de novembro. O inimigo aproveitou a suspensão das frentes constitucionais para nos fazer e as liberdades democráticas;

de sur, nunca, uma perfeita organização para abafar a juventude esta-

do no Recife após a crise de 1956/1957, o

2) - A existência no C.R. e no C.M.R. de um instrumento de polícia que agiu encoberto nas 2 fronteiras, por portar no C.R. e no Burocrático do C.M.R.;

seus individuais, devemos ver que as causas mais profundas dos nossos sofridos pelo nosso Partido em 1956, foram as falsas notícias de direção e organização, adotadas não apenas em Pernambuco, mas em todo o país.

de sur, nunca, uma perfeita organização para abafar a juventude esta-

3) - A crise mais intensa de entreguismo e da reação, levando ao des-suspensão com as vitórias de JK e Polópia, e com a derrota sofrida de 11 de novembro de 1955.

seus individuais, devemos ver que as causas mais profundas dos nossos sofridos pelo nosso Partido em 1956, foram as falsas notícias de direção e organização, adotadas não apenas em Pernambuco, mas em todo o país.

de sur, nunca, uma perfeita organização para abafar a juventude esta-

4) - A crise mais intensa de entreguismo e da reação, levando ao des-suspensão com as vitórias de JK e Polópia, e com a derrota sofrida de 11 de novembro de 1955.

Carla

63

40

Verificamos, em a realização das assembleias do nosso propo-
rótoria deste Conferência, que o melhor o índice de leitura do jornal "O
VOS NUNCA" dentro do partido. Nunca os mesmos rigoroso controle dessa
leitura, o que devemos fazer inofensivo, em trabalho efetivo e planifi-
cado.

Conclusões:

Terceiro Partido do Recife, um tarife se apresenta
como
das mais importantes. Trata-se do fazer crescimento político, organizo e
ideológico. As tarefas que temos e desenvolver o e responsabilida-
de que pass sobre nossos ombros, reclamam um partido grande e forte. Por
to pela sua formação ideológica e pelos vínculos estreitos estabelecidos
com as grandes massas populares.

Creemos que a justa aplicação da resolução sobre a construção
do Partido, tendo na Conferência de abril último, todo nos levar à supo-
reção das deficiências e que as seguintes. Naquela resolução definimos
que devemos "manifestar o trabalho de construção a fortalecimento do
Partido, obedecendo a um justo político de concentração, onde se leve em
conta: a) recrutamento e renovação de novos militantes; b) distri-
buição dos membros e sua especialização política; c) assistência e traba-
lho de educação; d) designação dos setores fundamentais, tendo como eixos
Justo e sistemático controle político."

Nunca houve, desde que perdemos a legitimidade, condições obje-
tivas tão favoráveis quanto agora, para construção de um forte Partido no
Recife. Jamais, porém, atingimos a esse objetivo, sem que nosse seja
seja planificada nos menores detalhes. Nosso trabalho somente terá êxi-
to, se for executado pelas O.O.M. e por todos os ramos ajudado, tanto po-
los Distritos e pela Direção Municipal.

Temos, por outro lado, de proporcionar e necessitada de que-
dros dedicados de produção, para o trabalho executivo diário de construo-
ção e funcionamento do Partido, levando em conta, os erros do passado e
quando inatendidos, afetando-os das nossas, muitos dirigentes e líderes
operários, para transformá-los em revolucionários profissionais, sem que
tivessem anteriores condições para desempenharem-se em tarefa, embora fossem
caracteres bons e dedicados.

Devemos, ainda, dar maior atenção e melhor ajuda às organi-
zações femininas, que emergem a crescer entre nós.
A preparação de quadros deve ser o eixo do Partido no Recife,
uma atenção toda especial. Sem nos esquecermos de que o papel da mul-
tantes, devemos proceder a um justo avaliação de quadros, particularmente
tendo em conta de dirigentes de organizações de bases, quando está afeta

levantar suas reivindicações. Ressentem-se, enfim, os traba-
do jornal que possa contribuir para o fortalecimento do sur-
cer sua educação política. O fechamento foi um erro do C.B.P.
ser reparado. Em nossa opinião, impõe-se a urgente volta à
de "Polvo de Ivo", pelo menos até 3 de outubro, como meio de
do nossos pontos de vista sobre a luta sucessoria e para podar
a condicões de refutar as intrigas e distorções que vambem e
das na imprensa burguesa. Outro vantagem, será a transmissão
fomento editorial aos militantes do Partido, de modo rápido e
qualquer período de tempo.

Não resta dúvida de que os esforços e nossa atividade são
para o fortalecimento do partido e sua ligação com as massas, pois
há rápido crescimento e fortalecimento orgânico do Partido.
A propósito, continuam válidas as observações feitas no
reunido pelo C.B.P. e última Conferência Municipal. Diz-se:

"É o setor de trabalho a responsável pela existência da nossa liderança
política e política do Partido no Recife, onde se faz o trabalho
partidário em condições de fortalecimento das organizações de massas,
a massa. A maioria, porém, não faz, fazendo distorções de
da. Partida e tendência política e de organização não levada
por trabalhar em conjunto, em qual os que reman agora nos.
a organização política do Partido, sendo no "Distrito"
de assistência por numerosos trabalhadores que militam nas O.O.M.
Partido, desde o C.B.P. e O.O.M."

Nos trabalhadores que estão trabalhando, sem uma completa
na participação das partes relevantes do C.B.P. e O.O.M., não querendo
das, mas em sua capacidade de trabalho, mas em as orga-
nizações. Problemas deitar nos erros que assim são, que
vão em a maior medida para nos levar. Hoje, a conser-
vador, das bases e dos militantes do Partido, é a de que o
de criar um setor ligado a vida do partido, em sua estrutura
de uma organização de massas, suas atividades, são. A
comunista, isto é, através, compreensiva, colaboradora, sim-
ples, sobre a unidade das várias tendências, no entanto, não
diário, a não esquecer, a importância do nosso Partido."

As causas do nosso deficiência reside no fato de que
a liderança não está trabalhando, assim como a linha política tra-
çada no Manifesto. Não se criou nada de mais para alisar
bater o mesmo movimento. Alguns políticos realizaram o
em, quanto, positivos, mas insatisfatórios para que logras-
semitados na nossa direção.

do liberalismo e indisciplina e causando múltiplos prejuízos.
pliação do controle democrático, é condutor, simultaneamente
nismo e indisciplina. Significo, principalmente, estira-
urar as iniciativas, opiniões e artísticas visões do baixo po-
se como tempo, lutar contra as tendências que possam anular
plativo centralizad e o necessário controle do cima para ba

Né, em nossas filiais, imensos esbanheiros que, para en-
do nacionalismo, deixem-se sair, sem frequência, no liberalismo,
do deve ser do cabete nos estranhos, considerando nocivos os
no mas, como neutro sentido.
No que diz respeito às nossas relações com as massas, pode-
mos trabalhar mais profundamente. As atividades sociais senti-
tir, a verdade, dentro dos sindicatos e outras organizações
nas nossas organizações de trabalho de frente única com organi-
zações mulheres. Hoje, de modo geral, não utilizamos
ações, como exemplo para encerrar a organização partidária
nos fortalecidos nossa influencia e ampliado nosso trabalho
saca.

Podemos afirmar que, no fundamental, acertamos na aplicação
ção do Método". Prova disso são os movimentos de frente uni-
e sustentado de 1958 para cá, sempre vitoriosos, e nesse crea-
fício em todos os setores da vida política do nosso espaço.
As tarefas de luta pela conquista de reformas e de pequenas
ões das massas, como foram de neutralização de forças possí-
do desenvolvimento pacífico de revolução brasileira e viabi-
lidade frente única com a participação desde o proletariado até
não ligada aos monopólios estrangeiros, levantada pelo "De-
pelas "Forças para a Democracia", tiveram em nossa prática, exco-
rreção de sua justiça.

Este fato, entretanto, não nos impede reconhecer que na lu-
tuação de política do partido, tenhamos incorrido em erros
e do passado. Creemos que, em nossa preocupação de aplicar
e Frente Única do Recife, temos dado maior preocupação, e
atenção à aliança com a burguesia e a pequena burguesia, sub-
dessa modo, e unidade e organização de classe operária e, nos
reivindicações dos trabalhadores. Manifestações dessa subestima-
e ausência de planos e falta de edição de medidas concretas pa-
do das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e pelo fortale-
dos sindicatos, de um lado, e, do outro, a suspensão de atividade
do jornal "Polvo de Ivo". Atualmente, os trabalhadores do
possuem um órgão de imprensa no qual possam efetivar livremente
e suas ideias, reclamar seus direitos e protestar contra in-

65

2. 13. 13

e imediato aplicação da nossa linha política junto às massas. Se tivéssemos bons dirigentes do tipo, que procuram a transformação das massas em vanguarda da nossa situação partidária, teríamos dado grande contribuição para o fortalecimento do partido no Recife, naquela situação de massas que todos conhecemos.

No trabalho de construção, precisamos vencer as tendências burocráticas muito fortes no partido e, sobretudo, no C.M.R. É preciso que não haja discriminação entre companheiros, pelo simples fato de não terem origem proletária. Embora nosso partido tenha uma ideologia que é a ideologia da classe operária - o marxismo-leninismo - quem o defende e luta pela sua vitória está a serviço dos trabalhadores e do socialismo, não importando, no caso, sua origem social.

Para fazer o partido crescer, também temos que lutar, juntamente, contra as tendências "corporativistas" no recrutamento, que se caracterizam pela "rigorosa" seleção dos novos militantes, pela busca de "poucos, porém bons" e pelo caráter de suite ainda existente em muitas organizações.

Igualmente, devemos combater a tendência diretista, que se caracteriza pela substituição do partido, pela inclinação a esconder o seu nome, ou diluí-lo dentro do Fronte Única. É errado defender a tese "tudo em benefício de Frente Única e para o Partido e que os aliados escolheram nós".

É clara nossa posição dentro das frentes únicas: não somos exclusivistas e tudo fazemos para unir. Sem abdicar de nossos princípios e do nosso independência, fazemos as concessões que foram justas e necessárias, desde que isso venha a fortalecer a unidade das diversas forças, tanto que manter nossa independência orgânica, política e ideológica, o dirigir dos nossos aliados um comportamento unitário dentro da frente.

É preciso abrir as portas do nosso partido aos jovens operários, estudantes, intelectuais e a todos os trabalhadores. Retirar e renovar o partido é, no momento, nossa grande tarefa.

Com a realização do V Congresso, nossa tarefa será facilitar de toda a maneira possível a sua preparação em nosso programa e, ainda, pelos métodos que nos ajudaram a trazer para nós os filiais milharões de patriotas e democratas que hoje apóiam nossa causa.

.....

Conclusões

Preocupados em encontrar os meios e formas para melhor servir à causa da emancipação nacional, do socialismo, nosso partido, através de sua Direção Municipal, decidiu adotar as seguintes medidas para se organizar:

- CONTINUA -

2. 13. 13

do Recife, que, baseado nos conceitos gerais da "Declaração do Nordeste em conta a orientação das Direções Suplenas, fosse um guia para a prática política das massas. Entretanto, pela primeira vez, não se pôde atuar: o, por isso mesmo, enfrentamos a sua existência e defendê-la, convencidos de que não poderíamos fazer um trabalho paritário, com as nossas insuficiências e limitações no conhecimento da realidade do nosso espírito.

Depois de mais de dois meses de debates, em quase todos os dias do partido, e Conferência Municipal de abril último aprovou-se, tendo-se **DECLARADO O PARTIDO SOCIALISTA DO NORDESTE**.

As grandes tarefas da Conferência e o início dos trabalhos foram discutidos no Congresso do partido, logo e que fosse um pouco rotundo e claro esse documento às mãos dos militantes. Esperamos que a Conferência ratifique a linha traçada naquele documento, de que os militantes se conscientizem de que o mesmo poderá ajudar-nos a fortalecer e ampliar o trabalho do partido e ligar nosso partido às massas.

Desde que começamos a reconstrução do partido, a Direção Municipal vem fazendo os melhores esforços para se colocar à altura das exigências do nosso partido no Recife. Em face do crescente responsabilização das tarefas que nos cabem, temos necessidade de ter, no Recife, um órgão de assessoria, como lhe compete, a Direção Política Local. Na ausência de um órgão de assessoria, os trabalhos que deveriam ser feitos pelo partido, não nos satisfazem, pois a Direção Municipal, que deveria ser o órgão de assessoria, não tem condições de fazer isso, devido à falta de pessoal e de recursos. Consideramos essa situação como uma limitação do momento e, portanto, pelo nosso partido.

Exemplar disso é o mandato do C.M.R., em relação à manutenção do controle de situação de companheiros nas áreas que participam do Congresso, quer no Executivo, quer no Legislativo. A nossa vez agora é, o C.M.R. emitir os seus atos e ter o mesmo assessorado, retirando o nosso partido e impedindo o C.M.R. de, no cumprimento de suas tarefas, da última Conferência, orientar os delegados presentes à Conferência de hoje, em direção objetiva sobre o comportamento daqueles delegados, individual ou coletivamente. Esperamos que os companheiros de outras áreas se preocupem com a realização de reuniões e com a realização de reuniões de trabalho de acordo com o programa e o plano de trabalho. Esperamos que a Conferência Municipal, em reunião crítica e auto-crítica sobre o trabalho, em que a Conferência Municipal se reunirá em breve, tenha o mesmo espírito.

Conclusões

O Recife, sendo o centro econômico, político e cultural do Nordeste, deve ser o centro de nossa luta política, cultural e econômica. Portanto, a nossa tarefa é fortalecer o partido no Recife, através de sua Direção Municipal, decidindo adotar as seguintes medidas para se organizar:

- CONTINUA -

2. 13. 13

e que agrava, seriamente, os seus problemas. As questões da habitação, transporte, educação, saúde, infâmia abando, etc., constituem problemas de vida, constituem alguns dos maiores problemas da população.

O proletariado que cresce no Recife e que o Recife se desenvolve nos últimos anos, através de sua luta em áreas e paralisando a sua luta, constitui um problema econômico, político e social. Nesse momento, os seus problemas econômicos, políticos e sociais, os trabalhadores e o comércio, os artesãos, os intelectuais, os técnicos, os funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes e indústrias de pequeno porte, artesãos, ou intelectuais, têm, portanto, uma posição de luta, não só pelo progresso econômico, mas também pelo desenvolvimento do país, contra o imperialismo norte-americano e a burguesia nacional. Queremos destacar, em favor de reformas agrárias no Brasil. Queremos destacar, em favor de intencionalidade nossa luta, particularizando o trabalho do partido no Recife, os quais têm oferecido valiosos e muitos serviços ao partido para que a sua ação se mantenha no lugar de destaque no campo da luta do nosso povo pela liberdade, pela democracia, pela sua emancipação e pela sua paz social.

A posição do proletariado e das massas médias tem se refletido nos partidos políticos e influenciado as suas decisões sobre o problema. Podemos dizer que a maioria da população do Nordeste tende a rejeitar o corporativismo. Isso, é um resultado prático do trabalho do nosso partido nos últimos quinze anos, no sentido de promover o desenvolvimento do partido, através de sua luta, através de suas atividades que constituem características do nosso povo.

Se bem que tenhamos obtido expressivas vitórias nesse processo, é evidente que a unidade das forças populares do Recife, se não for feita, não será possível. A classe operária, em particular, está fora dos sindicatos. Nos organizações estudantis, ainda poucos, os estudantes que se colocam na posição de destaque na luta política e social, não conseguem nacionalistas. Nos bairros, há um número de organizações com as mesmas características que o partido, longe de serem aquelas organizações simples e unitárias que deveriam ser. Não estamos, nos parlamentares, com as mesmas características organizadas e Movimento Nacionalista, entre outros, e não estruturado, nem sequer com as suas atividades programáticas.

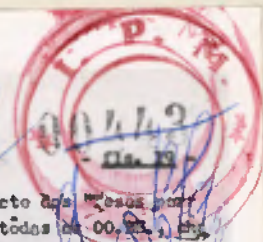
Conclusões

Estamos convencidos de que é possível através da mobilização das forças democráticas e populares do Recife, o centro de nossa luta política e econômica.

- CONTINUA -

C.M.R. 14

344
CW



prevendo com a preocupação principal de promover o debate das "Questões para Discussão" e providenciar a eleição dos Delegados por todas as C.O.M. e, em especial, a atenção desta Conferência para a necessidade que temos de eleger um mais eficiente C.M.R., já que não podemos suporter o numero dos seus membros, em face de determinações dos Normas do C.R.I. Uma direção dinâmica e operativa, que enfrente os terrefes que temos pela frente, ganhando a totalidade dos membros para sua execução, é uma necessidade imperiosa do momento.

Quando dos trabalhos preparatórios da eleição do novo C.M.R., serão prestadas, a todos os Delegados, informações contendo análise crítica de atuação de cada um dos componentes do atual C.M.R., individualmente.

.....

NOTA - Pedimos a todos os camaradas que leiam e estudem o informe diariamente e, se possível, preparem sua intervenção por escrito, a fim de obtermos um maior rendimento nos trabalhos de Conferência.

Ass. de 597

345
W

CMR

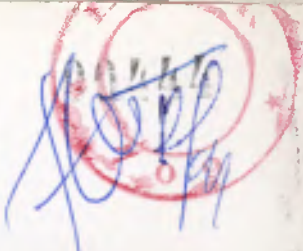
POLITICA —

- 1 — Possui ligação com os outros setores da frente única ?
- 2 — Quantos companheiros existem atuando em organizações de massa ?
- 3 — Quais nossas perspectivas nas eleições municipais ?
- 4 — Temos condições de eleger quantos vereadores ?

SINDICAL —

- 1 — Quantos sindicatos existem no município ?
- 2 — Há sindicato rural ?
- 3 — Todos os companheiros são sindicalizados ?
- 4 — Algum deles pertence à direção de sindicato ?

doi 44



**FICHA DE CONTRÔLE
DE
NOSSA ATIVIDADE**

44
20

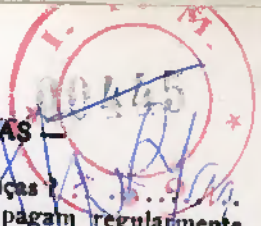
CMR

ORGANIZAÇÃO —

- 1 — Existe CM ?
- 2 — De quantos membros ?
- 3 — Reune regularmente ?
- 4 — Quantas vezes reune por mês ?
- 5 — Em média quantos companheiros comparecem às reuniões ?
- 6 — Quantas organizações existem na cidade ?
- 7 — Quantas existem no campo ?
- 8 — Quantas existem entre os jovens ?
- 9 — Quantas existem entre as mulheres ?
- 10 — Quantos militantes tem o P. no campo ?
- 11 — Quantos tem na cidade ?
- 12 — Quantos tem nas empresas ?
- 13 — Quantos tem entre os jovens ?
- 14 — Quantos tem entre as mulheres ?
- 15 — Possui plano de recrutamento ?
- 16 — Quantos novos membros foram recrutados até 26 de março ?

FINANÇAS —

- 1 — Tem plano de finanças ?
- 2 — Quantos membros pagam regularmente suas cotas ?
- 3 — Quanto sobe para o CE ?
- 4 — Possui círculo de amigos ?



EDUCAÇÃO —

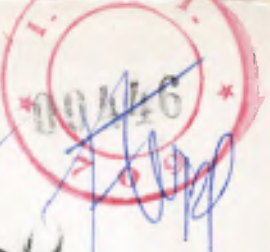
- 1 — Quais os cursos realizados ?
- 2 — Existem condições de realizar o curso básico ?
- 3 — Possui companheiros analfabetos ?
- 4 — Existem condições de alfabetizá-los ?

PROPAGANDA —

- 1 — Quantos exemplares vende de "Novos Rumos" ?
- de "Terra Livre" ?
- d' "A Hora" ?
- da "Folha do Povo" ?
- 2 — Está em dia com o pagamento dessas publicações ?

INFORME DE

346
WU



BALANÇO do Plano

E TRABALHO do CM

INFORME DE BALANÇO DO PLANO DE TRABALHO DO CM
DO RECIFE - PERÍODO DE 18/08 a 31/10/60.

Cametadas:

Dando cumprimento às resoluções da Conferência do V Congresso do nosso Partido, passamos ao balanço da 1ª etapa do Plano de Trabalho do C.M. do Recife.

Em primeiro lugar, fazemos ao exame da campanha eleitoral presidencial de outubro/60, seguindo-se os trabalhos de construção e financeira, em parte estabelecidos no Plano.

CAMPANHA ELEITORAL

As eleições de 3 de outubro de 1960 foram um grande acontecimento político em nosso país. So através do pronunciamento das urnas poderemos saber qual a massa indígena junto às massas e extrair os ensinamentos necessários a uma atuação melhor do nosso Partido, em uma linha de frente unida.

Após ouvir as opiniões das bases, chegamos a algumas conclusões políticas da derrada eleitoral que sofreram, considerando os acertos e erros cometidos durante a campanha.

Partido de frente para a base política nacional, a 7 de setembro de 1959, candidato das forças nacionalistas, S. G. C., o documento levado a público veio do sr. Juscelino Kubitschek continua realizado, com o apoio da maioria do povo.

Estes aspectos papulares da política do governo especialmente a luta por uma reforma política, acentuada e desorientada do povo, que se manifestou por vezes de forma violenta e espontânea, como nos acontecimentos de Witerzy. ... oferece a indignação das massas, estratagemas a base do governo, cujo desprestígio aumenta.

Antecipadamente, por outro lado, o sr. Jânio Quadros não lançou candidatura de oposição ao governo, pelas setas mais realistas.

Os erros cometidos na aplicação da linha política, setas que não foram corrigidas bem.

As nossas dificuldades na aplicação da nossa tática eleitoral. Constatamos os nossos discursos eletrônicos, a candidatura sistemática da política de frente e carista do governo de Juscelino. Sentimos que o Partido está desligado das massas. A preocupação que nos dominava era a de colocar a nossa política contra entreguismo, quando o nosso candidato, setas errais e politicamente comprometido com a política entreguista do governo, que não serviu mais para politizar as massas do que para obter votos e ganhar eleições.

Massa Partido ainda não assinou sua linha política, motivo por que houve grandes dificuldades e incompreensões nos Estados, no trabalho com as aliadas. As massas por seu turno não compreendiam o objetivo das nossas alianças com velhos inimigos do povo e nos não tivemos a oportunidade necessária de convencê-las da justiça da nossa atitude política.

Em Pernambuco, a nossa aliança com Zévilino e também outras iniciativas da classe operária e do nosso Partido, derrotados em 1958 pelas Operações Unidas de Pernambuco, da qual fomos parte destacada, não foi compreendida pelas massas. Até campanhas de bases passaram a desorientar os dirigentes do nosso Partido, que estavam encarregados de entender as políticas com os aliados. Essas atitudes mostraram claramente que o Partido não foi capaz, ainda, para uma linha política, consequentemente a nossa principal da derrada eleitoral.

Quanto ao trabalho orgânico da campanha, que coincidiu com a realização das assembleias preparatórias do V Congresso do Partido, não houve planejamento. As iniciativas dos bairros foram muito raras, em virtude das dificuldades financeiras que se apresentavam. Só depois da Conferência Municipal, foi que o CM teve a iniciativa de organizar um plano de trabalho a todo o Partido em Recife, já tardiamente, em 18 de agosto, dois meses depois, antes das eleições. Alguns comitês de bairros já funcionavam, porém de modo deficiente. Com a planificação e controle pelo CM, conseguiu-se surgir mais comitês e a campanha começou a ser impulsionada.

Mas o comando deficiente dos comitês distritais e a centralização excessiva da campanha pelo C.M., dificultaram as iniciativas de bairro. Não foram feitos comitês de base em casa. Os comitês esperavam que as filiações viessem de cima e não se preocupavam com as tarefas. Estreavam constantemente a campanha, não dando atenção necessária às opiniões das aliadas nos comitês distritais. As diretrizes de massa foram desprezadas.

O Partido não se ligou profundamente às massas. A pouca compreensão da linha política do Partido levou a que os nossos oradores se perdessem em discursos agiográficos, com o fim de arrancar aplausos dos simpatizantes que não tinham nada a ver com os ataques pessoais ao governador Cid Campos, que não tinha nada a ver com o nosso apoio, em 1958, com a saída comandada de 100 mil votos, ao invés de nos termos a política de carista do governo de Juscelino e as falhas do candidato adversário.

Em consequência das vacilações dos comitês de base do PSD e do PNB em apoiar o candidato nacionalista, surgiram dificuldades de arrecadação financeira e que causou sérias dificuldades à campanha. Foi quando resolvi, em 18 de setembro, há apenas 30 dias do pleito, lançar a campanha do Cruzeiro Capeta e Dinar, através de cedulas e filiais que foram distribuídas pelos diversos setores que tiveram direito a 30% nas áreas de 2500 para os bairros de fora. As cedulas não tiveram boa aceitação pelo povo. Planificada em 1 milhão de cruzeiros, só arrecadamos 350.171,30 para uma despesa de 360.132,00. Com o emprego de finanças para a campanha, mais se destacaram neste trabalho a forma C.A. Amador, seguida dos Estados, Prefeituras e Funcionários Públicos.

Outras iniciativas de finanças foram tomadas pelo setor do C.M. para garantir as despesas com a campanha, com visitas aos dirigentes políticos dos diversos partidos que apoiaram o nosso candidato, ou melhor que apoiaram o candidato das forças nacionalistas e que deu uma ajuda.

347

005

partidária e de educação dos comunistas no es-
 pelo Comitê Municipal, de uma política de
 sentido positivo. Atendendo a essa necessidade
 organizou com 3 companheiros designados do
 C.D. do Centro, Serraz, Santo Amaro e Cordeiro,
 e um trabalho altamente positivo, principalmen-
 te Santo Amaro, conseguindo-se estruturar 4 OB
 2.00 de recrutamento. O mesmo não vai aconte-
 ue as condições atuais são favoráveis ao cres-
 cimento e a concentração de importantes empresas
 no bairro preocupados com os afazeres diários e
 to pouco se ocupam e que continuam a re-
 r. Formou-se urgente uma reestruturação do CD,
 3 filiais diretamente ao CM não cumpriram o p.
 senão uma virada para cobertura das estas até
 âmbito do mesmo Partido, a falta de cumprimento
 e da autocrítica nas reuniões da organização,
 ficando a atuação do Partido. Existe certas con-
 tica e quando as comissões a aceitar não fazem
 e os leva ao formalismo. Até as comissões de
 ouprimos suas tarefas como dirigentes, deixam
 arido todas as vezes todas as tarefas do Comi-
 nista de direção coletiva. Na setores do P.
 ano de trabalho do CM, não receberam uma at-
 tivo ao Comitê Municipal.

o trabalho e o controle do cumprimento das ta-
 lida a exigência centralização do trabalho,
 do de planos e tarefas impostas nas organizações
 condições reais existentes, com o espontaneis-
 a abolição de todo o trabalho planificado,
 disciplina consciente em suas fileiras, credi-
 cidade de pensamento e ação. Neste sentido,
 ao Partido os métodos marxistas e impostos,
 do da disciplina partidária, o desrespeito às
 Encontros e as diretivas dos órgãos dirigentes.

a construção realizada nesta 1ª etapa, aju-
 do Cordeiro, que recrutou e recuperou 36 me-
 tida para a 1ª etapa) e Santo Amaro, que recru-
 tados do C.D. do Centro, de acordo com a quantidade
 passarem as estas estabelecidas para o plano
 tução A. B. C., não cumpriram o plano. Cresce a
 responsabilidade desses setores. O esforço
 objetivo de cumprir o que estabeleceu o plano
 C.D. do Cordeiro e Santo Amaro, representantes
 do 4 OB da empresa.

ZINACEN

lizado por todo o Partido o trabalho de finan-
 no plano não foram cumpridas, com exceção de
 unose todas as finanças decorrentes. Os ma-
 ra a importância das atividades de ZINACEN
 tido. A maioria das comissões está com sua
 Partido, e a necessidade de dar um maior de fun-
 indispensável uma atenção toda especial das
 o cumprimento do plano de trabalho.
 do C.M. Foi reestruturado e, até agora não

005

tuou iniciativas. Por outro lado, as assistentes do CM em diversas se-
 tores não estão controlando as finanças ordinárias nem estão perspecti-
 vas para realização de finanças extras. Setores há que não têm ainda seu
 Comitê de Finanças organizado e funcionando normalmente.

347

005

Arredondados ao todo \$1.750.000,00, ficando um saldo de \$12.423,30.
 As assistências desses setores comitês não deviam esquecer os ob-
 ritos do nosso trabalho.

Das atividades que compõem as filiais nacionalistas, em torno da
 candidatura Lúcio, o nosso glorioso Partido de classe operária foi o que
 mais se destacou e de fato comandou, em todo o País, a campanha eleito-
 ral. Em Recife, os setores comandados se destacaram meritadamente, che-
 gando a realizar o comando central, 10 comitês em um só dia que fez fra-
 gorar a concentração de João Quares programada ao longo do dia para a
 Praça Dantas Barreto. Durante a campanha, quase 500 comitês foram rea-
 lizadas nos bairros da cidade. Teve papel destacado nos trabalhos a
 companhia a juventude estudantil do Recife. As mulheres também partici-
 param ativamente. Foi instalado um Comitê feminino que congregou um gra-
 nu número de mulheres das mais variadas tendências. Organizaram palestras
 nas estações de rádio, além de várias conferências e reuniões nos bairros.
 A Frente Operária Nacionalista não chegou a cumprir a sua finali-
 dade, porém realizou com algum proveito, alguns comitês em portas de
 fábricas.

Os comitês mais concretizados foram os dois que a presença de Pres-
 tado a concentração das empresas (que provou o modo e uma união maior
 da Foz de Iguaçu), a presença dos arbores e o de encerramento.

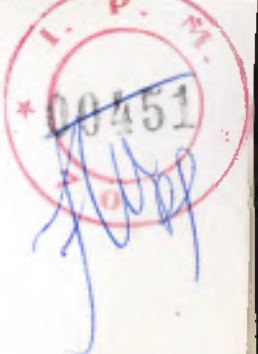
As dificuldades de meios financeiros, o estreitamento na frente
 do Recife decorrente de inimizades entre dois companheiros do Partido
 unificado. A falta de designação pelo Sec. do CM de responsáveis para
 cada zona eleitoral, a falta de responsabilidade de maior parte dos me-
 bros do CM que deixaram cair o peso das tarefas nas costas do Secretari-
 ado, com sempre a não comandar o Partido no setor de sua responsabi-
 lidade, foram outras causas da derrota do candidato que aplicamos.
 Consideramos ser um dever de cada comunista, esforçar-se o máximo
 para transpirar esse sucesso eleitoral em futuros vitórias para o no-
 vamente operário, sabendo aproveitar bem as liberdades que recebemos, forte-
 lecionando cada vez mais o nosso Partido com o recrutamento de novos mem-
 bros para suas fileiras, estudando constantemente a nossa linha políti-
 ca a fim de aplicá-la com acerto e voltando-se inteiramente para o movi-
 mento de massas contra a carestia, movimento sindical, solidariedade a
 Cuba e alistamento eleitoral com vistas ao pleito de 1962, em que serão
 escolhidos: governador, vice, deputados federais e estaduais.

CONSTRUÇÃO

O balanço dado nas organizações partidárias para controle da 1ª
 etapa do plano de trabalho, no período de 01.08 a 31.10.60, apresenta o
 seguinte resultado:

00.23. estruturadas: 10, sendo 6 de bairros e 4 de
 empresas;
 Recrutadas e recuperadas: 126, sendo 50 em empresas
 industriais e 76 nos bairros.
 Neste período afastaram-se espontaneamente 38 membros.
 Foi construída uma OB em Antarquias, depois destruí-
 da pelo patrão que demitiu todos os comandados.
 Construímos um bairro e empresas 15 ligações, sendo
 6 de empresa industrial.

Do quadro acima se conclui que, da obra a ser coberta na 1ª etapa,
 apenas foi realizada 65,2% de quanto, havendo um déficit de 34,8%.
 Depois de um período de construção de massa extraordinária na campanha elei-
 toral, o efetivo do Partido foi cresceu de modo que ficou estabelecido no plano de construção. Isto mostra que o Partido ainda não
 sabe trabalhar em várias frentes, com o necessário envolvimento de massas e a
 execução de objetivos principais do Partido. Entretanto, as comissões
 criadas de novo para trabalhar para suas filiais, sobretudo, de empresas
 e que a cada filiação dos efetivos do Partido, deve ser uma pro-
 cupção constante de cada comunista.
 "A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter a fren-
 te do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme de pug-
 na de vista político e ideológico. O crescimento das filiais do Partido
 deve estar, por isso, intimamente associado a um trabalho persistente de



41

348
W

00452
10

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS DIANTE DAS REFORMAS DE BASE

A realização das reformas de base constitui exigência colocada hoje no centro da vida política do País.

Até algum tempo atrás, somente as forças anti-imperialistas e democráticas mais radicais propunham medidas destinadas a golpear o imperialismo e o latifúndio. Falar em reforma agrária e em encampação de empréas estrangeiras era considerado "pregação subversiva", "crime contra as Instituições".

A situação agora é outra. Camadas cada dia mais amplas da população já compreendem que a solução dos problemas nacionais exige medidas contra a dominação imperialista e a estrutura agrária atrasada baseada no latifúndio. Já não são apenas as forças mais radicais que propõem reformas. Entretanto, as reformas propostas pelo atual Governo não são as reformas efetivas exigidas pelo povo. Têm como objetivo conciliar os interesses de setores da burguesia com a manutenção dos privilégios do imperialismo e do latifúndio, numa tentativa de protelar indefinidamente a solução profunda dos problemas. De outro lado, são as próprias forças retrógradas que, diante da crescente radicalização das lutas de massas, acenam com falsas reformas para tentar enganar e dividir as forças patrióticas e democráticas e manter, assim, o seu domínio.

Com exceção de um pequeno número de elementos da extrema reação, todos hoje dizem admitir a premência de reformas de base. A batalha já não se trava apenas em torno da necessidade ou não de fazer reformas, mas do seu verdadeiro significado e alcance. Não basta, pois, falar de reformas em geral. É necessário apresentar soluções efetivas para os problemas nacionais, criticar e combater as falsas soluções que não atingem as verdadeiras causas dos problemas, as medidas inócuas que visam apenas a enganar o povo, mas que contam, por véses, com o apoio de setores conciliadores da frente nacionalista e democrática.

Os comunistas têm manifestado reiteradamente sua opinião sobre as reformas de estrutura exigidas pelos interesses do povo. Entendemos que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País. Esse curso deve consistir na adoção de soluções nacionalistas e democráticas que, embora parciais, estejam fora dos marcos da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrógrados dos latifundiários. Trata-se de soluções de caráter positivo, de reformas de estrutura que impliquem a adoção de uma política de desenvolvimento independente e progressista do País. Acreditamos que a conquista dessas reformas é possível nos quadros do atual regime. A luta por soluções parciais imediatas possibilita golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar condições para a realização das transformações radicais que assegurarão a plena emancipação econômica e política do Brasil, abrindo caminho para o socialismo em nossa Pátria.

Apresentamos, em seguida, a opinião dos comunistas sobre qual deve ser o conteúdo das reformas de base hoje prementes:

PPC
10

Reforma do Sistema Cambial e Política de Comércio Exterior

A reforma do sistema cambial deve ter como objetivo conseguir o equilíbrio do balanço de pagamentos, deter o processo de desvalorização do cruzeiro e conter as pressões inflacionárias provenientes do setor externo. Para isso, urge uma política orientada no sentido de impedir a evasão de recursos cambiais e aumentar a capacidade para importar, sem maior endividamento externo do País.

— O monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil, com a eliminação completa do mercado livre cambial e a fixação das taxas exclusivamente pelo Governo. Deste modo, é possível adotar medidas efetivas contra as fraudes cambiais, como o subfaturamento, o superfaturamento, as remessas clandestinas de lucros e juros. Somente com a eliminação do subfaturamento das exportações e do superfaturamento das importações, pode-se impedir, numa estimativa modesta, uma sangria de divisas da ordem de 300 milhões de dólares por ano.

— Suspensão temporária das remessas de lucros, "royalties", juros, etc. para o exterior, até que sejam superadas as atuais dificuldades cambiais. De acordo com os dados oficiais, isto significa reter, nos próximos três anos, uma parte da receita cambial estimada em 166 milhões de dólares anuais, apenas no que diz respeito às remessas confessadas. Ao reiniciar-se a transferência desses rendimentos, deve ser rigorosamente aplicada a Lei de Remessa de Lucros, impedindo-se qualquer transferência de lucros obtidos sobre o capital reinvestido e limitando-se as remessas à percentagem estabelecida.

— Fortes restrições à concessão de divisas para fretes, seguros, turismo, donativos, etc., com o objetivo de reduzir radicalmente a saída de moeda estrangeira.

— Controle rigoroso das transferências de valores e bens de cidadãos brasileiros para o exterior, a fim de impedir que parte apreciável da riqueza nacional seja depositada e aplicada em países estrangeiros, quando no Brasil há escassez de recursos para investimentos.

A política de comércio exterior deve ter em vista impedir a perda de substância que resulta da queda dos preços externos de nossos produtos de exportação, aumentar a receita cambial do País e assegurar a importação dos produtos essenciais do processo de desenvolvimento.

— Política de defesa dos preços externos dos produtos primários, por meio de acordos internacionais com os países interessados. Estímulo às exportações, não através das medidas costumeiras de desvalorização do cruzeiro, mas de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados. Remoção dos obstáculos ao intercâmbio bilateral com os países socialistas e intensificação do comércio com essa área. Com o fim de aumentar as exportações para os países socialistas, ampliar as importações de equipamentos, matérias-primas e combustíveis provenientes desses países, em termos de competição com as correntes tradicionais de comércio do Brasil. Denúncia dos "Acordos do Trigo" com os Estados Unidos.

— Monopólio das exportações de café pelo IBC, a fim de impedir as manobras especulativas das firmas exportadoras, controladas em grande parte por grupos estrangeiros. Ampliação das exportações de café, sobretudo do produto de baixo custo, a fim de aumentar nossa capacidade de competição. Redução substancial das subvenções concedidas ao setor cafeeiro. A política em relação ao café deve ter em mira reduzir a pressão que este setor exerce no sentido da desvalorização externa do cruzeiro, como um dos principais fatores inflacionários.

— Controle drástico das importações, com o estabelecimento do regime de licença prévia e o fornecimento de divisas, segundo critérios que estabeleçam rigorosa prioridade para a compra de equipamentos, matérias-primas e combustíveis necessários ao desenvolvimento do País.

Proibição da importação de artigos de luxo ou supérfluos e de produtos que podem ser fabricados no País, inclusive equipamentos.

Política de Restrição ao Capital Monopolista Estrangeiro

Somente a eliminação completa das atividades do capital monopolista estrangeiro no Brasil pode conduzir à plena emancipação econômica do País. Entretanto, é possível desde já orientar-se no sentido de restringir o seu campo de ação, eliminar alguns dos aspectos mais nocivos de sua influência na economia nacional e, deste modo, criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento independente do País.

— Registro obrigatório dos capitais estrangeiros aplicados no Brasil, com permanente e efetiva fiscalização de suas atividades. Obrigatoriedade de uma contabilidade padronizada para as empresas estrangeiras e da prestação de informações semestrais aos órgãos do Governo. Extinção das ações ao portador emitidas pelas sociedades anônimas, para identificação dos capitais estrangeiros.

— Encampação das empresas estrangeiras de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista as necessidades da segurança nacional e o papel que desempenham na vida do País. A indenização aos proprietários deve ser estabelecida segundo o custo histórico, após um rigoroso tombamento físico-contábil, em que se apurem os lucros legais obtidos por tais empresas. Nacionalização, segundo o mesmo processo, das empresas imperialistas da indústria de alimentação, particularmente frigoríficos, moinhos de trigo e fábricas de leite em pó. A fim de permitir a indenização às empresas nacionalizadas em títulos com o pagamento a longo prazo, modificação do dispositivo constitucional que estabelece a indenização prévia e em dinheiro nos casos de desapropriação.

— Supressão da influência de grupos monopolistas no comércio exportador de matérias-primas, com a proibição da atividade de empresas imperialistas na mineração, extração, beneficiamento, financiamento, transporte e exportação de nossos produtos, especialmente café, cacau, algodão, minérios de ferro e manganês.

— Eliminação da atividade dos trustes internacionais no setor petrolífero, através das seguintes medidas: monopólio pela Petrobrás da importação do petróleo e derivados; criação de uma subsidiária que realize a distribuição em grosso dos derivados do petróleo, ficando a distribuição a varejo a cargo de empresas de capital exclusivamente brasileiro; encampação das refinarias particulares.

— Como primeiro passo para a nacionalização das empresas estrangeiras que atuam no ramo da indústria automobilística e de construção naval, avaliação dos favores cambiais e tributários que lhes foram concedidos, convertendo-os em ações ordinárias que pertencerão à União.

— Eliminação dos privilégios concedidos ao capital estrangeiro em detrimento do capital nacional, tais como o de importar equipamento sem cobertura cambial (regime da Instrução 113), as isenções fiscais, os favores creditícios e outros.

— Proibição da compra de empresas nacionais, ou de suas ações, por grupos alienígenas, e da colocação no mercado brasileiro de títulos e ações emitidos por empresas estrangeiras. Interdição da atividade de empresas estrangeiras de financiamentos, investimentos, seguros e capitalização, com o fim de evitar que grupos monopolistas continuem a mobilizar recursos nacionais para seus empreendimentos.

— Modificação da política de empréstimos no exterior, tendo em vista resguardar a soberania nacional e assegurar o desenvolvimento independente do País. Denúncia de todos os acordos lesivos aos interesses nacionais, como os que resultam de imposições do Fundo Monetário Internacional. Interrupção temporária do pagamento das dívidas no exterior, até que se regularize a situação cambial. Reexame dos empréstimos externos contraídos por entidades públicas, com o objetivo de convertê-los em compromissos vencíveis a longo prazo. A fim de prosseguir na realização de obras básicas que exijam créditos externos (centrais hidrelétricas, usinas siderúrgicas, etc.), deve-se dar preferência ao financiamento realizado de governo a governo, através de entidades públicas, sempre que possível com o pagamento em produtos de exportação como o café.

— Restrição efetiva à ação do capital estrangeiro no terreno do crédito, tendo em mira reservar o mercado de capitais a empreendimentos brasileiros e incrementar os investimentos genuinamente nacionais. Interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no Brasil. Proibição de empréstimos e avais concedidos por bancos estatais a empresas estrangeiras, inclusive sob a forma de tomada de ações destas empresas.

349 *cu*

P. 453

1. 3. 1. *

Reforma Tributária e Política Financeira

A reforma tributária deve visar ao aumento da receita pública e ao equilíbrio orçamentário, com a finalidade de eliminar o foco de inflação representado pelo déficit do orçamento federal.

— Modificação do sistema tributário, de modo a que o peso principal da carga fiscal recaia sobre os grupos de altas rendas, através de impostos diretos, e não sobre as massas consumidoras, que pagam impostos indiretos. Atualmente, o imposto de renda constitui apenas 26% da receita tributária, enquanto os impostos indiretos representam 74%.

— Elevação das taxas e da arrecadação do imposto de renda, a fim de que este tributo represente pelo menos 50% da receita federal. Devem ser instituídas tabelas fortemente progressivas, para que o imposto de renda incida principalmente sobre as pessoas físicas de rendas elevadas.

— Com o objetivo de aumentar a arrecadação do imposto de renda, estabelecimento de penalidades severas para os fraudadores do fisco, inclusive a pena de prisão e o confisco de bens, assim como reaparelhamento dos órgãos arrecadadores. Proibição às sociedades anônimas de distribuírem lucros através da entrega de ações gratuitas a seus acionistas. Extinção das ações ao portador.

— Criação de um novo imposto sobre os acréscimos anuais de bens e valores dos possuidores de grandes fortunas.

— Transferência para a União da competência de fixar e cobrar o imposto territorial rural, retirando-o da alçada do Município, a fim de assegurar a arrecadação e utilização mais efetivas desse tributo. A lei deve assegurar aos Municípios, como compensação, uma quota sobre o montante da arrecadação realizada.

Conjugada com a reforma tributária, a política financeira deve ter por objetivo assegurar a taxa de investimento necessária ao desenvolvimento econômico do País, sobretudo mediante a mobilização de recursos não-inflacionários, evitando-se um corte brusco nas despesas estatais e uma política de compressão do consumo.

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos grupos de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional anti-inflacionário, ao qual recorreria o Governo sempre que fôsse necessário evitar as emissões inflacionárias de papel-moeda.

— Redução das despesas orçamentárias apenas no que se refere à eliminação dos gastos adiáveis e supérfluos, sem qualquer restrição nas verbas destinadas a obras públicas e investimentos estatais de caráter econômico ou social. Redução dos déficits das ferrovias e emprêsas de navegação mediante o reequipamento técnico e a elevação das tarifas que beneficiam grandes produtores, intermediários e setores privilegiados, como é o caso dos fretes para transportes de minério de ferro.

— Reforma bancária, com o objetivo de aumentar o controle do Estado sobre a rede bancária privada, inclusive através dos descontos. Elevação da percentagem de depósito que os bancos particulares devem recolher obrigatoriamente ao Banco do Brasil. Fortalecimento das entidades estatais de crédito: Banco do Brasil, BNDE, Banco do Nordeste, Banco de Crédito da Amazônia e Caixas Econômicas. Rigorosa seleção de crédito para impedir o financiamento de atividades especulativas e para discriminar contra a produção e o comércio de artigos de luxo e supérfluos, em favor da produção e do comércio de artigos de primeira necessidade e de amplo consumo.

Reforma Agrária e Medidas Parciais em Benefício dos Camponeses

A reforma agrária tem como objetivo fundamental a eliminação do latifúndio e o fortalecimento da economia camponesa, sob formas individuais ou associadas, bem como iniciar o estabelecimento da propriedade estatal na agricultura, tornando desse modo a terra acessível a todos os que nela trabalham, em particular aos camponeses sem-terra ou com pouca terra. Somente uma reforma agrária radical poderá eliminar os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, aumentar rapidamente a produção de alimentos e matérias-primas e criar condições para a elevação da produtividade da agricultura, a melhoria do nível de vida das massas camponesas e a expansão do mercado interno.

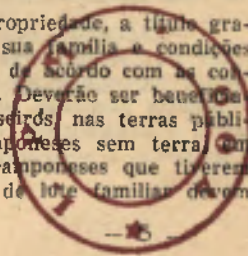
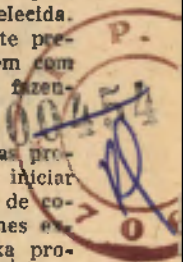
— A lei deve estabelecer um limite máximo de 500 hectares à propriedade territorial, sejam quais forem as condições de utilização da terra. Acima deste limite, as terras serão desapropriadas. Um limite mais elevado deve ser previsto apenas em casos excepcionais, que a lei deve especificar, tendo em vista áreas de cultivo e pecuária para cuja exploração eficiente seja necessário manter uma extensão superior à estabelecida. As terras sujeitas à desapropriação, mas cuja unidade econômica seja conveniente preservar, devem ser entregues a cooperativas de trabalhadores agrícolas que contem com a ajuda técnica e financeira do Estado. Uma parte delas poderá ser destinada a fazendas de propriedade estatal.

— Tomar como base da reforma agrária a desapropriação e distribuição das propriedades latifundiárias, e não a colonização de terras públicas. Em razão disso, iniciar a reforma pelas áreas mais próximas dos centros urbanos e das principais vias de comunicação, onde a maioria das terras já se acham apropriadas e existem enormes extensões não aproveitadas, mal aproveitadas ou exploradas em condições de baixa produtividade. Quanto às terras de domínio público, aquelas que forem efetivamente cultivadas por posseiros devem ser entregues gratuitamente a estes e expedidos seus títulos de propriedade no mais breve prazo. A maior parte constituirá, no entanto, um fundo de reserva em mãos do Estado, tendo em vista o desenvolvimento da economia agropecuária, a sua distribuição segundo um plano e as necessidades crescentes de ocupação da terra, a conservação dos recursos naturais e a organização de fazendas-modelo, de propriedade estatal ou cooperativa.

— O pagamento de indenizações pelas terras desapropriadas deverá ser feito com títulos resgatáveis a longo prazo e a juros baixos, sem qualquer cláusula de reajustamento do valor dos títulos. Uma reforma constitucional deve eliminar do artigo 141 parágrafo 16 a exigência de "prévia indenização em dinheiro" para as desapropriações por utilidade pública ou interesse social. O prazo de pagamento das indenizações não deve ser inferior a 20 anos, nem os juros superiores a 5% anuais. Quanto à fixação do montante da indenização, deve basear-se no valor registrado para fins de pagamento do imposto territorial, levando-se em conta a média do valor declarado nos três anos anteriores ao da aprovação da lei agrária.

— A reforma agrária deve assegurar a cada camponês a propriedade, a título gratuito, de um lote de terra capaz de garantir a subsistência de sua família e condições mínimas de bem-estar, devendo a extensão deste lote ser fixada de acordo com as condições de cada região, a natureza das terras e o tipo de cultura. Deverão ser beneficiados com a entrega gratuita do lote familiar não apenas os posseiros nas terras públicas, mas também os arrendatários, parceiros, agregados e camponeses sem terra em geral, que receberem parcelas das terras desapropriadas. Os camponeses que tiverem possibilidade de cultivar uma área cuja extensão ultrapasse a de lote familiar devem

350
m



ter o direito de adquirir, a longo prazo e a juros baixos, uma parcela adicional até um limite estabelecido por lei. A reforma agrária deve garantir o direito do camponês à propriedade da terra. Entretanto, o acesso do lavrador à terra, em certos casos (como nas áreas irrigadas do Nordeste), deverá estar vinculado a formas coletivas de exploração, cuja necessidade é ditada por fatores de ordem econômica.

— A reforma agrária deve estabelecer que as terras sujeitas a contratos de arrendamento e parceria sejam desapropriadas e entregues, dentro dos limites de área estabelecidos por lei, aos camponeses que as cultivam.

— Modificação do artigo 156, parágrafo 2.º da Constituição Federal, que permite a alienação ou concessão de terras públicas até dez mil hectares, sem prévia autorização do Senado, e em extensão ilimitada, desde que haja essa autorização. A lei deve estabelecer o limite máximo de 500 hectares para a alienação ou concessão de terras de domínio público.

Ao mesmo tempo que se realiza a luta pela reforma agrária radical, é possível concretizar imediatamente medidas parciais que melhorem a situação das massas camponesas, incrementem a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas.

— Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, que devem ser escritos. O aluguel da terra não deve exceder 20% do valor da produção. Fixação dos prazos mínimos dos contratos em cinco anos. Prorrogação automática, pelo mesmo prazo, quando o proprietário não solicitar a terra alugada para realizar sua exploração direta. Arrendatários e parceiros devem ter garantia contratual de indenização das benfeitorias e direitos assegurados contra despejos arbitrários.

— Entrega imediata de títulos de propriedade aos posseiros que trabalham na terra e defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem.

— Imposto territorial rural fortemente progressivo, com aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades, em proporção à área total e à parte não aproveitada das terras, e isenção fiscal para as pequenas propriedades, de tipo familiar.

— Ajuda financeira direta dos bancos oficiais aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio dos grandes fazendeiros.

— Estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios lavradores; fixação de preços mínimos compensadores nas fontes de produção; garantia de transporte eficiente e barato para a produção de gêneros alimentícios; concessão de créditos para aquisição de instrumentos agrícolas e fornecimento de sementes, adubos e inseticidas aos pequenos e médios agricultores, particularmente quando se dedicarem à produção de alimentos.

— Combate à ação especulativa dos intermediários, com o estabelecimento de ampla rede estatal de armazéns e silos e melhoria do sistema de transportes.

— Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de Estatuto que estabeleça uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais. Concretização da portaria que regulamenta a sindicalização rural, com a plena garantia à organização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo e o reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.

351 *mw*

Política de Desenvolvimento do Nordeste



Tendo em vista as desigualdades regionais do desenvolvimento econômico e social, em particular, a gravidade da situação do Nordeste, é necessário empreender um programa efetivo para a solução desse problema de interesse nacional. O programa de desenvolvimento do Nordeste deve ser orientado no sentido de fixar os camponeses nordestinos nas zonas úmidas e férteis, inclusive nas bacias beneficiadas pela açudagem, através da reforma agrária, e de promover a industrialização da região com base em recursos nacionais, mediante a iniciativa e o apoio da União.

— Desapropriação das terras dos latifúndios na faixa úmida do litoral, nos vales dos rios, nos baixios dos açudes e perto dos grandes centros urbanos. O pagamento das indenizações aos proprietários e a distribuição das terras aos camponeses deverão ser feitas nos termos propostos no item referente à reforma agrária.

— Aprovação urgente, pelo Congresso Nacional, do anteprojeto de irrigação do Nordeste, que visa ao aproveitamento econômico-social das terras irrigáveis por obras públicas, mediante a sua desapropriação, loteamento, arrendamento e venda posterior aos camponeses e trabalhadores agrícolas.

— Considerando que as condições de cultivo e produtividade nas terras irrigadas, são criadas por investimentos públicos, as concessões de terras deverão estar vinculadas à participação dos beneficiários em cooperativas, que organizarão em bases coletivas não a irrigação como a assistência técnica e financeira.

— Encampação das companhias de energia elétrica subsidiárias da Bond and Share da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Desapropriação da SANBRA e da Anderson Clayton e sua transformação em empresas de economia mista, com participação majoritária do Estado.

— Industrialização do Nordeste à base da iniciativa ou do apoio da União, através de empresas estatais, de economia mista ou de grupos nacionais, com preferência para as constituídas com capitais da própria região e sem qualquer dependência em relação a grupos imperialistas.


— Utilização pelo governo das possibilidades de ajuda dos países socialistas à industrialização do Nordeste, mediante a obtenção de créditos a longo prazo e a promoção de assistência técnica.

Apresentando sua opinião sobre as reformas de base, os comunistas consideram que a conquista dessas reformas depende, essencialmente das lutas do povo brasileiro, da coesão e do poderio da frente única nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais conseqüentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares.

Consideram ainda que a luta pela realização dessas reformas está intimamente ligada à luta pela formação de um governo nacionalista e democrático.

Oferecem, portanto, suas propostas como base para a elaboração de uma plataforma unitária do povo brasileiro e como objetivo para a luta de todos os patriotas e democratas.

Transcrição de "NOVOS RUMOS" - 1/9-5-1963



**Pela união de todos os
patriotas.**

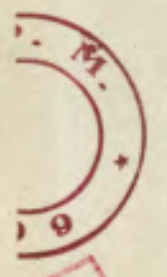
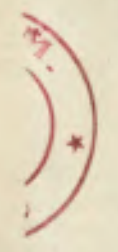
**Contra o imperialismo
e o latifúndio.**

**Por um govêrno nacio-
nalista e democrático.**

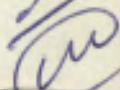
**Pela paz e o desar-
mamento geral.**

Pela união de todos os
patriotas.
Contra o imperialismo
e o latifúndio.

Wolff



- 1- Copia do Programa das Emissões da Rádio Central de Moscou para o período de Novembro de 1956 a Abril de 1957.
- 2- Horário das Emissões da R. C. Moscou, em Português, e Programa das Emissões da Rádio de Moscou para o Brasil - (2 fcs).

352


RMA



PROGRAMA
 DAS EMISSÕES DA RÁDIO
 CENTRAL DE MOSCOU PARA
 O PERÍODO DE NOVEMBRO
 DE 1956 A ABRIL DE 1957

RMB



HORARIO
 DAS EMISSÕES DA RADIO CENTRAL
 DE MOSCOU EM PORTUGUES

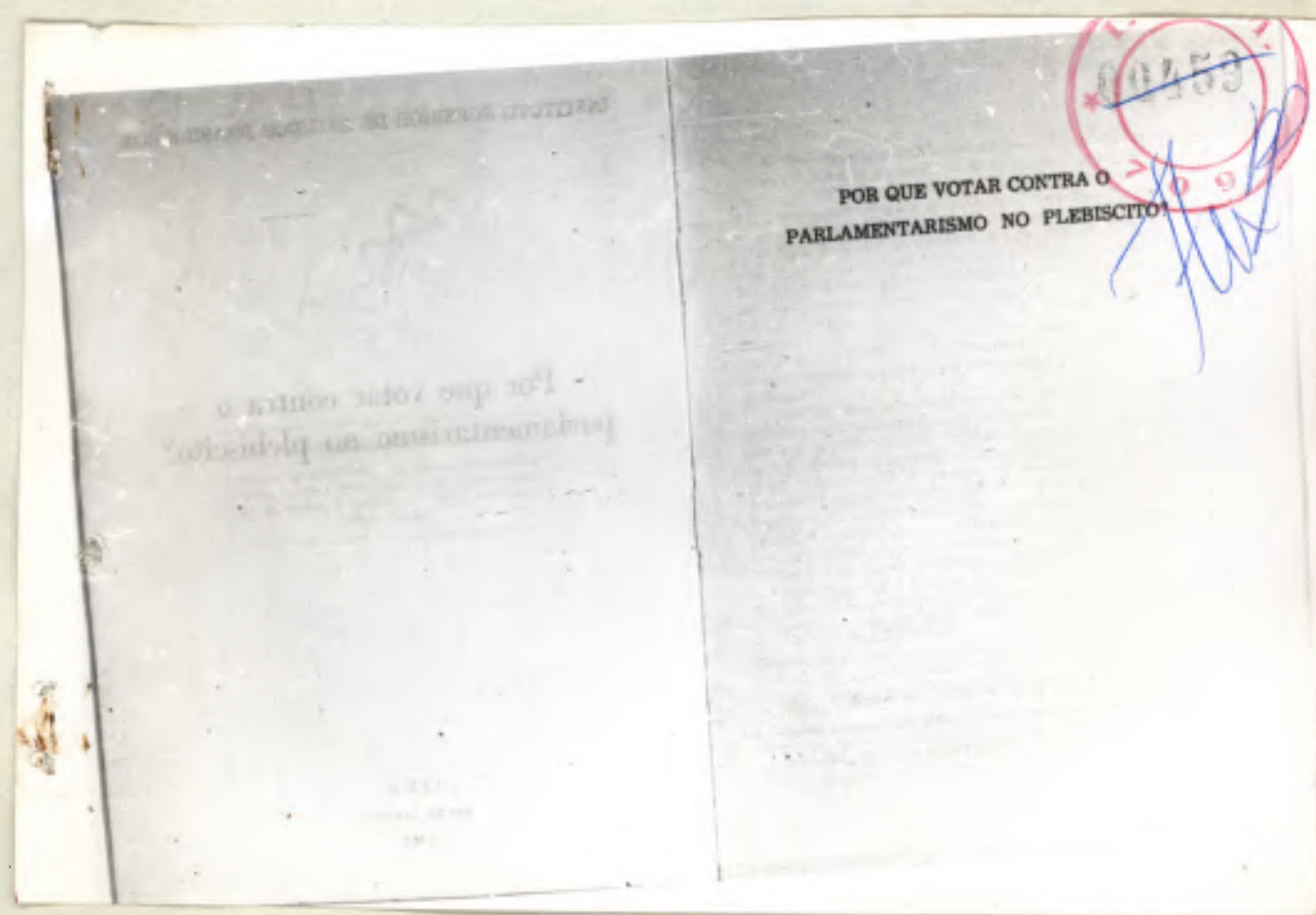
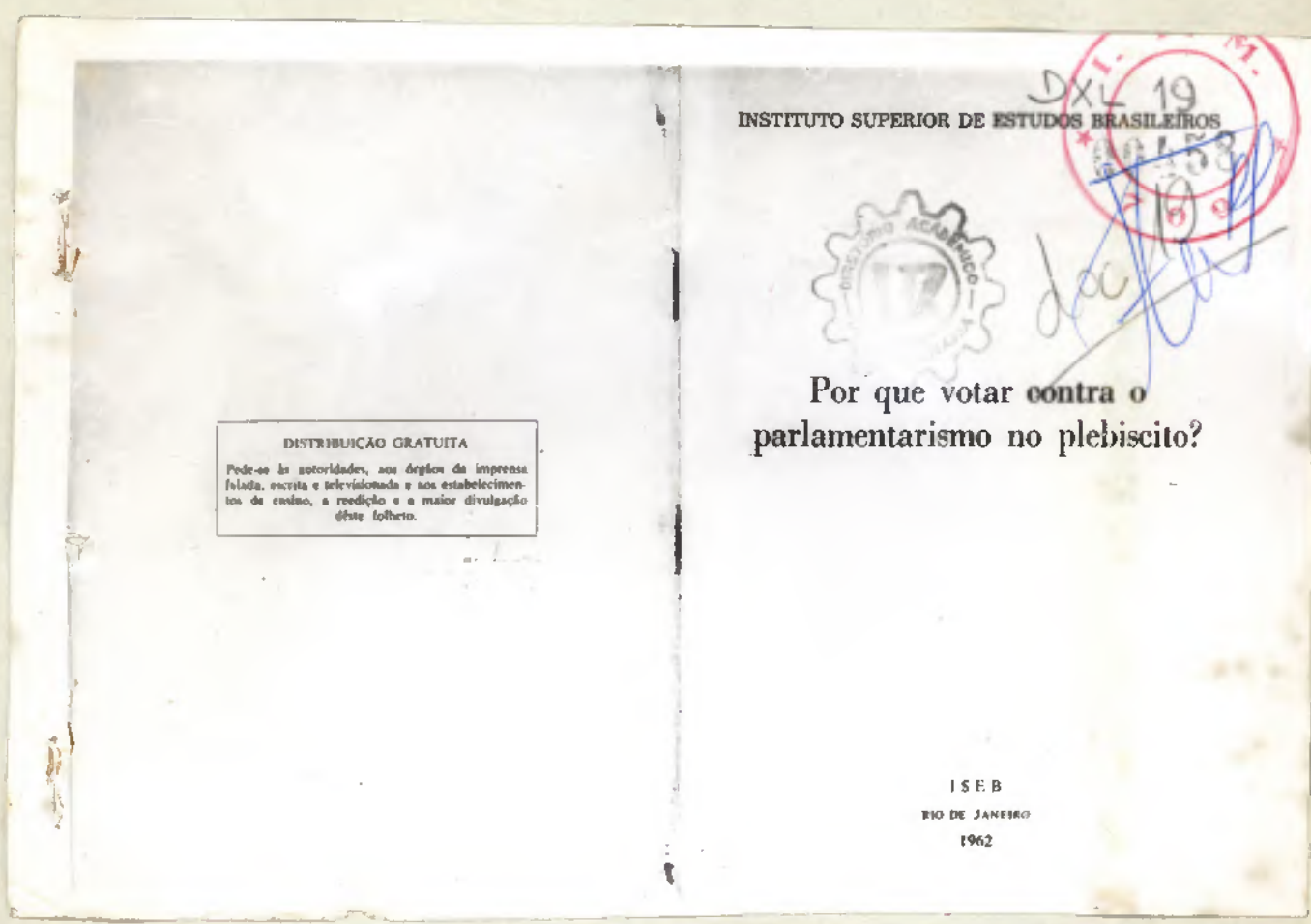
Para o Brasil	Hora de Greenwich	Ondas
	das 22.00 às 23.00	25-31 ate 1/11
	Hora do Rio de Janeiro	19-25 depois de 1/11
	das 19.00 às 20.00	
Para Portugal	Hora de Greenwich	Ondas
	das 21.00 às 21.30	25-31 ate 1/11
	Hora do Rio de Janeiro	19-25-31 depois de 1/11
	das 18.00 às 18.30	
	Hora de Greenwich	das 22.00 às 22.30
	Hora do Rio de Janeiro	das 19.00 às 19.30

PROGRAMA DAS EMISSÕES DA RÁDIO
 DE MOSCOU
 PARA O BRASIL

- A Rádio de Moscou tem emissões diárias para o Brasil, compreendendo:
- Um boletim de notícias da União Soviética e internacionais.
 - Crônicas sobre a indústria, a agricultura, o comércio, a economia da União Soviética.
 - Mantemos os seguintes programas fixos:
 - 1ª feira Crônica esportiva.
 - 2ª feira — Correio do Ouvinte. Neste programa respondemos às cartas dos ouvintes do Brasil e a suas perguntas sobre a vida na União Soviética.
 - 3ª feira — A vida nos países do campo socialista.
 - 4ª feira — Programa para a Juventude.
 - 5ª feira — Correio do Ouvinte "O que você deseja ouvir". Neste programa transmitimos músicas pedidas pelos ouvintes.
 - Sábado — programa litero musical, baseado em filmes, romances, etc, ou um concerto.
 - Domingo — Programa cultural.
- Agradeceremos suas opiniões e sugestões para nossos programas.
- Nosso endereço é Rádio Central, Moscou

Capa de folheto. ISEB - Rio de Janeiro - 1962. Título: Porque votar contra o parlamentarismo no plebiscito? (2 fs)

353
CW



Trabalho publicado pela Congregação do ISEB, em reunião de 24 de outubro de 1962 - (2 p.)

354
M

A Congregação do ISEB, em reunião realizada em 24 de outubro de 1962, aprovou, por unanimidade, o presente trabalho e decidiu publicá-lo.

O Povo Brasileiro está convocado, em virtude da Lei Complementar n.º 2, de 16 de setembro de 1962, que fixa a data de 6 de janeiro de 1963, a pronunciar-se sobre a Emenda Parlamentarista. Pela primeira vez em nossa História, os eleitores são chamados a opinar sobre sistema de governo. Pelas condições especiais em que os legisladores brasileiros chegaram a esta resolução, o voto sobre a matéria passou a ser uma deliberação difícil para a quase totalidade do colégio eleitoral. Mesmo os intelectuais especializados em ciência política deparam com um assunto extremamente complexo e complicado se quiserem chegar a uma conclusão correta, baseada não em argumentos de oportunismo político ou de emotividade partidária, mas de ordem jurídica, social e econômica e que melhor atendam ao desenvolvimento nacional e aos superiores interesses da emancipação do Brasil.

Por isto mesmo, torna-se dever de cada cidadão estudioso dos problemas nacionais colocar sua inteligência e sua cultura, neste importante episódio da vida do Povo Brasileiro, a serviço da causa pública. Devem os especialistas indicar o raciocínio que fizeram para chegar a uma conclusão favorável ou desfavorável à permanência da Emenda Constitucional n.º 4 que, por um chamado ATO ADICIONAL, instituiu em 2 de setembro de 1961, o SISTEMA PARLAMENTAR DO GOVERNO. A contribuição dos intelectuais é que permitirá ao eleitor votar conscientemente, proporcionando-lhe condições para saber qual o alcance e o significado de seu pronunciamento.

Reconhecendo a importância de informar o eleitorado brasileiro, por cima de meros interesses de eventuais paixões político-partidárias, o Exmo. Sr. Ministro Darcy Ribeiro houve por bem chamar o INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, única entidade escolar especializada do Governo Federal exatamente no ramo de conhecimentos exigidos para esse mister, a prestar uma contribuição que não se limitasse a seus alunos, mas que pudesse ser utilizada por todo o povo brasileiro.

Ciente da gravidade da incumbência que lhe era cometida, a CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) elaborou seu parecer pela forma que em seguida se expõe.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ESSENCIAIS

1. Os poderes de governar foram objeto de estudos desde que a Humanidade principiou a agrupar-se em comunidades regidas por normas ditadas pelos dirigentes. Os que detêm o Poder nem sempre podem conservá-lo com exclusividade. Muitas vezes são obrigados a partilhar com outros que lhe disputam a primazia. Neste caso, ou devem eliminar o competidor pela força, ou estabelecer um estatuto de convivência que lhes permita subsistir um ao lado do outro. Esses estatutos ou constituições políticas ocuparam o pensamento de filósofos, dentre os quais, na Antiguidade, cumpre mencionar Aristóteles (384-322 antes de C.), o mais minucioso no exame das características e na classificação dos Estados, lançando os germes da idéia de divisão do exercício de poderes, como fonte de estabilidade, da harmonia e da paz social, o que se pode ver na coleção de seus estudos — "Política".

2. A prática da divisão de poderes encontrou-se, em primeiro lugar, na velha China. As dinastias imperiais, nem sempre se originaram na população local. Além disto, o tamanho do país e a alta densidade demográfica ensejavam o aparecimento de senhores feudais dotados de grande poder sobre importantes núcleos de população. Impunha-se dividir com eles uma parte das prerrogativas imperiais, para assegurar obediência. Assim, desde a dinastia Tang que dominou a China a partir do ano 618, introduziu-se o sistema de divisão de poderes. Os poderes legislativo, executivo e judiciário enfeixavam-se nas mãos do Imperador, mas, paralelamente, admitiam, separados do trono, os poderes de exame para ingresso no serviço público e o de censura, destinadas a fiscalizar a moralidade na administração. (Ver Sun Yat-Sen — "Os três Princípios do Povo", Rio, 1944, pág. 265). Graças a essa engenhosa máquina administrativa, as dinastias Tang, Song, Ming e Manchu mantiveram-se no poder, cada uma, por três séculos e a monarquia do Império do Sol Nascente pode ser considerada uma das mais sólidas que existiram em toda a humanidade.

Deve-se, pois, considerar a divisão de poderes, principalmente como uma forma tática de consolidação do comando sobre os governados.

3. Na Europa, principiou a ser utilizada na Inglaterra, no século XVII.

Por esse tempo, como se sabe, a burguesia prosperava como nunca anteriormente. Os grandes descobrimentos, o comércio maríti-

mo, a pirataria acumulavam fortunas fabulosas em mãos de quem não tinha títulos de nobreza. Esse imenso poder econômico ameaçava os nobres cuja economia se baseava na exploração latifundiária da terra, nas expedições de conquista de reinos, nas pilhagens proporcionadas pelo excelente negócio das Cruzadas, servindo-se dos sentimentos religiosos dos povos e da ingenuidade ou malícia do alto clero, que as promovia. Era, pois, uma época de transição entre o feudalismo e o capitalismo, onde umas forças de poder entravam em declínio, enquanto que outras ascendiam ao comando.

Nessa época, na Inglaterra, a nobreza não tinha mais condições de conservar sôzinha o poder de governar. Devis aringar em aliança com a burguesia triunfante, ou soçorbar. Essa fraqueza estimulava as múltiplas guerras que serviram de moldura para as belas obras de Shakespeare, guerras em que reis, imperadores, duques, condes e barões procuravam desesperadamente ampliar o poder que era esvaziado pela crescente importância da burguesia, a qual amealhava silenciosamente fortunas, no comércio, no empréstimo de dinheiro e no milagre das máquinas que principiavam a aparecer.

Numa dessas guerras, o trono da Inglaterra foi parar nas mãos de Guilherme de Orange, rei da Holanda, o qual, para consolidar o poder, tratou de estabelecer normas de convivência com a burguesia britânica, promulgando o famoso "Bill of Rights" ("Carta de Direitos"). Esse documento formalizou a monarquia constitucional inglesa. Representava o entendimento com as classes ricas que surgiram, defendendo-as do despotismo, da crueldade e da insegurança, causados pela turbulência dos nobres, tão bem reproduzidos em obras imortais, como "Hamlet", "Ricardo II", "Macbeth", "O Rei Lear", "Henrique VIII" e tantas outras que cada brasileiro deveria conhecer, como base primordial de cultura. Para garantir que o "Bill of Rights" não seria uma simples promessa de proteção, impunha-se dar à burguesia um poder tão forte quanto o que era desfrutado pelo novo rei estrangeiro. Propondo a solução desse problema político, um filósofo inglês, John Locke (1632-1704) escreveu a obra "Dois Tratados sobre o Governo", em que reconhece ao rei, por força do direito natural, a prerrogativa de governar, como poder executivo. Entretanto, como não deve ser absoluto esse direito, o que significaria despotismo, as tarefas de fazer as leis e julgar os cidadãos não podem ser enfeixadas nas mesmas mãos. Essa separação não exclui sua unidade que se consegue pelo fato de que todos os poderes partem do legislativo e a ele se subordinam. Por esse modo imaginoso, esvaziava-se o rei estrangeiro

P.
356
u

através de controle monopolístico das mais importantes riquezas da humanidade, tais como petróleo, estanho, cobre, café, trigo, carnes, couros, máquinas, equipamentos, automóveis, carreta do exterior, para o interior, meios de pagamento que podem assegurar aos que trabalham o mais alto padrão de vida do mundo inteiro. Em tais circunstâncias, as direções dos sindicatos operários que, em regra, nos demais países, insurgem-se contra os governantes, nos E. U., são aliados dos que estão no poder. Tal imobilidade das classes, reduz os conflitos de interesses entre os que governam e proporciona um entendimento entre os diferentes poderes, seja executivo, legislativo ou judiciário. Não tendo os trabalhadores um partido político próprio, atuante na vida nacional, os partidos de que participam governantes e governados (Democrata e Republicano), são antes sociedades civis do que órgãos de luta pelo aperfeiçoamento das instituições. Este equilíbrio embora instável é o que dá ênfase ao presidencialismo; mas já apresenta sinais de rutura, face ao desaparecimento gradativo da exploração colonial, nos países que se libertam.

9. No Brasil, ao declarar-se a independência em 1822, convocou-se um colégio eleitoral restrito, para indicar deputados que elaborassem a Constituição. Antes que os constituintes chegassem a um acordo, o Imperador dissolveu a Assembleia, redigiu uma constituição afeiçoada aos interesses da Coroa e convocou o Parlamento, com novos deputados, para exercício do mandato na forma que a dita Constituição prescrevia. Para assegurar o predomínio da vontade imperial, dividiu os poderes em quatro: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Organizava os ministérios, não estando obrigado a submetê-lo à aprovação do Legislativo. Quando o Parlamento não se agradasse dos nomes, dissolvia-o, mantinha o Ministério e convocava eleições para novos deputados e senadores, por um colégio eleitoral muitas vezes apenas simbólico, pois havia senadores eleitos com até dez votos, e grande parte com menos de cem votos.

O governo praticamente despótico do primeiro imperador e também o do segundo imperador, pelo menos até 1843, não permitiam considerar a existência de qualquer divisão de poderes. O imperador mandava prender, espancar e desterrar adversários políticos, fechar jornais, confiscar livros, panfletos e quaisquer publicações que entendesse indignas de circulação. Isto podia acontecer porque não havia contradições fundamentais entre as classes governantes e o povo não estava politicamente organizado. A economia nacional repousava sobre a agricultura, em mãos de senhores de engenho e latifundiários, explorando

mão-de-obra escrava. Os produtos da agricultura eram vendidos à Inglaterra que, em troca, abastecia a esses senhores feudais com os produtos manufaturados de que necessitavam para uma vida farta e folgazã. Os senhores feudais, se não eram nobres participantes da ociosidade da corte imperial, eram intelectuais que viviam à volta dos donos da terra e que se elegiam com até dez votos. Os escravos e as camadas pobres mergulhadas na escuridão do analfabetismo e na resignação consoladora das religiões, esperando no céu o pagamento das agruras sofridas na terra, submetiam-se a toda a sorte de sacrifícios. A burguesia compradora que enriquecia realizando o comércio interior e exterior, não tinha problemas com o regime. Se é certo que o açúcar e todos os produtos de exportação iam progressivamente caindo de preço, ante a voracidade inglesa, isto não causava preocupações a esses intermediários. Dava-lhes pretexto para pagar ainda menos aos nacionais e cobrar muito mais pelas manufaturas estrangeiras, do mesmo modo como ocorre ainda hoje. Tal harmonia de interesses entre as classes abastadas e a inexistência de qualquer organização entre as classes abastadas e a própria existência de uma oficialidade genuinamente brasileira, no seio das Forças Armadas, facilitavam extremamente o exercício de uma ditadura imperial, a despeito da vigência de uma Constituição.

10. Acontecia, porém, que a agricultura e o comércio iam acumulando capitais, efeito de lucros compensadores nessas atividades. O alto preço exigido pelas mercadorias estrangeiras seduzia a realizar investimentos na indústria e na navegação. Na década de 1840 já se registra o aparecimento de várias fábricas, bancos, empresas de seguros, colonização e mineração, de capital nacional ou de estrangeiros para aqui transferidos. Com esses investimentos principiam a surgir os conflitos de interesses no seio das classes abastadas. No período de 1850-1860 já se contavam 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 8 de mineração, 4 de colonização, 3 de transportes urbanos, 8 de estradas de ferro, etc. O declínio da exportação do algodão e do açúcar criava descontentamentos na poderosa classe dos latifundiários, já em luta com os industriais, empenhados em obter barreiras alfandegárias protetoras, enquanto que os latifundiários interessava portos abertos à competição industrial estrangeira, com o que obrigavam os novos industriais brasileiros a baratear as manufaturas. Esses conflitos ressoavam no Parlamento onde os diferentes grupos econômicos se representavam. A força política da Coroa, diante de tais divergências, não

dispunha mais da tranquilidade que alimentava o absolutismo do governo imperial. Assim, não obstante não ser a Constituição parlamentarista, os deputados e senadores que se apoiavam nas novas forças econômicas adquiriam audácia e enfrentavam com mais ímpeto os caprichos do Imperador, obrigando-o inicialmente a demitir o ministério de Araújo Viana, Clemente Pereira, Paulino Soares, Miguel Calmon e Vilela Barbosa.

Neste episódio, os parlamentaristas brasileiros costumam enxergar o embrião do parlamentarismo que se teria desenvolvido daí por diante, até o advento da República. (Voto do Deputado Raul Pilla na Comissão Especial, avulso da Emenda Constitucional n.º 4-C, de 1948, pág. 89). Realmente, porém, reconhecemos que o Imperador outras vezes, como no caso da queda do segundo gabinete Zacarias, nomeou um gabinete de sua exclusiva escolha e sem submetê-lo à apreciação do Parlamento.

Em 1868, criticando o ato do Imperador em confiar à minoria a organização do Ministério, afirmava Nabuco de Araújo: "... o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!"

11. A formação de grupos econômicos com interesses conflitantes prossegue, até que se proclamou a República. A abolição da escravatura mostrou que a correlação de forças — latifúndio versus burguesia urbana — passara a pender para esta última. A derrota da casa imperial fez ir pelos ares o Parlamentarismo, instaurando o regime republicano presidencialista.

Entretanto, a perda sofrida pelos latifundiários não significava a extinção de sua classe, nem de suas forças. Por outro lado, a vitória da burguesia urbana, sobretudo da burguesia compradora que se apoiava na massa progressista, para obter a abolição da escravatura, não significava que essa burguesia pretendesse levar avante as reivindicações populares em favor de melhores oportunidades para os pobres. A burguesia compradora isto é, a que detinha o controle do comércio exterior, queria a abolição da escravatura apenas para satisfazer a imitação dos industriais ingleses dos quais ela era representante no Brasil. Queria também a destituição do Imperador, porque esse representava os interesses do latifúndio, os quais eram contrários aos dessa burguesia. Eram contrários, porque o latifundiário pretendia vender o café, o algodão, o açúcar, as madeiras, a borracha por preços altos e essa burguesia viajava a comprar por preços mais baixos para auferir,

evidentemente, lucros maiores. Eliminando o Imperador, tornava-se possível enfraquecer os latifundiários e até conseguir, como depois veio a acontecer, durante a República, colocar no posto de Chefe do Executivo, representantes dos próprios interesses da burguesia compradora. Muitos Presidentes da República que tivemos vieram a realizar melhor os interesses estrangeiros de espoliação de nosso país, atendendo a essa burguesia compradora que controla nosso comércio exterior, do que aos interesses dos latifundiários nacionais, empenhados em obter melhores preços para os produtos brasileiros de exportação.

12. Entretanto, como já foi dito, essa burguesia, embora, na eventualidade, tivesse uma atitude progressista, procurando abolir a escravatura e suprimir os privilégios de sangue, não pretendia ir além disto, pois, mais do que essas concessões já passaria a representar sacrifício de seus próprios interesses, em favor das populações pobres desejosas de melhores condições de vida. Ora, a burguesia não dá para o pobre, senão aquilo que possa conceder em forma de caridade, isto é, algumas roupinhas velhas, móveis impréstáveis, mentalidadeinha para algum asilo e nada mais. O que a burguesia urbana tinha de fazer, depois de proclamada a República, era apenas harmonizar-se com os latifundiários, utilizando o clássico sistema da divisão de poderes que a História aponta como o meio mais adequado.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 é pois um ajuste de interesses, aplicando as recomendações de John Locke na Inglaterra, de Montesquieu na França e que os norte-americanos já haviam adotado ao elaborar a Carta Constitucional de Filadélfia.

Enquanto grupos econômicos estão dispostos a cumprir as regras do jogo, obedecem a Constituição e um grupo vai para o Poder Executivo, em substituição a outro, respeitando-se entre si. Quando, porém, um grupo se sentir suficientemente forte para alijar outro do poder, então violará a Constituição, seja o regime parlamentarista, seja o regime presidencialista, e assumirá de novo o mando, seja em forma de ditadura discricionária, seja proclamando, através de um "governo provisório", o "povo" para novas eleições e elaboração de uma nova carta constitucional, onde o jogo reconeça, sempre dentro da clássica divisão de poderes.

13. Em 1930, os diferentes grupos não se entendiam mais. O latifúndio e a burguesia urbana estavam divididos pela influência dos monopólios norte-americanos decididos a eliminar os monopólios ingleses de qualquer maneira, (pois a violência é o método usual deles). Como o povo não tomava, na realidade, parte alguma na indicação

L. P. 357
W

dos governantes, não tinha nada a defender nas instituições promulgadas em 1891. As eleições eram a *bico de pena*, para, na realidade, nomear os sucessores que os antecessores indicavam. A mudança, portanto, interessava ao povo e este apoiou vigorosamente a eliminação do presidencialismo da 1.ª República, em 1930, como apoiara a eliminação do parlamentarismo do Império.

14. Em 1892, quando o Brasil instituiu o presidencialismo, o Chile inaugurava o parlamentarismo e com uma característica ainda mais favorável nos princípios de sistema — o Parlamento não podia ser dissolvido pelo Presidente da República. Não obstante essa vantagem, de certo modo democrática, o parlamentarismo foi pelos ares no Chile, antes do presidencialismo no Brasil. Em 1925, depois de 25 gabinetes se sucederem no poder, o Chile voltou ao regime presidencialista. A exploração sofrida pelo povo chileno em suas fabulosas riquezas minerais em mãos de monopólios norte-americanos, o analfabetismo, a miséria e as enfermidades mantidas e ampliadas, não obstante seu regime parlamentarista, é um espetáculo não menos conflagrador do que o existente no Brasil, adepto do presidencialismo. Os lígubras dados estatísticos que a ONU apresenta sobre o Chile e sobre o Brasil não trazem diferenças apreciáveis.

15. No Brasil, depois de acertarem-se os grupos econômicos em 16 de julho de 1934, novamente se desentenderam; em 10 de novembro de 1937 tivemos uma constituição outorgada, do mesmo modo como a constituição outorgada pelo 1.º Imperador e que nos regera durante todo o período imperial.

As forças do imperialismo, ante o desinteresse do povo, vieram a destituir o Ditador que reagira, é próprio, sua Constituição e desagrada os monopólios estrangeiros, sem, por outro lado, tratar de vincular-se às massas populares.

Assistimos, pois, a queda do parlamentarismo em 1889, do presidencialismo em 1930 e, em 1945, a queda do poder pessoal discricionário. O Ditador havia pretendido promulgar uma lei antitruste (o Decreto-Lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945), que iria prejudicar enormemente as empresas norte-americanas. O Embaixador norte-americano Adolfo Berle fez, pouco depois, um pronunciamento público, num discurso em Petrópolis contra o Ditador Getúlio Vargas e patrocinou sua deposição, feita pelos próprios generais ministros, em 29 de outubro. Em 9 de novembro, ou seja, dez dias depois, o novo "governo provisório", pelo Decreto-Lei n.º 8.167, de 9 de no-

14

vembro de 1945, revogou a famigerada lei que se propunha a punir os abusos do poder econômico.

16. Novamente ajustam-se os grupos de interesses e promulgam a Constituição de 1946, onde se harmonizaram as reivindicações dos latifundiários, dos industriais brasileiros e os dos monopólios norte-americanos que patrocinaram a queda de Getúlio Vargas e a revogação da lei antitruste.

Depois de um longo período de lua de mel, os monopólios norte-americanos, para conservarem-se no poder, no período presidencial que se iniciaria em 31 de janeiro de 1960, lançaram-se a um jogo perigoso. Iriam apoiar um candidato que era indicado pela plutocracia cafeeira paulista, mas que não era nem dono de fazendas de café, nem banqueiro, nem gerente de empresas ianques. Para eleger-se, o candidato prometeu tudo a todos. Hábil na formulação das promessas, venceu com a maior votação jamais obtida no Brasil, por qualquer disputante de cargos eleitorais.

17. Eleito, Jânio tratou de servir, em primeiro lugar os grupos mais numerosos e que lhe pareciam os mais fortes — a plutocracia latifundiária e a massa popular. Com efeito, no governo de Juscelino Kubstcheck, graças ao isolamento internacional imposto ao Brasil, não se lhe permitindo especular preços, foi possível aos monopólios ianques reduzir o pagamento de cada saca de café de US\$86,84, no fim de 1954, para US\$ 42,04, em 1959. Nessa diferença de preços, ganharam os ianques mais de 3 bilhões de dólares, ou seja, ao câmbio médio de Cr\$ 150,00, cerca de Cr\$ 472.000.000.000,00, que correspondem a mais de quatro vezes a arrecadação de impostos de todos os Estados do Brasil, no ano de 1958. Sair, pois, desse círculo de ferro e procurar comercializar com todos os países, era um imperativo da própria sobrevivência, que tanto os latifundiários, como o povo em geral, desejavam ardentemente.

Jânio Quadros tratou, portanto, de cumprir sua promessa eleitoral de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países. Entretanto, a venda de café, cacau e minérios aos países socialistas teria de ser contra pagamento em petróleo, trigo, equipamentos para pesquisa de petróleo, centrais elétricas, navios, etc. o que representaria não só uma competição com empresas norte-americanas, mas, também, com empresas norte-americanas associadas a capitalistas brasileiros que já fabricam aqui, pelo menos uma parte desses equipamentos. Essa atitude acarretava, portanto, descontentamento a poderosos e influentes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

15

18. Jânio Quadros, para fortalecer-se nessa posição antiliberarista que principiava a assumir, buscava também apoio externo, estreitando as relações com Cuba. Num audacioso desafio aos grupos econômicos descontentes, Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961, condecorou Ernesto Che Guevara que regressava de Montevideo, vindo da Conferência Econômica do Punta del Este, onde denunciara, com extraordinária clareza, o engodo que representava para a América Latina, o programa de ajuda norte-americana denominado "Aliança Para o Progresso".

Este ato constituiu um escândalo que indignava, não apenas aos monopólios, mas também o alto clero e que provocava o emudecimento da plutocracia cafeeira, a qual não se propunha a pagar tão alto preço, por suas relações comerciais com os países socialistas. Também os círculos mais reacionários das Forças Armadas trataram de reagir.

O Governador Carlos Lacerda, um dos mais fortes propulsores da candidatura Jânio Quadros, rompeu com este, depois de criticar abertamente em discursos de 4 de agosto e de 13 de agosto, a política externa do Presidente da República, atitude inédita na história do país, tanto mais surpreendente, quando, nisto, eram apenas cumpridas promessas de seu candidato.

No dia 21 de agosto, o jornal "Tribuna de Imprensa" de Carlos Lacerda, realizou um violento ataque à política de conquista de mercados novos, notícia conferências reservadas do Governador com os deputados Menezes Côrtes, Adauto Lúcio Cardoso, com o General Cordeiro de Faria, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, com o General Nestor Souto de Oliveira, comandante do 1.º Exército e ainda com os generais Ademar de Queiroz, Altair de Queiroz e Emílio Ribas, no Palácio Guanabara, interditada a entrada ao público o mesmo à imprensa.

Esboçaram-se algumas reações populares de apoio a Jânio Quadros, mas predominava a desconfiança. Sentindo-se desamparado, num momento em que o Vice-Presidente da República João Goulart estava em Pequim, chefiando missão comercial e depois de haver estado em Moscou, renunciou inesperadamente e na carta de renúncia absoluiu as Forças Armadas de qualquer participação em seu ato, o que trouxe ao povo desconfiança de que estava se jogando uma manobra demagógica.

19. Os ministros militares concordam na entrega do Poder ao substituto legal, o Presidente da Câmara dos Deputados, ante a ausên-

16

cia do Vice-Presidente da República, porém, declaram não admitir que este venha a assumir a Presidência. O Presidente Ranieri Mazzilli conserva nos postos os ministros militares rebeldes e estes lançam um manifesto do seguinte teor:

"MANIFESTO À NAÇÃO

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da Lei e das liberdades instituídas democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra de seus Ministros, manifestaram a Sua Exatidão o Senhor Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno respeito aos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e difamações propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintoma de desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constangidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele julgo.

Já no tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara bem às claras suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até, em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua inclinação admi-

17

Continuadas do Trabalho publicadas pelo ISEB, em reunião
da Congregação a 24 outubro de 1962 - (2 fls)

358
W

ração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas — avultam à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior do desenvolvimento econômico-social; com tantos e tão urgentes problemas, para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos — não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, do desvirtuado e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convicidas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura etc.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe de Governo, o Sr. João Goulart constituiu-se, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas infiltradas e domesticadas, transformaram-se-lam, como tem acontecido em outros países, em simples milícias comunistas.

Arrastemos, país, o venal já esperado das intrigas e das acusações mais despiduladas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos Representantes do Povo e, agora, ao próprio Povo Brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, valente e patriota do Brasil. E permanecem serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

(at.) Vice-Almirante Sylvio Heck — Ministro da Marinha;
Marechal Odílio Denys — Ministro da Guerra;

18

Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grin Moss — Ministro da Aeronáutica.

No dia 28 de agosto de 1961, o Presidente da República, em exercício, Sr. Ranieri Mazzilli, endereçou ao Congresso Nacional o seguinte ofício:

"Tenha a honra de comunicar a V. Excia. que, na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República, Sr. João Marques Goulart".

Rasgada estava, pois, a Constituição e instituída a ditadura. Foram presos o Marechal Henrique Teixeira Lott e numerosas pessoas influentes. No Estado da Guanabara, foi assaltada pela Polícia a sede da "União Nacional dos Estudantes" e instituída a censura do rádio, da televisão e dos jornais, apreensão de edições, ocupadas sedes de sindicatos operários, fechadas as salas da cidade do Rio de Janeiro sem salvo-conduto, desencadeado um pleno estado de sítio de fato sobre todo o país.

No Estado do Rio Grande do Sul, porém, o Governador Lionel Brizola, em apoio do Vice-Presidente da República, lança, por sua vez, manifesto à Nação, declarando que não aceita a atitude dos chefes militares e pela força, se fôsse necessário, faria empossar o Vice-Presidente, logo que chegasse ao Brasil. Chefes militares solidarizaram-se com o Governador Brizola e a resistência alarga-se pelos Estados do Paraná e Sta. Catarina. Os ministros determinam o deslocamento de unidades para compelir defensores da legalidade a aderirem à insurreição, porém, em umas os sargentos e sub-oficiais recusam-se a obedecer e em outras os próprios comandos assumem a responsabilidade, pela resistência.

20. Certificando-se de sua fraqueza, as forças reacionárias do Parlamento entram em pânico. Por sua vez, o Sr. João Goulart, ao atingir Porto Alegre, depara com as milícias operárias já preparadas para lutar e o entusiasmo do povo, decidido a impor, pelas armas, o respeito à Constituição. Não interessava ao Sr. João Goulart assumir o poder pela violência, pois, no clima de desespero em que se encontram as populações empobrecidas e sofrendo na carne, sozinhas, os

19

efeitos de uma inflação que lhes levava os salários, enquanto que, pelo mesmo fenômeno, os que dispõem de bens materiais enriquecem, tal situação explosiva não lhe permitiria, de modo algum, saber se poderia enfrentar o movimento e impedir que as próprias forças burguesas, suas aliadas, tivessem de sacrificar seus privilégios.

Por isto, o Sr. João Goulart, em vez de aceitar a vitória pelas armas, preferiu negociar com os usurpadores de seu cargo, os quais concordariam em dar posse ao Vice-Presidente, contanto que este accesse na supressão de seus poderes constitucionais, reservando-se ao Congresso a prerrogativa de aprovar ou rejeitar os ministros e demais atribuições importantes. Aceitas as condições, para dar aparência de legalidade a essas modificações, o Parlamento alterou as normas regimentais, a fim de poder votar instantaneamente uma Emenda Constitucional, antes que o povo, indignado com essa acomodação de cúpula, viesse a desencadear a luta armada. Na reforma do Regimento, instituiu-se a votação global, sem destaque de artigos, sem discussão das normas da Emenda. Reduziu-se para quinze minutos o tempo de cada líder de Partido falar sobre a Emenda. Não se admitiram sub-emendas a não ser as que tinham chegado ao plenário da Câmara. Proibida a discussão das normas de emergência, a votação na Câmara processou-se na noite de 1.º de setembro, terminando a sessão às 3,20 da madrugada. A segunda discussão, sem nenhuma divulgação, sem possibilidade de publicação regular no "Diário do Congresso", estabeleceu-se em seguida, de modo que às 5,20 da mesma madrugada a Emenda Parlamentarista já estava aprovada na Câmara dos Deputados. Enviada ao Senado, na noite do dia 2, com as mesmas cautelas de apodameito e pânico, com Brasília interdita ao mundo e cercada pelas baionetas dos ministros militares rebeldes que colocaram inclusive obstáculos no aeroporto, a fim de impedir a chegada de quaisquer aeronaves, o Senado aprovou, em menos de duas horas, a referida Emenda. Amanhecia, pois, o Brasil, no dia 3 de setembro, como república parlamentarista.

21. Natural seria que praticando uma destituição de fato do Poder Executivo, o Congresso Nacional mandasse a plebiscito imediatamente a sua deliberação. Assim procederam até Mussolini e Hitler, quando acabaram com o regime parlamentarista em seus países e, mais recentemente, De Gaulle, na França. A maioria dos deputados não manifestou nem mesmo a sensibilidade democrática desses ditadores. Num redação ambígua, dispôs que o plebiscito se realizasse nove

20

meses antes do término do mandato do Presidente João Goulart, em vez de marcar o dia.

Um parlamentarismo, mais meditado, que o Deputado Raul Pilla pretendia instituir, apresentando uma emenda constitucional em 1945, até 1961, não lograra ser adotado. A Emenda parlamentarista que visava a unicamente vigorar durante o período presidencial do Sr. João Goulart, foi aprovada em dez horas, somando o tempo que duraram as sessões.

Nos discursos, o Deputado Almino Afonso, líder do Partido Trabalhista Brasileiro, e que não aceitou a imposição, qualificou de golpe branco o ato da maioria cercada em Brasília e posta em pânico pelas baionetas dos ministros militares, senhores da situação na Capital.

22. O Sr. João Goulart, certificadas as condições de segurança pessoal, volve para Brasília e assume a Presidência. Os gabinetes que se formaram com Tancredo Neves, depois com Brochado da Rocha e, em seguida, com Hermes Lima, refletem o espírito apaziguador e tolerante do Senhor João Goulart.

Como, entretanto, persistem as mesmas contradições ocorridas em agosto de 1961, a Nação parou. O Governo Federal apenas conseguiu desmontar, pelo menos em parte, o dispositivo militar em que se apoiavam as forças que se opõem ao comércio com todos os países e a uma política externa independente, que vem sendo manida pelo Sr. João Goulart em continuação dos atos do Sr. Jânio Quadros.

Ainda pela insistência dos novos chefes militares e dos sindicatos operários, desencadeando as primeiras greves operárias de caráter puramente político em 5 de julho, bem como em 15 de setembro de 1962, na área militar e na civil, a direita continuou perdendo posições, acabando por submeter-se à designação do plebiscito sobre o parlamentarismo, para o dia 6 de janeiro de 1963.

23. Diante desses dados informativos históricos, duas correntes de opinião formam-se no país. A primeira é favorável à continuação do sistema parlamentarista como está. Entende que o saldo de um ano de experiência foi propício a um avanço político das forças populares, que se avultam para, em dia que está próximo, emancipar economicamente o Brasil, eliminando os privilégios de que desfrutam os monopólios estrangeiros. No último ano, as forças populares cresceram mais do que nos cinco anos do presidencialismo de Juscelino Kubitschek. Convinha, pois, correr o risco de que o novo Parlamento, ainda controlado pelas classes conservadoras, possa vir a mudar o gabinete e tentar a destituição dos ministros militares, para reconstituir

21

78

P. 121

359
CW

o dispositivo golpista derrotado em setembro de 1961, com a posse do Sr. João Goulart.

A segunda corrente de opinião sustenta que a derrota da emenda parlamentarista no referendun de 6 de janeiro de 1963 é um fato que se deve dar como consumado, pois, nenhum governador tem interesse em, voluntariamente, esvaziar-se de poder. A tanto corresponderia os chefes dos Executivos Estaduais, lutarem pela permanência da Emenda Parlamentarista que prevê a instauração, igualmente, do parlamentarismo nos Estados. Além disto, admitindo que pudessem subsistir dúvidas, não seria prudente colocar o novo dispositivo das Forças Armadas à beira do abismo. Ele poderia vir a participar de uma política de apaziguamento e acomodação, favorável aos monopólios estrangeiros e assim retardar a marcha histórica do Brasil, para sua independência econômica. De resto, mesmo que se quisesse sustentar, por questões de princípios teóricos, que o Parlamentarismo é superior ao Presidencialismo, para o ascenso das forças populares, a História comprova que esse avanço não depende do sistema de governo. As distúrbios direitistas têm surgido, tanto após regimes presidencialistas, como parlamentaristas, indistintamente.

Quem estará certo?

RAZÕES JURÍDICAS — A EMENDA PARLAMENTARISTA É INCONSTITUCIONAL

24. As constituições podem ser emendadas, nos termos que elas estabelecem. A Constituição é a fonte dos direitos dos cidadãos, oriunda de uma delegação especial e expressão do colégio eleitoral do território político, no qual ela vai vigorar. Estipulada na Carta Constitucional o modo e os limites em que poderá ser modificada, não assiste ao legislador ordinário competência para modificar o texto original, desrespeitando os pontos fundamentais e indestrutíveis. O mandato parlamentar é essencialmente uma delegação outorgada pelos eleitores. Se estes foram chamados às urnas para eleger deputados que, ao assumir as cadeiras, juram defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição que rege a eleitores e eleitos, repugna aos cânones jurídicos admitir que o mandatário possa, violando as regras do mandato e o compromisso assumido, alterar a Constituição fora dos fundamentos essenciais da mesma, ou fora das normas que ela indica para efetuar as emendas. A emenda naquilo que esborita dos poderes recebidos pelo deputado, se o reformador tiver força política para fazer preva-

22

lecer, será golpe de Estado, revolta vitoriosa, porém, nunca em nome da Constituição.

Desde que, porém, a Constituição e seus poderes constitucionais tiverem condições políticas de sobrevivência, a inconstitucionalidade poderá ser pronunciada, não apenas num referendun, em que seja dada oportunidade ao povo de opinar, como até mesmo pelos tribunais, na sua soberana faculdade de declarar a inconstitucionalidade dos atos contrários à Carta Magna.

Por isso mesmo, constitucionalistas do maior conceito concluem que uma constituição parlamentarista não poderá, em termos de emenda ao texto, ser transformada em presidencialista. (Ver Georges Burdeau — *Traité de science politique*, 1950, tomo III, pág. 212; Pierre Wigny — *Droit Constitutionnel*, 1952 vol. 1, pág. 217; Horst Ehmke — *Grenzen der Verfassungsbildung*, Berlin, 1953, pág. 117). Por isto mesmo, a *contra ratio sensu*, deve ser entendido que uma constituição presidencialista não poderá ser transformada em parlamentarista. Entre nós, o Prof. Luis Pinto Ferreira da Faculdade de Direito do Recife, nos "Princípios Gerais de Direito Constitucional", Rio, 1951, vol. 1, pág. 180, proclama, como ponto irreformável, o princípio da separação de poderes, do que decorre a inadmissibilidade da instituição do regime parlamentarista. São os chamados pontos irreformáveis, por aplicação da teoria das limitações implícitas. (Ver Alcino Pinto Faício — "Constituição Anotada", Rio, 1957, Vol. III, pág. 239).

Acentuando a impossibilidade de emendar a Constituição para mudar regime, disse o Professor de Direito Constitucional Afonso Arinos, em 7/11/52:

"Creio não incidir em erro ao afirmar que nunca, na História Constitucional de qualquer país do mundo moderno se concretizou uma troca de regimes jurídicos de governo, por meio de emendas a texto já existente."

25. Ainda, porém, que se considerasse admissível reformar a Constituição, transformando-a, sem uma delegação especial, de presidencialista em parlamentarista, a Constituição proíbe emenda em estado de sítio, diz o art. 217, § 5.º. Assim estabeleceu — ensina Themístocles Cavalcanti (Comentários, vol. 4.º, pág. 249) — porque "suspensas as garantias constitucionais em virtude de estado de sítio, estabelece-se uma condição permanente sobre a liberdade de manifestação de pensamento e o exercício da atividade parlamentar. Como admitir-se, portanto, a manifestação do poder constituinte sob pressão governamental, nem que seja simplesmente presumível?"

23

Neste particular, Alcino Pinto Faício é ainda mais incisivo ao proclamar: "Tem este objetivo o de possibilitar a livre manifestação da opinião pública. Evidentemente este parágrafo não se destina a tutelar a manifestação da vontade ou da opinião dos deputados e senadores, que não estaria prejudicada pelo estado de sítio, mas sim a permitir que a opinião pública se manifeste sobre a oportunidade da reforma." (Obra citada, pág. 241). O que importa, pois, é a opinião pública estar livre, poder cada um falar, escrever e publicar o que quiser, nos jornais e no rádio, para que os parlamentares possam sentir a reverência no povo e informar-se, para decidirem-se com eficiência democrática.

Ora, isto pressupõe publicidade dos atos legislativos. No caso em exame, como vimos, não houve nenhuma publicação. As sessões realizaram-se em duas noites e com um regimento também modificado sem observância de suas normas de emenda, para impedir que os próprios parlamentares discursassem. O povo não sabia o que se votava e foi surpreendido com a Constituição substancialmente alterada, com mudança até do regime de presidencial, para parlamentar.

26. A Constituição proíbe emenda em estado de sítio. Mas, o que é estado de sítio? Será só aquele que se decreta por ato legislativo e com observância dos dispositivos constitucionais? Evidentemente que não. Se fosse estado de sítio apenas a situação de fato que se reconhece como de direito, quando o Poder Executivo quisesse emendar coercitivamente a Constituição, bastaria instaurar o estado de sítio de fato, criando o clima de "comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper", como é definido no art. 206.

Não providenciaria, ou obstruiria, qualquer lei tendente a instituir o estado de sítio, e conseguiria validar uma reforma da Constituição criada a que se procedeu. Ora, a intenção do legislador não foi abrir portas à fraude, mas, precipuamente impedir que a Constituição se emendasse em clima político impróprio para uma reforma tranqüila, segura e bem apoiada na vontade popular.

Portanto, o que se deve ter em conta não é se o estado de sítio foi decretado, mas se o estado de sítio existiu. Foi, efetivamente, o que aconteceu em agosto de 1961: os detentores do poder não formalizavam o estado de sítio, existindo o estado de confusão no país, justamente porque isso lhes retiraria, formalmente, as condições para alterar a Constituição.

O estado de sítio é um modo de existência da sociedade que se apresenta pela supressão das garantias e direitos previstos na lei, em

24

face "de uma comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper." Princípio a ser disciplinado na França, ao promulgar-se ali a lei de 8 de julho de 1791. Esse diploma legal francês distinguiu três estados na vida jurídico-social: a) estado de paz; b) estado de guerra; c) estado de sítio. Para haver estado de guerra era preciso que se determinasse por decreto do corpo legislativo, ou proposta do rei. Para haver estado de sítio não se exigia decreto algum. A situação surgiria nos termos do art. 11, in verbis:

"As praças de guerra e postos militares estarão em estado de sítio, não só desde o momento em que começarem os ataques do inimigo, senão logo que, como resultante do cerco ou do sítio, ficarem cortadas as comunicações de dentro para fora ou de fora para dentro, na distância de mil e oitocentas tocas a partir das cristas dos caminhos estratégicos."

No art. 12, sustentava: "O estado de sítio não cessará sendo depois de rompido o cerco..." (Cf. Professor Sanchez Viamonte — "Ley Marcial y Estado de Sítio", Buenos Aires, 1957).

27. Vê-se, pois, desde a primeira lei que o disciplinou, que estado de sítio é uma situação de fato, onde a força impeça o exercício regular dos direitos.

Ora, quem ousará dizer que o Brasil não se encontrava sob estado de sítio ao ser votada a emenda parlamentarista?

Milhares de cidadãos foram presos em diferentes Estados do Brasil, ao declararem os ministros militares que não admitiriam o regresso do Vice-Presidente da República ao país. Empastelaram-se jornais, fecharam-se as vias de saída a certos cidadãos, instituiu-se a censura, vasculhavam-se os arquivos para prender o Vice-Presidente, ou qualquer pessoa que, regressando, ou destinando-se ao Exterior, pudesse ser suspeita da qualidade de seu emissário. O próprio Vice-Presidente da República, em vez de poder regressar diretamente ao Brasil, foi obrigado a realizar uma longa volta e ficar retido, em Porto Alegre, até que se votasse a emenda constitucional, ao mesmo tempo em que, para atemorizar o povo e desencorajar resistências, comunicados oficiais dos ministérios militares participavam deslocamentos de navios de guerra e de Batalhões.

O emérito constitucionalista e magistrado Alcino Pinto Faício, no seu livro "Novas Instituições do Direito Político Brasileiro", Rio, 1961, pág. 239, escreve:

25

Continuação do Trabalho publicado pelo ISEB, na reunião da Congregação realizada a 24 outubro 1962 - (2 fols)

T. P. II. 360
W

"Vício da reforma constitucional — Somos da velha opinião como inicialmente lembramos, no sentido de ser possível adotar o sistema parlamentarista pelo conteúdo da emenda constitucional. Mas nunca sustentamos que se pudesse fazer na triga com que se procedeu, motivada pela atitude de militares nervosos e que se insubordinaram contra os mandamentos constitucionais e o resultado das urnas."

E prossegue na pág. 240:

"E não bastando tudo isso, o amordaçamento completo da opinião pública, em especial no Estado da Guanabara, onde jornais foram censurados e confiscadas as edições, o rádio e televisão silenciados, cidadãos arbitrariamente presos e populares espancados na via pública, sem ser sido decretado o estado de sítio pelo poder competente, mas, *impáto tse no concreto...*"

28. Ninguém poderá, portanto, negar que a legalidade se supriniu. Ora, o eminente constitucionalista suíço Benjamin Constant, em seu "Cours de politique constitutionnelle" já sustentava:

"Um governo constitucional não tem direito de existir desde o momento em que a Constituição já não existe, e uma Constituição deixa de existir quando é violada. O governo que a viola, rasga seu título, e a partir desse mesmo instante pode subsistir pela força, porém, não subsiste mais pela Constituição."

Esta é precisamente a situação da maioria ocasional que votou a Emenda Parlamentarista. Aquêle Parlamento tornou-se um agrupamento de sedicções, agindo discricionariamente. Nulos, pois, são seus atos, no instante em que a soberania se restabeleceu e a Constituição retomou a plenitude de sua vigência.

Assim sendo, não precisaria nem plebiscito, para se anilarem os atos. Poderia ser decretada pelo próprio Poder Judiciário, como já o fez a Corte Suprema dos Estados Unidos, em relação a emendas ali votadas em desacôrdo com a Carta Magna, como, por exemplo, no caso "Hawke versus Smith", julgado em 1920. O Poder Judiciário não poderá apreciar o mérito de emendas constitucionais votadas pelo Congresso, dada a soberania e a independência dos poderes, mas poderá apreciar a legalidade da forma em que se votou a Emenda. Desde que a lei foi violada, a Emenda, qualquer que seja seu conteúdo, cai.

26

Alia, dois magistrados paraenses, Gabriel Figueiro de Miranda e Jorge Andriquetto, já pronunciaram em decisões judiciais, cujo ulterior prosseguimento se desconhece, a validade do "Ato Adicional".

O Presidente João Goulart não está, pois, constitucionalmente adstrito a submeter-se a uma Emenda votada nestas condições. Nem seu juramento de cumprir a Constituição, ao assumir o cargo, importa no dever de respeitar emendas ilegalmente votadas e que constitui uma quebra do juramento. Não fôse o espírito de transigir, de evitar a violação, o Presidente da República, depois de assumir, teria *ex-officio*, por um decreto, nomeado seus ministros, sem dar ouvidos aos autores da ilegalidade e não haveria tribunal que, juridicamente, em face destas considerações, deixaria de aprovar seu comportamento.

29. De tudo o que se expõe, resulta a conclusão impetável: juridicamente o "Ato Adicional" é um ato nulo de pleno direito, impossível de subsistir e o referendo popular, determinando sua ruína, importará no desaparecimento puro e simples da Emenda, como se nunca houvesse existido. A Constituição retomará sua plena vigência e as reformas que se pretendem e que se devem realmente fazer, se não se quiser que o povo as faça, hão de ser realizadas, não no atropêlo com que se cometeu aos criminosos, na calada da noite, às ocultas, sem publicação regular nos órgãos oficiais. As reformas deverão ser feitas com ampla discussão, escuta aberta da opinião pública, não fabricada na grande imprensa, mas manifestada nas associações, nos clubes, nos sindicatos, nas ligas, nas instituições de ensino. Discussão, porém, que não há de ser uma chiserna para retardá-las, pois já estão amadurecidas no espírito de todos, ante a força com que se fazem sentir até no estômago da maior parte do povo brasileiro.

RAZÕES POLÍTICAS — A EMENDA PARLAMENTARISTA FAVORECE O GOLPE MILITAR DE DIREITA E PODE ENSEJAR UMA "OPERAÇÃO TARTARUGA" NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

30. Como se viu anteriormente, o regime de divisão de poderes é uma tática dos governantes, destinada a harmonizar interesses econômicos que possam vir a possuir contradições que os levem a entrar em conflito. Apresenta-se tanto no parlamentarismo, como no presidencialismo. Chama-se *parlamentarismo* quando o chefe do poder

27

executivo, demissível *ad nutum*, é escolhido pelo poder legislativo. Chama-se *presidencialismo*, quando o poder executivo é o rei ou é nomeado por meio de eleições diretas e por um período determinado, sem que possa ser exonerado pelo legislativo, senão por motivo de delito. A literatura clássica dá definições mais enfáticas, porém, no fundo mesmo das coisas, é disto que se trata, quando se levam em conta as conclusões de Raul Pilla e Afonso Arinos, dois dos maiores especialistas na matéria.

Raul Pilla, à página 83 do avulso "Emenda Constitucional n.º 4 — C — 1948" observou: "A Constituição do Império era super-presidencialista."

No mesmo sentido, Afonso Arinos (Revista Forense, vol. 125, página 45), diz:

"As origens do presidencialismo brasileiro podem ser encontradas na nossa própria tradição colonial e imperial, de governos caracterizados por Executivo forte. O Trono Brasileiro foi um espécie de presidência vitalícia."

Das resulta que a eficiência do parlamentarismo, como do presidencialismo, para a solução dos problemas nacionais, não depende dessas fórmulas, mas de fatores políticos que nascem na base da sociedade. Se as forças populares politizam-se, agrupam-se, somam-se, o grupo governante mais fraco se estiver em conflito com outros grupos das classes dominantes, procura fazer concessões às forças populares, para, com elas, tornar-se forte e enfrentar os demais. Se o grupo governante que se une às forças populares estiver à frente do Poder Executivo, embora o regime seja parlamentarista, na prática se realiza um regime presidencialista. Se o grupo governante mais forte estiver no Poder Legislativo, ainda que o regime seja presidencialista, na prática se realizará um regime parlamentarista.

31. Não precisamos nem sair do Brasil, para mostrar um exemplo concreto. A Constituição do Império era segundo Pilla e Arinos, presidencialista, isto é, o imperador não sofria, por ela, nenhuma obrigação relativamente ao Parlamento. Era mesmo mais presidencialista do que as constituições republicanas que tivemos, porque o Imperador podia organizar como organizou muitas vezes seu ministério sem dar satisfações ao Parlamento. E quando o Parlamento se punha a censurar o ministério, dissolvia como dissolveu várias vezes o Parlamento. Isto tudo ocorria, na primeira metade do século passado, quando não existiam contradições relevantes entre os grupos econômicos que dominavam a máquina do Estado.

28

Na segunda metade do século, quando principiou a industrialização e a tomar força o capital burocrático burguês, empregado em bancos e empresas de seguros, quando a burguesia compradora que controlava o comércio interior e exterior principiou a tornar-se forte e a ter conflitos de interesses com os latifundiários e os senhores de engenho, representados pela família imperial, a autoridade do imperador principiou a diminuir e a força do Parlamento a crescer, de modo que, não obstante fôse presidencialista o regime, nos últimos trinta ou quarenta anos do Império, praticou-se o parlamentarismo.

32. Proclamada a República, subsistiu sempre no Brasil o presidencialismo, agrupando-se os interesses dos latifundiários, da burguesia nacional e do capital estrangeiro, em torno do Presidente da República, diante da harmonia que era possível manter. No momento, porém, em que a ampliação dos mercados tornou-se para uma parte uma necessidade vital, e para outra, um prejuízo sério, o lado que se sentiu mais forte, por um golpe palaciano, tentou mandar pelos ares o presidencialismo e instaurar uma ditadura. Não conseguindo, tratou de esvaziar a força do Poder Executivo que lhe era adverso, instituindo um parlamentarismo de compromisso e de emergência, com o que esperava impedir essa ampliação de mercados, designando os ministros dos postos chave desse comércio, notadamente o ministério da Fazenda. Esse "parlamentarismo" deveria durar enquanto não fôse possível eliminar ou convencer o Presidente João Goulart a fazer o Brasil retornar ao isolamento que foi imposto aos demais países do continente americano, exceto Cuba e Canadá.

33. Tendo as forças populares compreendido o jogo e tendo deliberado prestigiar o Presidente da República que, nesta emergência, está defendendo, com uma política independente e de ampliação de mercados, os mais legítimos interesses do país, seu fortalecimento importará na eliminação final dos efeitos do golpe diretista, no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, plebiscito que, segundo os interesses das forças golpistas de direita, apenas deveria ocorrer no final do mandato do Presidente da República.

Opinar pela manutenção do parlamentarismo dos ex-ministros Odílio Denys, Sylvio Heck e Grin Moss, o que significará?

Sem dúvida, apenas desejar a permanência de um dispositivo golpista que permitirá a um Congresso extremamente conservador nomear os ministros e trazer a insegurança aos atuais dispositivos militares que se apoiam nos oficiais, suboficiais e sargentos que impediriam os generais de direita levar adiante seus planos de agosto de 61.

29

30

Parte final e contra Capa, do Trabalho publicado pelo ISEB, e assinado por Alvaro Vieira Pinto, datado de 19 de outubro 1962

P. 177

36/10

Não se trata de uma existência desse parlamentarismo tem obrigado o Presidente da República a fazer concessões aos grupos mais reacionários. Os grupos ligados à política cambial suicida do Fundo Monetário Internacional, fonte do enriquecimento escandaloso que vem obtendo os monopólios norte-americanos, enquanto que os salários dos pobres são devorados na inflação. A torturada Argentina é, para nós, o exemplo mais dramático das consequências para o povo, quando um governo se alia a esses grupos econômicos internacionais. Neste parlamentarismo, se o Presidente da República não entregar a tais grupos econômicos amplamente representados no Parlamento, o Ministério da Fazenda, não consegue formar gabinete. Com o Ministério da Fazenda paratidamente nas mãos, a Instrução Cambial n.º 204 continua em vigor e o Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito continua sendo a mesma pessoa que serviu no Ministério de Odylio Denys, Sylvio Heck e Grün Moss. A Instrução n.º 113 elaborada pelo Diretor da Bond & Share no Brasil em 1954, como uma das conquistas do Governo Café Filho contra Getúlio Vargas, continua transformada em decreto e em pleno vigor, a multiplicar a desnacionalização da indústria brasileira.

Opinar pela manutenção do Parlamentarismo importará em prestar solidariedade à continuação dessa prática.

35. É certo que o retorno ao Presidencialismo não significará, por si mesmo, a extirpação desse cancro do desenvolvimento nacional. Mas, deixará o Presidente da República com mãos livres para organizar um ministério não apenas parcialmente, porém totalmente nacionalista e democrático, como estão a exigir as forças populares do país. E se, com as mãos livres, não quiser realizar, no plano interno, a política que tenta realizar externamente, então as responsabilidades poderão mais ser atribuídas ao parlamentarismo.

O que se vê é que o povo não confina suas reivindicações na opção presidencialismo ou parlamentarismo.

O Manifesto da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e das demais federações que o subscreveram em 9 de agosto de 1962, afirma:

"A opção ao nosso ver, deve ser: a favor ou contra as liberdades democráticas e sindicais; a favor ou contra a manutenção e extensão do congelamento de preços dos gêneros de

30

primeira necessidade; a favor ou contra os especuladores dos benefícios da miséria; a favor ou contra a estancação dos frigoríficos estrangeiros e das concessionárias estrangeiras dos serviços públicos que, como acontece, agora, no Estado do Rio, funcionam a luz e a força estancando o nosso desenvolvimento econômico; a favor ou contra a extensão do monopólio estatal do petróleo à área de distribuição; a favor ou contra a elevação dos níveis de salários-mínimo e reajustamento de todos os salários, soldos e vencimentos; a favor ou contra a liquidação dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas, em detrimento da indústria nacional e dos interesses de nosso povo, a favor ou contra a constituição de um Governo Nacionalista e Democrático."

E mais adiante:

"Somos favoráveis a uma consulta popular, porém declaramos à Nação que as medidas que o povo reivindica não dependem, fundamentalmente, dessa consulta."

36. Por isto, devemos concluir que a resposta do povo brasileiro, dizendo NÃO ao Ato Adicional é a correta; jurídica política e, sobretudo, patrioticamente, considerando o problema.

Entretanto, o NÃO outorgado nas urnas, não significará contentamento do povo, nem a omissão em comparecer significará concordância com coisa alguma.

O NÃO será um crédito de confiança ao Senhor Presidente da República e a afirmativa de que o povo não pactua com golpes palacianos para alterar as instituições, nem se solidariza com grupos que se prestem a servir a interesses estrangeiros, em detrimento das aspirações de independência do Brasil.

Esta é a nossa opinião.

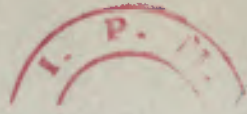
Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1962.

Pela CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

(Ass.) Alvaro Vieira Pinto

31

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA
COMPOSITORA GRÁFICA LUX LTDA., RUA FRES
CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO



363
W

RPE

movimento de libertação dos povos do Continente e o desenvolvimento das relações entre os países da América Latina e o campo socialista levaram o governo dos Estados Unidos a formular a chamada "Aliança para o Progresso". Sem abandonar os velhos métodos violentos e diretos de intervenção, recorrem os imperialistas a novas formas de ação para manter os povos da América Latina sob sua dependência política, econômica e militar. Compreendendo o quanto é precário o apoio que recebem tradicionalmente dos latifundiários e grupos entreguistas, que não conseguem mais, na mesma medida que antes, iludir o povo e impor sua vontade a Nação, procuram os monopolistas lanques ampliar a base social de que necessitam para sua política de dominação.

2. Analisando a situação política brasileira, a reunião concluiu que esta se caracteriza por um contínuo aguçamento da luta entre as forças nacionalistas e democráticas, de um lado, e as reacionárias e entreguistas, de outro. Também se caracteriza pela elevação da consciência política, do grau de unidade e de combatividade das massas trabalhadoras e populares e pela crescente instabilidade, que se manifesta em sucessivas crises de governo e choques entre as próprias classes dominantes. Neste processo, as forças nacionalistas e democráticas têm fortalecido suas posições e obtido novos êxitos.

O desenvolvimento econômico dos últimos anos (deformado e entravado pela dominação imperialista e pelo monopólio da prioridade da terra) aguçou extremamente as contradições da sociedade brasileira, exigindo imediatas reformas de estrutura. Esta é a causa mais profunda do agravamento da situação política.

A reunião examinou as experiências das lutas de massas ocorridas nos últimos tempos. A medida em que se fortalecem sua unidade e sua organização, o movimento operário exerce uma influência dia a dia mais importante na vida política do país e no conjunto de forças que se opõem ao imperialismo e ao latifúndio, o que se expressou particularmente nas greves políticas nacionais de julho e setembro. Amplia-se a luta das massas camponesas e dos trabalhadores agrícolas contra a brutalidade da exploração nos latifúndios e pela posse da terra. Eleva-se a consciência das massas trabalhadoras do campo e cresce sua organização em associações, ligas camponesas e sindicais dos trabalhadores agrícolas, cujos efetivos já ascenderam a centenas de milhares em todo o País. O movimento estudantil aumenta a combatividade na luta por suas

reivindicações específicas, pela reforma universitária e pela democratização do ensino, pela emancipação nacional. Cresce a indignação das camadas médias, cada dia mais afetadas pela inflação e a carestia, pelas dificuldades de abastecimento, pelos problemas de habitação, transportes, saúde e educação.

3. A reunião constatou que o agravamento das contradições da sociedade brasileira manifesta-se também em choques dentro do bloco heterogêneo de forças que detém o poder de Estado.

A burguesia ligada aos interesses nacionais, representada fundamentalmente pelos círculos dirigentes do PTB, pelo presidente João Goulart e por setores de outros partidos, é favorável a reformas, embora de maneira limitada e sem excluir concessões ao imperialismo e ao latifúndio. Sua aspiração consiste em favorecer o desenvolvimento econômico capitalista e este impõe a adoção de medidas tais como a regulamentação da remessa de lucros do capital estrangeiro e uma reforma agrária limitada, que impliquem restrições ao capital imperialista e à propriedade latifundiária. Embora suas posições não importem na eliminação desses fatores de atraso do País e não tenham caráter revolucionário, levam este setor da burguesia a chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias. No plano internacional, trata de utilizar em favor de seus interesses a nova situação mundial, o crescente poderio dos países socialistas e a revolução cubana. Serve-se desses fatores para pressionar o governo e os monopolistas dos Estados Unidos e obter concessões. Vale-se das relações com o campo socialista para conquistar novos mercados e fortalecer suas posições econômicas. Tais razões explicam os aspectos positivos da atual política exterior do Brasil, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, a defesa da autodeterminação dos povos, do princípio de não-intervenção e a aproximação com os chamados países não alinhados em questões como a do desarmamento, posições que coincidem com aspirações manifestas do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, a política dessa camada da burguesia é ditada pela necessidade de ter em conta as reivindicações democráticas e ant imperialistas das massas populares, pela intenção de aminorar o seu descontentamento em face dos problemas que se aguçam, desviar-las do caminho revolucionário e manter dentro dos limites convenientes aos seus interesses de classe as mudanças que já se tornam prementes.

RPE

Embora seja levada, na defesa de seus próprios interesses, a entrar em choque com o imperialismo e as forças reacionárias, essa camada da burguesia não é capaz de romper com o sistema imperialista porque este se vincula pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e teme o avanço do socialismo. Esta contradição determina a natureza dúbia da burguesia ligada aos interesses nacionais e marca a sua política conciliadora. Sendo interessada na realização de reformas, alia-se às demais forças que lutam pelo progresso e a libertação do País, participando da frente única nacionalista e democrática. Mas é incapaz de encabeçar uma luta revolucionária pelas transformações antiimperialistas e antilatifundiárias, porque recusa que a luta das massas se converta em revolução popular e afete seus interesses de classe exploradora. Daí a sua tendência constante a chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias e, ao mesmo tempo, a solucionar estes choques através de compromissos.

Como decorrência do agravamento da contradição com o imperialismo, manifesta-se em um setor da burguesia a tendência a apresentar de modo mais radical a exigência de reformas. O representante mais destacado desta tendência vem sendo o sr. Leonel Brizola, cujas posições nacionalistas lhe têm assegurado amplo apoio popular, embora o governador não tenha cessado de comprometer-se com a política de conciliação realizada pelo sr. João Goulart.

De outro lado as forças retrógradas, constituídas pelos latifundiários e pela burguesia entreguista, opõem-se à realização das reformas de estrutura que atingem os seus privilégios. São porta-vozes dessas forças os círculos dirigentes do PSD e da UDN além de outros agrupamentos políticos que compõem em seu conjunto, a maioria do atual Parlamento. Sua resistência às reformas tem como objetivo impedir-las ou na medida em que isto seja impossível, torná-las inócuas ou insignificantes. Entre essas forças, distingue-se uma ala direita extremada, composta de homens com Carlos Lacerda e os líderes da Ação Democrática Parlamentar, que se opõem praticamente a qualquer compromisso em torno das reformas e atuam como brigada de choque da reação.

4. Ao examinar as recentes crises políticas, a reunião concluiu que as forças nacionalistas e democráticas continuam logrando importantes êxitos ao derrotar as tentativas dos grupos retrógrados no sentido de implantar um governo abertamente reacionário e entreguista. Entretanto, apesar do novo nível alcançado pelo movimento de massas, este não foi sufi-

cientemente poderoso para desfazer as manobras conciliadoras da burguesia ligada aos interesses nacionais e levar à constituição de um governo nacionalista e democrático. As crises foram encerradas com soluções de compromisso.

Embora venham sofrendo repetidas vezes, as forças pró-imperialistas mantêm no essencial suas posições e intensificam sua atividade antinacional. Pressionam o Governo para anular os aspectos positivos da política externa, utilizam suas posições no Parlamento para impedir as mudanças necessárias ao progresso do País, articulam provocações em certos setores das forças armadas e empregam o anticomunismo como recurso para tentar dividir as forças nacionalistas e democráticas e implantar o domínio da reação.

Apoiando-se no movimento operário e em outras forças democráticas, o setor da burguesia representado pelo sr. João Goulart conseguiu fortalecer suas posições tanto no Poder Executivo como nas forças armadas. A maioria reacionária do Parlamento tem sido forçada a transigir com o presidente da República, como ocorreu com a aprovação do "deliberação de poderes", a antecipação do plebiscito e a emenda que permite a nomeação de um gabinete provisório. O gabinete Hermes Lima surgiu, assim, de um compromisso entre a cúpula reacionária do PSD e o sr. João Goulart e as forças que o cercam. Trata-se de um governo que, embora não tenha personalidades vinculadas ao movimento nacionalista, mantém a política de conciliação com as forças reacionárias e entreguistas, sendo incapaz, portanto, de realizar reformas profundas na vida do País.

Em lugar de empenhar-se na realização das reformas de base prometidas, o governo brasileiro traça planos econômicos baseados na "Altaça para o Progresso", faz grandes concessões à política financeira ditada pelo Fundo Monetário Internacional e negocia um Acordo de Garantia de Investimentos que visa a assegurar novos privilégios ao capital imperialista. Não implicando um rompimento decidido com os fatores de atraso e dependência do País, a política de conciliação realiza-se em detrimento dos interesses do povo, conduz inevitavelmente a um novo agravamento dos problemas e gera novas crises.

Os comunistas colocam-se em oposição à política de conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias, realizada pelo governo do sr. João Goulart. Apoiando firmemente os aspectos positivos da política externa do atual governo, as medidas restritivas que este adota em relação ao capital

83

364
IM

imperialista e as concessões que faz aos trabalhadores, como resultado das lutas de massa, os comunistas combatem as vacilações do Governo e seus compromissos com as forças retrógradas.

5. A reunião injeção: a análise dos resultados das eleições de 7 de outubro e recomenda que seja realizado a respeito um estudo específico. Além das restrições e das discriminações antidemocráticas, que dificultam às grandes massas populares eleger seus legítimos representantes, a campanha eleitoral realizou-se sob a influência de uma propaganda reacionária e de uma corrupção do voto em proporções jamais conhecidas em nosso país. Graças à unidade e à mobilização das forças nacionalistas democráticas, o imperialismo e a reação não conseguiram, entretanto, os resultados que almejavam. As forças nacionalistas e democráticas e, em particular, os comunistas, realizaram um amplo trabalho de esclarecimento durante a campanha eleitoral, o que muito contribuiu para a elevação da consciência política do povo. Embora não tenha havido uma modificação substancial na composição do Congresso Nacional, onde continuam a predominar as forças retrógradas, as correntes partidárias de reformas, que representam a burguesia ligada aos interesses nacionais, ampliaram relativamente suas posições, e aumentou o núcleo de representantes das esquerdas, inclusive o número de parlamentares apoiados pelos comunistas. As forças reacionárias conseguiram eleger seus candidatos aos governos de importantes Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. No entanto, tiveram grande significação as vitórias da frente nacionalista e democrática na Guanabara e em Pernambuco, onde os grupos antinacionais concentraram seus esforços, assim como no Estado do Rio. Os resultados do pleito demonstram que as eleições devem ser utilizadas como uma forma de luta capaz de proporcionar êxito às forças populares e infligir derrotas à reação e ao imperialismo. É necessário combater a subestimação do trabalho eleitoral e dar-lhe atenção permanente.

6. A reunião considera que a necessidade da realização de reformas de estrutura ocupa um lugar central na vida política do país, no momento atual. Cumpre às forças que lutam pela libertação e o progresso, em primeiro lugar à classe operária, exigir reformas profundas, que debilitem a dominação imperialista e a propriedade latifundiária, fortaleçam o campo nacionalista e democrático e conduzam a avanços na acumulação de forças revolucionárias. A fim de impedir que os inimigos

do povo brasileiro enganem e dividam as forças populares, amortecem suas lutas e protegem ainda mais a solução efetiva dos problemas, é necessário combater as pseudo-reformas propostas pelas forças reacionárias, por vezes com o apoio de setores conciliadores. Neste sentido, a reunião debateu o ponto de vista dos comunistas sobre as reformas fundamentais necessárias ao País e decide recomendar que seja elaborado e apresentado à Nação, no mais breve prazo, um documento contendo as conclusões desse debate.

7. Os comunistas reafirmam que o objetivo tático principal da classe operária é a luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta pela formação de um governo nacionalista e democrático. Este governo pode ser constituído nos quadros do atual regime e deverá ser capaz de iniciar as transformações de caráter ant imperialista e ant latifundiário exigidas pelos interesses nacionais. Tal objetivo só poderá ser alcançado mediante o fortalecimento da frente nacionalista e democrática, da qual participam a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas, forças básicas do movimento pela libertação e o progresso do País, e a burguesia ligada aos interesses nacionais. O governo nacionalista e democrático deverá ser um governo de conciliação, que represente as forças integrantes da frente única. Considerando o papel crescente das massas trabalhadoras e populares na vida política do País e as posições de conciliação que a burguesia ligada aos interesses nacionais adota em relação ao imperialismo e ao latifúndio, os comunistas lutam para que do governo de frente única participe também a classe operária, que é a força mais consequente, assim como os camponeses, a intelectualidade progressista e as camadas médias.

A reunião concluiu que a conquista de um governo nacionalista e democrático exige a modificação do atual sistema de forças que compõem o Governo e a ruptura da política de compromisso em relação ao imperialismo e ao latifúndio. Só poderá ser realizada, portanto, através de uma intensa luta das forças interessadas no progresso e na libertação, através de grandes movimentos de massa, e não pela simples mudança de alguns homens no poder.

O objetivo principal das lutas de massa, para a formação de um governo nacionalista e democrático, consiste em isolar e derrotar as forças que representam o imperialismo e o latifúndio. Para isto, é necessário utilizar os choques entre os dois setores das classes dominantes e realizar uma justa política de

frente única com a burguesia ligada aos interesses nacionais. Mas isso não deve significar um apoio passivo às posições dessa camada da burguesia, porquanto, ao mesmo tempo em que utiliza o movimento de massa a fim de exercer pressão sobre as forças retrógradas, ela tende a entrar em conciliação com o inimigo, às custas do povo. Por essa razão, as forças mais firmes da frente única — principalmente a classe operária — devem, no processo da própria luta travada contra o imperialismo e seus agentes, denunciar e combater as concessões que o setor da burguesia representado pelo presidente Goulart faz às forças pro-imperialistas e reacionárias.

A luta contra a conciliação só pode ter êxito através da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares, que devem levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, e combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizados pelo setor vacilante da frente única. Nesse sentido, a reunião considera que é chegado o momento de nos lançarmos com a maior decisão e energia ao trabalho para ganhar o aliado fundamental da classe operária — as massas camponesas — pois somente a aliança operário-camponesa pode dar uma base firme ao movimento ant imperialista e democrático.

8. Ao estudar os problemas da frente única, a reunião indicou que os comunistas, empenhando-se na coordenação e unificação de todas as forças nacionalistas e democráticas, estar voltado para o trabalho junto às massas e não apenas para a atividade de cúpula. Somente uma efetiva participação das massas trabalhadoras e populares pode dar firmeza e consistência à frente única, superando os obstáculos à unidade e à organização, criados pelos setores inatáveis e vacilantes. Com essa compreensão, os comunistas devem concentrar esforços na mobilização e na educação política das forças fundamentais, que são os operários e camponeses.

Quanto ao movimento operário, a reunião decide que as tarefas mais imediatas consistem em fortalecer a base de massas dos sindicatos, criando e dinamizando as organizações sindicais nas empresas; intensificar a atividade pelo cumprimento das resoluções do IV Encontro Sindical Nacional, sobretudo no que se refere à criação da Central Sindical Brasileira.

Entre os assalariados agrícolas e camponeses pobres, é necessário realizar uma intensa campanha pela criação de sindicatos e federações rurais, utilizando a recente portaria ministerial sobre o assunto. Onde for mais conveniente, deve-se man-

ter, criar e fortalecer as associações e outras formas de organização camponesa.

Ao mesmo tempo, devemos atuar no sentido de unir a frente nacionalista e democrática pequena burguesia urbana, sobretudo os estudantes, que constituem uma importante força revolucionária, assim como a intelectualidade progressista e a burguesia ligada aos interesses nacionais.

A reunião constatou que, à medida em que se aprofundam as contradições na estrutura econômico-social, em que se agrava a situação política e novas camadas da população se incorporam à luta contra o imperialismo e o latifúndio, tendem a surgir no País agrupamentos políticos de esquerda que representam setores da pequena burguesia e adotam posições sectárias, interpretando incorretamente o caráter da revolução brasileira e propondo incorretas formas de luta para a situação atual. Através da crítica aos seus falsos pontos de vista, da discussão teórica, e da unidade de ação contra o inimigo comum, devemos procurar ganhar os participantes desses grupos, na medida em que são efetivamente revolucionários, para a luta conjunta pela emancipação nacional e o progresso social.

9. A perspectiva da formação de um governo nacionalista e democrático só pode apresentar-se com clareza se as forças patrióticas e populares intensificarem sua luta. À medida em que as grandes massas forem levadas a compreender, por sua própria experiência, que só um governo essencialmente diferente do atual é capaz de iniciar as profundas transformações exigidas pela Nação. A missão primordial dos comunistas consiste, portanto, em impulsionar as ações de massa em torno dos problemas candentes. Este é o caminho para obter a concretização das soluções que interessam ao povo e alcançar a formação de um governo nacionalista e democrático.

A reunião considera que não se regulam as tarefas imediatas em torno das quais deve ser concentrada a atividade dos comunistas.

a) Combater os planos da "Aliança para o Progresso", que significam a interferência dos imperialistas norte-americanos em nossa vida econômica e política. Lutar para impedir a efetivação do Acordo de Garantia de Investimentos, que importaria ao assegurar novos privilégios ao capital monopolista estrangeiro. Exigir, através da pressão popular sobre o Governo e o Congresso, a rigorosa aplicação da lei de remessa de lucros e a rejeição de quaisquer alterações propostas pelas forças reacionárias. Reclamar que a emancipação das empresas estrangeiras

84

365

RPE 1

das concessionarias de servicos publicos seja feita com o tombamento do patrimonio por comissoes idoneas e o pagamento da indenizacao unicamente a base do custo historico. Combater as concessoes do Governo a politica financeira do Fundo Monetario Internacional. Intensificar a luta em defesa da Petrobrás e pela extensao do monopólio estatal do petróleo ao refino, importacao e distribucao.

b) Realizar em escala nacional, e em particular entre as massas camponesas, uma intensa campanha pela reforma agraria radical, de acordo com a resolucao do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Combater os projetos que tem por objetivo fluidir as massas camponesas com falsas solucoes para o problema agrario. Organizar movimentos pela distribucao de terra dos latifundiarios aos camponeses. Exigir a entrega de titulos de propriedade aos posseiros que trabalham na terra. Lutar pela regulamentacao do arrendamento e da parcela, pela fixacao de preços justos pelo aluguel da terra, por maiores prazos contratuais, pela garantia de indenizacao das benfeitorias e contra os despejos arbitrarios. Organizar a luta dos assalariados agricolas pelos direitos inscritos na legislacao do trabalho.

c) Levantar as ruas a luta de massas contra a carestia de vida, pela elevacao geral dos salarios e vencimentos e por medidas efetivas contra a inflacao. Combater vigorosamente os planos governamentais que representam tentativas de congelamento dos salarios e de uma reforma tributaria antipopular. Realizar manifestacoes contra a elevacao desenfreada dos preços, a sonegacao dos generos de primeira necessidade e a acao especulativa dos intermediarios, protegidos pelos orgaos oficiais. Intensificar a luta pelo pagamento do salario minimo e do 13.º mês de salario; pelo salario-familia; por ferias de 30 dias; pelo salario profissional. Lutar pela atualizacao da legislacao do trabalho e da previdencia social.

d) Defender firmemente as liberdades democraticas. Exigir o registro eleitoral do Partido Comunista, a abolicao das discriminacoes antidemocraticas da Lei Eleitoral e restricoes legais ao poder do dinheiro nas eleicoes, assim como a revogacao da Lei de Seguranca. Ao mesmo tempo em que defendem intransigentemente os direitos democraticos registrados na Constituicao, os comunistas chamam as massas a lutar pela reforma dos dispositivos constitucionais que são entraves a luta pela libertacao e o progresso do Pais, sobretudo no que se refere a forma de indenizacao no caso das desapropriacoes por interesse social, ao direito de voto para os analfabetos, soldados e mari-

RPE 00483

zheiros, ao sistema tributario. Organizar a luta pelo respeito ao voto popular, em defesa dos mandatos parlamentares ameaçados.

e) Intensificar em todo o Brasil, o movimento de solidariedade a Revolucao Cubana, contra as novas ameaças de intervencao articuladas pelo governo imperialista dos Estados Unidos. Apoiar os cinco pontos apresentados por Fidel Castro para a garantia da soberania de Cuba. Lutar pelo estreitamento das relações economicas e culturais entre o Brasil e Cuba. Apoiar decididamente as posicoes do governo brasileiro em defesa dos principios de autodeterminacao e não-intervencao, e combater qualquer tendencia a afastar-se desses principios, como ocorreu no episodio do voto a favor do bloqueio norte-americano. Difundir entre as massas as conquistas revolucionarias do povo cubano, poderoso estimulo a luta do povo brasileiro pela libertacao nacional, pela reforma agraria e o socialismo.

f) Fortalecer a acao do povo brasileiro em defesa da paz mundial, exigindo a cessacao das experiencias atomicas, o desarmamento geral e completo, a denuncia do acordo militar Brasil-Estados Unidos, uma politica externa independente, de amizade com todos os povos e de apoio a luta de emancipacao das nações oprimidas. Exigir que as manifestacoes do Itamarati em favor da paz e da coexistencia pacifica sejam concretizadas em posicoes efetivas na ONU e em outros organismos internacionais. Reclamar a ampliao e a intensificacao das relações economicas com a Uniao Sovietica e todo o campo socialista, assim como o estabelecimento de relações diplomaticas com a Republica Popular da China, a Republica Democratica Alemã e demais paises socialistas. Lutar para que o governo brasileiro modifique sua posicao contraria ao ingresso da China Popular na ONU.

10. Ao debater os problemas relacionados com o fortalecimento politico, organico e ideologico do movimento comunista, o reuniao constatou que, na luta pela aplicacao da justa linha politica adotada na Convencao Nacional de setembro de 1960, os comunistas tem alcançado exitos importantes. Melhoramos as ligacoes com as massas, aumentamos nossa influencia no movimento sindical e crescemos o papel organizador que desempenhamos entre os camponeses. Nossos esforcos continuam crescendo, embora em ritmo inferior as possibilidades do momento. Ao lado de outras forcas patrioticas e democraticas, tivemos uma atuacao de relevo nas recentes crises de governo, e nossa participacao nas greves politicas revela, em certa medida, a capacidade de organizacao e direcao dos comunistas, e acordo da

RPE 2

sua politica unitaria e a sua influencia entre as amplas massas trabalhadoras.

Entretanto, a reuniao considera necessario um serio esforco para superar as deficiencias que entravam a acao dos comunistas.

No terreno politico, devemos combater duas tendencias que dificultam a aplicacao de nossa linha. A tendencia sectaria consiste em não reconhecer que o golpe principal deve ser desferido contra o imperialismo e seus agentes internos; em não distinguir entre as forcas reacionarias e entreguistas, de um lado, e o setor nacionalista burgues, de outro lado; em não perceber as contradicoes existentes entre estes dois setores das classes dominantes e não procurar utilizar essas conflitos para aprofundar a luta contra o imperialismo e o latifundio, fazer avançar o movimento de massas e criar condicoes mais favoraveis a formacao de um governo nacionalista e democratico.

A tendencia oportunista de direita consiste em identificar de modo absoluto as posicoes da classe operaria e das forcas populares com os interesses do setor burgues representado pelo sr. João Goulart; em perder de vista o caracter duplice e conciliador da burguesia ligada aos interesses nacionais e não travar uma luta permanente contra a politica de conciliacao com o imperialismo e a reacao, realizada por esta camada burguesa.

A reuniao discutiu os problemas relacionados com a politica de organizacao do movimento comunista e a definiu em documento que será levado ao conhecimento de todos os militantes. Assume grande importancia, no momento atual a construcao de uma vanguarda marxista-leninista que seja capaz de atuar politicamente e dirigir grandes massas. A reuniao dedicou especial atencao aos meios e formas que devam conduzir ao fortalecimento organico de nossas filiais, ao seu crescimento numerico e a sua consolidacao ideologica.

A reuniao decidiu recomendar que seja dedicada maior atencao ao trabalho de educacao politica e ideologica, com a realizacao de cursos, palestras e conferencias, nos quais a assimilacao dos principios marxistas-leninistas esteja indissoluvelmente ligada ao estudo da realidade economica, social e politica do Pais e as tarefas praticas do movimento comunista. Considerou tambem a necessidade de ampliao da imprensa comunista e do aumento da sua difusao, como ins-

RPE 00483

trumento indispensavel a realizacao de nossa politica, assim como da utilizacao de novos recursos em nosso trabalho de propaganda.

11. A reuniao examinou e definiu a posicao dos comunistas em face do plebiscito de 6 de janeiro. Embora a forma de governo possua inegavel importancia para os trabalhadores na medida em que cria condicoes mais democraticas ou menos democraticas para suas lutas, a opcao entre parlamentarismo e presidencialismo não é atualmente um questao decisiva para a solucao dos problemas basicos do povo brasileiro. A questao fundamental é a da composicao do governo, das classes que nele participam, e da orientacao que ele segue.

Entretanto, a realizacao do plebiscito atende a uma exigencia democratica, já que alterou o sistema do governo sem consultar as massas. Além disso, o plebiscito abre a possibilidade de um amplo trabalho de esclarecimento das massas e de sua mobilizacao em torno da solucao dos problemas nacionais. Os comunistas decidem participar da campanha do plebiscito para mostrar ao povo que o caminho não está na simples volta ao presidencialismo ou no reforçamento dos poderes do presidente da Republica, mas na luta organizada das massas trabalhadoras e populares por profundas reformas de estrutura e por um governo nacionalista e democratico.

Os comunistas consideram que o Ato Adicional merece o repúdio popular, já que representa o fruto de uma manobra conciliadora entre a maioria reacionaria do Parlamento e o sr. João Goulart, além de retirar do povo o direito de eleger diretamente o presidente da Republica. Conclamamos a todos a responder à consulta de 6 de janeiro com um não ao Ato Adicional, que seja, ao mesmo tempo, um não à politica de conciliacao do Governo com as forcas reacionarias, um não à reacao e ao entreguismo, à carestia de vida, à exploracao do latifundio, ao dominio do imperialismo.

12. Os comunistas encaram com otimismo e confianca as perspectivas de luta de nosso povo. O agravamento das contradicoes fundamentais leva a que amadureca a necessidade de profundas transformacoes na sociedade brasileira. Sentimos em nosso pais a influencia poderosa do exemplo revolucionario de Cuba, cujo heroico povo inaugurou na America a era do socialismo. Vivemos em uma época de grandes transformacoes que ressaltam a agonía final do colonialismo. A Uniao Sovietica inicia a construcao do comunismo, e o poderoso campo socialista

85

parte final da resolução política comunista (1/1/51).

366
W



exercer um papel decisivo no curso dos acontecimentos históricos. Nessas condições, estamos convictos de que a formação de um governo nacionalista e democrático será o primeiro passo no caminho que nos conduzirá a profundas mudanças revolucionárias. Tais mudanças têm de ser plenamente alcançadas com a passagem do poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais. — o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais. — com a formação de um governo revolucionário em que a classe operária deverá ter o papel dirigente. Este é o caminho para liquidar o domínio do imperialismo e do latifúndio, causas fundamentais do atraso de nosso país. Por ele devem os comunistas conduzir as lutas do povo brasileiro, com audácia e decisão, a fim de que a terra seja entregue aos camponeses, melhorem as condições de vida dos trabalhadores e das grandes massas, e seja aberto para o Brasil o futuro luminoso do socialismo.
S. Paulo, dezembro de 1962.

Handwritten signature or initials in blue ink.

Quando é cabível ^{que talvez} ^{se já não se} ^{em sentido} a pergunta "Para onde", o prepositivo adquire a ^{mandar} ^{no sentido} terminação acusativa. Quem —

Meu amigo
Eu lhe digo
vidado comigo
eu sou um peixe
eu sou tão antigo
que sou antigo
em quem me dá comigo

Sam ~~figura~~ mito
segundo ~~figuras~~

18 -

367
W

12/1

el país... a situação política nacional continua a agravar-se. Pela recomposição ministerial realizada, as forças que estão no poder manifestam sua intenção de prosseguir no caminho das concessões e compromissos com o imperialismo e o latifúndio. Os problemas de nosso povo não são resolvidos e sua gravidade se acentua. Favorecida pela orientação conciliatória do Governo, a camarilha reacionária e entreguista intensifica seus esforços para deter o processo democrático. Cresce, por outro lado, a combatividade das forças patrióticas e progressistas, avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se, diante de nosso povo, perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias.

Os Comunistas e a Situação Nacional

**Intensificar a Luta
Pelas Reformas
Para Golpear o Imperialismo e o Latifúndio**

Doc 35

doc 35

Transcrito de acordo com o original, publicado em 20 de Junho de 1938

**Os comunistas e a situação Nacional
INTENSIFICAR A LUTA
PELAS REFORMAS
Para golpear o Imperialismo e o Latifúndio**

1 — Os recentes acontecimentos revelam que a situação política nacional continua a agravar-se. Pela recomposição ministerial realizada, as forças que estão no poder manifestam sua intenção de prosseguir no caminho das concessões e compromissos com o imperialismo e o latifúndio. Os problemas de nosso povo não são resolvidos e sua gravidade se acentua. Favorecida pela orientação conciliatória do Governo, a camarilha reacionária e entreguista intensifica seus esforços para deter o processo democrático. Cresce, por outro lado, a combatividade das forças patrióticas e progressistas, avança e se radicaliza o movimento de massas, abrindo-se, diante de nosso povo, perspectivas de lutas vigorosas e de maiores vitórias.

2 — Na campanha contra o parlamentarismo, pela antecipação do plebiscito e pela volta ao presidencialismo, o sr. João Goulart fez re-

368

TCY

petidas promessas de que, atingidos esses objetivos, o Governo realizaria as reformas de base, adotaria as medidas reclamadas pelo povo. Mas, o que aconteceu foi o contrário. O Governo pôs em prática o Plano Trienal. Submeteu-se, em entendimento direto do presidente Goulart com o presidente Kennedy, a exigências dos monopólios norte-americanos e do Fundo Monetário Internacional, daí resultando o vergonhoso "empréstimo" à IT&T e a escandalosa promessa de compra das ações da Bond and Share. Nenhuma reforma de base foi sequer iniciada, tendo o sr. João Goulart temporizado com a maioria reacionária do Parlamento. A verdade é que o Governo continuou na sua política de conciliar com os inimigos da Nação.

Decorreram seis meses de insistência na execução dessa política. E seus desastrosos resultados vão-se acumulando. Desfazendo as falsas previsões do Plano Trienal, que previam um aumento máximo de 25% até o fim do ano, o custo da vida sobe numa velocidade sem precedentes. Foi além de 40%, de janeiro a junho, o que corresponde a mais do dobro da elevação de preços em pe-

riodo idêntico do ano passado. A nova Lei do Inquilinato, permitindo escorchantes majorações de aluguel, que vão até 200%, tornará ainda mais penosa a situação das massas. Também ao contrário do que previa o Plano Trienal, há uma queda no ritmo do desenvolvimento econômico. Restringem-se as atividades industriais e comerciais. Trabalhadores são atirados ao desemprego. Os fatos mostram, portanto, que os problemas de nosso povo continuam não apenas sem solução, mas agravados. O povo vive sob o peso de privações e sofrimentos crescentes.

Os imperialistas e as forças reacionárias e entreguistas se beneficiam da política de conciliação seguida pelo Governo. Utilizam-se dessa política para fortalecer suas posições e opor-se às mudanças exigidas pelo progresso do País. O Governo norte-americano, através da "Aliança para o Progresso", viola nossa soberania, intervindo na vida administrativa e política dos Estados e Municípios. A maioria retrógrada do Parlamento sente-se forte para colocar-se contra a aprovação de qualquer medida favorável ao povo, resiste a que seja abolida da

TCY

Constituição a exigência de pagamento prévio em dinheiro das desapropriações por interesse social, procurando, assim, tornar impossível a Reforma Agrária pela via constitucional. Lacerda e Ademar de Barros conspiram abertamente e estimulam a ação subversiva dos latifundiários, que se armam, preparam bandos de capangas para a defesa do monopólio da terra e desencadeiam o terror, em algumas regiões, contra a organização e as lutas do movimento camponês. Os golpistas intensificam sua atividade, aproveitando-se da instabilidade política existente e do descontentamento provocado pela intolerável carestia da vida, conforme acabam de fazer os "gorilas" das Forças Armadas.

Vem crescendo, entretanto, a oposição popular à orientação conciliatória do Governo, principalmente contra sua política econômico-financeira, o Plano Trienal e as concessões ao FMI. Os trabalhadores impulsionam a luta em defesa de seus interesses imediatos e dos direitos sindicais, reforçam sua coesão, ampliam e tornam mais vigorosos os movimentos de solidariedade, participam da vida política de maneira

mais ativa, organizada e independente. Os camponeses multiplicam o número de suas organizações, desencadeiam lutas a fim de que os latifundiários sejam compelidos a respeitar direitos já conquistados, defendem-se, muitas vezes de armas na mão, dos assaltos dos grileiros, iniciam ações de ocupação de terras. As mulheres lutam pela sua unidade, desenvolvem o combate à carestia e tomam posição diante dos problemas políticos. Os estudantes e a intelectualidade em geral redobram sua atividade patriótica. Novas camadas da população se incorporam com entusiasmo às lutas de nosso povo, constituindo exemplo significativo a conduta dos sargentos das Forças Armadas e dos Bombeiros da Guanabara. A frente única nacionalista e democrática se fortalece, atuando mais coordenadamente. Avança e se radicaliza, assim, o movimento de massas.

3 — O inconformismo de nosso povo diante das dificuldades cada vez maiores que enfrenta, as exigências de uma mudança radical nessa situação e a crescente resistência às medidas adotadas pelo Governo le-

88

704
varam a que a política do Governo se desgastasse. Ante o avanço e a radicalização do movimento de massas, agravaram-se as contradições dentro do próprio aparelho estatal. Membros do Governo ligados às correntes populares, apoiados por outros setores do sistema de forças que tem mantido o sr. João Goulart, chocaram-se abertamente com os elementos mais reacionários, como os srs. Kruei, San Tiago e Balbino, cuja desmoralização se deu com rapidez. De tudo isso resultou profunda instabilidade política que levou à desagragação do Ministério.

4 — O avanço do movimento de massas apesar dos êxitos alcançados, da resistência crescente que vem opondo, não só aos reacionários e entreguistas, como também às tendências conciliatórias da burguesia ligada aos interesses nacionais, ainda não foi suficientemente forte para determinar uma mudança na correlação de forças políticas e conquistar um governo nacionalista e democrático.

O novo Ministério, pela sua composição e pela política que anuncia, conserva o mesmo caráter do anterior. Substituíram-se homens, mas,

— 8 —

369
L. P. M.
no fundamental, permaneceu inalterado o sistema de forças em que se apóia o Governo. Não tem outro significado a troca do professor San Tiago Dantas pelo professor Carvalho Pinto. Os primeiros atos do atual ministro da Fazenda revelam que ele irá prosseguir na tentativa de submeter o País à orientação antipopular tão encarniçadamente defendida pelo seu antecessor. Já deu uma sangria no Tesouro Nacional, concedendo maiores vantagens aos latifundiários do café, e se empenha junto ao Parlamento para que o empréstimo compulsório também recaia sobre salários e vencimentos, destacando assim os já mínguaos orçamentos de amplas camadas da população.

Os setores da burguesia ligada aos interesses nacionais que o sr. João Goulart representa procuram, através do Ministério recém-formado, encontrar um caminho para continuar a levar à prática sua política de conciliação, mantendo o Plano Trienal e os compromissos com o FMI. Com a recomposição ministerial, foram afastados os reacionários mais comprometidos com a política do Governo, já desgastados por isso

— 9 —

704
mesmo perante a opinião pública. Por outro lado, foram também afastados os elementos mais ligados às correntes populares, que vinham constituindo pontos de resistência à aplicação dessa política. Apóia-se principalmente o Ministério em grupos retrógrados do PSD, cuja participação no Governo aumentou, e em políticos conservadores do PTB. Quer assim o sr. João Goulart dar consequência à orientação traçada no discurso que pronunciou na cidade de Marília, em abril, retirando do seu governo os elementos mais progressistas, sob o pretexto de combater os extremismos.

Um Ministério que se constitui em tais condições e com semelhantes objetivos não tem futuro. Os problemas fundamentais do povo não serão por ele resolvidos. Novas crises políticas surgirão.

5 — Em face do Governo, do novo Ministério, a atitude dos comunistas é de oposição, de luta contra sua política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. O movimento de massas precisa e deve ser conduzido no sentido de modificar a atual correlação de forças políticas e alcançar um governo dife-

— 10 —

L. P. M.
rente, um governo nacionalista e democrático, do qual não participe nenhum agente da reação e que represente as forças integrantes da frente única — operários, camponeses, pequena burguesia, burguesia ligada aos interesses nacionais. — assegure a mais ampla e sólida legalidade democrática e inicie as reformas de estrutura reclamadas pela Nação.

Para isso, o movimento de massas precisa elevar-se a outro nível, o que exigirá novos passos adiante no movimento sindical. A questão da unidade sindical assume destacada importância. Partindo-se da unidade de ação dos trabalhadores, em função de suas reivindicações econômicas e políticas, torna-se necessário desenvolver esforços para levar ao fracasso as manobras divisionistas que estão em curso, inspiradas umas pelo próprio sr. João Goulart. Devemos também empenhar-nos com afinco no trabalho de sindicalização rural, que constituirá, juntamente com a luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, um dos meios de impulsionar a organização dos trabalhadores do campo e de estimular o movimento camponês. O dever dos comunistas é tudo fazer

— 11 —

104
para que tais objetivos sejam atingidos e para que o movimento camponês venha a acompanhar o movimento operário, unindo-se os dois na mesma luta contra o espoliador imperialista e o explorador latifundiário.

A elevação do movimento de massas também está vinculada à justa utilização de diferentes formas de luta. Comícios, manifestações, suspensão do trabalho, greves de solidariedade, etc., são formas de luta que podem contribuir para a melhor preparação da greve geral política. E a preparação da greve geral política exige especial atenção.

A Frente de Mobilização Popular representa uma nova forma de coordenação de algumas das forças mais atuantes da frente única, cabendo aos comunistas contribuir, com dedicação e espírito de iniciativa, ao lado dos demais patriotas e democratas, para consolidá-la e desenvolvê-la, a fim de que possa desempenhar o importante papel que lhe é destinada na luta pelas reformas de base e pela conquista de um governo nacionalista e democrático.

E' nestas condições que deve ser intensificada a campanha pelas re-

370
L. P. M.
formas de base, orientadas efetivamente no sentido de golpear o imperialismo e o latifúndio, concentrando-se, no momento, na Reforma Agrária e nas medidas contra o imperialismo. A fim de conseguir a Reforma Agrária, os comunistas julgam importante organizar as massas para a luta pela emenda do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, de modo que a desapropriação das terras dos latifundiários venha a fazer-se com pagamento em títulos da dívida pública, sem reajustamento de seu valor. As massas trabalhadoras do campo não poderão ficar de braços cruzados à espera de medidas que já são inadiáveis, devendo organizar suas forças e lutar concretamente contra o monopólio da terra, negando-se a pagar a meta, o fôro ou o arrendamento, não aceitando o pagamento em vales para o barracão, enfrentando com decisão os grileiros e seus capangas, organizando a ocupação dos latifúndios inexplorados.

No combate à política econômico-financeira do Governo, é indispensável impulsionar as lutas contra a carestia de vida e pelo aumento de salários e vencimentos, levantar com

124
vigor as reivindicações imediatas das massas, denunciar a orientação antipopular do Plano Trienal e opor-se às medidas dele decorrentes, como a incidência do empréstimo compulsório sobre os salários e vencimentos, desmascarar e impedir que sejam postos em prática os compromissos com o FMI, como a negociação da compra das ações da Bond and Share, exigindo que o Governo decrete a moratória e suspenda o pagamento de dívidas, juros e "royalties" ao exterior até que se normalize a situação cambial do País. Na luta pela preservação de nossa soberania, é preciso denunciar a "Aliança para o Progresso", exigindo do governo brasileiro o rompimento com essa nova forma de opressão colonialista.

A luta pelos interesses populares e pela solução dos problemas nacionais está intimamente ligada à luta pela consolidação e ampliação da democracia, em defesa das liberdades democráticas, em defesa dos mandatos e pela posse dos deputados eleitos, pela revogação do artigo 38 do Código Eleitoral, pela extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos, pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro.

L. P. M.
10492
Os reacionários e entreguistas tudo fazem para criar o clima necessário ao golpe de direita e à implantação de uma ditadura a serviço do imperialismo norte-americano e do latifúndio. As forças patrióticas devem estar vigilantes e prontas a responder a qualquer tentativa de golpe, através da ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas e anti-golpistas das Forças Armadas, do Parlamento e do Governo, com o objetivo de impor ou restabelecer os direitos do povo, avançando para a conquista de um governo nacionalista e democrático.

A perspectiva que a situação política nacional apresenta é de novas crises e de avanço e maior radicalização de movimento de massas. O momento exige que os comunistas empenhem com energia e entusiasmo todas as suas forças, estreitem sua ligação com as massas trabalhadoras das cidades e do campo, intensifiquem sua atividade no sentido de ampliar e fortalecer a frente única. Através das lutas, nosso povo consolidará as vitórias já alcançadas e marchará para novas e decisivas vitórias.

Rio de Janeiro, julho de 1963

Divergência PCB x PCDB. (3 p.)

371
CW

041

Divergência

DC 101

PCB

3 folhas

AOS COMUNISTAS E AMIGOS DO PARTIDO

A direção nacional do Partido Comunista Brasileiro está levando ao conhecimento de todos os organismos e membros do Partido um documento no qual faz graves e infundadas acusações a conhecidos militantes e lhes atribui atividades fracionistas. Sem dispor da imprensa partidária, nem de outros meios, para fazer chegar aos comunistas a verdadeira versão dos acontecimentos ligados à luta interna, os militantes diretamente citados naquele documento sentem-se no dever de dirigir esta carta aos comunistas a fim de esclarecer sua posição face às imputações que lhe são feitas e defender seus pontos-de-vista em favor da unidade e da própria abreviatura do partido marxista-leninista.

Como é sabido, em agosto último, o jornal "Novos Rumos" publicou os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro, que se- rão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de registro. No primeiro destes documentos foram retirados, deliberadamente, a afirmação de que o Partido se rege pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e a declaração de que a organização partidária dos comunistas tem como objetivo programático final o estabelecimento da sociedade comunista. O Programa é constituído por um conjunto de medidas reformistas que não se condizem com o partido de vanguarda da classe operária. Além disto, foi alterado, sem uma razão histórica ou política, o nome do Partido.

Estas modificações violam frontalmente decisões adotadas no V Congresso e, como atingem a própria essência proletária e revolucionária do Partido criaram uma situação em que surgiram graves divergências entre os comunistas. Uma centena de militantes dirigiu uma carta ao antigo Comitê Central, mostrando o desconcerto das decisões tomadas em relação aos Estatutos e ao Programa, solicitando a reconsideração dessa atitude ou a convocação de um Congresso extraordinário. Nessa ocasião se constatou

que a conduta do Comitê Central feria a unidade partidária, "porque muitos militantes, conscientes do seu papel e em defesa das próprias decisões do V. Congresso, poderiam não aceitar que se liquidasse o velho partido e a ele permanecessem fiéis".

De fato, a posição falsa da direção nacional do Partido Comunista Brasileiro e sua intransigência, ao se negar corrigir o erro cometido, levaram vários organismos e numerosos militantes, em defesa do princípio do centralismo democrático, a condenar e, em diversas ocasiões, não aceitar decisões contrárias ao que foi deliberado no V Congresso, embora cumprissem todas as demais tarefas determinadas pelos órgãos dirigentes. Isto ocorreu, particularmente, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Estado do Rio e Guanabara.

Diante desta situação que envolvia um grande número de membros do Partido, a direção nacional, sem nenhum sentido unitário, encorredou pelo caminho das medidas administrativas. Na capital de São Paulo, foram dissolvidos os Comitês Distritais do Tatuapé e da Mooca e destituídos dois secretários do Comitê Distrital do Braz. No Comitê de Empresa da E. F. Sorocabana foram destituídos dois secretários, inclusive o 1º secretário, bem como foram afastados dois membros do Comitê Distrital do Belfém. Em Campinas, um dos secretários foi afastado do Comitê Municipal. Além na Capital de São Paulo, foi dissolvida a organização dos jovens do bairro de Santa Cecília. No Estado do Rio, foi afastado um membro do Comitê Municipal de São Gonçalo e foram advertidos e suspensos da atividade partidária alguns militantes de Niterói; em Nova Iguaçu, o Comitê Municipal está ameaçado de dissolução. No Comitê de Empresa da E. F. Leopoldina, em virtude da ação arbitrária do assistente da direção nacional, criou-se uma situação tão intolerável que a maioria dos membros do Comitê foi obrigada a

373
W

Partido. Não são divisionistas os signatários dos diversos recursos enviados ao antigo Comitê Central porque, embora, em sua maioria, divergissem da linha aprovada no V Congresso, a aplicavam disciplinadamente. O rótulo de fractionista é pretexto para tentar siler do movimento comunista todos os que divergem. Apesar das declarações altissonantes que não houve qualquer espécie de discriminação e de que ninguém é punido por divergir, na verdade, isto vem ocorrendo, como provam as medidas administrativas tomadas contra numerosos militantes e organizações.

Efektivamente, "os fatos que estamos assalando remontam a 1957". Desde essa época passaram a predominar no Partido as concepções revisionistas. E como consequência, surgiram os que se colocavam contra esta guinada para a direita. Nestas condições impunha-se um justo encaminhamento da luta ideológica, procurando-se superar as divergências à base dos princípios, a fim de alcançar a unidade num nível mais elevado. No entanto, sob a alegação de que os divergentes atuam em função de "suas vaidades, seus ressentimentos ou suas pretensões aos cargos dirigentes", o que se tem feito é enfiar a luta de opiniões dentro do Partido e afastar todos os que não concordam com a orientação reformista adotada. Isto faz parte de um processo de liquidação do Partido.

A direção nacional, com o objetivo de incompatibilizar os divergentes junto aos militantes, tenta identificá-los com os diferentes grupos que surgiram durante a existência do Partido. Os comunistas conhecem, porém, a atividade desenvolvida num longo período pelos militantes acusados no documento do órgão dirigente do P. C. Brasileiro. Muitos tomaram parte ativa na luta contra todos os grupos mencionados. No entanto, alguns dos atuais dirigentes do P. C. Brasileiro tiveram atuação destacada no grupo liquidacionista, em 1943-1945, e no grupo revisionista, em 1954-1957. Os que agora divergem são revolucionários que não pretendem de nenhum modo abandonar suas idéias e deixar de defender a causa do socialismo e do comunismo. São pessoas que dedicaram sua vida a esta nobre causa e não serão as calúnias, as injustiças e as medidas orgânicas que os afastarão do caminho da luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro. Não podem aceitar quaisquer punições — e muito menos expulsão — dadas por quem não tem qualidade nem atribuições para isso, por quem envereda pelo caminho aberto do revisionismo e do reformismo e, de fato, cria um novo partido com o qual os militantes atingidos não têm nenhum compromisso. Independentemente da vontade dos que procuram silá-los do movimento comunista, continuarão fiéis

ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário e, juntamente com todos que não conciliam com o oportunismo, lutarão em prol da vitória dos ideais que animam os comunistas do mundo inteiro.

Defendendo uma causa justa, os militantes ora incriminados pela direção do Partido Comunista Brasileiro estão convencidos de que, mais cedo ou mais tarde, a verdade prevalecerá e tudo fará para que o movimento comunista no Brasil siga uma orientação revolucionária. São partidários da unidade das fileiras comunistas. Foi com este sentimento que com militantes se dirigiram ao antigo Comitê Central que respondeu ao seu apelo com medidas antiunitárias. Manifestam-se uma vez mais pela unidade partidária, unidade em torno de princípios e não de pessoas. A defesa desta unidade exige a anulação imediata das modificações introduzidas nos Estatutos e no nome do Partido assim como a retirada do Programa, ou a realização do VI Congresso.

Os signatários desta carta esperam que ela sirva para esclarecer sua posição e ajudar os militantes comunistas a compreender a grave situação criada no Partido. Confiam que a luta prosseguirá contra as concepções errôneas e que estas acabarão, por maiores que sejam as resistências, sendo eliminadas das fileiras comunistas.

Dezembro de 1961

- João Amazonas
- Maurício Grabois
- Pedro Pomer
- Caill Chade
- Angelo Arroto
- Carlos Danielli
- José Duarte
- Valter Martins (Pepe)

Alca

